

IV - LEGISLAÇÃO DA RECEITA E DA DESPESA

Legislação da Receita e da Despesa

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

PLDO - 2015, Art. 9º, inciso IV

11110101 - Receita do Principal do Imposto sobre a Importação

Portaria:

Portaria SOF nº 17, de 31.12.2003.

Amparo Legal:

Constituição Federal, arts.150, §1º, e 153, I e § 1º; Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - CTN, arts.19 a 22; Decreto-Lei nº 37, de 18 de novembro de 1966, art. 2º, I - para alíquota específica; Decreto-Lei nº 37, de 18 de novembro de 1966, art. 2º, II, e 17 a 21 - para alíquota de valor; Código Civil/2002, arts. 1.204 e 1.263, e art. 2º, do Decreto-Lei nº 37, de 18 de novembro de 1966 - para produtos abandonados ou apreendidos.

11110102 - Receita de Parcelamentos - Imposto sobre a Importação

Portaria:

Portaria SOF nº 17, de 31.12.2003. Portaria SOF nº 35, de 10.08.2007, modificou a especificação.

Amparo Legal:

Lei nº 9.964, de 11 de abril de 2000 (REFIS); Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003 (PAES); e Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, que altera as anteriores.

11110201 - Receita do Principal do Imposto sobre a Exportação

Portaria:

Portaria SOF nº 17, de 31.12.2003.

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 153, II; e Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - CTN, arts. 23 a 28.

11110202 - Receita de Parcelamentos - Imposto sobre a Exportação

Portaria:

Portaria SOF nº 17, de 31.12.2003. Portaria SOF nº 35, de 10.08.2007, modificou a especificação.

Amparo Legal:

Lei nº 9.964, de 11 de abril de 2000 (REFIS); Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003 (PAES); e Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, que altera as anteriores.

11120101 - Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Conveniados

Portaria:

Portaria SOF nº 81, de 18.12.2008, incluiu.

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 153, VI e § 4º; Emenda Constitucional nº 42, de 19 de dezembro de 2003; Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - CTN, arts. 29 a 31; Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996; e Lei nº 11.250, de 27 de dezembro de 2005, Art. 1º.

11120102 - Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Não-Conveniados

Portaria:

Portaria SOF nº 81, de 18.12.2008, incluiu.

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 153, VI e § 4º; Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - CTN, arts. 29 a 31; Emenda Constitucional no 42, de 19 de dezembro de 2003; Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996; e Lei nº 11.250, de 27 de dezembro de 2005, Art. 1º.

11120410 - Pessoas Físicas

Amparo Legal:

Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995; Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999; Lei nº 11.119, de 25 de maio de 2005; Lei nº 11.311, de 13 de junho de 2006; Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007; e Medida Provisória nº 451, de 15 de dezembro de 2008, com vigência Prorrogada pelo Ato do Presidente da Mesa do CN nº 5, de 18 de março de 2009.

11120411 - Receita de Parcelamentos - Imposto sobre a Renda - Pessoas Físicas

Portaria:

Portaria SOF nº 01, de 03.01.2006, incluiu. Portaria SOF nº 35, de 10.08.2007, modificou a especificação.

Amparo Legal:

Lei nº 9.964, de 11 de abril de 2000 (REFIS); Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003 (PAES); e Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, que altera as anteriores.

11120421 - Pessoa Jurídica - Líquida de Incentivos

Portaria:

Portaria SOF nº 39, de 11.08.2008, excluiu. Portaria SOF nº 09, de 19.02.2009, incluiu.

Amparo Legal:

Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999; Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

11120422 - Receita de Parcelamentos - Imposto sobre a Renda - Pessoas Jurídicas

Portaria:

Portaria SOF nº 17, de 31.12.2003. Portaria SOF nº 35, de 10.08.2007, modificou a especificação.

Amparo Legal:

Lei nº 9.964, de 11 de abril de 2000 (REFIS); Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003 (PAES); e Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, que altera as anteriores.

11120423 - Imposto de Renda Pessoa Jurídica - Simples Federal e Nacional

Portaria:

Portaria SOF nº 03, de 26.04.2006, incluiu. Portaria SOF nº 21, de 28.07.2006, modificou a especificação. Portaria SOF nº 17, de 20.04.2007, excluiu. Portaria SOF nº 18, de 13.04.2010, incluiu.

Amparo Legal:

Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999; Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996 (Simples Federal, vigente até 30-06-2007); e Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 (Simples Nacional).

11120431 - Imposto de Renda Retido nas Fontes sobre os Rendimentos do Trabalho

Portaria:

Portaria SOF nº 9, de 27/06/2001

Amparo Legal:

Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999; Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995; Lei nº 11.119, de 25 de maio de 2005; Lei nº 11.311, de 13 de junho de 2006; Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007; e Medida Provisória nº 451, de 15 de dezembro de 2008, com vigência prorrogada pelo Ato nº 5, da mesa do Presidente do CN, de 18 de março de 2009.

11120432 - Imposto de Renda Retido nas Fontes sobre os Rendimentos de Capital

Amparo Legal:

Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999; Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995; Lei nº 11.119, de 25 de maio de 2005; Lei nº 11.311, de 13 de junho de 2006; Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007; e Medida Provisória nº 451, de 15 de dezembro de 2008, com vigência prorrogada pelo Ato nº 5 do Presidente da Mesa do CN, de 18 de março de 2009.

11120433 - Imposto de Renda Retido nas Fontes sobre Remessa de Recursos ao Exterior

Amparo Legal:

Decreto no 3.000, de 26 de março de 1999; Decreto nº 5.533, 06 de setembro de 2005.

11120434 - Imposto de Renda Retido nas Fontes sobre Outros Rendimentos

Amparo Legal:

Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999.

11120435 - Receita de Parcelamentos - Imposto sobre a Renda Retido na Fonte

Portaria:

Portaria SOF nº 17, de 31.12.2003. Portaria SOF nº 35, de 10.08.2007, modificar a especificação.

Amparo Legal:

Lei nº 9.964, de 11 de abril de 2000 (REFIS); Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003 (PAES); e Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, que altera as anteriores.

11130101 - Produtos do Fumo

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 153, IV e § 3º; Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), art. 46 a 51; Lei no 8.248, de 23 de outubro de 1991; Lei no 10.176, de 11 de janeiro de 2001; Lei no 11.077, de 30 de dezembro de 2004; Emenda Constitucional no 42, de 19 de dezembro de 2003; e Decreto no 4.542, de 26 de dezembro de 2002; Decreto no 5.618, de 13 de dezembro de 2005; Decreto no 5.697, de 07 de fevereiro de 2006; Decreto no 5.906, de 26 de setembro de 2006; Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006; Decreto no 6.006, de 28 de dezembro de 2006; Decreto no 6.072, de 03 de abril de 2007; e Emenda Constitucional no 55, de 20 de setembro de 2007.

11130102 - Bebidas

Portaria:

Portaria SOF nº 08, de 27.06.2001

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 153, IV e § 3º; Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), art. 46 a 51; Lei no 8.248, de 23 de outubro de 1991; Lei no 10.176, de 11 de janeiro de 2001; Lei no 11.077, de 30 de dezembro de 2004; Emenda Constitucional no 42, de 19 de dezembro de 2003; e Decreto no 4.542, de 26 de dezembro de 2002; Decreto no 5.618, de 13 de dezembro de 2005; Decreto no 5.697, de 07 de fevereiro de 2006; Decreto no 5.906, de 26 de setembro de 2006; Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006; Decreto no 6.006, de 28 de dezembro de 2006; Decreto no 6.072, de 03 de abril de 2007; e Emenda Constitucional no 55, de 20 de setembro de 2007.

11130103 - Automóveis

Portaria:

Portaria SOF nº 08, de 27.06.2001

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 153, IV e § 3º; Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), art. 46 a 51; Lei no 8.248, de 23 de outubro de 1991; Lei no 10.176, de 11 de janeiro de 2001; Lei no 11.077, de 30 de dezembro de 2004; Emenda Constitucional no 42, de 19 de dezembro de 2003; e Decreto no 4.542, de 26 de dezembro de 2002; Decreto no 5.618, de 13 de dezembro de 2005; Decreto no 5.697, de 07 de fevereiro de 2006; Decreto no 5.906, de 26 de setembro de 2006; Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006; Decreto no 6.006, de 28 de dezembro de 2006; Decreto no 6.072, de 03 de abril de 2007; e Emenda Constitucional no 55, de 20 de setembro de 2007.

11130104 - Vinculados à Importação

Portaria:

Portaria SOF nº 08, de 27.06.2001

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 153, IV e § 3º; Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), art. 46 a 51; Lei no 8.248, de 23 de outubro de 1991; Lei no 10.176, de 11 de janeiro de 2001; Lei no 11.077, de 30 de dezembro de 2004; Emenda Constitucional no 42, de 19 de dezembro de 2003; e Decreto no 4.542, de 26 de dezembro de 2002; Decreto no 5.618, de 13 de dezembro de 2005; Decreto no 5.697, de 07 de fevereiro de 2006; Decreto no 5.906, de 26 de setembro de 2006; Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006; Decreto no 6.006, de 28 de dezembro de 2006; Decreto no 6.072, de 03 de abril de 2007; e Emenda Constitucional no 55, de 20 de setembro de 2007.

11130109 - Outros Produtos

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 153, IV e § 3º; Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), art. 46 a 51; Lei no 8.248, de 23 de outubro de 1991; Lei no 10.176, de 11 de janeiro de 2001; Lei no 11.077, de 30 de dezembro de 2004; Emenda Constitucional no 42, de 19 de dezembro de 2003; e Decreto no 4.542, de 26 de dezembro de 2002; Decreto no 5.618, de 13 de dezembro de 2005; Decreto no 5.697, de 07 de fevereiro de 2006; Decreto no 5.906, de 26 de setembro de 2006; Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006; Decreto no 6.006, de 28 de dezembro de 2006; Decreto no 6.072, de 03 de abril de 2007; e Emenda Constitucional no 55, de 20 de setembro de 2007.

11130110 - Receita de Parcelamentos - Imposto sobre Produtos Industrializados

Portaria:

Portaria SOF nº 17, de 31.12.2003. Portaria SOF nº 35, de 10.08.2007, modificar a especificação.

Amparo Legal:

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

PLDO - 2015, Art. 9º, inciso IV

Lei nº 9.964, de 11 de abril de 2000 (REFIS); Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003 (PAES); e Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, que altera as anteriores.	11211000 - Taxa de Licenciamento, Controle e Fiscalização de Materiais Nucleares e Radioativos e suas Instalações - TLC Amparo Legal: Lei nº 9.765, de 17 de dezembro de 1998.
11130111 - Imposto sobre Produtos Industrializados - Simples Federal e Nacional Portaria: Portaria SOF nº 03, de 26.04.2006, incluir. Portaria SOF nº 21, de 28.07.2006, modificou a especificação. Portaria SOF nº 17, de 20.04.2007, excluir. Portaria SOF nº 18, de 13.04.2010, incluiu. Amparo Legal: Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999; Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996 (Simples Federal, vigente até 30-06-2007); e Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 (Simples Nacional).	11211100 - Taxa de Fiscalização e Controle da Previdência Complementar - TAFIC Portaria: Portaria SOF nº 5, de 31.03.2005, incluiu. Amparo Legal: Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009; Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - CTN.
11130301 - Imposto sobre Comercialização do Ouro Portaria: - Amparo Legal: Constituição Federal, art. 153, § 5º.	11211300 - Taxa de Fiscalização dos Produtos Controlados pelo Ministério do Exército Portaria: - Amparo Legal: Lei nº 10.834, de 29 de dezembro de 2003 e Decreto nº 91.575, de 27 de agosto de 1985.
11130302 - Receita de Parcelamentos - Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários - Comercialização do Ouro Portaria: Portaria SOF nº 01, de 03.01.2006, incluiu. Portaria SOF nº 35, de 10.08.2007, modificar a especificação. Amparo Legal: Lei nº 9.964, de 11 de abril de 2000 (REFIS); Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003 (PAES); e Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, que altera as anteriores.	11211400 - Taxa de Fiscalização dos Mercados de Títulos e Valores Mobiliários Portaria: - Amparo Legal: Lei nº 7.940, de 20 de novembro de 1989.
11130309 - Imposto sobre as Demais Operações Portaria: - Amparo Legal: Constituição Federal, art. 153, V e § 1º; Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - CTN, art. 63 a 66; e Emenda Constitucional no 42, de 19 de dezembro de 2003.	11211500 - Taxa de Fiscalização dos Mercados de Seguro, de Capitalização e da Previdência Privada Aberta Amparo Legal: Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, art. 48.
11130310 - Receita de Parcelamentos - Imposto sobre Operações de Créditos, Câmbio e Seguro ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários Portaria: Portaria SOF nº 17, de 31.12.2003. Portaria SOF nº 35, de 10.08.2007, modificar a especificação. Amparo Legal: Lei nº 9.964, de 11 de abril de 2000 (REFIS); Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003 (PAES); e Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, que altera as anteriores.	11211600 - Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica Amparo Legal: Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, arts. 12 e 13.
11210100 - Taxa de Fiscalização dos Serviços de Irrigação e Operação da Adução de Água Portaria: Portaria SOF nº 28, de 13.09.2006, excluir. Portaria SOF nº 39, de 11.08.2008, incluiu. Amparo Legal: Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000; e Medida Provisória no 437, de 29 de julho de 2008. (Obs.: Revogada pela Lei nº 11.805, de 2008).	11211700 - Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária Amparo Legal: Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, arts. 23 a 26.
11210201 - Taxa de Fiscalização de Instalação Portaria: Portaria SOF nº 43, de 04.09.2008, incluiu. Amparo Legal: Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966, art. 6º; Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, art. 2º, f; e Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008, Art. 33.	11212001 - Taxa por Plano de Assistência à Saúde Portaria: Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002. Amparo Legal: Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, arts. 18 a 25.
11210202 - Taxa de Fiscalização de Funcionamento Portaria: Portaria SOF nº 43, de 04.09.2008, incluiu. Amparo Legal: Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966, art. 6º; Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, art. 2º, f; e Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008, Art. 33.	11212002 - Taxa por Registro de Produto Portaria: Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002. Amparo Legal: Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, art. 18 a 25.
11210300 - Taxa de Controle e Fiscalização de Produtos Químicos Portaria: Portaria SOF nº 03, de 06.06.2002, modificou a especificação. Amparo Legal: Lei nº 10.357, de 27 de dezembro de 2001.	11212003 - Taxa por Alteração de Dados de Produto Portaria: Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002. Amparo Legal: Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, art. 18 a 25.
11210401 - Taxa do Departamento de Polícia Federal - Segurança Privada Portaria: Portaria SOF nº 45, de 26.05.2010, incluiu. Amparo Legal: Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983; Lei nº 9.017, de 30 de março de 1995, art. 17 e Anexo; Lei Complementar nº 89, de 18 de fevereiro de 1997; Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003.	11212004 - Taxa por Registro de Operadora Portaria: Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002. Amparo Legal: Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, art. 18 a 25.
11210402 - Taxa do Departamento de Polícia Federal - Sistema Nacional de Armas Portaria: Portaria SOF nº 45, de 26.05.2010, incluiu. Amparo Legal: Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003; Lei nº 11.706, de 19 de junho de 2008.	11212005 - Taxa por Alteração de Dados de Operadora Portaria: Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002. Amparo Legal: Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, art. 18 a 25.
11210500 - Taxas de Migração Portaria: Portaria SOF nº 96, de 28.09.2011, alterou. Amparo Legal: Lei Complementar no 89, de 18 de fevereiro de 1997.	11212006 - Taxa por Pedido de Reajuste de Contraprestação Pecuniária Portaria: Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002. Amparo Legal: Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, art. 18 a 25.
	11212100 - Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental Portaria: Portaria SOF nº 03, de 18.05.2000. Amparo Legal: Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981; Lei nº 10.165, de 27 de dezembro de 2000; e Lei nº 11.284, de 02 de março de 2006.
	11212200 - Taxa de Serviços Administrativos Portaria: Portaria SOF nº 03, de 18.05.2000.

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

PLDO - 2015, Art. 9º, inciso IV

Amparo Legal: Lei nº 9.960, de 28 de janeiro de 2000, arts. 1º a 7º.	Decreto-Lei nº 1.899, de 21 de dezembro de 1981, art. 1º; Lei nº 9.972, de 25 de maio de 2000; e Decreto nº 6.268, de 22 de novembro de 2007.
11212300 - Taxa de Serviços Metrológicos Portaria: Portaria SOF nº 03, de 18.05.2000. Amparo Legal: Lei nº 9.933, de 20 de dezembro de 1999, art. 11; e Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, art. 59.	11222100 - Taxas de Serviços Cadastrais Portaria: Portaria SOF nº 09, de 28.04.2005, modificar a especificação. Amparo Legal: Decreto-Lei nº 55.891, de 31 de março de 1965, art. 51; Decreto-Lei nº 57, de 18 de novembro de 1966, art. 5º; Lei nº 6.746 de 10 de dezembro de 1979, art. 2º; Decreto-Lei nº 1.989, de 28 de dezembro de 1982, art. 2º; e Lei nº 8.847, de 28 de janeiro de 1994, art. 23.
11212400 - Taxa de Fiscalização sobre a Distribuição Gratuita de Prêmios e Sorteios Amparo Legal: Lei nº 5.768, de 20 de dezembro de 1971, art. 5º; Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998; Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, art. 50; e Portaria MF nº 15, de 12 de janeiro de 2001.	11222200 - Taxa de Serviços Aquícolas Portaria: Portaria SOF nº 08, de 15.08.2003. Amparo Legal: Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, art. 19; Decreto-Lei nº 2.467, de 1º de setembro de 1988, art. 1º; e Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, Art. 27, inciso XXIV, § 13; e Lei nº 11.958, de 26 de junho de 2009.
11220100 - Emolumentos Consulares Amparo Legal: Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, arts. 20 e 131 e Anexo; e Decreto nº 1.983, de 14 de agosto de 1996, art. 30.	11229900 - Outras Taxas pela Prestação de Serviços Portaria: Portaria SOF nº 21, de 28.07.2006, incluiu. Amparo Legal: Constituição Federal, art. 145, II e § 2º; e Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional, art. 77.
11220200 - Taxa de Pedido de Visto em Contrato de Trabalho de Estrangeiro Portaria: Portaria SOF nº 09, de 28.04.2005, excluiu. Portaria SOF nº 17, de 20.04.2007, incluiu. Amparo Legal: Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, arts. 15 e 131 e Anexo.	12100101 - Receita do Principal da Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social Portaria: Portaria SOF nº 17, de 31.12.2003, incluiu. Amparo Legal: Constituição Federal, art. 195, I, b; Lei Complementar nº 70, de 30 de dezembro de 1991; Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003; Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004; Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004; Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005; Decreto nº 5.530, de 22 de dezembro de 2005; Decreto nº 5.881, de 31 de agosto de 2006; Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; Decreto nº 6.127, de 18 de junho de 2007.
11220300 - Taxa de Utilização do Sistema Eletrônico de Controle de Arrecadação do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante Portaria: Portaria SOF nº 07, de 28.05.2004, incluiu. Amparo Legal: Decreto-Lei nº 2.404, de 23 de dezembro de 1987; Lei nº 10.893, de 13 de julho de 2004; e Decreto nº 5.324, de 29 de dezembro de 2004.	12100102 - Receita de Parcelamentos - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social Portaria: Portaria SOF nº 17, de 31.12.2003, incluiu. Portaria SOF nº 35, de 10.08.2007, modificar a especificação. Amparo Legal: Lei nº 9.964, de 11 de abril de 2000 (REFIS); Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003 (PAES); e Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, que altera as anteriores.
11220400 - Taxa de Avaliação do Ensino Superior Portaria: Portaria SOF nº 11, de 12.08.2004, incluiu. Amparo Legal: Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, inciso IX do art. 9º e art. 46; e Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, art. 1º.	12100200 - Contribuição Social do Salário-Educação Amparo Legal: Constituição Federal, art. 212, § 5º; Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, art. 15; Lei nº 9.766, de 18 de dezembro de 1998; Lei nº 10.832, de 29 de dezembro de 2003; Emenda Constitucional nº 53 de 19 de dezembro de 2006 e Decreto nº 6.003, de 28 de dezembro de 2006.
11220600 - Taxa Judiciária da Justiça do Distrito Federal Amparo Legal: Decreto-Lei nº 115, de 25 de janeiro de 1967; Decreto nº 246, de 28 de fevereiro de 1967.; e Lei nº 6.811, de 8 de julho de 1980.	12100400 - Cota-Parte da Contribuição Sindical Amparo Legal: Constituição Federal de 1988, art. 8º, IV; Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - CLT, arts. 578 a 593; Nota Técnica nº 5, ASTEC/SOF/MP, de 3 de novembro de 2003; Lei nº 9.322, de 5 de dezembro de 1996, art. 4º; e Lei nº 11.648, de 31 de março de 2008.
11220700 - Emolumentos e Custas da Justiça do Distrito Federal Portaria: Portaria SOF nº 09, de 28.04.2005, modificar a especificação. Amparo Legal: Decreto-Lei nº 115, de 25 de janeiro de 1967; e Emenda Constitucional no 45, de 30 de dezembro de 2004.	12100500 - Contribuição para o Ensino Aeroviário Amparo Legal: Decreto-Lei nº 6.246, de 5 de fevereiro de 1944, art. 1º; Lei nº 5.989, de 17 de dezembro de 1973, arts. 1º e 4º; Decreto-Lei nº 1.305, de 8 de janeiro de 1974, arts. 1º e 2º; e Decreto nº 5.731, de 20 de março de 2006.
11220800 - Emolumentos e Custas Judiciais Portaria: Portaria SOF nº 09, de 28.04.2005, modificar a especificação. Amparo Legal: Lei nº 9.289, de 4 de julho de 1996; e Emenda Constitucional nº 45, de 30 de dezembro de 2004.	12100600 - Contribuição para o Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo Amparo Legal: Decreto-Lei nº 6.246, de 5 de fevereiro de 1944, art. 1º; Lei nº 5.461, de 25 de junho de 1968; e Decreto-Lei nº 828, de 5 de setembro de 1969.
11221100 - Taxa de Utilização do Sistema Integrado de Comércio Exterior - SISCOMEX Amparo Legal: Decreto-Lei nº 1.437, de 17 de dezembro de 1975, art. 6º; e Lei nº 9.716, de 26 de novembro de 1998, art. 3º.	12100700 - Contribuição para o Fundo de Saúde das Forças Armadas Portaria: Portaria SOF nº 09, de 28.04.2005, modificar a especificação. Amparo Legal: Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980 - Estatuto dos Militares, art. 50, IV, "e"; Lei nº 5.787, de 27 de junho de 1972 - Lei de Remuneração dos Militares, arts. 81 e 82; e Decreto nº 92.512, de 2 de abril de 1986.
11221201 - Emolumentos e Custas de Apreciação de Atos e Contratos Portaria: Portaria SOF nº 30, de 02.07.2007, incluiu. Amparo Legal: Lei nº 9.781, de 19 de janeiro de 1999, art. 5º, Inciso I; e Lei nº 10.149, de 21 de dezembro de 2000, art. 3º.	12100900 - Contribuição sobre a Arrecadação dos Fundos de Investimentos Regionais Amparo Legal: Lei nº 8.167, de 16 de janeiro de 1991; e Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, art. 5º, VII.
11221202 - Emolumentos e Custas Decorrentes de Consultas Portaria: Portaria SOF nº 30, de 02.07.2007, incluiu. Amparo Legal: Lei nº 9.781, de 19 de janeiro de 1999, art. 5º, inciso II.	12101301 - Receita do Principal da Contribuição sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira Portaria: Portaria SOF nº 17, de 31.12.2003, incluiu. Amparo Legal: ADCT da CF/88, arts. 74; 75; 80, I, 84; 85; e 90 caput e §§ 1º e 2º; Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996; Emenda Constitucional nº 37, de 12 de junho de 2002; Emenda Constitucional nº 42, de 19 de dezembro de 2003; Lei nº 10.892, de 13 de julho de 2004; Lei nº 11.312, de 27 de junho de 2006; e Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007.
11221500 - Taxa Militar Amparo Legal: Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964, art. 40; e Decreto nº 57.654, de 20 de janeiro de 1966.	
11221900 - Taxa de Classificação de Produtos Vegetais Amparo Legal:	

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

PLDO - 2015, Art. 9º, inciso IV

12101302 - Receita de Parcelamentos - Contribuição sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira

Portaria:

Portaria SOF nº 17, de 31.12.2003, incluiu. Portaria SOF nº 35, de 10.08.2007, modificar a especificação.

Amparo Legal:

Lei nº 9.964, de 11 de abril de 2000 (REFIS); Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003 (PAES); e Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, que altera as anteriores.

12101500 - Contribuição para Custeio das Pensões Militares

Amparo Legal:

Lei nº 3.765, de 4 de maio de 1960; Medida Provisória nº 2.215, de 31 de agosto de 2001; Lei nº 10.486, de 4 de julho de 2002; Decreto nº 4.307, de 18 de julho de 2002; e Art. 76 do ADCT da CF/88, referente aos 20% da Desvinculação de Receitas da União - DRU.

12101700 - Contribuição sobre a Receita de Sorteios Realizados por Entidades Filantrópicas

Portaria:

Portaria SOF nº 03, de 06.06.2002, modificou a especificação.

Amparo Legal:

Lei nº 5.768, de 20 de dezembro de 1971; Lei nº 5.864, de 12 de dezembro de 1972; Portaria nº 413/MJ, de 19 de maio de 1997; Portaria nº 1.285/MJ, de 19 de dezembro de 1997; e Portaria SEAE/MF nº 88, de 28 de setembro de 2000.

12101801 - Contribuição sobre a Receita da Loteria Federal

Portaria:

Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002.

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 195, III; Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, art. 2º, VIII; Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, arts. 11 e 26; Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, art. 5º, VIII; Lei nº 8.436, de 25 de junho de 1992, art. 5º, III; Lei nº 9.288, de 1º de julho de 1996; Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, arts. 6º, 8º, 9º e 56; Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, art. 2º, II; Decreto nº 2.290, de 4 de agosto de 1997, art. 1º; Portaria do Ministério da Fazenda nº 223, de 9 de julho de 2002; Lei nº 10.891, de 09 de julho de 2004 - Bolsa Atleta; Lei nº 11.345, de 14 de setembro de 2006; Portaria do Ministério da Fazenda nº 30, de 8 de fevereiro de 2008; e Lei nº 12.395, de 16 de março de 2011.

12101802 - Contribuição sobre a Receita de Loterias Esportivas

Portaria:

Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002.

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 195, III; Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, art. 2º, VIII; Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, arts. 11 e 26; Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, art. 5º, VIII; Lei nº 8.436, de 25 de junho de 1992, art. 5º, III; Lei nº 9.288, de 1º de julho de 1996; Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, arts. 6º, 8º, 9º e 56; Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, art. 2º, II; Decreto nº 2.290, de 4 de agosto de 1997, art. 1º; Portaria do Ministério da Fazenda nº 223, de 9 de julho de 2002; Lei nº 10.891, de 09 de julho de 2004 - Bolsa Atleta; Lei nº 11.345, de 14 de setembro de 2006; Portaria do Ministério da Fazenda nº 30, de 8 de fevereiro de 2008; e Lei nº 12.395, de 16 de março de 2011.

12101803 - Contribuição sobre a Receita de Concursos Especiais de Loterias Esportivas

Portaria:

Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002.

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 195, III; Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, art. 2º, VIII; Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, arts. 11 e 26; Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, art. 5º, VIII; Lei nº 8.436, de 25 de junho de 1992, art. 5º, III; Lei nº 9.288, de 1º de julho de 1996; Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, arts. 6º, 8º, 9º e 56; Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, art. 2º, II; Decreto nº 2.290, de 4 de agosto de 1997, art. 1º; Portaria do Ministério da Fazenda nº 223, de 9 de julho de 2002; Lei nº 10.891, de 09 de julho de 2004 - Bolsa Atleta; Lei nº 11.345, de 14 de setembro de 2006; Portaria do Ministério da Fazenda nº 30, de 8 de fevereiro de 2008; e Lei nº 12.395, de 16 de março de 2011.

12101804 - Contribuição sobre a Receita de Loterias de Números

Portaria:

Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002.

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 195, III; Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, art. 2º, VIII; Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, arts. 11 e 26; Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, art. 5º, VIII; Lei nº 8.436, de 25 de junho de 1992, art. 5º, III; Lei nº 9.288, de 1º de julho de 1996; Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, arts. 6º, 8º, 9º e 56; Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, art. 2º, II; Decreto nº 2.290, de 4 de agosto de 1997, art. 1º; Portaria do Ministério da Fazenda nº 223, de 9 de julho de 2002; Lei nº 10.891, de 09 de julho de 2004 - Bolsa Atleta; Lei nº 11.345, de 14 de setembro de 2006; Portaria do Ministério da Fazenda nº 30, de 8 de fevereiro de 2008; e Lei nº 12.395, de 16 de março de 2011.

12101805 - Contribuição sobre a Receita da Loteria Instantânea

Portaria:

Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002.

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 195, III; Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, art. 2º, VIII; Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, arts. 11 e 26; Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, art. 5º, VIII; Lei nº 8.436, de 25 de junho de 1992, art. 5º, III; Lei nº 9.288, de 1º de julho de 1996; Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, arts. 6º, 8º, 9º e 56; Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, art. 2º, II; Decreto nº 2.290, de 4 de agosto de 1997, art. 1º; Portaria do Ministério da Fazenda nº 223, de 9 de julho de 2002; Lei nº 10.891, de 09 de julho de 2004 - Bolsa Atleta; Lei nº 11.345, de 14 de setembro de 2006; Portaria do Ministério da Fazenda nº 30, de 8 de fevereiro de 2008; e Lei nº 12.395, de 16 de março de 2011.

12101806 - Prêmios Prescritos da Loteria Federal

Portaria:

Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002.

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 195, III; Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, art. 2º, VIII; Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, arts. 11 e 26; Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, art. 5º, VIII; Lei nº 8.436, de 25 de junho de 1992, art. 5º, III; Lei nº 9.288, de 1º de julho de 1996; Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, arts. 6º, 8º, 9º e 56; Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, art. 2º, II; Decreto nº 2.290, de 4 de agosto de 1997, art. 1º; Portaria do Ministério da Fazenda nº

223, de 9 de julho de 2002; Lei nº 10.891, de 09 de julho de 2004 - Bolsa Atleta; Lei nº 11.345, de 14 de setembro de 2006; Portaria do Ministério da Fazenda nº 30, de 8 de fevereiro de 2008; e Lei nº 12.395, de 16 de março de 2011.

12101807 - Contribuição sobre a Receita de Outros Concursos de Prognósticos

Portaria:

Portaria SOF nº 28, de 13.09.2006, incluiu.

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 195, III; Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, art. 2º, VIII; Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, arts. 11 e 26; Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, art. 5º, VIII; Lei nº 8.436, de 25 de junho de 1992, art. 5º, III; Lei nº 9.288, de 1º de julho de 1996; Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, arts. 6º, 8º, 9º e 56; Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, art. 2º, II; Decreto nº 2.290, de 4 de agosto de 1997, art. 1º; Portaria do Ministério da Fazenda nº 223, de 9 de julho de 2002; Lei nº 10.891, de 09 de julho de 2004 - Bolsa Atleta; Lei nº 11.345, de 14 de setembro de 2006; Portaria do Ministério da Fazenda nº 30, de 8 de fevereiro de 2008; e Lei nº 12.395, de 16 de março de 2011.

12101808 - Contribuição Sobre a Receita de Concurso de Prognóstico Específico Destinado ao Desenvolvimento da Prática Desportiva - Modalidade Futebol (Timemania)

Portaria:

Portaria SOF nº 49, de 15.12.2006, incluiu.

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 195, III; Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, art. 2º, VIII; Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, arts. 11 e 26; Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, art. 5º, VIII; Lei nº 8.436, de 25 de junho de 1992, art. 5º, III; Lei nº 9.288, de 1º de julho de 1996; Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, arts. 6º, 8º, 9º e 56; Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, art. 2º, II; Decreto nº 2.290, de 4 de agosto de 1997, art. 1º; Portaria do Ministério da Fazenda nº 223, de 9 de julho de 2002; Lei nº 10.891, de 09 de julho de 2004 - Bolsa Atleta; Lei nº 11.345, de 14 de setembro de 2006; Decreto nº 6.187, de 14 de agosto de 2007; Portaria do Ministério da Fazenda nº 30, de 8 de fevereiro de 2008; e Lei nº 12.395, de 16 de março de 2011.

12101809 - Outros Prêmios Prescritos

Portaria:

Portaria SOF nº 49, de 15.12.2006, incluiu.

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 195, III; Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, art. 2º, VIII; Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, arts. 11 e 26; Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, art. 5º, VIII; Lei nº 8.436, de 25 de junho de 1992, art. 5º, III; Lei nº 9.288, de 1º de julho de 1996; Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, arts. 6º, 8º, 9º e 56; Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, art. 2º, II; Decreto nº 2.290, de 4 de agosto de 1997, art. 1º; Portaria do Ministério da Fazenda nº 223, de 9 de julho de 2002; Lei nº 10.891, de 09 de julho de 2004 - Bolsa Atleta; Lei nº 11.345, de 14 de setembro de 2006; Portaria do Ministério da Fazenda nº 30, de 8 de fevereiro de 2008; e Lei nº 12.395, de 16 de março de 2011.

12102901 - Contribuição Patronal de Servidor Ativo Civil para o Regime Próprio

Portaria:

Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002. Portaria SOF nº 07, de 28.05.2004, modificou a especificação. Portaria SOF nº 11, de 12.08.2004, modificou a especificação. Portaria SOF nº 03, de 26.04.2006, modificou a especificação. Portaria SOF nº 49, de 15.12.2006, modificou a especificação. Portaria SOF nº 39, de 11.08.2008, alterou.

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 40; Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003; Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, Art. 39; e Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.

12102907 - Contribuição do Servidor Ativo Civil para o Regime Próprio

Portaria:

Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002. Portaria SOF nº 07, de 28.05.2004, modificou a especificação. Portaria SOF nº 49, de 15.12.2006, modificou a especificação. Portaria SOF nº 39, de 11.08.2008, alterou.

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 40; Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003; Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, Art. 39; e Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.

12102909 - Contribuições do Servidor Inativo Civil para o Regime Próprio

Portaria:

Portaria SOF nº 07, de 28.05.2004, incluiu. Portaria SOF nº 49, de 15.12.2006, modificou a especificação. Portaria SOF nº 39, de 11.08.2008, alterou.

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 40; Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003; Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, Art. 39; e Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.

12102911 - Contribuições de Pensionista Civil para o Regime Próprio

Portaria:

Portaria SOF nº 07, de 28.05.2004, incluiu. Portaria SOF nº 49, de 15.12.2006, modificou a especificação. Portaria SOF nº 39, de 11.08.2008, alterou.

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 40; Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003; Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, Art. 39; e Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.

12102913 - Contribuição Previdenciária para Amortização do Déficit Atuarial

Portaria:

Portaria SOF nº 49, de 15.12.2006, incluiu.

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 40; Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003; Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, Art. 39; e Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.

12102915 - Contribuição Previdenciária em Regime de Parcelamento de Débitos - RPPS

Portaria:

Portaria SOF nº 49, de 15.12.2006, incluiu. Portaria SOF nº 09, de 19.02.2009, alterou.

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 40; Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003; Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, Art. 39; e Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.

12102916 - Receita de Recolhimento da Contribuição Patronal, oriunda do Pagamento de Sentenças Judiciais

Portaria:

Portaria SOF nº 48, de 10.09.2009, incluiu.

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

PLDO - 2015, Art. 9º, inciso IV

Amparo Legal: Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, art. 16-A e parágrafo único; Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009; e Lei nº 12.350, de 20 de dezembro de 2010.	Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, art. 43 e Lei nº 8.620, de 5 de janeiro de 1993.
12102917 - Receita de Recolhimento da Contribuição do Servidor Ativo Civil, oriunda do Pagamento de Sentenças Judiciais Portaria: Portaria SOF nº 48, de 10.09.2009, incluiu. Amparo Legal: Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, art. 16-A e parágrafo único; Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009; e Lei nº 12.350, de 20 de dezembro de 2010.	12103010 - Contribuição Previdenciária em Regime de Parcelamento de Débito dos Municípios Portaria: Portaria SOF nº 15, de 17.08.2001 Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002, modificou a especificação. Amparo Legal: Lei nº 9.639, de 25 de maio de 1998; e Medida Provisória nº 2.187, de 24 de agosto de 2001.
12102918 - Receita de Recolhimento da Contribuição do Servidor Inativo Civil, oriunda do Pagamento de Sentenças Judiciais Portaria: Portaria SOF nº 48, de 10.09.2009, incluiu. Amparo Legal: Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, art. 16-A e parágrafo único; Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009; e Lei nº 12.350, de 20 de dezembro de 2010.	12103011 - Contribuição Previdenciária do Segurado Obrigatório - Empresário Portaria: Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002. Amparo Legal: Lei nº 9.876, de 26 de novembro de 1999.
12102919 - Receita de Recolhimento de Pensionista Civil, oriunda do Pagamento de Sentenças Judiciais Portaria: Portaria SOF nº 48, de 10.09.2009, incluiu. Amparo Legal: Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, art. 16-A e parágrafo único; Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009; e Lei nº 12.350, de 20 de dezembro de 2010.	12103012 - Contribuição Previdenciária do Segurado Facultativo Portaria: Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002. Amparo Legal: Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e suas alterações.
12103001 - Contribuição Previdenciária do Segurado Obrigatório - Contribuinte Individual Portaria: Portaria SOF nº 08, de 27.06.2001 Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002, modificou a especificação. Amparo Legal: Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991; Lei nº 9.876, de 26 de novembro de 1999; Decreto nº 3.048, 06 de maio de 1999; e Decreto nº 5.586, de 19 de novembro de 2005.	12103013 - Contribuição Previdenciária do Segurado Especial Portaria: Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002. Amparo Legal: Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e suas alterações.
12103002 - Contribuição do Segurado Assalariado Portaria: Portaria SOF nº 08, de 27.06.2001 Amparo Legal: Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991; Lei nº 9.876, de 26 de novembro de 1999; Decreto nº 3.048, 06 de maio de 1999; e Decreto nº 5.586, de 19 de novembro de 2005.	12103014 - Contribuição Previdenciária do Segurado Obrigatório - Empregado Doméstico Portaria: Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002. Amparo Legal: Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.
12103003 - Contribuição Previdenciária da Empresa sobre Segurado Assalariado Portaria: Portaria SOF nº 08, de 27.06.2001 Amparo Legal: Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991; Lei nº 9.876, de 26 de novembro de 1999; Decreto nº 3.048, 06 de maio de 1999; e Decreto nº 5.586, de 19 de novembro de 2005.	12103015 - Contribuição Previdenciária dos Órgãos do Poder Público Portaria: Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002. Amparo Legal: Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, art. 42.
12103004 - Contribuição Previdenciária da Empresa Optante pelo SIMPLES Portaria: Portaria SOF nº 08, de 27.06.2001 Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002, modificou a especificação. Amparo Legal: Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999; Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996 - Simples Federal, vigente até 30-06-2007; e Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 - Simples Nacional.	12103016 - Contribuição Previdenciária das Entidades Filantrópicas Portaria: Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002. Amparo Legal: Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, art. 55; e Constituição Federal, art. 195, § 7º.
12103005 - Contribuição Previdenciária sobre Espetáculo Desportivo Portaria: Portaria SOF nº 08, de 27.06.2001 Amparo Legal: Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991; Lei nº 9.876, de 26 de novembro de 1999; Decreto nº 3.048, 06 de maio de 1999; e Decreto nº 5.586, de 19 de novembro de 2005.	12103017 - Contribuição Previdenciária - Retenção sobre Nota Fiscal - Sub-rogação Portaria: Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002. Amparo Legal: Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, art. 31.
12103006 - Contribuição Previdenciária sobre a Produção Rural Portaria: Portaria SOF nº 08, de 27.06.2001 Amparo Legal: Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991; Lei nº 9.876, de 26 de novembro de 1999; Decreto nº 3.048, 06 de maio de 1999; Lei nº 10.256, de 9 de julho de 2001; e Decreto nº 5.586, de 19 de novembro de 2005.	12103018 - Arrecadação FIES - Certificados Financeiros do Tesouro Nacional Portaria: Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002. Amparo Legal: Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001.
12103007 - Contribuição Previdenciária em Regime de Parcelamento de Débitos - RGPS Portaria: Portaria SOF nº 08, de 27.06.2001 Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002, modificou a especificação. Portaria SOF nº 09, de 19.02.2009, alterou. Amparo Legal: Lei nº 9.964, de 11 de abril de 2000 (REFIS); Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003 (PAES); e Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, que altera as anteriores.	12103021 - Contribuição Previdenciária na Forma de Depósito Judicial, Recursal e Custas Judiciais Portaria: Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002. Amparo Legal: Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991; Decreto nº 3.048, 06 de maio de 1999; Decreto nº 5.586, de 19 de novembro de 2005.
12103008 - Contribuição Previdenciária para o Seguro de Acidente do Trabalho Portaria: Portaria SOF nº 08, de 27.06.2001 Amparo Legal: Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, art. 22, inciso II.	12103022 - Contribuição Previdenciária das Cooperativas de Trabalho Descontadas do Cooperado Portaria: Portaria SOF nº 08, de 15.08.2003. Amparo Legal: Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991; Decreto nº 3.048, 06 de maio de 1999; Decreto nº 5.586, de 19 de novembro de 2005.
12103009 - Contribuição Previdenciária sobre Reclamatória Trabalhista Portaria: Portaria SOF nº 08, de 27.06.2001 Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002, modificou a especificação. Amparo Legal:	12103023 - Receita de Parcelamentos - Contribuição dos Empregadores e Trabalhadores para a Seguridade Social Portaria: Portaria SOF nº 17, de 31.12.2003, incluiu. Portaria SOF nº 35, de 10.08.2007, modificar a especificação. Amparo Legal: Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991; Decreto nº 3.048, 06 de maio de 1999; Decreto nº 5.586, de 19 de novembro de 2005.
	12103024 - Contribuição Previdenciária da Empresa sobre o Segurado Assalariado Incidente sobre a Receita Bruta Portaria: Natureza de Receita criada pela Portaria SOF nº 179, de 13 de dezembro de 2011. Amparo Legal: Arts. 7º e 8º da Medida Provisória nº 540, de 02 de agosto de 2011; e

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

PLDO - 2015, Art. 9º, inciso IV

Incisos I e III, do art. 22, da Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991.

12103099 - Outras Contribuições Previdenciárias

Portaria:

Portaria SOF nº 08, de 27.06.2001

Amparo Legal:

Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991; Decreto no 3.048, 06 de maio de 1999; Decreto no 5.586, de 19 de novembro de 2005.

12103101 - Contribuição para o Fundo de Saúde dos Policiais Militares do Distrito Federal

Portaria:

Portaria SOF nº 39, de 07.05.2010, incluiu.

Amparo Legal:

Lei nº 7.289, de 18/12/84 e Lei nº 10486, de 04/07/2002.

12103102 - Contribuição para o Fundo de Saúde dos Bombeiros Militares do Distrito Federal

Portaria:

Portaria SOF nº 39, de 07.05.2010, incluiu.

Amparo Legal:

Lei nº 7.289, de 18/12/84 e Lei nº 10486, de 04/07/2002. Natureza criada pela Portaria SOF nº 39, de 07 de maio de 2010. Lei no 2.613, de 23 de setembro de 1955; Decreto-Lei no 1.146, de 31 de dezembro de 1970; Lei no 7.231, de 23 de outubro de 1984; e Decreto no 90.393, de 30 de outubro de 1984 (revogado).

12103201 - Contribuição Industrial Rural

Amparo Legal:

Lei nº 8.212, de 24/07/91, Lei no 2.613, de 23 de setembro de 1955; Decreto-Lei no 1.146, de 31 de dezembro de 1970; Lei no 7.231, de 23 de outubro de 1984; e Decreto no 90.393, de 30 de outubro de 1984 (revogado).

12103203 - Adicional à Contribuição Previdenciária

Amparo Legal:

Lei no 2.613, de 23 de setembro de 1955; Decreto-Lei no 1.146, de 31 de dezembro de 1970; Lei no 7.231, de 23 de outubro de 1984; e Decreto no 90.393, de 30 de outubro de 1984 (revogado).

12103701 - Receita do Principal das Contribuições para o PIS/PASEP

Portaria:

Portaria SOF nº 17, de 31.12.2003, incluiu.

Amparo Legal:

Lei Complementar no 7, de 7 de setembro de 1970; Lei Complementar no 8, de 3 de dezembro de 1970; Lei no 9.715, de 25 de novembro de 1998; Lei no 10.637, de 30 de dezembro de 2002; Lei no 10.865, de 30 de abril de 2004; Lei no 10.925, de 23 de julho de 2004; Lei no 11.196, de 21 de novembro de 2005; Decreto no 5.530, de 22 de dezembro de 2005; Decreto no 5.881, de 31 de agosto de 2006; Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006; e Decreto no 6.127, de 18 de junho de 2007.

12103702 - Receita de Parcelamentos - Contribuições para o PIS/PASEP

Portaria:

Portaria SOF nº 17, de 31.12.2003, incluiu. Portaria SOF nº 35, de 10.08.2007, modificar a especificação.

Amparo Legal:

Lei Complementar no 7, de 7 de setembro de 1970; Lei Complementar no 8, de 3 de dezembro de 1970; Lei no 9.715, de 25 de novembro de 1998; Lei no 10.637, de 30 de dezembro de 2002; Lei no 10.865, de 30 de abril de 2004; Lei no 10.925, de 23 de julho de 2004; Lei no 11.196, de 21 de novembro de 2005; Decreto no 5.530, de 22 de dezembro de 2005; Decreto no 5.881, de 31 de agosto de 2006; Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006; e Decreto no 6.127, de 18 de junho de 2007.

12103801 - Receita do Principal da Contribuição Social sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas

Portaria:

Portaria SOF nº 17, de 31.12.2003, incluiu.

Amparo Legal:

Lei no 7.689, de 15 de dezembro de 1988; Lei no 9.249, de 26 de dezembro de 1995; Medida Provisória no 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; Lei no 10.637, de 30 de dezembro de 2002; Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006; e Medida Provisória nº 413, de 3 de janeiro de 2008 (Art. 17).

12103802 - Receita de Parcelamentos - Contribuição Social sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas

Portaria:

Portaria SOF nº 17, de 31.12.2003, incluiu. Portaria SOF nº 35, de 10.08.2007, modificar a especificação.

Amparo Legal:

Lei no 7.689, de 15 de dezembro de 1988; Lei no 9.249, de 26 de dezembro de 1995; Medida Provisória no 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; Lei no 10.637, de 30 de dezembro de 2002; Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006; e Medida Provisória nº 413, de 3 de janeiro de 2008 (Art. 17).

12104500 - Contribuição sobre Jogos de Bingo

Portaria:

Portaria SOF nº 08, de 27.06.2001

Amparo Legal:

Lei no 9.615, de 24 de março de 1998; Lei no 9.981, de 14 de julho de 2000; Decreto no 3.659, de 14 de novembro de 2000; e Medida Provisória no 2216-37, de 31 de agosto de 2001.

12104700 - Contribuição Relativa à Despedida de Empregado sem Justa Causa

Portaria:

Portaria SOF nº 15, de 17.08.2001

Amparo Legal:

Lei Complementar no 110, de 20 de junho de 2001; Lei no 8.036, de 11 de maio de 1990; Lei no 8.844, de 20 de janeiro de 1994; e Decreto no 3.914, de 11 de setembro de 2001.

12104800 - Contribuição sobre a Remuneração Devida ao Trabalhador

Portaria:

Portaria SOF nº 15, de 17.08.2001

Amparo Legal:

Lei Complementar no 110, de 20 de junho de 2001; Lei no 8.036, de 11 de maio de 1990; Lei no 8.844, de 20 de janeiro de 1994; e Decreto no 3.914, de 11 de setembro de 2001.

12109900 - Outras Contribuições Sociais

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 149 e 195.

12200100 - Contribuição para o Programa de Integração Nacional - PIN

Amparo Legal:

Art. 5o do Decreto-Lei no 1.106, de 16 de junho de 1970; Art. 2o da Lei no 8.167, de 16 de janeiro de 1991; Art. 13 da Lei no 10.177, de 15 de janeiro de 2001; e Arts. 599 e 602 do Decreto no 3.000, de 26 de março de 1999.

12200200 - Contribuição para o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste - PROTERRA

Amparo Legal:

Art. 6o do Decreto-Lei no 1.179, de 6 de julho de 1971; Art. 2o da Lei no 8.167, de 16 de janeiro de 1991; Art. 13 da Lei no 10.177, de 15 de janeiro de 2001; e Arts. 599 e 602 do Decreto no 3.000, de 26 de março de 1999.

12200301 - Contribuições sobre Selo Especial de Controle

Amparo Legal:

Art. 46 da Lei no 4.502, de 30 de novembro de 1964; Art. 3o do Decreto-Lei no 1.437, de 17 de dezembro de 1975; Lei no 9.532, de 10 de dezembro de 1997; e Decreto no 4.544, de 26 de dezembro de 2002.

12200302 - Contribuições sobre as Lojas Francas, Entrepósitos Aduaneiros e Depósitos Alfandegados

Portaria:

Portaria

Amparo Legal:

Decreto-Lei no 1.437, de 17 de dezembro de 1975; Decreto-Lei no 1.455, de 1976, art. 9o e 22o; Decreto no 4.543, de 26 de dezembro de 2002; Portaria do Ministério da Fazenda no 204, de 22 de agosto de 1996; e Instrução Normativa/SRF no 180, de 24 de julho de 2002.

12200500 - Contribuição sobre Apostas em Competições Hípicas

Amparo Legal:

Lei no 7.291, de 19 de dezembro de 1984; e Decreto no 96.993, de 17 de outubro de 1988.

12200601 - Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional - Remessas

Portaria:

Portaria SOF nº 03, de 06.06.2002

Amparo Legal:

Medida Provisória no 2.228, de 6 de setembro de 2001; Lei no 10.454, de 13 de maio de 2002; e Lei no 11.437, de 28 de dezembro de 2006.

12200602 - Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional - Títulos

Portaria:

Portaria SOF nº 03, de 06.06.2002

Amparo Legal:

Medida Provisória no 2.228, de 6 de setembro de 2001; Lei no 10.454, de 13 de maio de 2002; e Lei no 11.437, de 28 de dezembro de 2006.

12200603 - Receita de Distribuição de Conteúdos Audiovisuais por Prestadores de Serviço de Acesso Condicionado

Portaria:

Natureza de Receita criada pela Portaria SOF no 179, de 13 de dezembro de 2011.

Amparo Legal:

Inciso II do art. 32 da MP no 2.228-1, de 2001, além dos arts. 33, 35, 36, 38, 47 e 48, e do Anexo I da referida MP; Arts. 2o a 4o, da Lei no 11.437, de 28 de dezembro de 2006; Arts. 27 e 40 da Lei no 12.485 de 12 de setembro de 2011; e Art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

12201600 - Adicional sobre as Tarifas de Passagens Aéreas Domésticas

Amparo Legal:

Decreto no 76.590, de 11 de novembro de 1975; Decreto no 98.996 de 02 de março de 1990; Portaria no 101/GC-5, de 22 de fevereiro de 2000; e Lei no 11.182, de 27 de setembro de 2005, art. 42.

12201800 - Cota-parte do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante

Amparo Legal:

Decreto-Lei no 2.404, de 23 de dezembro de 1987; Lei no 9.432, de 8 de janeiro de 1997; Lei no 10.893, de 13 de julho de 2004.

12202400 - Contribuição sobre a Receita das Concessionárias e Permissionárias de Energia Elétrica

Amparo Legal:

Lei no 9.991, de 24 de julho de 2000; Decreto no 3.867, de 16 de julho de 2001; Lei no 10.848, de 2004; Lei no 12.111, de 9 de dezembro de 2009; e Decreto no 7.204, de 8 de junho de 2010.

12202500 - Contribuição pela Licença de Uso, Aquisição ou Transferência de Tecnologia

Amparo Legal:

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

PLDO - 2015, Art. 9º, inciso IV

Lei no 10.168, de 29 de dezembro de 2000; e Decreto no 4.195, de 11 de abril de 2002.	Amparo Legal: Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991.Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991.Art. 35º, do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.
12202601 - Contribuição sobre a Receita Operacional Bruta, Decorrente de Prestação de Serviços de Telecomunicações Amparo Legal: Lei no 9.998 de 17 de agosto de 2000; e Decreto no 3.624, de 05 de dezembro de 2000.	12204204 - Contribuição sobre o Faturamento das Empresas de Informática Instaladas nas Demais Regiões - Parcelamento de Débitos Portaria: Portaria SOF nº 06, de 23.02.2010, incluiu. Amparo Legal: Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991.Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991.Art. 37º, do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.
12202602 - Contribuição sobre a Receita Bruta das Empresas Prestadoras de Serviços de Telecomunicações Amparo Legal: Lei no 10.052, de 28 de novembro de 2000; e Decreto no 3.737, de 30 de janeiro de 2001.	12209901 - Outras Contribuições Econômicas - Principal Portaria: Portaria SOF nº 01, de 03.01.2006, incluiu. Amparo Legal: Constituição Federal, art. 149.
12202801 - Contribuição Relativa as Atividades de Importação de Petróleo e seus derivados, Gás Natural e Alcool Carburante Portaria: Portaria SOF nº 15, de 04.12.2002 Amparo Legal: Emenda Constitucional no 33 de 11 de dezembro de 2001;Emenda constitucional no 44, de 30 de junho de 2004;Lei no 10.336, de 19 de dezembro de 2001;Lei no 10.636, de 30 de dezembro de 2002;Lei no 10.866, de 4 de maio de 2004.	12209902 - Parcelamentos - Outras Contribuições Econômicas Portaria: Portaria SOF nº 01, de 03.01.2006, incluiu. Portaria SOF nº 35, de 10.08.2007, modificar a especificação. Amparo Legal: Constituição Federal, art. 149.
12202802 - Contribuição Relativa as Atividades de Comercialização de Petróleo e seus Derivados, Gás Natural e Alcool Carburante Portaria: Portaria SOF nº 15, de 04.12.2002 Amparo Legal: Emenda Constitucional no 33, de 11 de dezembro de 2001;Emenda constitucional no 44, de 30 de junho de 2004;Lei no 10.336, de 19 de dezembro de 2001;Lei no 10.636, de 30 de dezembro de 2002; eLei no 10.866, de 4 de maio de 2004.	13110000 - Aluguéis Amparo Legal: Decreto-Lei no 9.760, de 5 de setembro de 1946;Decreto-Lei no 2.398, de 21 de dezembro de 1987;Lei no 9.636, de 15 de maio de 1998;Decreto no 3.725, de 10 de janeiro de 2001; e Lei no 11.481, de 31 de maio de 2007.
12202803 - Receita de Parcelamentos - Contribuição Relativa as Atividades de Comercialização de Petróleo e seus Derivados, Gás Natural e Alcool Carburante Portaria: Portaria SOF nº 01, de 03.01.2006, incluiu. Portaria SOF nº 35, de 10.08.2007, modificar a especificação. Amparo Legal: Emenda Constitucional no 33, de 11 de dezembro de 2001;Emenda constitucional no 44, de 30 de junho de 2004;Lei no 10.336, de 19 de dezembro de 2001;Lei no 10.636, de 30 de dezembro de 2002; eLei no 10.866, de 4 de maio de 2004.	13120000 - Arrendamentos Amparo Legal: Decreto-Lei no 9.760, de 5 de setembro de 1946;Decreto-Lei no 2.398, de 21 de dezembro de 1987;Lei no 9.636, de 15 de maio de 1998;Decreto no 3.725, de 10 de janeiro de 2001; e Lei no 11.481, de 31 de maio de 2007.
12203000 - Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública Portaria: Natureza de Receita criada pela Portaria SOF nº 13, de 19 de maio de 2009 e retificada por essa mesma Portaria para o código 1220.30.00. Amparo Legal: Lei no 11.652, de 7 de abril de 2008; Medida Provisória nº 460, de 30 de março de 2009, Art. 6º.	13130000 - Foros Amparo Legal: Decreto-Lei no 9.760, de 5 de setembro de 1946;Decreto-Lei no 2.398, de 21 de dezembro de 1987;Lei no 9.636, de 15 de maio de 1998;Decreto no 3.725, de 10 de janeiro de 2001; e Lei no 11.481, de 31 de maio de 2007.
12204101 - Contribuição sobre o Faturamento das Empresas de Informática Instaladas na Amazônia - Principal Portaria: Portaria SOF nº 06, de 23.02.2010, incluiu. Amparo Legal: Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991.Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991.Inciso III, § 1º, do art. 8º, do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.	13140000 - Laudêmius Amparo Legal: Decreto-Lei no 9.760, de 5 de setembro de 1946;Decreto-Lei no 2.398, de 21 de dezembro de 1987;Lei no 9.636, de 15 de maio de 1998; Decreto no 3.725, de 10 de janeiro de 2001; e Lei no 11.481, de 31 de maio de 2007.
12204102 - Contribuição sobre o Faturamento das Empresas de Informática Instaladas na Amazônia - Excedente Portaria: Portaria SOF nº 06, de 23.02.2010, incluiu. Amparo Legal: Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991.Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991. § 3º, do art.10º, do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.	13151000 - Taxa de Ocupação de Terrenos da União Portaria: Portaria SOF nº 28, de 13.09.2006, incluiu. Amparo Legal: Decreto-Lei no 9.760, de 5 de setembro de 1946;Decreto-Lei no 2.398, de 21 de dezembro de 1987;Decreto no 980, de 11 de novembro de 1993, e alterações posteriores;Lei no 9.636, de 15 de maio de 1998;Decreto no 3.725, de 10 de janeiro de 2001; e Lei no 11.481, de 31 de maio de 2007.
12204103 - Contribuição sobre o Faturamento das Empresas de Informática Instaladas na Amazônia - Residual Portaria: Portaria SOF nº 06, de 23.02.2010, incluiu. Amparo Legal: Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991.Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991.Art. 35º, do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.	13152000 - Taxa de Ocupação de Imóveis Funcionais e Próprios Nacionais Residenciais Portaria: Portaria SOF nº 28, de 13.09.2006, incluiu. Amparo Legal: Decreto-Lei no 9.760, de 5 de setembro de 1946;Decreto-Lei no 2.398, de 21 de dezembro de 1987;Decreto no 980, de 11 de novembro de 1993, e alterações posteriores;Lei no 9.636, de 15 de maio de 1998;Decreto no 3.725, de 10 de janeiro de 2001; e Lei no 11.481, de 31 de maio de 2007.
12204104 - Contribuição sobre o Faturamento das Empresas de Informática Instaladas na Amazônia - Parcelamento de Débitos Portaria: Portaria SOF nº 06, de 23.02.2010, incluiu. Amparo Legal: Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991.Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991.Art. 37º, do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.	13153000 - Taxa de Ocupação de Outros Imóveis Portaria: Portaria SOF nº 28, de 13.09.2006, incluiu. Amparo Legal: Decreto-Lei no 9.760, de 5 de setembro de 1946;Decreto-Lei no 2.398, de 21 de dezembro de 1987;Decreto no 980, de 11 de novembro de 1993, e alterações posteriores;Lei no 9.636, de 15 de maio de 1998;Decreto no 3.725, de 10 de janeiro de 2001; e Lei no 11.481, de 31 de maio de 2007.
12204201 - Contribuição sobre o Faturamento das Empresas de Informática Instaladas nas Demais Regiões - Principal Portaria: Portaria SOF nº 06, de 23.02.2010, incluiu. Amparo Legal: Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991.Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991.Inciso III, § 1º, do art. 8º, do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.	13190000 - Outras Receitas Imobiliárias Amparo Legal: Decreto-Lei no 9.760, de 5 de setembro de 1946;Decreto-Lei no 2.398, de 21 de dezembro de 1987;Lei no 9.636, de 15 de maio de 1998;Decreto no 3.725, de 10 de janeiro de 2001; e Lei no 11.481, de 31 de maio de 2007.
12204202 - Contribuição sobre o Faturamento das Empresas de Informática Instaladas nas Demais Regiões - Excedente Portaria: Portaria SOF nº 06, de 23.02.2010, incluiu. Amparo Legal: Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991.Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991. § 3º, do art.10º, do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.	13210000 - Juros de Títulos de Renda Amparo Legal: Art. 164, § 3º da Constituição Federal e Normativos da CVM e Banco Central.
12204203 - Contribuição sobre o Faturamento das Empresas de Informática Instaladas nas Demais Regiões - Residual Portaria: Portaria SOF nº 06, de 23.02.2010, incluiu.	13220000 - Dividendos Portaria: - Amparo Legal:

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

PLDO - 2015, Art. 9º, inciso IV

Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e alterações posteriores; e Lei no 9.530, de 10 de dezembro de 1997.	13310106 - Receita de Outorga dos Serviços de Infraestrutura Aeroportuária Portaria: Portaria SOF nº 2, de 19.01.2012. Código alterado pela Portaria SOF nº 17, de 08.03.2012. Amparo Legal: Lei no 9.825, de 23 de agosto de 1999; Art. 63 da Lei no 12.462, de 5 de agosto de 2011; e Medida Provisória no 551, de 22 de novembro de 2011.
13220001 - Dividendos Portaria: Portaria SOF nº 135, de 27 de setembro de 2013. Amparo Legal: - Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e alterações posteriores; e - Lei no 9.530, de 10 de dezembro de 1997.	13310199 - Outras Receitas de Concessões e Permissões - Serviços de Transporte Portaria: Portaria SOF nº 03, de 26.04.2006, incluir. Amparo Legal: Lei no 10.233, de 5 de junho de 2001; Medida Provisória no 2.217, de 4 de setembro de 2001.
13230000 - Participações Portaria: - Amparo Legal: Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e alterações posteriores; e Lei no 9.530, de 10 de dezembro de 1997.	13310201 - Receita de Outorga dos Serviços de Telecomunicações Portaria: Portaria SOF nº 03, de 26.04.2006, incluir. Amparo Legal: Lei no 5.070, de 7 de julho de 1966; Lei no 9.998, de 17 de agosto de 2000; e Lei 11.437, de 28 de dezembro de 2006.
13250000 - Remuneração de Depósitos Bancários Portaria: Portaria SOF. Amparo Legal: Art. 164, § 3º da Constituição Federal; Normativos específicos para cada caso.	13310202 - Receita de Outorga dos Serviços de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagens Portaria: Portaria SOF nº 03, de 26.04.2006, incluir. Amparo Legal: Lei no 5.070, de 7 de julho de 1966; Lei no 9.472, de 16 de julho de 1997; Lei no 9.998, de 17 de agosto de 2000; e Lei 11.437, de 28 de dezembro de 2006.
13260000 - Remuneração de Depósitos Especiais Amparo Legal: Lei no 9.322, de 5 de dezembro de 1996.	13310203 - Receita de Outorga do Direito de uso de Radiofrequência Portaria: Portaria SOF nº 03, de 26.04.2006, incluir. Amparo Legal: LEI Nº 9.472, DE 16 DE JULHO DE 1997 - Lei Geral de Telecomunicações.
13270000 - Remuneração de Saldos de Recursos Não Desembolsados Amparo Legal: Lei no 9.322, de 5 de dezembro de 1996.	13310204 - Receita de Transferência de Concessão, de Permissão ou de Autorização de Telecomunicações ou de Uso de Radiofrequência Portaria: Portaria SOF nº 03, de 26.04.2006, incluir. Amparo Legal: Lei no 5.070, de 7 de julho de 1966; Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997; Lei no 9.998, de 17 de agosto de 2000; e Lei 11.437, de 28 de dezembro de 2006.
13281000 - Remuneração dos Investimentos do Regime Próprio de Previdência do Servidor em Renda Fixa Portaria: Portaria SOF nº 49, de 15.12.2006, incluir. Amparo Legal: Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998; Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3.244, de 28 de outubro de 2004.	13310205 - Receita de Transferência de Concessão, de Permissão ou de Autorização de Rodovias ou de Obras Rodoviárias Federais Portaria: Portaria SOF nº 21, de 28.07.2006, incluir. Portaria SOF nº 17, de 20.04.2007, excluir. Portaria SOF nº 39, de 15.06.2009, incluir. Amparo Legal: Lei no 9.277, de 10 de maio de 1996, arts. 1º e 3º.
13282000 - Remuneração dos Investimentos do Regime Próprio de Previdência do Servidor em Renda Variável Portaria: Portaria SOF nº 49, de 15.12.2006, incluir. Amparo Legal: Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998; Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3.244, de 28 de outubro de 2004.	13310206 - Receita de Outorga para a Utilização de Posições Orbitais Portaria: Portaria SOF nº 21, de 28.07.2006, incluir. Portaria SOF nº 17, de 20.04.2007, excluir. Portaria SOF nº 48, de 10.09.2009, incluir. Amparo Legal: Lei no 5.070, de 7 de julho de 1966; e Lei no 9.994, de 2000, art. 1º, inciso I e art. 2º.
13283000 - Remuneração dos Investimentos do Regime Próprio de Previdência do Servidor em Fundos Imobiliários Portaria: Portaria SOF nº 49, de 15.12.2006, incluir. Amparo Legal: Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998; Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3.244, de 28 de outubro de 2004.	13310207 - Receita de Outorga de Licenças e Autorizações da Agência Espacial Brasileira Portaria: Portaria SOF nº 48, de 10.09.2009, incluir. Amparo Legal: Lei no 5.070, de 7 de julho de 1966; e Lei no 9.994, de 2000, art. 1º, inciso IV e art. 2º.
13290000 - Outras Receitas de Valores Mobiliários Portaria: Portaria SOF nº 07, de 28.05.2004, incluir. Amparo Legal: Art. 164, § 3º da Constituição Federal e Normativos da CVM e Banco Central.	13310299 - Outras Receitas de Concessões e Permissões - Serviços de Comunicação Portaria: Portaria SOF nº 03, de 26.04.2006, incluir. Amparo Legal: Lei no 5.070, de 7 de julho de 1966; e Lei no 9.994, de 2000
13310101 - Receita de Outorga dos Serviços de Transporte Ferroviário Portaria: Portaria SOF nº 03, de 26.04.2006, incluir. Amparo Legal: Lei no 10.233, de 5 de junho de 2001; Medida Provisória no 2.217, de 4 de setembro de 2001.	13310300 - Receita de Outorga para Exploração dos Serviços de Energia Elétrica Portaria: Portaria SOF nº 03, de 26.04.2006, incluir. Amparo Legal: Lei no 9.074, de 7 de julho de 1995; Decreto no 2.003, de 10 de setembro de 1996; Lei no 9.648, de 27 de maio de 1998, art 7º; Lei no 10.438, de 26 de abril de 2002, art. 13, § 1º; e Lei no 10.848, de 15 de março de 2004.
13310102 - Receita de Outorga dos Serviços de Transportes Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros Portaria: Portaria SOF nº 03, de 26.04.2006, incluir. Amparo Legal: Decreto no 2.521, de 20 de março de 1998; Lei no 10.233, de 5 de junho de 2001; e Medida Provisória no 2.217, de 4 de setembro de 2001.	13319900 - Outras Receitas de Concessões e Permissões - Serviços Portaria: Portaria SOF nº 03, de 26.04.2006, incluir. Amparo Legal: Lei no 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; Lei no 9.074, de 7 de julho de 1995.
13310103 - Receita de Outorga dos Serviços de Transporte Metroviário de Passageiros Portaria: Portaria SOF nº 03, de 26.04.2006, incluir. Amparo Legal: Decreto no 2.521, de 20 de março de 1998; Lei no 10.233, de 5 de junho de 2001; e Medida Provisória no 2.217, de 4 de setembro de 2001.	13320101 - Bônus de Assinatura de Contrato de Concessão Portaria:
13310104 - Receita de Outorga dos Serviços de Transporte Marítimo de Passageiros Portaria: Portaria SOF nº 03, de 26.04.2006, incluir. Amparo Legal: Decreto no 2.521, de 20 de março de 1998; Lei no 10.233, de 5 de junho de 2001; e Medida Provisória no 2.217, de 4 de setembro de 2001.	

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

PLDO - 2015, Art. 9º, inciso IV

Portaria SOF nº 03, de 26.04.2006, incluir. Amparo Legal: Lei no 9.478, de 6 de agosto de 1997.	Portaria SOF nº 28, de 13.09.2006, incluiu. Amparo Legal: Lei no 10.973, de 2 de dezembro de 2004; Decreto no 5.563, de 11 de outubro de 2005.
13320102 - Pagamento pela Retenção de Área para Exploração ou Produção Portaria: Portaria SOF nº 03, de 26.04.2006, incluir. Amparo Legal: Lei no 9.478, de 6 de agosto de 1997.	13330300 - Receita de Concessão de Uso do Potencial de Energia Hidráulica Portaria: Portaria SOF nº 39, de 11.08.2008, incluiu. Amparo Legal: Constituição Federal, Art. 20, VIII e 176, § 1º; Lei no 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; Lei no 9.074, de 7 de julho de 1995; Lei no 9.427, de 26 de dezembro de 1996; Lei no 10.438, de 26 de abril de 2002; Lei no 10.762, de 11 de novembro de 2003; Lei no 10.848, de 15 de março de 2004; e Lei no 11.488, de 15 de junho de 2007.
13320103 - Bônus Assinatura Contrato Partilha Produção Portaria: Portaria SOF nº 03, de 26.04.2006, incluir. Amparo Legal: Lei no 9.478, de 6 de agosto de 1997.	13330400 - Receita da Permissão de Uso de Área da União de Curta Duração Portaria: Portaria SOF nº 18, de 13.04.2010, incluiu. Amparo Legal: Lei nº 9.636/98, art. 18 § 5º.
13320200 - Receita de Outorga de Direitos de Uso de Recursos Hídricos Portaria: Portaria SOF nº 03, de 26.04.2006, incluir. Amparo Legal: Lei no 9.984 de 17 de julho de 2000; § 6º, inciso IX, art. 4º; Lei no 9.433, de 8 de janeiro de 1997; e Lei no 9.984, de 17 de julho de 2000.	13330500 - Receita da Cessão de Uso de Bens da União Portaria: Portaria SOF nº 18, de 13.04.2010, incluiu. Amparo Legal: Lei nº 9.636/98, art. 18 § 5º.
13320300 - Receita de Outorga de Direitos de Exploração e Pesquisa Mineral Portaria: Portaria SOF nº 21, de 28.07.2006, incluiu. Amparo Legal: Lei no 7.990, de 28 de dezembro de 1989; Lei nº. 8.001, de 13 de março de 1990 (Art. 6º); Lei no 8.876, de 2 de maio de 1994.	13330600 - Receita de Direito de Uso da Imagem e de Reprodução dos Bens do Acervo Patrimonial Portaria: Portaria nº 62, de 27 de junho de 2013 Amparo Legal: - Lei no 11.904, de 14 de janeiro de 2009;- Art. 10, da Lei no 11.906, de 20 de janeiro de 2009;- Inciso VI, do art. 23 do Decreto no 6.845, de 7 de maio de 2009;- Instrução Normativa no 1, do Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM, de 15 de abril de 2013;- Legislação aplicável aos direitos de uso de imagem e reprodução.
13320401 - Receita de Concessão de Florestas Nacionais - Valor Mínimo Portaria: Portaria SOF nº 28, de 13.09.2006, incluiu. Amparo Legal: Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000 (Art. 17); Lei no 11.284, de 02 de março de 2006; Lei no 11.516, de 28 de agosto de 2007 (Arts. 6º e 7º).	13330700 - Receita da Cessão de Uso de Áreas da União Situadas em Unidades de Conservação Federais Portaria: Portaria nº 62, de 27 de junho de 2013 Amparo Legal: - Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000;- Lei no 9.636, de 15 de maio de 1998;- Art. 12, § 2º, do Decreto no 7.154, de 9 de abril de 2010;- Portaria Interministerial MP-MMA no 436, de 2 de dezembro de 2009.
13320402 - Receita de Concessão de Florestas Nacionais - Demais Valores Portaria: Portaria SOF nº 28, de 13.09.2006, incluiu. Amparo Legal: Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000 (Art. 17); Lei no 11.284, de 02 de março de 2006; Lei no 11.516, de 28 de agosto de 2007 (Arts. 6º e 7º).	13339900 - Outras Receitas de Concessões e Permissões - Direitos de Uso de Bens Públicos Portaria: Portaria SOF nº 03, de 26.04.2006, incluir. Amparo Legal: Código Civil, art. 1370; Decreto-Lei no 271, de 28 de fevereiro de 1967; e Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993.
13320403 - Receita de Outras Concessões Florestais - Valor Mínimo Portaria: Portaria SOF nº 28, de 13.09.2006, incluiu. Amparo Legal: Lei no 11.284, de 02 de março de 2006; Lei no 11.516, de 28 de agosto de 2007 (Arts. 6º e 7º).	13390000 - Outras Receitas de Concessões e Permissões Portaria: Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002, excluiu. Portaria SOF nº 03, de 26.04.2006, incluir. Amparo Legal: Lei no 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; Lei no 9.074, de 7 de julho de 1995.
13320404 - Receita de Outras Concessões Florestais - Demais Valores Portaria: Portaria SOF nº 28, de 13.09.2006, incluiu. Amparo Legal: Lei no 11.284, de 02 de março de 2006; Lei no 11.516, de 28 de agosto de 2007 (Arts. 6º e 7º).	13400100 - Utilização de Recursos Hídricos - Itaipu Portaria: Portaria SOF nº 09, de 28.04.2005, incluiu. Amparo Legal: Lei no 7.990, de 28 de dezembro de 1989; Lei no 8.001, de 13 de março de 1990; Lei no 9.433, de 8 de janeiro de 1997; Lei no 9.648, de 27 de maio de 1998; e Lei no 9.984, de 17 de julho de 2000.
13320405 - Receita de Custos de Edital de Concessão Florestal Portaria: Portaria SOF nº 28, de 13.09.2006, incluiu. Amparo Legal: Lei no 11.284, de 02 de março de 2006; Lei no 11.516, de 28 de agosto de 2007 (Arts. 6º e 7º).	13400200 - Utilização de Recursos Hídricos - Demais Empresas Portaria: Portaria SOF nº 09, de 28.04.2005, incluiu. Amparo Legal: Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989; Lei no 8.001, de 13 de março de 1990; Lei no 9.433, de 8 de janeiro de 1997; Lei no 9.648, de 27 de maio de 1998; e Lei no 9.984, de 17 de julho de 2000.
13320406 - Receita de Contratos de Transição de Concessão Florestal Portaria: Portaria SOF nº 28, de 13.09.2006, incluiu. Amparo Legal: Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000; Lei no 11.284, de 02 de março de 2006; Lei no 11.516, de 28 de agosto de 2007 (Arts. 6º e 7º).	13400300 - Compensação Financeira com a Exploração de Recursos Minerais Portaria: Portaria SOF nº 09, de 28.04.2005, incluiu. Amparo Legal: Lei no 7.990, de 28 de dezembro de 1989, art. 2º; Lei no 8.001, de 13 de março de 1990; e Lei no 9.993, de 24 de julho de 2000.
13329900 - Outras Receitas de Concessões e Permissões - Recursos Naturais Portaria: Portaria SOF nº 03, de 26.04.2006, incluir. Amparo Legal: Lei no 9.478, de 6 de agosto de 1997; Lei no 9.984 de 17 de julho de 2000; § 6º, inciso IX, art. 4º; Lei no 9.433, de 8 de janeiro de 1997; e Lei no 9.984, de 17 de julho de 2000.	13400400 - Compensação Financeira com Royalties pela Produção de Petróleo ou Gás Natural - Em Terra Portaria: Portaria SOF nº 09, de 28.04.2005, incluiu. Portaria SOF nº 77, de 24.08.2011, alterar. Amparo Legal: Lei no 7.990, de 28 de dezembro de 1989, art. 7º; Lei no 9.478, de 6 de agosto de 1997, art. 48; Decreto no 2.705, de 3 de agosto de 1998; e Lei no 11.097, de 13 de janeiro de 2005.
13330100 - Receita de Concessão de Direito Real de Uso de Área Pública Portaria: Portaria SOF nº 03, de 26.04.2006, incluir. Amparo Legal: Código Civil, art. 1370; Decreto-Lei no 271, de 28 de fevereiro de 1967; e Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993.	13400409 - Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo ou Gás Natural - Em Terra - Concessão - Todas as Áreas Portaria: .
13330200 - Receita de Outorga de Direito de Uso ou de Exploração de Criação Protegida - Instituição Científica e Tecnológica Portaria:	

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

PLDO - 2015, Art. 9º, inciso IV

<p>Portaria SOF nº 11, de 06 de fevereiro de 2013</p> <p>Amparo Legal:</p> <p>- Lei no 7.990, de 28 de dezembro de 1989, art. 7o;- Lei no 9.478, de 1997, artigos 49, inciso II, e 50-A (incluído pela MP no 592, de 2012);- Decreto no 2.705, de 3 de agosto de 1998;- Lei no 12.351, de 22 de dezembro de 2010; e- Medida Provisória no 592 de 03/12/2012.</p>	<p>13431211 - Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - PLC 41/2013 - com Liminar STF - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Área e Camada Pré-Sal</p> <p>Portaria:</p> <p>.</p> <p>Amparo Legal:</p> <p>.</p>
<p>13411130 - Participação Especial pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos no Pré-Sal - Contratos de Concessão Firmados antes de 03/12/2012</p> <p>Portaria:</p> <p>Portaria SOF nº 11, de 06 de fevereiro de 2013</p> <p>Amparo Legal:</p> <p>- Lei no 9.478, de 6 de agosto de 1997, artigos 50, § 2o, e 50-A (incluído pela Medida Provisória no 592 de 03/12/2012);- Decreto no 2.705, de 3 de agosto de 1998;- Lei no 12.351, de 22 de dezembro de 2010, arts. 44 e 49, inciso IV e §§ 1o e 2o; e- Medida Provisória no 592 de 03/12/2012;</p>	<p>13432211 - Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - PLC 41/2013 - com Liminar STF - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Área e Camada Pré-Sal</p> <p>Portaria:</p> <p>.</p> <p>Amparo Legal:</p> <p>.</p>
<p>13411211 - Royalties Mínimos pela Produção em Plataforma de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos em Outras Áreas - Contratos de Concessão Firmados antes de 03/12/2012</p> <p>Portaria:</p> <p>Portaria SOF nº 11, de 06 de fevereiro de 2013</p> <p>Amparo Legal:</p> <p>- Lei no 7.990, de 28 de dezembro de 1989, art. 7o;- Lei no 9.478, de 6 de agosto de 1997, artigos 48 e 50-A (incluído pela Medida Provisória no 592 de 03/12/2012);- Decreto no 2.705, de 3 de agosto de 1998;- Lei no 12.351, de 22 de dezembro de 2010.</p>	<p>13432212 - Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - PLC 41/2013 - com Liminar STF - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Demais Situações</p> <p>Portaria:</p> <p>.</p> <p>Amparo Legal:</p> <p>.</p>
<p>13411212 - Royalties Mínimos pela Produção em Terra de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos em Outras Áreas - Contratos de Concessão Firmados antes de 03/12/2012</p> <p>Portaria:</p> <p>Portaria SOF nº 11, de 06 de fevereiro de 2013</p> <p>Amparo Legal:</p> <p>- Lei no 7.990, de 28 de dezembro de 1989, art. 7o;- Lei no 9.478, de 6 de agosto de 1997, artigos 48;- Decreto no 2.705, de 3 de agosto de 1998.</p>	<p>13433100 - Participação Especial pela Produção de Petróleo em Terra (Qualquer Situação) - Contrato de Concessão - PLC 41/2013 - com Liminar STF</p> <p>Portaria:</p> <p>.</p> <p>Amparo Legal:</p> <p>.</p>
<p>13411221 - Royalties Excedentes pela Produção em Plataforma de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos em Outras Áreas - Contratos de Concessão Firmados antes de 03/12/2012</p> <p>Portaria:</p> <p>Portaria SOF nº 11, de 06 de fevereiro de 2013</p> <p>Amparo Legal:</p> <p>- Lei no 7.990, de 28 de dezembro de 1989, art. 7o;- Lei no 9.478, de 6 de agosto de 1997, artigo 49 inciso II; e- Decreto no 2.705, de 3 de agosto de 1998;</p>	<p>13433211 - Participação Especial pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - PLC 41/2013 - com Liminar STF - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Área e Camada Pré-Sal</p> <p>Portaria:</p> <p>.</p> <p>Amparo Legal:</p> <p>.</p>
<p>13411222 - Royalties Excedentes pela Produção em Terra de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos em Outras Áreas - Contratos de Concessão Firmados antes de 03/12/2012</p> <p>Portaria:</p> <p>Portaria SOF nº 11, de 06 de fevereiro de 2013</p> <p>Amparo Legal:</p> <p>- Lei no 7.990, de 28 de dezembro de 1989, art. 7o;- Lei no 9.478, de 6 de agosto de 1997, artigos 49 inciso I; e- Decreto no 2.705, de 3 de agosto de 1998.</p>	<p>13433212 - Participação Especial pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - PLC 41/2013 - com Liminar STF - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Demais Situações</p> <p>Portaria:</p> <p>.</p> <p>Amparo Legal:</p> <p>.</p>
<p>13411230 - Participação Especial pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos em Outras Áreas - Contratos de Concessão Firmados antes de 03/12/2012</p> <p>Portaria:</p> <p>Portaria SOF nº 11, de 06 de fevereiro de 2013</p> <p>Amparo Legal:</p> <p>- Lei no 9.478, de 6 de agosto de 1997, art 50, §2o;- Decreto no 2.705, de 3 de agosto de 1998;</p>	<p>13433220 - Participação Especial pela Produção de Petróleo em Plataforma- Contrato de Concessão - PLC 41/2013 - com Liminar STF - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Qualquer Situação</p> <p>Portaria:</p> <p>.</p> <p>Amparo Legal:</p> <p>.</p>
<p>13412211 - Royalties Mínimos pela Produção em Plataforma de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos em Outras Áreas - Contratos de Concessão Firmados A partir de 03/12/2012</p> <p>Portaria:</p> <p>Portaria SOF nº 11, de 06 de fevereiro de 2013</p> <p>Amparo Legal:</p> <p>- Lei no 9.478, de 6 de agosto de 1997, art. 48-A, 50-B e Anexo I :- Decreto no 2.705, de 3 de agosto de 1998;- Lei no 12.734, de 30 de novembro de 2012; e- Medida Provisória no 592, de 03/12/2012, art. 2o.</p>	<p>13441100 - Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Terra (Qualquer Situação)- Contrato de Concessão</p> <p>Portaria:</p> <p>.</p> <p>Amparo Legal:</p> <p>- Lei no 7.990, de 28 de dezembro de 1989, art. 7o;- Lei no 9.478, de 06 de agosto de 1997, art. 48;- Lei no 12.734, de 30 de novembro de 2012; e- Lei no 12.858, de 9 de setembro de 2013.</p>
<p>13412212 - Royalties Mínimos pela Produção em Terra de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos em Outras Áreas - Contratos de Concessão Firmados A partir de 03/12/2012</p> <p>Portaria:</p> <p>Portaria SOF nº 11, de 06 de fevereiro de 2013</p> <p>Amparo Legal:</p> <p>- Lei no 7.990, de 28 de dezembro de 1989, art. 7o §- Lei no 9.478, de 6 de agosto de 1997, art. 48-A, e 50-B;- Decreto no 2.705, de 3 de agosto de 1998;- Lei no 12.734, de 30 de novembro de 2012; e- Medida Provisória no 592, de 03/12/2012, art. 2o.</p>	<p>13441211 - Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Área e Camada Pré-Sal</p> <p>Portaria:</p> <p>.</p> <p>Amparo Legal:</p> <p>- Lei no 7.990, de 28 de dezembro de 1989, art. 7o;- Lei no 9.478, de 06 de agosto de 1997, art. 48;- Lei no 12.351, de 22 de dezembro de 2010;- Lei no 12.734, de 30 de novembro de 2012; e- Lei no 12.858, de 9 de setembro de 2013.</p>
<p>13412221 - Royalties Excedentes pela Produção em Plataforma de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos em Outras Áreas - Contratos de Concessão Firmados A partir de 03/12/2012</p> <p>Portaria:</p> <p>Portaria SOF nº 11, de 06 de fevereiro de 2013</p> <p>Amparo Legal:</p> <p>- Lei no 9.478, de 6 de agosto de 1997, art. 49-A, 50-B e Anexo II;- Decreto no 2.705, de 3 de agosto de 1998;- Lei no 12.734, de 30 de novembro de 2012; e- Medida Provisória no 592, de 03/12/2012, art. 2o.</p>	<p>13441212 - Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Demais Situações</p> <p>Portaria:</p> <p>.</p> <p>Amparo Legal:</p> <p>- Lei no 7.990, de 28 de dezembro de 1989, art. 7o;- Lei no 9.478, de 06 de agosto de 1997, art. 48;- Lei no 12.351, de 22 de dezembro de 2010;- Lei no 12.734, de 30 de novembro de 2012; e- Lei no 12.858, de 9 de setembro de 2013.</p>
<p>13412222 - Royalties Excedentes pela Produção em Terra de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos em Outras Áreas - Contratos de Concessão Firmados A partir de 03/12/2012</p> <p>Portaria:</p> <p>Portaria SOF nº 11, de 06 de fevereiro de 2013</p> <p>Amparo Legal:</p> <p>- Lei no 7.990, de 28 de dezembro de 1989, art. 7o §- Lei no 9.478, de 6 de agosto de 1997, art. 48-A, e 50-B;- Decreto no 2.705, de 3 de agosto de 1998;- Lei no 12.734, de 30 de novembro de 2012; e- Medida Provisória no 592, de 03/12/2012, art. 2o.</p>	<p>13441220 - Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Qualquer Situação</p> <p>Portaria:</p> <p>.</p> <p>Amparo Legal:</p> <p>- Lei no 7.990, de 28 de dezembro de 1989, art. 7o;- Lei no 9.478, de 06 de agosto de 1997, art. 48;- Lei no 12.351, de 22 de dezembro de 2010;- Lei no 12.734, de 30 de novembro de 2012; e- Lei no 12.858, de 9 de setembro de 2013.</p>
<p>13412230 - Participação Especial pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos em Outras Áreas - Contratos de Concessão Firmados A partir de 03/12/2012</p> <p>Portaria:</p> <p>Portaria SOF nº 11, de 06 de fevereiro de 2013</p> <p>Amparo Legal:</p> <p>- Lei no 9.478, de 6 de agosto de 1997, art. 50, §5o, 50-B e Anexo III;- Decreto no 2.705, de 3 de agosto de 1998;- Lei no 12.734, de 30 de novembro de 2012; e- Medida Provisória no 592, de 03/12/2012, art. 2o.</p>	<p>13442100 - Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Terra (Qualquer Situação) - Contrato de Concessão</p> <p>Portaria:</p> <p>.</p> <p>Amparo Legal:</p> <p>- Lei no 7.990, de 28 de dezembro de 1989, art. 7o;- Lei no 9.478, de 06 de agosto de 1997, art. 49;- Lei no 12.351, de 22 de dezembro de 2010;- Lei no 12.734, de 30 de novembro de 2012; e- Lei no 12.858, de 9 de setembro de 2013.</p>
	<p>13442211 - Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Área e Camada Pré-Sal</p>

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

PLDO - 2015, Art. 9º, inciso IV

Portaria:	Constituição Federal de 1988, art. 225, § 1º, II e § 4º; Medida Provisória no 2.186-16, de 23 de agosto de 2001, art. 33; e Decreto no 6.915, de 29 de julho de 2009, art. 1º, inciso II, alíneas "a", "b" e "c".
Amparo Legal:	13520000 - Receita de Outorga a Título Oneroso das Atividades de Pesquisa e Lavra de Petróleo e Gás Natural
- Lei no 7.990, de 28 de dezembro de 1989, art. 7º;- Lei no 9.478, de 06 de agosto de 1997, art. 49;- Lei no 12.351, de 22 de dezembro de 2010;- Lei no 12.734, de 30 de novembro de 2012; e Lei no 12.858, de 9 de setembro de 2013.	Portaria:
13442212 - Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Demais Situações	Portaria SOF nº 144, de 27.10.2010, inclui.
Portaria:	Amparo Legal:
-	Constituição Federal, Art. 177, I a IV; e Lei no 12.276, de 30 de junho de 2010, art. 1º, § 3º.
Amparo Legal:	13610100 - Rec Cessão Dir Operação Folha Pag Press
- Lei no 7.990, de 28 de dezembro de 1989, art. 7º;- Lei no 9.478, de 06 de agosto de 1997, art. 49;- Lei no 12.351, de 22 de dezembro de 2010;- Lei no 12.734, de 30 de novembro de 2012; e Lei no 12.858, de 9 de setembro de 2013.	Portaria:
13442220 - Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Qualquer Situação	Portaria SOF nº 47, de 21 de junho de 2011.
Portaria:	Amparo Legal:
-	Constituição Federal de 1988, Art. 37, XXI;
Amparo Legal:	Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993; e
- Lei no 7.990, de 28 de dezembro de 1989, art. 7º;- Lei no 9.478, de 06 de agosto de 1997, art. 49;- Lei no 12.351, de 22 de dezembro de 2010;- Lei no 12.734, de 30 de novembro de 2012; e Lei no 12.858, de 9 de setembro de 2013.	Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil.
13443100 - Participação Especial pela Produção de Petróleo em Terra (Qualquer Situação) - Contrato de Concessão	13610200 - Receita de Cessão do Direito de Operacionalização da Folha de Pagamento de Benefícios
Portaria:	Portaria:
-	Portaria SOF nº 47, de 21 de junho de 2011.
Amparo Legal:	Amparo Legal:
- Lei no 7.990, de 28 de dezembro de 1989, art. 7º;- Lei no 9.478, de 06 de agosto de 1997, art. 49;- Lei no 12.351, de 22 de dezembro de 2010;- Lei no 12.734, de 30 de novembro de 2012; e Lei no 12.858, de 9 de setembro de 2013.	Constituição Federal de 1988, art. 37, XXI;
13443211 - Participação Especial pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Área e Camada Pré-Sal	Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993; e
Portaria:	Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil.
-	13610300 - Rec Cessão Dir Operação Folha Pag Fornecedores
Amparo Legal:	Portaria:
- Lei no 7.990, de 28 de dezembro de 1989, art. 7º;- Lei no 9.478, de 06 de agosto de 1997, art. 49;- Lei no 12.351, de 22 de dezembro de 2010;- Lei no 12.734, de 30 de novembro de 2012; e Lei no 12.858, de 9 de setembro de 2013.	Portaria SOF nº 47, de 21 de junho de 2011.
13443212 - Participação Especial pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Demais Situações	Amparo Legal:
Portaria:	Constituição Federal de 1988, Art. 37, XXI;
-	Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993; e
Amparo Legal:	Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil.
- Lei no 7.990, de 28 de dezembro de 1989, art. 7º;- Lei no 9.478, de 06 de agosto de 1997, art. 50;- Lei no 12.351, de 22 de dezembro de 2010;- Lei no 12.734, de 30 de novembro de 2012; e Lei no 12.858, de 9 de setembro de 2013.	13900000 - Outras Receitas Patrimoniais
13443220 - Participação Especial pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Qualquer Situação	Portaria:
Portaria:	-
-	Amparo Legal:
Amparo Legal:	LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002 - Código Civil.
- Lei no 7.990, de 28 de dezembro de 1989, art. 7º;- Lei no 9.478, de 06 de agosto de 1997, art. 50;- Lei no 12.351, de 22 de dezembro de 2010;- Lei no 12.734, de 30 de novembro de 2012; e Lei no 12.858, de 9 de setembro de 2013.	14100000 - Receita da Produção Vegetal
13491100 - Natureza teste 2	Amparo Legal:
Portaria:	Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11 § 4º; e Decreto Lei no 1.939, de 20 de maio de 1982.
x	14200000 - Receita da Produção Animal e Derivados
Amparo Legal:	Amparo Legal:
x	Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11 § 4º; e Decreto Lei no 1.939, de 20 de maio de 1982.
13510100 - Royalties pela Exploração do Patrimônio Genético em Área de Domínio Público	14900000 - Outras Receitas Agropecuárias
Portaria:	Amparo Legal:
Portaria SOF nº 132, de 08.10.2010, inclui.	Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11 § 1º; e Decreto Lei no 1.939, de 20 de maio de 1982.
Amparo Legal:	15201200 - Receita da Indústria Mecânica
Constituição Federal de 1988, art. 225, § 1º, II e § 4º; Medida Provisória no 2.186-16, de 23 de agosto de 2001, art. 33; e Decreto no 6.915, de 29 de julho de 2009, art. 1º, inciso I, alíneas "a" e "b".	Amparo Legal:
13510200 - Royalties pela Exploração do Patrimônio Genético no Mar Territorial, Zona Econômica Exclusiva ou Plataforma Continental	Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 1º; e Decreto Lei no 1.939, de 20 de maio de 1982.
Portaria:	15202000 - Receita da Indústria Química
Portaria SOF nº 132, de 08.10.2010, inclui.	Portaria:
Amparo Legal:	-
Constituição Federal de 1988, art. 225, § 1º, II e § 4º; Medida Provisória no 2.186-16, de 23 de agosto de 2001, art. 33; e Decreto no 6.915, de 29 de julho de 2009, art. 1º, inciso II, alíneas "a", "b" e "c".	Amparo Legal:
13510300 - Participações pela Exploração do Patrimônio Genético em Áreas de Domínio da União	Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 1º; e Decreto Lei no 1.939, de 20 de maio de 1982.
Portaria:	15202101 - Receita da Indústria de Produtos Farmacêuticos
Portaria SOF nº 132, de 08.10.2010, inclui.	Portaria:
Amparo Legal:	Portaria SOF nº 39, de 15.06.2009, inclui.
Constituição Federal de 1988, art. 225, § 1º, II e § 4º; Medida Provisória no 2.186-16, de 23 de agosto de 2001, art. 33; e Decreto no 6.915, de 29 de julho de 2009, art. 1º, inciso I, alíneas "a" e "b".	Amparo Legal:
13510400 - Participações pela Exploração do Patrimônio Genético no Mar Territorial, Zona Econômica Exclusiva ou Plataforma Continental	Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 1º; e Decreto Lei no 1.939, de 20 de maio de 1982.
Portaria:	15202102 - Receita da Indústria de Produtos Veterinários
Portaria SOF nº 132, de 08.10.2010, inclui.	Portaria:
Amparo Legal:	Portaria SOF nº 39, de 15.06.2009, inclui.
Constituição Federal de 1988, art. 225, § 1º, II e § 4º; Medida Provisória no 2.186-16, de 23 de agosto de 2001, art. 33; e Decreto no 6.915, de 29 de julho de 2009, art. 1º, inciso I, alíneas "a" e "b".	Amparo Legal:
13510400 - Participações pela Exploração do Patrimônio Genético no Mar Territorial, Zona Econômica Exclusiva ou Plataforma Continental	Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 1º; e Decreto Lei no 1.939, de 20 de maio de 1982.
Portaria:	15202200 - Receita da Indústria de Produtos Farmoquímicos
Portaria SOF nº 132, de 08.10.2010, inclui.	Portaria:
Amparo Legal:	Portaria SOF nº 28, de 13.09.2006, inclui. Portaria SOF nº 17, de 20.04.2007, exclui. Portaria SOF nº 81, de 18.12.2008, inclui.
Constituição Federal de 1988, art. 225, § 1º, II e § 4º; Medida Provisória no 2.186-16, de 23 de agosto de 2001, art. 33; e Decreto no 6.915, de 29 de julho de 2009, art. 1º, inciso I, alíneas "a" e "b".	Amparo Legal:

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

PLDO - 2015, Art. 9º, inciso IV

Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 1º; e Decreto Lei no 1.939, de 20 de maio de 1982.	Amparo Legal: Lei no 5.070, de 7 de junho de 1966; e Lei no 9.994, de 2000, art. 1º, inciso II e art. 2º.
15202600 - Receita da Indústria de Produtos Alimentares Portaria: - Amparo Legal: Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 1º; e Decreto Lei no 1.939, de 20 de maio de 1982.	16000110 - Receita de Comercialização de Fardamentos Portaria: Portaria SOF nº 78, de 08.12.2009, incluiu. Amparo Legal: Lei nº, 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil. Portaria SOF nº. 78, de 08 de dezembro de 2009.
15202700 - Receita da Indústria de Bebidas e Destilados Portaria: Portaria SOF nº 19, de 26.12.2001 Amparo Legal: Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 1º; e Decreto Lei no 1.939, de 20 de maio de 1982.	16000199 - Outros Serviços Comerciais Amparo Legal: Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 4º; e Decreto Lei no 1.939, de 20 de maio de 1982.
15202900 - Receita da Indústria Editorial e Gráfica Amparo Legal: Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 1º; e Decreto Lei no 1.939, de 20 de maio de 1982.	16000201 - Serviços de Juros de Empréstimos Amparo Legal: Lei no 8.727, de 5 de novembro de 1993; Medida Provisória no 2.192, de 24 de agosto de 2001; Medida Provisória no 2.181, de 24 de agosto de 2001.
15203000 - Receita da Indústria Eletrônica Portaria: Portaria SOF nº 9, de 09.02.2012. Código alterado pela Portaria SOF nº 17, de 08.03.2012. Amparo Legal: Inciso I, do art. 4º da Lei no 11.759, de 31 de julho de 2008; e art. 4º da Portaria SOF no 10, de 22 de agosto de 2002.	16000203 - Serviços Financeiros de Compensação de Variações Salariais Amparo Legal: Lei no 5.107, de 13 de setembro de 1966; Lei no 8.036, de 11 de maio de 1990.
15209900 - Outras Receitas da Indústria de Transformação Amparo Legal: Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 1º; e Decreto Lei no 1.939, de 20 de maio de 1982.	16000205 - Operações de Autoridade Monetária Portaria: Portaria SOF nº 08, de 15.08.2003, excluiu. Portaria SOF nº 13, de 19.05.2008, incluiu. Amparo Legal: Portaria SOF nº 13, de 19 de maio de 2008.
15300000 - Receita da Indústria de Construção Amparo Legal: Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 1º; e Decreto Lei no 1.939, de 20 de maio de 1982.	16000206 - Serviços de Remuneração Sobre Repasse para Programas de Desenvolvimento Econômico Amparo Legal: Constituição Federal, art. 239, § 1º.
15900000 - Outras Receitas Industriais Portaria: Portaria SOF nº 09, de 28.04.2005, incluiu. Amparo Legal: Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 1º; e Decreto Lei no 1.939, de 20 de maio de 1982.	16000211 - Serviços Financeiros Provenientes da Execução de Garantia - Operações de Crédito Internas Portaria: Portaria SOF nº 07, de 28.05.2004, incluir. Amparo Legal: Lei no 8.727, de 5 de novembro de 1993; Medida Provisória no 2.192, de 24 de agosto de 2001; Medida Provisória no 2.181, de 24 de agosto de 2001.
16000101 - Serviços de Comercialização de Medicamentos Portaria: - Amparo Legal: Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 4º; e Decreto Lei no 1.939, de 20 de maio de 1982.	16000212 - Serviços Financeiros Provenientes da Execução de Garantia - Operações de Crédito Externas Portaria: Portaria SOF nº 07, de 28.05.2004, incluir. Amparo Legal: Lei no 8.727, de 5 de novembro de 1993; Medida Provisória no 2.192, de 24 de agosto de 2001; Medida Provisória no 2.181, de 24 de agosto de 2001.
16000102 - Serviços de Comercialização de Livros, Periódicos, Materiais Escolares e Publicidade Amparo Legal: Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 4º; e Decreto Lei no 1.939, de 20 de maio de 1982.	16000299 - Outros Serviços Financeiros Amparo Legal: Lei no 8.727, de 5 de novembro de 1993; Medida Provisória no 2.192, de 24 de agosto de 2001; Medida Provisória no 2.181, de 24 de agosto de 2001.
16000103 - Serviços de Comercialização e Distribuição de Produtos Agropecuários Amparo Legal: Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 4º; e Decreto Lei no 1.939, de 20 de maio de 1982.	16000301 - Serviços de Transporte Rodoviário Amparo Legal: Lei no 10.233, de 5 de maio de 2001; Decreto no 4.097, de 23 de janeiro de 2002; Portaria Interministerial no 38, de 10 de dezembro de 1998; Lei no 6.288, de 11 de dezembro de 1975; Lei no 7.092, de 19 de abril de 1983.
16000106 - Serviço de comercialização de Produtos, Dados e Materiais de Informática Amparo Legal: Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 4º; e Decreto Lei no 1.939, de 20 de maio de 1982.	16000302 - Serviços de Transporte Ferroviário Amparo Legal: Decreto no 98.973, de 21 de fevereiro de 1990; Decreto no 80.145, de 15 de agosto de 1977; Decreto Lei no 832, de 8 de setembro de 1969.
16000107 - Receita de Utilização de Posições Orbitais Portaria: - Amparo Legal: Receita de Utilização de Posições Orbitais	16000303 - Serviço de Transporte Hidroviário Amparo Legal: Medida Provisória no 2.101, de 27 de dezembro de 2000; Lei no 7.597, de 14 de abril de 1987; Decreto-Lei no 1.801, de 18 de agosto de 1980.
16000108 - Receita de Comercialização dos Dados e Imagens oriundos da Utilização de Posições Orbitais Portaria: Portaria SOF nº 03, de 26.04.2006, incluir. Portaria SOF nº 21, de 28.07.2006, modificou a especificação. Portaria SOF nº 17, de 20.04.2007, excluir. Portaria SOF nº 48, de 10.09.2009, incluiu. Amparo Legal: Lei no 5.070, de 7 de junho de 1966; e Lei no 9.994, de 2000, art. 1º, inciso III e art. 2º.	16000304 - Serviços de Transporte Aéreo Amparo Legal: Decreto-Lei no 37, de 18 de novembro de 1966; Lei no 5.908, de 20 de agosto de 1973; Decreto-Lei no 2.434, de 19 de maio de 1988; Lei no 10.233, de 5 de junho de 2001.
16000109 - Receita Proveniente de Lançamentos de Satélites e Foguetes de Sondagem, a partir do Território Brasileiro Portaria: Portaria SOF nº 03, de 26.04.2006, incluir. Portaria SOF nº 21, de 28.07.2006, modificou a especificação. Portaria SOF nº 17, de 20.04.2007, excluir. Portaria SOF nº 48, de 10.09.2009, incluiu.	16000305 - Serviços de Transportes Especiais Amparo Legal: Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 4º; e Decreto Lei no 1.939, de 20 de maio de 1982.
	16000399 - Outros Serviços de Transporte Portaria: Portaria SOF nº 09, de 28.04.2005, incluiu. Amparo Legal: -

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

PLDO - 2015, Art. 9º, inciso IV

16000401 - Serviços de Publicidade Legal

Portaria:

Portaria SOF nº 81, de 18.12.2008, incluiu.

Amparo Legal:

Lei no 9.295, de 19 de julho de 1996; Lei no 9.472, de 16 de julho de 1997; Lei no 9.691, de 22 de julho de 1998; Decreto no 2.338, de 7 de outubro de 1997; e Decreto no 3.873, de 18 de julho de 2001.

16000402 - Serviços de Radiodifusão

Portaria:

Portaria SOF nº 81, de 18.12.2008, incluiu.

Amparo Legal:

Lei no 9.295, de 19 de julho de 1996; Lei no 9.472, de 16 de julho de 1997; Lei no 9.691, de 22 de julho de 1998; Decreto no 2.338, de 7 de outubro de 1997; e Decreto no 3.873, de 18 de julho de 2001.

16000403 - Outros Serviços de Comunicação

Portaria:

Portaria SOF nº 81, de 18.12.2008, incluiu.

Amparo Legal:

Lei no 9.295, de 19 de julho de 1996; Lei no 9.472, de 16 de julho de 1997; Lei no 9.691, de 22 de julho de 1998; Decreto no 2.338, de 7 de outubro de 1997; e Decreto no 3.873, de 18 de julho de 2001.

16000501 - Serviços Hospitalares

Amparo Legal:

Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990; e Lei no 8.142, de 28 de dezembro de 1990.

16000502 - Serviços de Registro de Análise e de Controle de Produtos Sujeitos a Normas de Vigilância Sanitária

Amparo Legal:

Portaria da SVS no 686, de 27 de agosto de 1998; Portaria no 182, de 20 de novembro de 1996; e Resolução RCD no 59, de 27 de junho de 2000.

16000503 - Serviços Radiológicos e Laboratoriais

Portaria:

Portaria SOF nº 03, de 06.06.2002

Amparo Legal:

Portaria no 2.043, de 12 de dezembro de 1994.

16000505 - Serviços de Assistência à Saúde Suplementar do Servidor Civil

Portaria:

Portaria SOF nº 03, de 26.04.2006, incluir. Portaria SOF nº 21, de 28.07.2006, modificou a especificação. Portaria SOF nº 17, de 20.04.2007, excluir. Portaria SOF nº 39, de 11.08.2008, incluiu.

Amparo Legal:

Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, art. 230; Lei nº 11.302, de 10 de maio de 2006, art. 9º; e Portaria da SRH/MP nº 1.983, de 5 de dezembro de 2006.

16000599 - Outros Serviços de Saúde

Amparo Legal:

Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990; e Lei no 8.142, de 28 de dezembro de 1990.

16000600 - Serviços Portuários

Amparo Legal:

Lei no 8.603, de 25 de fevereiro de 1993; e Lei no 4.860, de 26 de novembro de 1995.

16000700 - Serviços de Armazenagem

Amparo Legal:

Lei no 8.603, de 25 de fevereiro de 1993; Lei no 4.860, de 26 de novembro de 1995; Lei no 8.171, de 1991; Lei no 9.973, de 2000; Decreto no 3.855, de 2001; Decreto-Lei no 1.102, de 1993; Lei no 9.972, de 2000; e Decreto no 3.664, de 2000.

16000800 - Serviços de Processamento de Dados

Amparo Legal:

Lei no 4.516, de 1º de dezembro de 1964.

16000900 - Serviço de Socorro Marítimo

Amparo Legal:

Decreto-Lei no 349, de 26 de Agosto de 1985; Decreto-Lei no 395, de 10 de novembro de 1989; Decreto-Lei no 68, de 23 de fevereiro de 2001.

16001000 - Serviços de Informações Estatísticas

Amparo Legal:

Portaria no 334, de 17 de outubro de 1995; e Lei no 5.534, de 14 de novembro de 1968.

16001101 - Serviços de Metrologia Legal e Certificatória Delegada

Amparo Legal:

Lei no 5.966, de 11 de dezembro de 1973; e Lei no 9.933, de 20 de dezembro de 1999;

16001102 - Serviços de Metrologia Científica e Industrial

Amparo Legal:

Lei no 5.966, de 11 de dezembro de 1973; e Lei no 9.933, de 20 de dezembro de 1999;

16001103 - Serviços de Metrologia Legal

Amparo Legal:

Lei no 5.966, de 11 de dezembro de 1973; e Lei no 9.933, de 20 de dezembro de 1999;

16001104 - Certificação de Produtos e Serviços

Amparo Legal:

Lei no 5.966, de 11 de dezembro de 1973; e Lei no 9.933, de 20 de dezembro de 1999;

16001105 - Serviços de Informação Tecnológica

Portaria:

-

Amparo Legal:

Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 4º; e Decreto Lei no 1.939, de 20 de maio de 1982.

16001200 - Serviços Tecnológicos

Amparo Legal:

Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 4º; e Decreto Lei no 1.939, de 20 de maio de 1982.

16001300 - Serviços Administrativos

Amparo Legal:

Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 4º; e Decreto Lei no 1.939, de 20 de maio de 1982.

16001400 - Serviços de Inspeção e Fiscalização

Amparo Legal:

Art. 78, da Lei nº. 5.172., de 25 de outubro de 1966. Lei nº. 7.886, de 20 de novembro de 1989.

16001500 - Serviços de Meteorologia

Amparo Legal:

Lei no 5.966, de 11 de dezembro de 1973; Lei no 9.648, de 27 de maio de 1998; e

16001600 - Serviços Educacionais

Amparo Legal:

Lei no 9.424, de 24 de dezembro de 1996; Portaria no 859, de 25 de junho de 1997; Portaria no 2.188, de 28 de dezembro de 2000; Lei no 11.494, de 20 de junho de 2007.

16001700 - Serviços Agropecuários

Amparo Legal:

Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 4º; e Decreto Lei no 1.939, de 20 de maio de 1982.

16001800 - Serviços de Reparação, Manutenção e Instalação

Amparo Legal:

Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 4º; e Decreto Lei no 1.939, de 20 de maio de 1982.

16001900 - Serviços Recreativos e Culturais

Amparo Legal:

Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 4º; e Decreto Lei no 1.939, de 20 de maio de 1982.

16002001 - Serviços de Consultoria, Assistência Técnica e Análise de Projetos - Aplicações Livres

Portaria:

Portaria SOF nº 48, de 10.09.2009, incluiu.

Amparo Legal:

Lei Complementar no 124, de 3 de janeiro de 2007, art. 6º, inciso II e art. 16, § 2º, no caso da SUDAM, e Lei Complementar no 125, de 3 de janeiro de 2007, art. 6º, inciso II e art. 19, no caso da SUDENE.

16002002 - Serviços de Consultoria, Assistência Técnica e Análise de Projetos - Aplicações Vinculadas a Atividades de Pesquisa e Desenvolvimento

Portaria:

Portaria SOF nº 48, de 10.09.2009, incluiu.

Amparo Legal:

Lei Complementar no 124, de 3 de janeiro de 2007, art. 6º, inciso II e art. 16, § 2º, no caso da SUDAM, e Lei Complementar no 125, de 3 de janeiro de 2007, art. 6º, inciso II e art. 19, no caso da SUDENE.

16002003 - Serviços de Consultoria, Assistência Técnica e Análise de Projetos - Outras Fontes de Financiamento

Portaria:

Portaria Nº , de

Amparo Legal:

Art. 11, §§ 1º e 4º, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

16002100 - Serviços de Hospedagem e Alimentação

Amparo Legal:

Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 4º; e Decreto Lei no 1.939, de 20 de maio de 1982.

16002200 - Serviços de Estudos e Pesquisas

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

PLDO - 2015, Art. 9º, inciso IV

Amparo Legal: Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 4º; e Decreto Lei no 1.939, de 20 de maio de 1982.	16002900 - Serviços de Cadastramento de Fornecedoros Amparo Legal: Decreto no 1.094, de 24 de março de 1994.
16002301 - Serviços de Patentes Amparo Legal: Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 4º; e Decreto Lei no 1.939, de 20 de maio de 1982.	16003000 - Tarifa de Utilização de Faróis Amparo Legal: Decreto-Lei nº. 34, de 18 de novembro de 1966. Decreto-Lei nº. 1.023, de 21 de outubro de 1969; Lei no 7.920, de 12 de dezembro de 1989 (art. 1º).
16002302 - Serviços de Registro de Marcas Amparo Legal: Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 4º; e Decreto Lei no 1.939, de 20 de maio de 1982.	16003101 - Tarifa Aeroportuária Amparo Legal: Lei no 6.009, de 26 de dezembro de 1973 (art 3º); Decreto-Lei no. 1.800, de 18 de agosto de 1980.
16002303 - Serviços de Transferência de Tecnologia Portaria: - Amparo Legal: Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 4º; e Decreto Lei no 1.939, de 20 de maio de 1982.	16003102 - Adicional sobre Tarifa Aeroportuária Portaria: x Amparo Legal: Lei no 7.920 de 12 de Dezembro de 1989; Lei no 8.399 de 07 de janeiro de 1992.
16002304 - Serviços de Registro de Indicações Geográficas Amparo Legal: Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 4º; e Decreto Lei no 1.939, de 20 de maio de 1982.	16003103 - Parcela de Tarifa de Embarque Internacional Portaria: Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002. Amparo Legal: Lei no 9.825, de 23 de agosto de 1999; e Lei no 10.744, de 9 de outubro de 2003.
16002305 - Serviços de Registro de Programas de Computador Amparo Legal: Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 4º; e Decreto Lei no 1.939, de 20 de maio de 1982.	16003200 - Serviços de Cadastro da Atividade Mineral Portaria: Portaria SOF nº 03, de 06.06.2002. Portaria SOF nº 21, de 28.07.2006, incluiu. Amparo Legal: Decreto-Lei no 227, de 28 de fevereiro de 1967 (Art. 4º), com redação dada pela Lei no. 6.567, de 28 de setembro de 1978. Decreto-Lei no 227, de 28 de fevereiro de 1967, alterado pela Lei no. 7.805, de 18 de junho de 1989; Decreto no. 98.812, de 9 de janeiro de 1990.
16002306 - Serviços de Registro de Desenho Industrial Portaria: Portaria SOF nº 03, de 26.04.2006, incluiu. Portaria SOF nº 21, de 28.07.2006, modificou a especificação. Portaria SOF nº 17, de 20.04.2007, excluiu. Portaria SOF nº 81, de 18.12.2008, incluiu. Amparo Legal: Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 4º; e Decreto Lei no 1.939, de 20 de maio de 1982.	16003301 - Tarifas de Uso das Comunicações e dos Auxílios à Navegação Aérea em Rota Portaria: Portaria SOF nº 30, de 02.07.2007, incluiu. Amparo Legal: Decreto-Lei nº. 1.896, de 17 de dezembro de 1981 (art 2º); Decreto nº. 86.864, de 21 de janeiro de 1982.
16002307 - Serviços de Proteção das Topografias de Circuitos Integrados Portaria: Portaria SOF nº 03, de 26.04.2006, incluiu. Portaria SOF nº 21, de 28.07.2006, modificou a especificação. Portaria SOF nº 17, de 20.04.2007, excluiu. Portaria SOF nº 81, de 18.12.2008, incluiu. Amparo Legal: Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 4º; e Decreto Lei no 1.939, de 20 de maio de 1982.	16003302 - Adicional sobre Tarifas de Uso das Comunicações e dos Auxílios à Navegação Aérea em Rota Portaria: Portaria SOF nº 30, de 02.07.2007, incluiu. Amparo Legal: Lei no 7.920, de 12 de dezembro de 1989 (art. 1º).
16002308 - Serviços de Remessa de Depósitos Oficiais Portaria: Portaria SOF nº 49, de 15.12.2006, incluiu. Portaria SOF nº 17, de 20.04.2007, excluiu. Portaria SOF nº 81, de 18.12.2008, incluiu. Amparo Legal: Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 4º; e Decreto Lei no 1.939, de 20 de maio de 1982.	16003400 - Serviços de Regulamentação da Exploração dos Serviços de Telecomunicações - Regime Privado Amparo Legal: Lei no 9.472, de 16 de julho de 1997; Lei no 5.070, de 7 de julho de 1966, Medida Provisória no 2.228, de 6 de setembro de 2001.
16002399 - Outros Serviços de Registro de Marcas, de Patentes e de Transferência Tecnológica Portaria: Portaria SOF nº 09, de 28.04.2005, incluiu. Amparo Legal: Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 4º; e Decreto Lei no 1.939, de 20 de maio de 1982.	16003500 - Serviços de Compensações de Variações Salariais Portaria: Portaria SOF nº 43, de 04.09.2008, alterou resultado primário. Amparo Legal: Decreto-Lei nº 2.406, de 5 de janeiro de 1988; Lei no 10.150, de 21 de dezembro de 2000; MP Nº 2.181-45, de 24 de agosto de 2001; Lei no 10.885, de 17 de junho de 2004.
16002400 - Serviços de Registro do Comércio Amparo Legal: Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 4º; e Decreto Lei no 1.939, de 20 de maio de 1982.	16003601 - Tarifa pelo Uso do Sistema do Banco Central Portaria: Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002. Amparo Legal: Lei nº 4.595, 31 de dezembro de 1964; Circular nº 3.100 de 27 de março de 2002; Circular nº 3.337 de 21 de dezembro de 2006.
16002500 - Serviços de Informações Científicas e Tecnológicas Amparo Legal: Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 4º; e Decreto Lei no 1.939, de 20 de maio de 1982.	16003602 - Tarifa pelo Uso do Sistema de Transferência de Reserva do Banco Central Portaria: Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002. Amparo Legal: Lei nº 4.595, 31 de dezembro de 1964; Circular nº 3.100 de 27 de março de 2002; Circular nº 3.337 de 21 de dezembro de 2006.
16002600 - Serviços de Fornecimento de Água Amparo Legal: Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 4º; e Decreto Lei no 1.939, de 20 de maio de 1982.	16003701 - Concessão de Aval do Tesouro Nacional Portaria: Portaria SOF nº 2, de 19.02.2008, incluiu. Amparo Legal: Lei no 5.000, de 24 de maio de 1966.
16002700 - Serviços de Perfuração e Instalação de Poços Amparo Legal: Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 4º; e Decreto Lei no 1.939, de 20 de maio de 1982.	16003702 - Concessão de Garantia da Atividade Agropecuária Portaria: Portaria SOF nº 2, de 19.02.2008, incluiu. Amparo Legal:
16002800 - Serviços de Geoprocessamento Amparo Legal: Lei nº. 8.876, de 2 de maio de 1994.	

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

PLDO - 2015, Art. 9º, inciso IV

Portaria SOF nº 2, de 19 de fevereiro de 2009.	16007002 - Utilização de Laboratórios e Afins por Empresas Nacionais e Organizações de Direito Privado Sem Fins Lucrativos em Atividades de Pesquisa Portaria: Portaria SOF nº 28, de 13.09.2006, incluiu. Amparo Legal: Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004; e Decreto nº 5.563, de 11 de outubro de 2005.
16003703 - Comissões pela Prestação de Garantia Portaria: Portaria SOF nº 2, de 19.02.2008, incluiu. Amparo Legal: Lei no 9.531, de 10 de dezembro de 1997, arts. 1o, 2o e 3o; Decreto nº 3.113, de 6 de julho de 1999.	16009900 - Outros Serviços Amparo Legal: Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 4o; e Decreto Lei no 1.939, de 20 de maio de 1982.
16003704 - Garantia dos Financiamentos à Estocagem de Álcool Etílico Combustível Portaria: Portaria SOF nº 2, de 19.02.2008, incluiu. Portaria SOF nº 13, de 19.05.2008, alterou. Amparo Legal: Portaria SOF nº 2, de 19 de fevereiro de 2009.	17229900 - Outras Transferências dos Estados Portaria: Portaria SOF nº 09, de 28.04.2005, incluiu. Portaria SOF nº 66, de 24.06.2010, alterou. Amparo Legal: Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 4º.
16003705 - Receita de Seguro de Crédito à Exportação Portaria: Portaria SOF nº 59, de 14.11.2008, incluiu. Amparo Legal: Lei no 9.818, de 23 de agosto de 1999; e Lei no 6.704, de 26 de outubro de 1979, Art. 1o.	17239900 - Outras Transferências dos Municípios Portaria: Portaria SOF nº 09, de 28.04.2005, incluiu. Portaria SOF nº 66, de 24.06.2010, alterou. Amparo Legal: Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 4º.
16003800 - Receita de Credenciamento de Empresas Prestadoras de Serviços de Vistoria Portaria: Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002, excluiu. Portaria SOF nº 81, de 18.12.2008, incluiu. Amparo Legal: Resolução CONTRAN no 282, de 26 de junho de 2008.	17300000 - Transferências de Instituições Privadas Portaria: Portaria nº 170, de 21.12.2012 Amparo Legal: Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 4º.
16003900 - Serviços Veterinários Portaria: Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002, excluiu. Portaria SOF nº 39, de 15.06.2009, incluiu. Amparo Legal: Portaria SOF nº 39, de 15 de junho de 2009	17400000 - Transferências do Exterior Portaria: Portaria SOF nº 59, de 15.07.2011, alterou. Amparo Legal: Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 4º.
16004000 - Serviços de Certificação e Homologação de Produtos de Telecomunicações Portaria: Portaria SOF nº 15, de 17.08.2001 Portaria SOF nº 19, de 26.12.2001. Amparo Legal: Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, Art. 51, j.	17500000 - Transferências de Pessoas Amparo Legal: Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 4º.
16005000 - Tarifas de Inscrição em Concursos e Processos Seletivos Portaria: Portaria SOF nº 03, de 26.04.2006, incluir. Portaria SOF nº 21, de 28.07.2006, modificou a especificação. Portaria SOF nº 17, de 20.04.2007, excluir. Portaria SOF nº 48, de 10.09.2009, incluiu. Amparo Legal: Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 4o; e Decreto Lei no 1.939, de 20 de maio de 1982.	17610000 - Transferências de Convênios da União e de Suas Entidades Amparo Legal: Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 4º.
16005101 - Receitas de Emissão de Certificados de Origem Portaria: Portaria SOF nº 06, de 23.02.2010, incluiu. Amparo Legal: Alíneas "d" e "e" do inciso IX do artigo 27, da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003.	17620000 - Transferência de Convênios dos Estados e do Distrito Federal e de Suas Entidades Portaria: x Amparo Legal: §§ 1º e 2º, do art. 11 da Lei nº 4.320 de 17 de março de 1964
16005102 - Receitas de Emissão de Licença de Exportação Portaria: Portaria SOF nº 06, de 23.02.2010, incluiu. Amparo Legal: Alíneas "d" e "e" do inciso IX do artigo 27, da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003.	17630000 - Transferência de Convênios dos Municípios e de Suas Entidades Portaria: x Amparo Legal: §§ 1º e 2º, do art. 11 da Lei nº 4.320 de 17 de março de 1964
16005600 - Certificação e Homologação da Atividade Mineral Portaria: Portaria SOF nº 21, de 28.07.2006, incluiu. Amparo Legal: Decreto-Lei no 227, de 28 de fevereiro de 1967 (Art. 20, inciso I), com a redação dada pela Lei nº. 9.314, de 28 de dezembro de 1999.; Lei nº. 10.743, de 30 de julho de 2003.	17640000 - Transferência de Convênios de Instituições Privadas Amparo Legal: Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 4º.
16006001 - Serviços Prestados Diretamente por Instituição Científica e Tecnológica Portaria: Portaria SOF nº 28, de 13.09.2006, incluiu. Amparo Legal: Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004; e Decreto nº 5.563, de 11 de outubro de 2005.	17710000 - Provenientes do Exterior Portaria: Portaria SOF nº 03, de 26.04.2006, incluir. Amparo Legal: Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 4º.
16006002 - Serviços Decorrentes de Parcerias com Outras Instituições Públicas e Privadas Portaria: Portaria SOF nº 28, de 13.09.2006, incluiu. Amparo Legal: Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004; e Decreto nº 5.563, de 11 de outubro de 2005.	17720000 - Provenientes de Pessoas Jurídicas Portaria: Portaria SOF nº 03, de 26.04.2006, incluir. Amparo Legal: Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 4º.
16007001 - Compartilhamento de Laboratórios e Afins com Microempresas e Empresas de Pequeno Porte em Atividades de Inovação Portaria: Portaria SOF nº 28, de 13.09.2006, incluiu. Amparo Legal: Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004; e Decreto nº 5.563, de 11 de outubro de 2005.	17730000 - Provenientes de Pessoas Físicas Portaria: Portaria SOF nº 03, de 26.04.2006, incluir. Amparo Legal: Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 4º.
	17740000 - Provenientes de Depósitos não Identificados Portaria: Portaria SOF nº 03, de 26.04.2006, incluir. Amparo Legal:

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

PLDO - 2015, Art. 9º, inciso IV

Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 4º.

19110101 - Receita de Multa e Juros de Mora do Imposto sobre a Importação

Portaria:

Portaria SOF nº 17, de 31.12.2003, incluiu.

Amparo Legal:

Lei no 9.430, de 27 de dezembro de 1996; Decreto no 4.543, de 2002; Lei no 8.383, de 30, de dezembro de 1991, art. 69; Lei no 9.069, de 29 de junho de 1995; e Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966, art. 161.

19110102 - Receita de Parcelamentos - Multas e Juros de Mora do Imposto sobre a Importação

Portaria:

Portaria SOF nº 17, de 31.12.2003, incluiu. Portaria SOF nº 35, de 10.08.2007, modificar a especificação.

Amparo Legal:

Lei no 9.430, de 27 de dezembro de 1996; Decreto no 4.543, de 2002; Lei no 8.383, de 30, de dezembro de 1991, art. 69; Lei no 9.069, de 29 de junho de 1995; e Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966, art. 161.

19110201 - Multas e Juros de Mora do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas

Amparo Legal:

Lei no 9.430, de 27 de dezembro de 1996; Decreto no 3000, de 1999; Lei no 8.383, de 30 de dezembro de 1991, art. 69; Lei no 9.069, de 29 de junho de 1995; e Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966, art. 161.

19110202 - Multas e Juros de Mora do Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas

Amparo Legal:

Lei no 9.430, de 27 de dezembro de 1996; Decreto no 3000, de 1999; Lei no 8.383, de 30 de dezembro de 1991, art. 69; Lei no 9.069, de 29 de junho de 1995; e Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966, art. 161.

19110203 - Multas e Juros de Mora do Imposto sobre a Renda Retido nas Fontes

Amparo Legal:

Lei no 9.430, de 27 de dezembro de 1996; Decreto no 3000, de 1999; Lei no 8.383, de 30 de dezembro de 1991, art. 69; Lei no 9.069, de 29 de junho de 1995; e Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966, art. 161.

19110204 - Receita de Parcelamentos - Multas e Juros de Mora do Imposto sobre a Renda - Pessoas Jurídicas

Portaria:

Portaria SOF nº 17, de 31.12.2003, incluiu. Portaria SOF nº 35, de 10.08.2007, modificar a especificação.

Amparo Legal:

Lei no 9.430, de 27 de dezembro de 1996; Decreto no 3000, de 1999; Lei no 8.383, de 30 de dezembro de 1991, art. 69; Lei no 9.069, de 29 de junho de 1995; e Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966, art. 161.

19110205 - Receita de Parcelamentos - Multas e Juros de Mora do Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte

Portaria:

Portaria SOF nº 17, de 31.12.2003, incluiu. Portaria SOF nº 35, de 10.08.2007, modificar a especificação.

Amparo Legal:

Lei no 9.430, de 27 de dezembro de 1996; Decreto no 3000, de 1999; Lei no 8.383, de 30 de dezembro de 1991, art. 69; Lei no 9.069, de 29 de junho de 1995; e Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966, art. 161.

19110206 - Receita de Parcelamentos - Multas e Juros de Mora do Imposto sobre a Renda - Pessoas Físicas

Portaria:

Portaria SOF nº 01, de 03.01.2006, incluiu. Portaria SOF nº 35, de 10.08.2007, modificar a especificação.

Amparo Legal:

Lei no 9.430, de 27 de dezembro de 1996; Decreto no 3000, de 1999; Lei no 8.383, de 30 de dezembro de 1991, art. 69; Lei no 9.069, de 29 de junho de 1995; e Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966, art. 161.

19110207 - Multa e Juros de Mora Simples Federal e Nacional - IRPJ

Portaria:

Portaria SOF nº 18, de 13.04.2010, incluiu.

Amparo Legal:

Lei no 9.430, de 27 de dezembro de 1996; Decreto no 3000, de 1999; Lei no 8.383, de 30 de dezembro de 1991, art. 69; Lei no 9.069, de 29 de junho de 1995; e Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966, art. 161.

19110301 - Receita de Multa e Juros de Mora do Imposto sobre Produtos Industrializados

Portaria:

Portaria SOF nº 17, de 31.12.2003, incluiu.

Amparo Legal:

Lei no 9.430, de 27 de dezembro de 1996; Decreto no 2637, de 1998; Decreto no 4.544, de 2002; Lei no 8.383, de 30 de dezembro de 1991, art. 69; Lei no 9.069, de 29 de junho de 1995; e Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966, art. 161.

19110302 - Receita de Parcelamentos - Multas e Juros de Mora do Imposto sobre Produtos Industrializados

Portaria:

Portaria SOF nº 17, de 31.12.2003, incluiu. Portaria SOF nº 35, de 10.08.2007, modificar a especificação.

Amparo Legal:

Lei no 9.430, de 27 de dezembro de 1996; Decreto no 2637, de 1998; Decreto no 4.544, de 2002; Lei no 8.383, de 30 de dezembro de 1991, art. 69; Lei no 9.069, de 29 de junho de 1995; e Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966, art. 161.

19110303 - Multa e Juros de Mora Simples Federal e Nacional - IPI

Portaria:

Portaria SOF nº 18, de 13.04.2010, incluiu.

Amparo Legal:

Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996.

19110401 - Receita de Multa e Juros de Mora do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários

Portaria:

Portaria SOF nº 17, de 31.12.2003, incluiu.

Amparo Legal:

Lei no 9.430, de 27 de dezembro de 1996; Decreto no 4.494, de 2002; Decreto no 2.219, de 1997; Lei no 9.069, de 29 de junho de 1995; e Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966, art. 161.

19110402 - Receita de Parcelamentos - Multa e Juros de Mora do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários

Portaria:

Portaria SOF nº 17, de 31.12.2003, incluiu. Portaria SOF nº 35, de 10.08.2007, modificar a especificação.

Amparo Legal:

Lei no 9.430, de 27 de dezembro de 1996; Decreto no 4.494, de 2002; Decreto no 2.219, de 1997; Lei no 9.069, de 29 de junho de 1995; e Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966, art. 161.

19110701 - Receita de Multas e Juros de Mora do Imposto sobre a Exportação

Portaria:

Portaria SOF nº 17, de 31.12.2003, incluiu.

Amparo Legal:

Lei no 9.430, de 27 de dezembro de 1996; Lei no 8.383, de 30 de dezembro de 1991, art. 69; Lei no 9.069, de 29 de junho de 1995; e Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966, art. 161.

19110702 - Receita de Parcelamentos - Multa e Juros de Mora do Imposto sobre a Exportação

Portaria:

Portaria SOF nº 17, de 31.12.2003, incluiu. Portaria SOF nº 35, de 10.08.2007, modificar a especificação.

Amparo Legal:

Lei no 9.430, de 27 de dezembro de 1996; Lei no 8.383, de 30 de dezembro de 1991, art. 69; Lei no 9.069, de 29 de junho de 1995; e Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966, art. 161.

19110801 - Multas e Juros de Mora do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Conveniados

Portaria:

Portaria SOF nº 81, de 18.12.2008, incluiu. Portaria SOF nº 135, de 04.11.2011, alterar.

Amparo Legal:

Lei no 9.430, de 27 de dezembro de 1996; Lei no 9.393, de 1996; Decreto no 4.382, de 2002; Lei no 8.383, de 30 de dezembro de 1991, art. 69; Lei no 9.069, de 29 de junho de 1995; e Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966, art. 161.

19110802 - Multas e Juros de Mora do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Não-Conveniados

Portaria:

Portaria SOF nº 81, de 18.12.2008, incluiu.

Amparo Legal:

Lei no 9.430, de 27 de dezembro de 1996; Lei no 9.393, de 1996; Decreto no 4.382, de 2002; Lei no 8.383, de 30 de dezembro de 1991, art. 69; Lei no 9.069, de 29 de junho de 1995; e Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966, art. 161.

19113101 - Multas e Juros de Mora da Taxa de Fiscalização de Instalação

Portaria:

Portaria nº 176, de 26 de dezembro de 2012

Amparo Legal:

Lei no 5.070, de 7 de julho de 1966; e Lei no 9.472, de 1997.

19113102 - Multas e Juros de Mora da Taxa de Fiscalização de Funcionamento

Portaria:

Portaria nº 176, de 26 de dezembro de 2012

Amparo Legal:

Lei no 5.070, de 7 de julho de 1966; e Lei no 9.472, de 1997.

19113200 - Multas e Juros de Mora da Taxa de Fiscalização dos Produtos Controlados pelo Ministério do Exército

Amparo Legal:

Decreto Lei no 2.025, de 30 de maio de 1983; Lei no 9.984, de 17 de julho de 2000; e Medida Provisória nº 437, de 29 de julho de 2008.

19113300 - Multas e Juros de Mora da Taxa de Fiscalização dos Serviços de Irrigação

Portaria:

Portaria SOF nº 21, de 28.07.2006, incluiu. Portaria SOF nº 17, de 20.04.2007, excluir. Portaria SOF nº 39, de 11.08.2008, incluiu.

Amparo Legal:

Lei no 9.984, de 17 de julho de 2000; e Medida Provisória nº 437, de 29 de julho de 2008.

19113400 - Multas e Juros de Mora Taxa de Fiscalização dos Mercados de Seguro, da Capitalização e da Previdência Complementar Aberta e Fechada

Portaria:

Portaria SOF nº 08, de 27.06.2001 Portaria SOF nº 144, de 27.10.2010, alterar.

Amparo Legal:

Lei no 12.154, de 23 de dezembro de 2009, art. 12; e Lei no 12.249, de 11 de junho de 2010, art. 48.

19113500 - Multas e Juros de Mora da Taxa de Fiscalização e Vigilância Sanitária

Portaria:

Portaria SOF nº 08, de 27.06.2001

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

PLDO - 2015, Art. 9º, inciso IV

<p>Amparo Legal: Lei no 9.782, de 26 de janeiro de 1999, arts. 23 a 26.</p>	<p>19121002 - Multas e Juros de Mora da Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública Portaria: Portaria nº 176, de 26 de dezembro de 2012 Amparo Legal: Lei no 11.652, de 7 de abril de 2008; e Lei no 12.024, de 27 de agosto de 2009.</p>
<p>19113600 - Multas e Juros de Mora da Taxa de Saúde Suplementar Portaria: Portaria SOF nº 08, de 27.06.2001 Amparo Legal: Lei no 9.961, de 28 de janeiro de 2000, arts. 18 a 25.</p>	<p>19122901 - Multas e Juros de Mora da Contribuição Patronal para o Regime Próprio de Previdência Portaria: Portaria SOF nº 49, de 15.12.2006, incluiu. Portaria SOF nº 18, de 13.04.2010, modificou. Amparo Legal: Lei no 9.430, de 1996.</p>
<p>19113700 - Multas e Juros de Mora da Taxa de Fiscalização dos Mercados de Títulos e Valores Mobiliários Portaria: Portaria SOF nº 08, de 27.06.2001 Amparo Legal: Lei no 7.940, de 20 de novembro de 1989.</p>	<p>19122902 - Multas e Juros de Mora da Contribuição do Servidor para o Regime Próprio de Previdência Portaria: Portaria SOF nº 49, de 15.12.2006, incluiu. Amparo Legal: Lei no 9.430, de 1996.</p>
<p>19119901 - Multas e Juros de Mora de Outros Tributos Portaria: Portaria SOF nº 01, de 03.01.2006, incluiu. Amparo Legal: Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 4º.</p>	<p>19123001 - Multas e Juros de Mora da Contribuição Previdenciária do Segurado Obrigatório - Contribuinte Individual Portaria: Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002. Amparo Legal: Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991.</p>
<p>19119902 - Parcelamentos - Multas e Juros de Mora de Outros Tributos Portaria: Portaria SOF nº 01, de 03.01.2006, incluiu. Portaria SOF nº 35, de 10.08.2007, modificar a especificação. Amparo Legal: Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 4º.</p>	<p>19123002 - Multas e Juros de Mora da Contribuição Previdenciária do Segurado Assalariado Portaria: Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002. Amparo Legal: Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991.</p>
<p>19120101 - Receita de Multas e Juros de Mora da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social Portaria: Portaria SOF nº 17, de 31.12.2003, incluiu. Amparo Legal: Lei no 9.430, de 1996; Lei Complementar no 70, de 1991; Lei no 8.383, de 30 de dezembro de 1991, art. 69; Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991, Inciso I do art 27; Lei no 9.069, de 29 de junho de 1995; e Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966, art. 161.</p>	<p>19123003 - Multas e Juros de Mora da Contribuição Previdenciária da Empresa sobre Segurado Assalariado Portaria: Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002. Amparo Legal: Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991.</p>
<p>19120102 - Receita de Parcelamentos - Multas e Juros de Mora da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social Portaria: Portaria SOF nº 17, de 31.12.2003, incluiu. Portaria SOF nº 35, de 10.08.2007, modificar a especificação. Amparo Legal: Lei no 9.430, de 1996; Lei Complementar no 70, de 1991; Lei no 8.383, de 30 de dezembro de 1991, art. 69; Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991, Inciso I do art 27; Lei no 9.069, de 29 de junho de 1995; e Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966, art. 161.</p>	<p>19123004 - Multas e Juros de Mora da Contribuição Previdenciária da Empresa Optante pelo SIMPLES Portaria: Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002. Amparo Legal: Lei no 9.317, de 5 de dezembro de 1996.</p>
<p>19120200 - Multas e Juros de Mora da Contribuição do Salário-Educação Amparo Legal: Lei no 9.424, de 24 de dezembro de 1996; e Lei no 9.766, de 18 de dezembro de 1998.</p>	<p>19123005 - Multas e Juros de Mora da Contribuição Previdenciária sobre Espetáculo Desportivo Portaria: Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002. Amparo Legal: Decreto no 3.048, de 6 de maio de 1999.</p>
<p>19120301 - Receita de Multas e Juros de Mora da Contribuição Relativa Atividades de Comercialização de Petróleo e seus Derivados, Gás Natural e Álcool Carburante Portaria: Portaria SOF nº 01, de 03.01.2006, incluiu. Amparo Legal: Emenda Constitucional no 33, de 11 de dezembro de 2001; Emenda constitucional no 44, de 30 de junho de 2004; Lei no 10.336, de 19 de dezembro de 2001; Lei no 10.636, de 30 de dezembro de 2002; e Lei no 10.866, de 4 de maio de 2004.</p>	<p>19123006 - Multas e Juros de Mora da Contribuição Previdenciária sobre Produção Rural Portaria: Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002. Amparo Legal: Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991.</p>
<p>19120302 - Receita de Parcelamentos - Multas e Juros de Mora da Contribuição Relativa às Atividades de Comercialização de Petróleo e seus Derivados, Gás Natural Portaria: Portaria SOF nº 01, de 03.01.2006. Amparo Legal: Emenda Constitucional no 33, de 11 de dezembro de 2001; Emenda constitucional no 44, de 30 de junho de 2004; Lei no 10.336, de 19 de dezembro de 2001; Lei no 10.636, de 30 de dezembro de 2002; e Lei no 10.866, de 4 de maio de 2004.</p>	<p>19123007 - Multas e Juros de Mora da Contribuição Previdenciária em Regime de Parcelamento de Débitos Portaria: Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002. Amparo Legal: Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991.</p>
<p>19120701 - Receita de Multas e Juros de Mora da Contribuição sobre Movimentação Financeira Portaria: Portaria SOF nº 17, de 31.12.2003, incluiu. Amparo Legal: ADCT, art. 74; 75; 80, I; 84 e 85; e Lei no 9.311, de 24 de outubro de 1996.</p>	<p>19123008 - Multas e Juros de Mora da Contribuição Previdenciária para o Seguro de Acidente do Trabalho Portaria: Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002. Amparo Legal: Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991.</p>
<p>19120702 - Receita de Parcelamentos - Multas e Juros de Mora da Contribuição sobre Movimentação Financeira Portaria: Portaria SOF nº 17, de 31.12.2003, incluiu. Portaria SOF nº 35, de 10.08.2007, modificar a especificação. Amparo Legal: ADCT, art. 74; 75; 80, I; 84 e 85; e Lei no 9.311, de 24 de outubro de 1996.</p>	<p>19123009 - Multas e Juros de Mora da Contribuição Previdenciária sobre Reclamatória Trabalhista Portaria: Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002. Amparo Legal: Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991.</p>
<p>19121001 - Multas e Juros de Mora da Contribuição sobre a Receita Operacional Bruta Decorrente de Prestação de Serviços de Telecomunicações Portaria: Portaria nº 176, de 26 de dezembro de 2012 Amparo Legal: Lei no 9.998, de 17 de agosto de 2000, art. 6º, incisos IV e VI e art. 14; Decreto no 3.624 de 05 de outubro de 2000, art 8º; e Lei no 9.430, de 27 de dezembro de 1996, art. 44.</p>	<p>19123010 - Multas e Juros de Mora da Contribuição Previdenciária do Segurado em Regime de Parcelamento de Débitos dos Municípios Portaria: Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002. Amparo Legal: Lei nº 9.639, de 25 de maio de 1998.</p>
	<p>19123011 - Multas e Juros de Mora da Contribuição Previdenciária do Segurado Obrigatório - Empresário</p>

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

PLDO - 2015, Art. 9º, inciso IV

Portaria: Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002. Amparo Legal: Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991.	Portaria SOF nº 17, de 31.12.2003, incluiu. Amparo Legal: Lei no 9.430, de 27 de dezembro de 1996; Lei no 8.383, de 30 de dezembro de 1991, art. 69; Lei no 9.069, de 29 de junho de 1995; Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966, art. 161; Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990.
19123012 - Multas e Juros de Mora da Contribuição Previdenciária do Segurado Facultativo Portaria: Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002. Amparo Legal: Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991.	19123102 - Receita Parc MJM das Contribuições para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público PIS/PASEP Portaria: Portaria SOF nº 17, de 31.12.2003, incluiu. Portaria SOF nº 35, de 10.08.2007, modificar a especificação. Amparo Legal: Lei no 9.430, de 27 de dezembro de 1996; Lei no 8.383, de 30 de dezembro de 1991, art. 69; Lei no 9.069, de 29 de junho de 1995; Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966, art. 161; Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990.
19123013 - Multas e Juros de Mora da Contribuição Previdenciária do Segurado Especial Portaria: Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002. Amparo Legal: Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991.	19123201 - Receita de Multas e Juros de Mora da Contribuição Social sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas Portaria: Portaria SOF nº 17, de 31.12.2003, incluiu. Amparo Legal: Lei no 9.430, de 27 de dezembro de 1996; Lei no 8.383, de 30 de dezembro de 1991, art. 69; Lei no 9.069, de 29 de junho de 1995; e Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966, art. 161.
19123014 - Multas e Juros de Mora da Contribuição Previdenciária do Segurado Obrigatório - Empregado Doméstico Portaria: Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002. Amparo Legal: Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991.	19123202 - Receita de Parcelamentos - Multas e Juros de Mora da Contribuição Social sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas Portaria: Portaria SOF nº 17, de 31.12.2003, incluiu. Portaria SOF nº 35, de 10.08.2007, modificar a especificação. Amparo Legal: Lei no 9.430, de 27 de dezembro de 1996; Lei no 8.383, de 30 de dezembro de 1991, art. 69; Lei no 9.069, de 29 de junho de 1995; e Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966, art. 161.
19123015 - Multas e Juros de Mora da Contribuição Previdenciária dos Órgãos do Poder Público Portaria: Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002. Amparo Legal: Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991.	19123301 - Multas e Juros de Mora da Contribuição sobre a Receita da Loteria Federal Portaria: Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002. Amparo Legal: Lei no 9.430, de 1996.
19123016 - Multas e Juros de Mora da Contribuição Previdenciária das Entidades Filantrópicas Portaria: Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002. Amparo Legal: Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991.	19123302 - Multas e Juros de Mora da Contribuição sobre a Receita de Loterias Esportivas Portaria: Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002. Amparo Legal: Lei no 9.430, de 1996.
19123017 - Multas e Juros de Mora da Contribuição Previdenciária - Retenção sobre Nota Fiscal - Sub-rogação Portaria: Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002. Amparo Legal: Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991.	19123303 - Multas e Juros de Mora da Contribuição sobre a Receita de Concursos Especiais de Loterias Esportivas Portaria: Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002. Amparo Legal: Lei no 9.430, de 1996.
19123018 - Multas e Juros de Mora da Arrecadação FIES - Certificados Financeiros do Tesouro Nacional Portaria: Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002. Amparo Legal: Lei no 10.260, de 12 de julho de 2001; e Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991.	19123304 - Multas e Juros de Mora da Contribuição sobre a Receita de Loterias de Números Portaria: Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002. Amparo Legal: Lei no 9.430, de 1996.
19123019 - Multas e Juros de Mora da Arrecadação FNS - Certificados Financeiros do Tesouro Nacional Portaria: Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002. Amparo Legal: Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966; Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002; Lei no 5.869, de 11 de janeiro de 1973; e Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991.	19123305 - Multas e Juros de Mora da Contribuição sobre a Receita da Loteria Instantânea Portaria: Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002. Amparo Legal: Lei no 9.430, de 1996.
19123020 - Multas e Juros de Mora de Certificados da Dívida Pública - CDP Portaria: Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002. Amparo Legal: Lei no 9.711, de 20 de novembro de 1998; e Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991.	19123306 - Multas e Juros de Mora de Prêmios Prescritos da Loteria Federal Portaria: Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002. Amparo Legal: Lei no 9.430, de 1996.
19123021 - Multas e Juros de Mora da Contribuição Previdenciária na Forma de Depósito Judicial, Recursal e Custas Judiciais Portaria: Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002. Amparo Legal: Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991.	19123307 - Multas e Juros de Mora da Contribuição sobre a Receita de Outros Concursos de Prognósticos Portaria: Portaria SOF nº 28, de 13.09.2006, incluiu. Portaria SOF nº 111, de 15.09.2010, altera. Amparo Legal: Lei no 9.430, de 1996.
19123024 - Multa e Juros de Mora da Contribuição Previdenciária da Empresa sobre o Segurado Assalariado Incidente sobre a Receita Bruta Portaria: Natureza de Receita criada pela Portaria SOF no 179, de 13 de dezembro de 2011. Amparo Legal: Arts. 7º e 8º da Medida Provisória no 540, de 02 de agosto de 2011; Incisos I e III, do art. 22, e art. 27, da Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991; e Art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.	19123400 - Multas e Juros de Mora da Contribuição sobre a Receita das Concessionárias de Energia Elétrica Portaria: Portaria SOF nº 08, de 27.06.2001 Portaria SOF nº 49, de 15.12.2006, excluiu. Portaria SOF nº 59, de 14.11.2008, incluiu. Amparo Legal: Lei no 9.991, de 24 de julho de 2000; Decreto no 3.867, de 16 de julho de 2001; Lei no 10.848, de 2004; Lei no 12.111, de 9 de dezembro de 2009; e Decreto no 7.204, de 8 de junho de 2010.
19123099 - Multas e Juros de Mora de Outras Contribuições Previdenciárias Portaria: Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002. Amparo Legal: Decreto no 2.173, de 6 de março de 1997.	19123500 - Multas e Juros de Mora da Cota-Parte da Contribuição Sindical Portaria: Portaria SOF nº 81, de 18.12.2008, incluiu.
19123101 - Receita de Multas e Juros de Mora das Contribuições para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP Portaria:	

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

PLDO - 2015, Art. 9º, inciso IV

<p>Amparo Legal: Constituição Federal, art. 8º, IV; Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943 (CLT), art. 578 a 593; Lei no 9.322, de 5 de dezembro de 1996, art. 4º; e Lei nº 11.648, de 31 de março de 2008.</p>	<p>Amparo Legal: Decreto- Lei nº 1.437, de 1975;Lei nº 5.172, de 1966 (CTN, Art. 161);Lei nº 8.383, de 1991; e Lei nº 9.069, de 1995.</p>
<p>19123600 - Multas e Juros de Mora da Contribuição sobre a Receita de Sorteios Realizados por Entidades Filantrópicas</p>	<p>19125508 - Juros de Mora do FUNDAF - Receita de Parcelamentos da Contribuição Social sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas</p>
<p>Portaria: Portaria SOF nº 81, de 18.12.2008, incluiu.</p> <p>Amparo Legal: Lei no 5.768, de 20 de dezembro de 1971; Lei no 5.864, de 12 de dezembro de 1972; Portaria no 413/MJ, de 19 de maio de 1997; Portaria no 1.285/MJ, de 19 de dezembro de 1997</p>	<p>Portaria: Portaria SOF nº 03, de 26.04.2006, incluir. Portaria SOF nº 35, de 10.08.2007, modificar a especificação.</p> <p>Amparo Legal: Decreto- Lei nº 1.437, de 1975;Lei nº 5.172, de 1966 (CTN, Art. 161);Lei nº 8.383, de 1991; e Lei nº 9.069, de 1995.</p>
<p>19125100 - Multas e Juros de Mora da Contribuição sobre a Aposta em Competições Hípicas</p>	<p>19125509 - Juros de Mora do FUNDAF - Contribuição sobre a Receita da Loteria Federal</p>
<p>Portaria: Portaria SOF nº 08, de 27.06.2001</p> <p>Amparo Legal: Lei no 7.291, de 1964.</p>	<p>Portaria: Portaria SOF nº 03, de 26.04.2006, incluir.</p> <p>Amparo Legal: Decreto- Lei nº 1.437, de 1975;Lei nº 5.172, de 1966 (CTN, Art. 161);Lei nº 8.383, de 1991; e Lei nº 9.069, de 1995.</p>
<p>19125200 - Multas e Juros de Mora da Cota-Parte do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante</p>	<p>19125510 - Juros de Mora do FUNDAF - Contribuição sobre a Receita de Loterias Esportivas</p>
<p>Portaria: Portaria SOF nº 08, de 27.06.2001</p> <p>Amparo Legal: Decreto-Lei no 2.404, de 1987.</p>	<p>Portaria: Portaria SOF nº 03, de 26.04.2006, incluir.</p> <p>Amparo Legal: Decreto- Lei nº 1.437, de 1975;Lei nº 5.172, de 1966 (CTN, Art. 161);Lei nº 8.383, de 1991; e Lei nº 9.069, de 1995.</p>
<p>19125300 - Multas e Juros de Mora da Contribuição Relativa à Despedida de Empregado sem Justa Causa</p>	<p>19125511 - Juros de Mora do FUNDAF - Contribuição sobre a Receita de Concursos Especiais de Loterias Esportivas</p>
<p>Portaria: Portaria SOF nº 15, de 17.08.2001</p> <p>Amparo Legal: Lei Complementar no 110, de 2001;Decreto no 3.914, de 2001; e Lei nº 8.036, de 1990.</p>	<p>Portaria: Portaria SOF nº 03, de 26.04.2006, incluir.</p> <p>Amparo Legal: Decreto- Lei nº 1.437, de 1975;Lei nº 5.172, de 1966 (CTN, Art. 161);Lei nº 8.383, de 1991; e Lei nº 9.069, de 1995.</p>
<p>19125400 - Multas e Juros de Mora da Contribuição sobre a Remuneração Devida ao Trabalhador</p>	<p>19125512 - Juros de Mora do FUNDAF - Contribuição sobre a Receita de Loterias de Números</p>
<p>Portaria: Portaria SOF nº 15, de 17.08.2001</p> <p>Amparo Legal: Lei Complementar no 110, de 2001;Decreto no 3.914, de 2001; e Lei nº 8.036, de 1990.</p>	<p>Portaria: Portaria SOF nº 03, de 26.04.2006, incluir.</p> <p>Amparo Legal: Decreto- Lei nº 1.437, de 1975;Lei nº 5.172, de 1966 (CTN, Art. 161);Lei nº 8.383, de 1991; e Lei nº 9.069, de 1995.</p>
<p>19125501 - Juros de Mora do FUNDAF - Receita da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social</p>	<p>19125513 - Juros de Mora do FUNDAF - Contribuição sobre a Receita da Loteria Instantânea</p>
<p>Portaria: Portaria SOF nº 03, de 26.04.2006, incluir.</p> <p>Amparo Legal: Decreto- Lei nº 1.437, de 1975;Lei nº 5.172, de 1966 (CTN, Art. 161);Lei nº 8.383, de 1991; e Lei nº 9.069, de 1995.</p>	<p>Portaria: Portaria SOF nº 03, de 26.04.2006, incluir.</p> <p>Amparo Legal: Decreto- Lei nº 1.437, de 1975;Lei nº 5.172, de 1966 (CTN, Art. 161);Lei nº 8.383, de 1991; e Lei nº 9.069, de 1995.</p>
<p>19125502 - Juros de Mora do FUNDAF - Receita de Parcelamentos da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social</p>	<p>19125514 - Juros de Mora do FUNDAF - Receita de Prêmios Prescritos de Loterias Federais</p>
<p>Portaria: Portaria SOF nº 03, de 26.04.2006, incluir. Portaria SOF nº 35, de 10.08.2007, modificar a especificação.</p> <p>Amparo Legal: Decreto- Lei nº 1.437, de 1975;Lei nº 5.172, de 1966 (CTN, Art. 161);Lei nº 8.383, de 1991; e Lei nº 9.069, de 1995.</p>	<p>Portaria: Portaria SOF nº 03, de 26.04.2006, incluir.</p> <p>Amparo Legal: Decreto- Lei nº 1.437, de 1975;Lei nº 5.172, de 1966 (CTN, Art. 161);Lei nº 8.383, de 1991; e Lei nº 9.069, de 1995.</p>
<p>19125503 - Juros de Mora do FUNDAF - Receita da Contribuição sobre Movimentação Financeira</p>	<p>19125600 - Multas e Juros de Mora das Compensações Financeiras entre o Regime Geral e os Regimes Próprios de Previdência dos Servidores</p>
<p>Portaria: Portaria SOF nº 03, de 26.04.2006, incluir.</p> <p>Amparo Legal: Decreto- Lei nº 1.437, de 1975;Lei nº 5.172, de 1966 (CTN, Art. 161);Lei nº 8.383, de 1991; e Lei nº 9.069, de 1995.</p>	<p>Portaria: Portaria SOF nº 39, de 15.06.2009, incluiu.</p> <p>Amparo Legal: LEI Nº 9.796 - DE 05 DE MAIO DE 1999</p>
<p>19125504 - Juros de Mora do FUNDAF - Receita de Parcelamentos da Contribuição sobre Movimentação Financeira</p>	<p>19129901 - Multas e Juros de Mora de Outras Contribuições - Principal</p>
<p>Portaria: Portaria SOF nº 03, de 26.04.2006, incluir. Portaria SOF nº 35, de 10.08.2007, modificar a especificação.</p> <p>Amparo Legal: Decreto- Lei nº 1.437, de 1975;Lei nº 5.172, de 1966 (CTN, Art. 161);Lei nº 8.383, de 1991; e Lei nº 9.069, de 1995.</p>	<p>Portaria: Portaria SOF nº 01, de 03.01.2006, incluiu.</p> <p>Amparo Legal: Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 4º.</p>
<p>19125505 - Juros de Mora do FUNDAF - Receita das Contribuições para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público</p>	<p>19129902 - Parcelamentos - Multas e Juros de Mora de Outras Contribuições</p>
<p>Portaria: Portaria SOF nº 03, de 26.04.2006, incluir.</p> <p>Amparo Legal: Decreto- Lei nº 1.437, de 1975;Lei nº 5.172, de 1966 (CTN, Art. 161);Lei nº 8.383, de 1991; e Lei nº 9.069, de 1995.</p>	<p>Portaria: Portaria SOF nº 01, de 03.01.2006, incluiu. Portaria SOF nº 35, de 10.08.2007, modificar a especificação.</p> <p>Amparo Legal: Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 4º.</p>
<p>19125506 - Juros de Mora do FUNDAF - Receita de Parc das Contribuições para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público</p>	<p>19130101 - Receita de Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto sobre a Importação</p>
<p>Portaria: Portaria SOF nº 03, de 26.04.2006, incluir. Portaria SOF nº 35, de 10.08.2007, modificar a especificação.</p> <p>Amparo Legal: Decreto- Lei nº 1.437, de 1975;Lei nº 5.172, de 1966 (CTN, Art. 161);Lei nº 8.383, de 1991; e Lei nº 9.069, de 1995.</p>	<p>Portaria: Portaria SOF nº 17, de 31.12.2003, incluiu.</p> <p>Amparo Legal: Lei no 9.430, de 1996 Decreto no 4.543, de 2002.</p>
<p>19125507 - Juros de Mora do FUNDAF - Receita da Contribuição Social sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas</p>	<p>19130102 - Receita de Parcelamentos - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto sobre a Importação</p>
<p>Portaria: Portaria SOF nº 03, de 26.04.2006, incluir.</p>	<p>Portaria: Portaria SOF nº 17, de 31.12.2003, incluiu. Portaria SOF nº 35, de 10.08.2007, modificar a especificação.</p> <p>Amparo Legal: Lei nº 9.964, de 11 de abril de 2000; MP nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; e Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.</p>

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

PLDO - 2015, Art. 9º, inciso IV

19130201 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas Portaria: Portaria SOF nº 08, de 27.06.2001 Amparo Legal: Lei nº 9.430, de 1996 e Decreto nº 3.000, de 1999.	Amparo Legal: Constituição Federal – CF, art. 159, incisos I e II; CF, art. 153, inciso IV; CF, art. 212, c/c ADCT art. 76; Art. 6º da Lei nº 7.827, de 22 de setembro de 1989; Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, Código Tributário Nacional; e Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995.
19130202 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas Portaria: Portaria SOF nº 08, de 27.06.2001 Amparo Legal: Lei nº 9.430. De 1996; e Decreto nº 3.000, de 1999.	19130401 - Receita de Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários Portaria: Portaria SOF nº 17, de 31.12.2003, incluiu. Amparo Legal: Lei nº 9.430, de 1996; Decreto nº 4.494, de 2002; e Decreto nº 2.219, de 1997.
19130203 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto sobre a Renda Retido nas Fontes Portaria: Portaria SOF nº 08, de 27.06.2001 Amparo Legal: Lei nº 9.430. De 1996; e Decreto nº 3.000, de 1999.	19130402 - Receita de Parc - MJM da DA do IOF ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários Portaria: Portaria SOF nº 17, de 31.12.2003, incluiu. Portaria SOF nº 35, de 10.08.2007, modificar a especificação. Amparo Legal: Lei nº 9.964, de 11 de abril de 2000; MP nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; e Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.
19130204 - Receita de Parcelamentos - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas Portaria: Portaria SOF nº 17, de 31.12.2003, incluiu. Portaria SOF nº 35, de 10.08.2007, modificar a especificação. Amparo Legal: Lei nº 9.964, de 11 de abril de 2000; MP nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; e Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.	19130701 - Receita de Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto sobre a Exportação Portaria: Portaria SOF nº 17, de 31.12.2003, incluiu. Amparo Legal: Lei nº 9.430, de 1996.
19130205 - Receita de Parcelamentos - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte Portaria: Portaria SOF nº 17, de 31.12.2003, incluiu. Portaria SOF nº 35, de 10.08.2007, modificar a especificação. Amparo Legal: Lei nº 9.964, de 11 de abril de 2000; MP nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; e Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.	19130702 - Receita de Parcelamentos - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto sobre a Exportação Portaria: Portaria SOF nº 17, de 31.12.2003, incluiu. Portaria SOF nº 35, de 10.08.2007, modificar a especificação. Amparo Legal: Lei nº 9.964, de 11 de abril de 2000; MP nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; e Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.
19130206 - Receita de Parcelamentos - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto sobre a Renda - Pessoas Físicas Portaria: Portaria SOF nº 01, de 03.01.2006, incluiu. Portaria SOF nº 35, de 10.08.2007, modificar a especificação. Amparo Legal: Lei nº 9.964, de 11 de abril de 2000; MP nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; e Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.	19130801 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Conveniados Portaria: Natureza de Receita criada pela Portaria SOF nº 135, de 4 de novembro de 2011 Amparo Legal: Constituição Federal, arts. 153, inciso VI, § 4º, inciso III, e 158, inciso II; Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, arts. 29 a 31 e 201; Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996; Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996; e Decreto nº 4.382, de 19 de dezembro de 2002.
19130207 - Multas da Dívida Ativa do Imposto de Renda Pessoa Jurídica – Simples Nacional Portaria: * Natureza de Receita criada pela Portaria SOF nº 38, de 27 de abril de 2012. Amparo Legal: Constituição Federal – CF, art. 159, incisos I e II; CF, art. 153, inciso IV; CF, art. 212, c/c ADCT art. 76; e Art. 6º da Lei nº 7.827, de 22 de setembro de 1989.	19130802 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Não-Conveniados Portaria: Natureza de Receita criada pela Portaria SOF nº 135, de 4 de novembro de 2011. Amparo Legal: Constituição Federal, arts. 153, inciso VI, § 4º, inciso III, e 158, inciso II; Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, arts. 29 a 31 e 201; Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996; Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996; e Decreto nº 4.382, de 19 de dezembro de 2002.
19130208 - Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto de Renda Pessoa Jurídica – Simples Nacional Portaria: Natureza de Receita criada pela Portaria SOF nº 38, de 27 de abril de 2012. Amparo Legal: Constituição Federal – CF, art. 159, incisos I e II; CF, art. 153, inciso IV; CF, art. 212, c/c ADCT art. 76; Art. 6º da Lei nº 7.827, de 22 de setembro de 1989; Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, Código Tributário Nacional; Lei nº 9.069, de 29 de junho e 1995.	19130901 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Taxa de Fiscalização de Instalação Portaria: Portaria nº 176, de 26 de dezembro de 2012 Amparo Legal: Lei nº 5.070, de 1966; e Lei nº 9.472, de 1997.
19130301 - Receita de Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto sobre Produtos Industrializados Portaria: Portaria SOF nº 17, de 31.12.2003, incluiu. Amparo Legal: Lei nº 9.430, de 1996; Decreto nº 2637, de 1998; e Decreto nº 4.544, de 2002.	19130902 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Taxa de Fiscalização de Funcionamento Portaria: Portaria nº 176, de 26 de dezembro de 2012 Amparo Legal: Lei nº 5.070, de 1966; e Lei nº 9.472, de 1997.
19130302 - Receita de Parcelamentos - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto sobre Produtos Industrializados Portaria: Portaria SOF nº 17, de 31.12.2003, incluiu. Portaria SOF nº 35, de 10.08.2007, modificar a especificação. Amparo Legal: Lei nº 9.964, de 11 de abril de 2000; MP nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; e Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.	19131000 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Taxa de Fiscalização dos Produtos Controlados pelo Ministério do Exército Portaria: Portaria SOF nº 08, de 27.06.2001 Amparo Legal: Decreto-Lei nº 2.025, de 1983.
19130303 - Multa da Dívida Ativa do Imposto sobre Produtos Industrializados – Simples Nacional Portaria: Natureza de Receita criada pela Portaria SOF nº 38, de 27 de abril de 2012. Amparo Legal: Constituição Federal – CF, art. 159, incisos I e II; CF, art. 153, inciso IV; CF, art. 212, c/c ADCT art. 76; e Art. 6º da Lei nº 7.827, de 22 de setembro de 1989;	19139900 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa de Outros Tributos Portaria: Portaria SOF nº 08, de 27.06.2001 Amparo Legal: Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 4º.
19130304 - Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto sobre Produtos Industrializados – Simples Nacional Portaria: Natureza de Receita criada pela Portaria SOF nº 38, de 27 de abril de 2012.	19140101 - Receita de Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social Portaria: Portaria SOF nº 17, de 31.12.2003, incluiu.

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

PLDO - 2015, Art. 9º, inciso IV

<p>Amparo Legal: Lei no 9.430, de 1996; e Lei Complementar no 70, de 1991.</p>	<p>19140410 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Contribuição Previdenciária do Segurado em Regime de Parcelamento de Débitos dos Municípios</p>
<p>19140102 - Receita de Parcelamentos - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social</p>	<p>Portaria: Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002. Amparo Legal: Lei no 9.639, de 25 de maio de 1998.</p>
<p>Portaria: Portaria SOF nº 17, de 31.12.2003, incluiu. Portaria SOF nº 35, de 10.08.2007, modificar a especificação. Amparo Legal: Lei nº 9.964, de 11 de abril de 2000; MP nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; e Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.</p>	<p>19140411 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Contribuição Previdenciária do Segurado Obrigatório - Empresário</p>
<p>19140200 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Contribuição do Salário-Educação</p>	<p>Portaria: Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002. Amparo Legal: Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991.</p>
<p>Portaria: Portaria SOF nº 08, de 27.06.2001 Amparo Legal: Lei no 9.424, de 1996; e Lei no 9.766, de 1998.</p>	<p>19140412 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Contribuição Previdenciária do Segurado Facultativo</p>
<p>19140301 - Receita de MJM da DAd Contribuição sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de natureza Financeira</p>	<p>Portaria: Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002. Amparo Legal: Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991.</p>
<p>Portaria: Portaria SOF nº 17, de 31.12.2003, incluiu. Amparo Legal: Lei nº 9.31, de 1996.</p>	<p>19140413 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Contribuição Previdenciária do Segurado Especial</p>
<p>19140302 - Receita de Parcelamentos - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Contribuição sobre Movimentação Financeira</p>	<p>Portaria: Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002. Amparo Legal: Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991.</p>
<p>Portaria: Portaria SOF nº 17, de 31.12.2003, incluiu. Portaria SOF nº 35, de 10.08.2007, modificar a especificação. Amparo Legal: Lei nº 9.964, de 11 de abril de 2000; MP nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; e Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.</p>	<p>19140414 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Contribuição Previdenciária do Segurado Obrigatório - Empregado Doméstico</p>
<p>19140401 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Contribuição Previdenciária do Segurado Obrigatório - Contribuinte Individual</p>	<p>Portaria: Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002. Amparo Legal: Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991.</p>
<p>Portaria: Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002. Amparo Legal: Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.</p>	<p>19140415 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Contribuição Previdenciária dos Órgãos do Poder Público</p>
<p>19140402 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Contribuição Previdenciária do Segurado Assalariado</p>	<p>Portaria: Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002. Amparo Legal: Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991.</p>
<p>Portaria: Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002. Amparo Legal: Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991.</p>	<p>19140416 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Contribuição Previdenciária das Entidades Filantrópicas</p>
<p>19140403 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Contribuição Previdenciária da Empresa sobre o Segurado Assalariado</p>	<p>Portaria: Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002. Amparo Legal: Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991.</p>
<p>Portaria: Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002. Amparo Legal: Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991.</p>	<p>19140417 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Contribuição Previdenciária - Retenção sobre Nota Fiscal - Sub-rogação</p>
<p>19140404 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Contribuição Previdenciária da Empresa Optante pelo SIMPLES</p>	<p>Portaria: Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002. Amparo Legal: Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991.</p>
<p>Portaria: Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002. Amparo Legal: Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996.</p>	<p>19140418 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa de Arrecadação FIES - Certificados Financeiros do Tesouro Nacional</p>
<p>19140405 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Contribuição Previdenciária sobre Espetáculo Desportivo</p>	<p>Portaria: Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002. Amparo Legal: Lei no 10.260, de 12 de julho de 2001; e Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991.</p>
<p>Portaria: Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002. Amparo Legal: Decreto no 3.048, de 6 de maio de 1999.</p>	<p>19140419 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Arrecadação FNS - Certificados Financeiros do Tesouro Nacional</p>
<p>19140406 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Contribuição Previdenciária sobre Produção Rural</p>	<p>Portaria: Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002. Amparo Legal: Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966; Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002; Lei no 5.869, de 11 de janeiro de 1973; e Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991.</p>
<p>Portaria: Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002. Amparo Legal: Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991.</p>	<p>19140420 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa de Certificados da Dívida Pública - CDP</p>
<p>19140407 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Contribuição Previdenciária em Regime de Parcelamento de Débitos</p>	<p>Portaria: Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002. Amparo Legal: Lei no 9.711, de 20 de novembro de 1998; e Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991.</p>
<p>Portaria: Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002. Amparo Legal: Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991.</p>	<p>19140421 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Contribuição Previdenciária na Forma de Depósito Judicial, Recursal e Custas Judiciais</p>
<p>19140408 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Contribuição Previdenciária para o Seguro de Acidente do Trabalho</p>	<p>Portaria: Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002. Amparo Legal: Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991.</p>
<p>Portaria: Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002. Amparo Legal: Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991.</p>	<p>19140422 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Contribuição Previdenciária - Parcelamentos</p>
<p>19140409 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Contribuição Previdenciária sobre Reclamação Trabalhista</p>	<p>Portaria: Portaria SOF nº 81, de 18 de dezembro de 2008 Amparo Legal: Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991.</p>
<p>Portaria: Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002. Amparo Legal: Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991.</p>	<p>19140424 - Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa da Contribuição Previdenciária da Empresa Incidente sobre a Receita Bruta</p>
	<p>Portaria:</p>

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

PLDO - 2015, Art. 9º, inciso IV

<p>*Natureza de Receita criada pela Portaria SOF nº 57, de 25 de junho de 2012.</p> <p>Amparo Legal: Arts. 7o e 8o da Lei no 12.546, de 14 de dezembro de 2011; Incisos I e III do art. 22 da Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991; e Art. 201 da Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966, Código Tributário Nacional.</p>	<p>Portaria SOF nº 15, de 17.08.2001</p> <p>Amparo Legal: Lei Complementar no 110, de 2001;Decreto no 3.914, de 2001; e Lei no 8.036, de 1990</p>
<p>19140499 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa de Outras Contribuições Previdenciárias</p> <p>Portaria: Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002.</p> <p>Amparo Legal: Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991.</p>	<p>19141000 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Cota-Parte do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante</p> <p>Portaria: Portaria SOF nº 09, de 28.04.2005, incluiu.</p> <p>Amparo Legal: Decreto-Lei no 2.404, de 23 de dezembro de 1987; e</p>
<p>19140501 - Receita de Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa das Contribuições para o PIS/PASEP</p> <p>Portaria: Portaria SOF nº 17, de 31.12.2003, incluiu.</p> <p>Amparo Legal: Lei nº 9.430, de 1996</p>	<p>19141101 - Receita de MJM da DA da Contribuição Relativa as Atividades de Comercialização de Petróleo e seus Derivados, Gás Natural e Álcool Carburante</p> <p>Portaria: Portaria SOF nº 01, de 03.01.2006, incluiu.</p> <p>Amparo Legal: Emenda Constitucional no 33, de 11 de dezembro de 2001;Emenda constitucional no 44, de 30 de junho de 2004;Lei no 10.336, de 19 de dezembro de 2001;Lei no 10.636, de 30 de dezembro de 2002; e Lei no 10.866, de 4 de maio de 2004.</p>
<p>19140502 - Receita de Parcelamentos - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa das Contribuições para o PIS/PASEP</p> <p>Portaria: Portaria SOF nº 17, de 31.12.2003, incluiu. Portaria SOF nº 35, de 10.08.2007, modificar a especificação.</p> <p>Amparo Legal: Lei nº9.964, de 11 de abril de 2000; MP nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; e Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.</p>	<p>19141102 - Receita de Parc - MJM da DA da Contribuição Relativa as Atividades de Comercialização de Petróleo e seus Derivados, Gás Natural e Álcool Carburante</p> <p>Portaria: Portaria SOF nº 01, de 03.01.2006, incluiu. Portaria SOF nº 35, de 10.08.2007, modificar a especificação.</p> <p>Amparo Legal: Lei nº9.964, de 11 de abril de 2000; MP nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; e Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.</p>
<p>19140601 - Receita de Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Contribuição Social sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas</p> <p>Portaria: Portaria SOF nº 17, de 31.12.2003, incluiu.</p> <p>Amparo Legal: Lei nº 9.430, de 1996</p>	<p>19141201 - Juros de Mora do FUNDAP - Receita da Dívida Ativa da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social</p> <p>Portaria: Portaria SOF nº 03, de 26.04.2006, incluir.</p> <p>Amparo Legal: Lei nº 7.711, de 22 de dezembro de 1988 art. 4º, Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991, art. 69, Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, art. 40.</p>
<p>19140602 - Receita de Parcelamentos - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Contribuição Social sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas</p> <p>Portaria: Portaria SOF nº 17, de 31.12.2003, incluiu. Portaria SOF nº 35, de 10.08.2007, modificar a especificação.</p> <p>Amparo Legal: Lei nº9.964, de 11 de abril de 2000; MP nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; e Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.</p>	<p>19141202 - Juros de Mora do FUNDAP - Receita de Parcelamentos da Dívida Ativa da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social</p> <p>Portaria: Portaria SOF nº 03, de 26.04.2006, incluir. Portaria SOF nº 35, de 10.08.2007, modificar a especificação.</p> <p>Amparo Legal: Lei nº 7.711, de 22 de dezembro de 1988 art. 4º, Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991, art. 69, Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, art. 40.</p>
<p>19140701 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Contribuição sobre a Receita da Loteria Federal</p> <p>Portaria: Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002.</p> <p>Amparo Legal: Lei no 9.430, de 1996.</p>	<p>19141203 - Juros de Mora do FUNDAP - Receita da Dívida Ativa da Contribuição sobre Movimentação Financeira</p> <p>Portaria: Portaria SOF nº 03, de 26.04.2006, incluir.</p> <p>Amparo Legal: Lei nº 7.711, de 22 de dezembro de 1988 art. 4º, Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991, art. 69, Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, art. 40.</p>
<p>19140702 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Contribuição sobre a Receita de Loterias Esportivas</p> <p>Portaria: Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002.</p> <p>Amparo Legal: Lei no 9.430, de 1996.</p>	<p>19141204 - Juros de Mora do FUNDAP - Receita de Parcelamentos da Dívida Ativa da Contribuição sobre Movimentação Financeira</p> <p>Portaria: Portaria SOF nº 03, de 26.04.2006, incluir. Portaria SOF nº 35, de 10.08.2007, modificar a especificação.</p> <p>Amparo Legal: Lei nº 7.711, de 22 de dezembro de 1988 art. 4º, Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991, art. 69, Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, art. 40.</p>
<p>19140703 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Contribuição sobre a Receita de Concursos Especiais de Loterias Esportivas</p> <p>Portaria: Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002.</p> <p>Amparo Legal: Lei no 9.430, de 1996.</p>	<p>19141205 - Juros de Mora do FUNDAP - Receita da DA das Contribuições para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público</p> <p>Portaria: Portaria SOF nº 03, de 26.04.2006, incluir.</p> <p>Amparo Legal: Lei nº 7.711, de 22 de dezembro de 1988 art. 4º, Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991, art. 69, Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, art. 40.</p>
<p>19140704 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Contribuição sobre a Receita de Loterias de Números</p> <p>Portaria: Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002.</p> <p>Amparo Legal: Lei no 9.430, de 1996.</p>	<p>19141206 - Juros de Mora do FUNDAP - Receita de Parc DA das Contribuições para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público</p> <p>Portaria: Portaria SOF nº 03, de 26.04.2006, incluir. Portaria SOF nº 35, de 10.08.2007, modificar a especificação.</p> <p>Amparo Legal: Lei nº 7.711, de 22 de dezembro de 1988 art. 4º, Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991, art. 69, Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, art. 40.</p>
<p>19140705 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Contribuição sobre a Receita da Loteria Instantânea</p> <p>Portaria: Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002.</p> <p>Amparo Legal: Lei no 9.430, de 1996.</p>	<p>19141207 - Juros de Mora do FUNDAP - Receita da Dívida Ativa da Contribuição Social sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas</p> <p>Portaria: Portaria SOF nº 03, de 26.04.2006, incluir.</p> <p>Amparo Legal: Lei nº 7.711, de 22 de dezembro de 1988 art. 4º, Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991, art. 69, Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, art. 40.</p>
<p>19140706 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Contribuição sobre a Receita de Prêmios Prescritos de Loterias Federais</p> <p>Portaria: Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002.</p> <p>Amparo Legal: Lei no 9.430, de 1996.</p>	<p>19141208 - Juros de Mora do FUNDAP - Receita de Parcelamentos da Dívida Ativa da Contribuição Social sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas</p> <p>Portaria: Portaria SOF nº 03, de 26.04.2006, incluir. Portaria SOF nº 35, de 10.08.2007, modificar a especificação.</p> <p>Amparo Legal: Lei nº 7.711, de 22 de dezembro de 1988 art. 4º, Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991, art. 69, Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, art. 40.</p>
<p>19140800 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa sobre a Contribuição Relativa à Despedida de Empregado sem Justa Causa</p> <p>Portaria: Portaria SOF nº 15, de 17.08.2001</p> <p>Amparo Legal: Lei Complementar no 110, de 2001;Decreto no 3.914, de 2001; e Lei 8.036, de 1990.</p>	<p>19141209 - Juros de Mora do FUNDAP - Dívida Ativa da Contribuição sobre a Receita da Loteria Federal</p> <p>Portaria: Portaria SOF nº 03, de 26.04.2006, incluir.</p>
<p>19140900 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa sobre a Contribuição sobre a Remuneração Devida ao Trabalhador</p> <p>Portaria:</p>	

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

PLDO - 2015, Art. 9º, inciso IV

Amparo Legal: Lei nº 7.711, de 22 de dezembro de 1988 art. 4º, Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991, art. 69, Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, art. 40.	8º), com alterações da Lei nº.9.993, de 24 de julho de 2000.
19141210 - Juros de Mora do FUNDAF - Dívida Ativa da Contribuição sobre a Receita de Loterias Esportivas	19150400 - Multas e Juros de Mora da Receita da Dívida Ativa das Multas Previstas na Legislação Minerária
Portaria: Portaria SOF nº 03, de 26.04.2006, incluir.	Portaria: Portaria SOF nº 49, de 15.12.2006, inclui.
Amparo Legal: Lei nº 7.711, de 22 de dezembro de 1988 art. 4º, Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991, art. 69, Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, art. 40.	Amparo Legal: Decreto-Lei no 227, de 28 de fevereiro de 1967.Lei nº. 7.990, de 28 de dezembro de 1989 (Art. 8º), com alterações da Lei nº.9.993, de 24 de julho de 2000.
19141211 - Juros de Mora do FUNDAF - Dívida Ativa da Contribuição sobre a Receita de Concursos Especiais de Loterias Esportivas	19150500 - Multas e Juros de Mora da Receita da Dívida Ativa dos Serviços de Inspeção e Fiscalização da Atividade Mineral
Portaria: Portaria SOF nº 03, de 26.04.2006, incluir.	Portaria: Portaria SOF nº 49, de 15.12.2006, inclui.
Amparo Legal: Lei nº 7.711, de 22 de dezembro de 1988 art. 4º, Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991, art. 69, Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, art. 40.	Amparo Legal: Decreto-Lei no 227, de 28 de fevereiro de 1967.Lei nº. 7.990, de 28 de dezembro de 1989 (Art. 8º), com alterações da Lei nº.9.993, de 24 de julho de 2000.
19141212 - Juros de Mora do FUNDAF - Dívida Ativa da Contribuição sobre a Receita de Loterias de Números	19150600 - Multas e Juros de Mora da Receita da Dívida Ativa da Multa de Poluição de Águas
Portaria: Portaria SOF nº 03, de 26.04.2006, incluir.	Portaria: Portaria SOF nº 39, de 15.06.2009, inclui.
Amparo Legal: Lei nº 7.711, de 22 de dezembro de 1988 art. 4º, Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991, art. 69, Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, art. 40.	Amparo Legal: Lei no 9.966, de 28 de abril de 2000; e Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.
19141213 - Juros de Mora do FUNDAF - Dívida Ativa da Contribuição sobre a Receita da Loteria Instantânea	19150700 - Multas e Juros de Mora da Receita da Dívida Ativa da Outorga de Direitos de Uso de Recursos Hídricos
Portaria: Portaria SOF nº 03, de 26.04.2006, incluir.	Portaria: Portaria SOF nº 39, de 15.06.2009, inclui.
Amparo Legal: Lei nº 7.711, de 22 de dezembro de 1988 art. 4º, Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991, art. 69, Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, art. 40.	Amparo Legal: Lei no 9.433, de 8 de Janeiro de 1997.
19141214 - Juros de Mora do FUNDAF - Receita da Dívida Ativa de Prêmios Prescritos de Loterias Federais	19150800 - Multas e Juros de Mora da Receita da Dívida Ativa da Multa Prevista no Código Brasileiro de Aeronáutica
Portaria: Portaria SOF nº 03, de 26.04.2006, incluir.	Portaria: Portaria SOF nº 39, de 15.06.2009, inclui.
Amparo Legal: Lei nº 7.711, de 22 de dezembro de 1988 art. 4º, Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991, art. 69, Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, art. 40.	Amparo Legal: Lei no 7.565, de 19 de dezembro de 1986; Lei no 9.614, de 5 de março de 1998; e Lei no 11.182, de 27 de setembro de 2005.
19141301 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Contribuição sobre a Receita Operacional Bruta Decorrente de Prestação de Serviços de Telecomunicações	19150900 - Multas e Juros de Mora da Receita da Dívida Ativa dos Serviços de Inspeção e Fiscalização
Portaria: Portaria nº 176, de 26 de dezembro de 2012	Portaria: Portaria SOF nº 39, de 15.06.2009, inclui.
Amparo Legal: Lei no 9.998, de 17 de agosto de 2000, art. 6º, incisos IV e VI e art. 14; Decreto no 3.624 de 05 de outubro de 2000, art 8º; e Lei no 9.430, de 27 de dezembro de 1996, art. 44.	Amparo Legal: Lei nº. 5.172., de 25 de outubro de 1966. Lei nº. 7.886, de 20 de novembro de 1989.
19141302 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública	19151000 - Multas e Juros de Mora da Receita da Dívida Ativa das Multas Previstas na Lei Geral das Telecomunicações
Portaria: Portaria nº 176, de 26 de dezembro de 2012	Portaria: Portaria SOF nº 39, de 15.06.2009, inclui.
Amparo Legal: Lei no 11.652, de 7 de abril de 2008; e Lei no 12.024, de 27 de agosto de 2009.	Amparo Legal: Lei no 9.472, de 16 de julho de 1997; Decreto no 2.338, de 7 de outubro de 1997; Lei no 5.070, de 7 de julho de 1966; Lei no 9.998, de 17 de agosto de 2000; Medida Provisória no 2.228, de 6 de setembro de 2001; e Lei no 11.437, de 28 de dezembro de 2006.
19149901 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa de Outras Contribuições - Principal	19151101 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Outorga dos Serviços de Telecomunicações
Portaria: Portaria SOF nº 01, de 03.01.2006, inclui.	Portaria: Portaria nº 176, de 26 de dezembro de 2012
Amparo Legal: Lei no 9.430, de 1996; e Lei Complementar no 70, de 1991.	Amparo Legal: Conforme a natureza principal
19149902 - Parcelamentos - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa de Outras Contribuições	19151102 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Outorga dos Serviços de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagens
Portaria: Portaria SOF nº 01, de 03.01.2006, inclui. Portaria SOF nº 35, de 10.08.2007, modificar a especificação.	Portaria: Portaria nº 176, de 26 de dezembro de 2012
Amparo Legal: Lei nº 9.964, de 11 de abril de 2000; MP nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; e Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.	Amparo Legal: Conforme a natureza principal
19150100 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa das Multas por Infração à Legislação Trabalhista	19151103 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Outorga do Direito de Uso de Radiofrequência
Portaria: Portaria SOF nº 15, de 17.08.2001 Portaria SOF nº 19, de 26.12.2001, modificou a especificação.	Portaria: Portaria nº 176, de 26 de dezembro de 2012
Amparo Legal: Lei no 4.320, de 17 de março de 1964; e Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943.	Amparo Legal: Conforme a natureza principal
19150200 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Receita de Exploração de Recursos Minerais	19151104 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Transferência de Concessão, de Permissão ou de Autorização de Telecomunicações ou de Uso de Radiofrequência
Portaria: Portaria SOF nº 21, de 28.07.2006, inclui.	Portaria: Portaria nº 176, de 2012
Amparo Legal: Decreto-Lei no 227, de 28 de fevereiro de 1967.Lei nº. 7.990, de 28 de dezembro de 1989 (Art. 8º), com alterações da Lei nº. 9.993, de 24 de julho de 2000.Portaria nº 503, de 28 de novembro de 1999 (Art. 6º, parágrafo único).	Amparo Legal: Conforme a natureza principal
19150300 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Receita de Outorga de Direitos de Exploração e Pesquisa Mineral	19151106 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Outorga para a Utilização de Posições Orbitais
Portaria: Portaria SOF nº 21, de 28.07.2006, inclui.	Portaria: Portaria nº 176, de 2012
Amparo Legal: Decreto-Lei no 227, de 28 de fevereiro de 1967.Lei nº. 7.990, de 28 de dezembro de 1989 (Art.	Amparo Legal:

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

PLDO - 2015, Art. 9º, inciso IV

Conforme a natureza principal

19151107 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa de Outras Receitas de Concessões e Permissões - Serviços de Comunicação

Portaria:

Portaria nº 176, de 2012

Amparo Legal:

Conforme a natureza principal.

19151200 - Multas e Juros de Mora da Receita da Dívida Ativa da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional

Portaria:

Portaria SOF nº 39, de 15.06.2009, incluiu.

Amparo Legal:

Lei no 11.437, de 28 de dezembro de 2006

19151300 - Multas e Juros de Mora da Receita da Dívida Ativa decorrente da Não-Aplicação de Incentivos Fiscais em Projetos Culturais e Indústria Cinematográfica

Portaria:

Portaria SOF nº 39, de 15.06.2009, incluiu.

Amparo Legal:

Lei no 11.437, de 28 de dezembro de 2006

19151400 - Multas e Juros de Mora da Receita da Dívida Ativa das Multas por Infrações à Legislação Cinematográfica

Portaria:

Portaria SOF nº 39, de 15.06.2009, incluiu.

Amparo Legal:

Lei no 11.437, de 28 de dezembro de 2006

19151500 - Multas e Juros de Mora da Receita da Dívida Ativa da Utilização de Recursos Hídricos - Demais Empresas

Portaria:

Portaria SOF nº 39, de 15.06.2009, incluiu.

Amparo Legal:

Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989;
Lei no 8.001, de 13 de março de 1990;
Lei no 9.433, de 8 de janeiro de 1997;
Lei no 9.648, de 27 de maio de 1998; e
Lei no 9.984, de 17 de julho de 2000.

19151600 - Multas e Juros de Mora da Receita da Dívida Ativa das Multas Previstas em Lei por Infrações no Setor de Energia Elétrica

Portaria:

Portaria SOF nº 39, de 15.06.2009, incluiu.

Amparo Legal:

Lei nº 9.427, de 26 de novembro de 1996.

19151700 - Multas e Juros de Mora da Receita da Dívida Ativa da Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica

Portaria:

Portaria SOF nº 39, de 15.06.2009, incluiu.

Amparo Legal:

Lei no 9.427, de 26 de dezembro de 1996

19151800 - Multas e Juros de Mora da Receita da Dívida Ativa das Multas Previstas na Legislação sobre Lubrificantes e Combustíveis

Portaria:

Portaria SOF nº 39, de 15.06.2009, incluiu.

Amparo Legal:

Lei no 9.478, de 6 de agosto de 1997.

19151900 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa das Compensações Financeiras entre o Regime Geral e os Regimes Próprios de Previdência dos Servidores

Portaria:

Portaria SOF nº 39, de 15.06.2009, incluiu.

Amparo Legal:

Lei nº 9.796, de 05 de maio de 1.999.

19152001 - Multas e Juros de Mora da Receita da Dívida Ativa da Taxa de Fiscalização - TAFIC

Portaria:

Portaria SOF nº 144, de 27.10.2010, incluiu.

Amparo Legal:

Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 - CTN, arts. 161 e 201; e Lei no 12.154, de 23 de dezembro de 2009, art. 12, § 3o.

19152002 - Multas e Juros de Mora da Receita da Dívida Ativa do Auto de Infração no âmbito do Regime de Previdência Complementar Fechada

Portaria:

Portaria SOF nº 144, de 27 outubro de 2010.

Amparo Legal:

-Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966;
- CTN, arts. 161 e 201; e
- Lei no 12.154, de 23 de dezembro de 2009, art. 7, III.

19159901 - Outras Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa de Outras Receitas - Principal

Portaria:

Portaria SOF nº 01, de 03.01.2006, incluiu.

Amparo Legal:

Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), art. 201; e
Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 39, § 2o.

19159902 - Parcelamentos - Outras Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa de Outras Receitas

Portaria:

Portaria SOF nº 01, de 03.01.2006, incluiu. Portaria SOF nº 35, de 10.08.2007, modificar a especificação.

Amparo Legal:

Lei nº9.964, de 11 de abril de 2000; MP nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; e Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

19180100 - Multas e Juros de Mora de Aluguel

Portaria:

Portaria SOF nº 09, de 28.04.2005, incluiu.

Amparo Legal:

Lei no 9.636, de 1998;Decreto-Lei no 2.398, de 1987;Decreto-Lei no 9.760, de 1946; Lei no 8.981, de 20 de janeiro de 1995, Art. 84; eMedida Provisória no 2.220, de 4 de setembro de 2001.

19180200 - Multas e Juros de Mora de Arrendamentos

Portaria:

Portaria SOF nº 09, de 28.04.2005, incluiu.

Amparo Legal:

Lei no 9.636, de 1998;Decreto-Lei no 2.398 de 1987;Decreto-Lei no 9.760, de 1946;Lei no 8.981, de 20 de janeiro de 1995, Art. 84; eMedida Provisória no 2.220, de 4 de setembro de 2001.

19180300 - Multas e Juros de Mora de Laudêmios

Portaria:

Portaria SOF nº 09, de 28.04.2005, incluiu.

Amparo Legal:

Decreto-Lei no 2.398, de 1987;Decreto no 95.760, de 1o de março de 1988.Decreto-Lei no 9.760, de 1946;Lei no 8.981, de 20 de janeiro de 1995, Art. 84;Lei no 9.636, de 1998; eMedida Provisória no 2.220, de 4 de setembro de 2001.

19180401 - Multa de Mora da Alienação de Bens Imóveis de Domínio da União - Domínio Pleno, Útil e Direto

Portaria:

Portaria SOF nº 18, de 13.04.2010, incluiu.

Amparo Legal:

Art. 27, inciso 6 da Lei nº 9.636/98.

19180402 - Juros de Mora da Alienação de Bens Imóveis de Domínio da União - Domínio Pleno,Útil e Direto

Portaria:

Portaria SOF nº 18, de 13.04.2010, incluiu.

Amparo Legal:

Amparo legal: Art. 27. Inciso 2 da Lei nº 9.636/98.

19180500 - Multas e Juros de Mora da Alienação de Outros Bens Imóveis

Portaria:

Portaria SOF nº 09, de 28.04.2005, incluiu.

Amparo Legal:

Lei no 8.981, de 20 de janeiro de 1995, Art. 84; eLei no 9.636, de 15 de maio de 1998.

19180600 - Multas e Juros de Mora do Parcelamento

Portaria:

Portaria SOF nº 09, de 28.04.2005, incluiu.

Amparo Legal:

Lei no 8.981, de 20 de janeiro de 1995, Art. 84;Lei no 9.069, de 29 de julho de 1995; eLei no 9.430, de 27 de dezembro de 1996.

19180700 - Multas e Juros de Mora de Foros

Portaria:

Portaria SOF nº 09, de 28.04.2005, incluiu.

Amparo Legal:

Lei no 8.981, de 20 de janeiro de 1995, Art. 84;Lei no 9.069, de 29 de julho de 1995; eLei no 9.430, de 27 de dezembro de 1996.

19180800 - Multas e Juros de Mora da Taxa de Ocupação

Portaria:

Portaria SOF nº 09, de 28.04.2005, incluiu.

Amparo Legal:

Lei no 8.981, de 20 de janeiro de 1995, Art. 84;Lei no 9.069, de 29 de julho de 1995;Lei no 9.430, de 27 de dezembro de 1996.

19180900 - Multas e Juros de Mora de Dividendos

Portaria:

Portaria SOF nº 09, de 28.04.2005, incluiu.

Amparo Legal:

Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e modificações posteriores; eLei no 9.530, de 10 de dezembro de 1997.

19181000 - Multas e Juros de Mora de Participações

Portaria:

Portaria SOF nº 09, de 28.04.2005, incluiu.

Amparo Legal:

Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e modificações posteriores; eLei no 9.530, de 10 de dezembro de 1997.

19181100 - Multas e Juros de Mora da Receita dos Direitos "Antidumping" e dos Direitos Compensatórios

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

PLDO - 2015, Art. 9º, inciso IV

Portaria: Portaria SOF nº 09, de 28.04.2005, incluiu. Amparo Legal: Lei no 9.019, de 30 de março de 1995.	Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - CTN, art. 161; e Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, arts. 120 e 121.
19181200 - Multas e Juros de Mora da Receita Decorrente de Bens Apreendidos Portaria: Portaria SOF nº 09, de 28.04.2005, incluiu. Amparo Legal: Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976.	19182300 - Multa e Juros de Mora Decorrentes da Restituição de Recursos de Fomento Portaria: Portaria SOF nº 179, de 13 de dezembro de 2011. Amparo Legal: Art. 8º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; Art. 2º, inciso VI, última parte, da Lei nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006; Art. 61 da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001; Art. 6o da Medida Provisória nº 2.183-56, de 24 de agosto de 2001; Art. 12 do Decreto nº 6.672, de 2 de dezembro de 2008.
19181300 - Multas e Juros de Mora dos Financiamentos à Estocagem de Álcool Etílico Combustível Portaria: Portaria SOF nº 09, de 28.04.2005, incluiu. Amparo Legal: Leis no 10.336, de 19 de dezembro de 2001; Lei no 10.453, de 13 de maio de 2002; Lei no 10.636, de 30 de dezembro de 2002; e Resolução do Banco Central no 3.096, de 25 de junho de 2003.	19182401 - Multas e Juros de Mora da Outorga dos Serviços de Telecomunicações Portaria: Portaria nº 176, de 2012 Amparo Legal: Conforme natureza principal
19181400 - Multas e Juros de Mora da Receita de Exploração de Recursos Minerais Portaria: Portaria SOF nº 21, de 28.07.2006, incluiu. Amparo Legal: Lei nº 9.314, de 18 de novembro de 1996. Decreto nº. 62.934, de 2 de julho de 1968. Portaria (MME) nº 503, de 28 de dezembro de 1999.	19182402 - Multas e Juros de Mora da Outorga dos Serviços de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagens Portaria: Portaria nº 176, de 2012 Amparo Legal: Conforme a natureza principal
19181500 - Multas e Juros de Mora da Receita de Outorga de Direitos de Exploração e Pesquisa Mineral Portaria: Portaria SOF nº 21, de 28.07.2006, incluiu. Amparo Legal: Lei no 7.990, de 28 de dezembro de 1989; Lei nº. 8.001, de 13 de março de 1990 (Art. 6º); Lei no 8.876, de 2 de maio de 1994.	19182403 - Multas e Juros de Mora da Outorga do Direito de Uso de Radiofrequência Portaria: Portaria nº 176, de 2012 Amparo Legal: Conforme a natureza principal
19181600 - Multas e Juros de Mora da Receita de Concessão Florestal Portaria: Portaria SOF nº 28, de 13.09.2006, incluiu. Amparo Legal: Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000 (Art. 17); Lei no 11.284, de 02 de março de 2006; Lei no 11.516, de 28 de agosto de 2007 (Arts. 6o e 7o).	19182404 - Multas e Juros de Mora da Transferência de Concessão, de Permissão ou de Autorização de Telecomunicações ou de Uso de Radiofrequência Portaria: Portaria nº 176, de 2012 Amparo Legal: Conforme a natureza principal.
19181701 - Multa de Mora pela Cessão de Uso de Bens da União Portaria: Portaria SOF nº 18, de 13.04.2010, incluiu. Amparo Legal: Lei nº 9.636/98, art. 18§ 5º	19182406 - Multas e Juros de Mora da Outorga para a Utilização de Posições Orbitais Portaria: Portaria nº 176, de 2012 Amparo Legal: Conforme a natureza principal.
19181702 - Juros de Mora pela Cessão de Uso de Bens da União Portaria: Portaria SOF nº 18, de 13.04.2010, incluiu. Amparo Legal: Lei nº 9.636/98, art. 18§ 5º.	19182407 - Multas e Juros de Mora de Outras Receitas de Concessões e Permissões - Serviços de Comunicação Portaria: Portaria nº 176, de 2012 Amparo Legal: Conforme a natureza principal.
19181801 - Multa de Mora de Indenização por Posse ou Ocupação Ilícita de Bens da União Portaria: Portaria SOF nº 18, de 13.04.2010, incluiu. Amparo Legal: Art. 84, da lei nº 8.891/95.	19182500 - Multas e Juros de Mora Incidentes sobre as Multas Previstas na Lei Geral das Telecomunicações Portaria: Portaria nº 176, de 2012 Amparo Legal: Conforme a natureza principal
19181802 - Juros de Mora de Indenização por Posse ou Ocupação Ilícita de Bens da União Portaria: Portaria SOF nº 18, de 13.04.2010, incluiu. Amparo Legal: Amparo legal: Art. 84, da Lei nº 8.891/95.	19182600 - Multas e Juros de Mora Decorrentes de Multas por Auto de Infração Portaria: Portaria nº 31, de 23 de abril de 2013 Amparo Legal: Legislação relacionada aos órgãos responsáveis pela aplicação das multas punitivas.
19181900 - Multas e Juros de Mora do Auto de Infração no âmbito do Regime de Previdência Complementar Fechada Portaria: Portaria SOF nº 144, de 27.10.2010, incluiu. Amparo Legal: Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 - CTN, arts. 161 e 201; e Lei no 12.154, de 23 de dezembro de 2009, art. 7, III.	19182700 - Multas e Juros de Mora dos Serviços de Certificação e Homologação de Produtos de Telecomunicações. Portaria: Portaria nº 31, de 23 de abril de 2013 Amparo Legal: Alínea "j", do art. 2º, da lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966.
19182000 - Multas e Juros de Mora da Receita Decorrente de Medidas de Suspensão de Concessões dos Direitos de Propriedade Intelectual Portaria: Portaria SOF nº 193, de 16.12.2010, incluiu. Amparo Legal: Lei nº 12.270, de 24 de junho de 2010, art. 7º, §§ 3º e 8º; e Decreto-Lei nº 1.437, de 17 de dezembro de 1975.	19189900 - Outras Multas e Juros de Mora Portaria: Portaria SOF nº 09, de 28.04.2005, incluiu. Amparo Legal: §§ 1º e 4º do art. 11, da Lei 4.320, de 17 de março de 1964.
19182100 - Multas e Juros de Mora do Ressarcimento Decorrente de Ações Regressivas Oriundas da Relação de Trabalho Portaria: Portaria SOF nº 193, de 16.12.2010, incluiu. Amparo Legal:	19190100 - Multas Previstas na Legislação de Metrologia Amparo Legal: Lei no 9.933, de 20 de dezembro de 1999.
	19190200 - Multas do Regulamento para o Tráfego Marítimo Amparo Legal: Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997.
	19190300 - Multa de Poluição de Águas

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

PLDO - 2015, Art. 9º, inciso IV

Amparo Legal: Lei no 9.966, de 28 de abril de 2000; eLei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.	19192601 - Multas Previstas na Legislação sobre Defesa dos Direitos Difusos Trabalhistas Portaria: Portaria SOF nº 81, de 18.12.2008, incluiu. Amparo Legal: Lei no 7.347, de 24 de julho de 1985, arts. 11 e 13; Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989; e Lei no 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor.
19190400 - Multas Previstas em Acordos Internacionais sobre a Pesca Amparo Legal: Decreto Lei no 221, de 28 de fevereiro de 1967; eLei no 6.276 de 1º de dezembro de 1975.	19192602 - Multas Previstas na Legislação sobre Defesa dos Direitos Difusos - Outros Portaria: Portaria SOF nº 81, de 18.12.2008, incluiu. Amparo Legal: Lei no 7.347, de 24 de julho de 1985, arts. 11 e 13; Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989; e Lei no 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor.
19190424 - Multas e Juros da Dívida Ativa da Contribuição Previdenciária da Empresa Incidente sobre a Receita Bruta Portaria: Portaria nº 57 de 25 de Junho de 2012 Amparo Legal: - Arts. 7º e 8º da Lei no 12.546, de 14 de dezembro de 2011; - Incisos I e III do art. 22 da Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991; e - Art. 201 da Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966, Código Tributário Nacional.	19192700 - Multas e Juros Previstos em Contratos Portaria: Portaria SOF nº 111, de 15.09.2010, altera. Amparo Legal: Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.
19190500 - Multas Decorrentes de Apreensão de Embarcações de Pesca Amparo Legal: Decreto-Lei no 221, de 28 de fevereiro de 1967; eLei no 6.276, de 1º de dezembro de 1975.	19192800 - Multas Decorrentes da Operação do Transporte Rodoviário de Passageiros e Cargas Portaria: - Amparo Legal: Decreto no 2.521, de 20 de março de 1998.
19190600 - Multas do Código Eleitoral e Leis Conexas Amparo Legal: Lei no 4.737, de 15 de julho de 1965; eLei no 9.096, de 19 de setembro de 1995.	19192900 - Multas Previstas por Infrações à Legislação sobre Transportes Ferroviários Portaria: - Amparo Legal: Decreto no 1.832, de 4 de março de 1996.
19190700 - Multas Previstas no Regulamento do Estrangeiro Amparo Legal: Lei no 6.815, de 19 de agosto de 1980; eDecreto no 86.715, de 10 de dezembro de 1981.	19193000 - Multas Previstas no Código Brasileiro de Aeronáutica Portaria: Portaria SOF nº 03, de 18.05.2000. Amparo Legal: Lei no 7.565, de 19 de dezembro de 1986;Lei no 9.614, de 5 de março de 1998; eLei no 11.182, de 27 de setembro de 2005.Lei no 10.209, de 24 de março de 2001, e suas alterações; eDecreto no 3.525, de 26 de junho de2000.
19190800 - Multas Previstas na Lei do Serviço Militar Amparo Legal: Lei no 4.375, de 17 de agosto de 1964; eDecreto no 57.654, de 20 de janeiro de 1966.	19193100 - Multa de Tarifa Pedágio Portaria: - Amparo Legal: Lei nº10.209, de 24 de março de 2001, e suas alterações e Decreto nº 3.525, de 26 de junho de 2000.
19190900 - Multas Previstas na Lei Geral das Telecomunicações Amparo Legal: Lei no 9.472, de 16 de julho de 1997;Decreto no 2.338, de 7 de outubro de 1997;Lei no 5.070, de 7 de julho de 1966;Lei no 9.998, de 17 de agosto de 2000;Medida Provisória no 2.228, de 6 de setembro de 2001; eLei no 11.437, de 28 de dezembro de 2006.	19193210 - Multas Decorrentes de Sentenças Penais Condenatórias Portaria: Criada pela Portaria SOF nº 3, de 10.03.2011; alterada pela Portaria SOF nº 9, de 09.02.2012. Amparo Legal: Inciso V do art. 2º da Lei Complementar no 79, de 7 de janeiro de 1994; arts. 14, § único, 18 a 35, 161 e 196, e outros da Lei no 5.869, de 11 de janeiro de 1973, Código do Processo Civil; e art. 265 e outros do Decreto-Lei no 3.689, de 3 de outubro de 1941, Código de Processo Penal.
19191000 - Multas Previstas na Legislação Sanitária Amparo Legal: Lei no 9.782, de 26 de janeiro de 1999.	19193220 - Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais Portaria: Criada pela Portaria SOF nº 3, de 10.03.2011; alterada pela Portaria SOF nº 6, de 09.02.2012. Amparo Legal: Art. 83 da Lei no 11.697, de 13 de junho de 2008; arts. 14, § único, 18 a 35, 161 e 196, e outros da Lei no 5.869, de 11 de janeiro de 1973, Código do Processo Civil; e art. 265 e outros do Decreto-Lei no 3.689, de 3 de outubro de 1941, Código de Processo Penal.
19191200 - Multas Previstas na Legislação de Registro do Comércio Amparo Legal: Decreto-Lei no 2.056 de 19 de agosto de 1983;Lei no 8.934 de 18 de novembro de 1994; eDecreto no 1.800 de 30 de janeiro de 1996.	19193300 - Multa de Quebra de Fiança Amparo Legal: Decreto-Lei no 3.689, de 3 de outubro de 1941 – CPP: eLei Complementar no 79, de 7 de janeiro de 1994.
19191300 - Multas Previstas na Legislação sobre Lubrificantes e Combustíveis Amparo Legal: Lei no 9.478, de 6 de agosto de 1997.	19193400 - Multas Previstas em Lei por Infrações no Setor de Energia elétrica Amparo Legal: Decreto no 2.335, de 6 de outubro de 1997.
19191400 - Multas por Infração à Legislação Trabalhista Amparo Legal: Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943 (CLT);Lei no 7.998, de 11 de janeiro de 1990, Art. 11.	19193510 - Multas Administrativas por Danos Ambientais Portaria: Portaria SOF nº 96, de 28 de setembro de 2011. Amparo Legal: Lei no 6.938, de 31 de agosto de 1981; Lei no 7.754, de 14 de abril de 1989; Lei no 7.797, de 10 de julho de 1989; Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e Decreto no 6.514, de 22 de julho de 2008, art. 13.
19191500 - Multas Previstas na Legislação de Trânsito Amparo Legal: Lei no 9.503, de 23 de setembro de 1997;Decreto no 2.613, de 3 de junho de 1998;Decreto no 6.366, de 30 de janeiro de 2008; eLei no 11.705, de 19 de junho de 2008.	19193520 - Multas Judiciais por Danos Ambientais Portaria: SOF nº 96, de 28 de setembro de 2011.
19191600 - Multas Previstas na Legislação do Seguro-Desemprego e Abono Salarial Amparo Legal: Lei no 7.998, de 11 de janeiro de 1990 (Art. 25).	
19191700 - Multas Previstas na Lei Delegada nº 04/62 Amparo Legal: Lei Delegada nº 4, de 26 de setembro 1962.	
19191800 - Multas sobre a Fiscalização da Rede de Produção Orgânica Portaria: Portaria 38 de 27 de abril de 2012 Amparo Legal: - Lei no 10.831, de 23 de dezembro de 2003; - Decreto no 6.323, de 27 de dezembro de 2007.	
19192000 - Multa Prevista na Lei de Prevenção ao Uso de Drogas Portaria: Portaria SOF nº 09, de 28.04.2005, excluiu. Portaria SOF nº 49, de 15.12.2006, incluiu. Amparo Legal: Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006.	

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

PLDO - 2015, Art. 9º, inciso IV

<p>Amparo Legal: Lei no 6.938, de 31 de agosto de 1981; Lei no 7.754, de 14 de abril de 1989; Lei no 7.797, de 10 de julho de 1989; e Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.</p>	<p>Amparo Legal: - Art. 92 da Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991;- Art. 125-A, da Lei no 8.213, de 24 de julho de 1991;- Art. 283 do Decreto no 3048, de 1999.</p>
<p>19193600 - Multa de Segurança Privada</p> <p>Portaria: Portaria SOF nº 08, de 27.06.2001 Portaria SOF nº 08, de 15.08.2003, modificou a especificação.</p> <p>Amparo Legal: Lei no 9.017, de 30 de março de 1995.</p>	<p>19195150 - Multas Aplicadas por Litigância de Má-Fé em Processos Judiciais contra o INSS</p> <p>Portaria: Portaria nº 75, de 12 de julho de 2013</p> <p>Amparo Legal: Arts. 17 e 35 da Lei nº 5869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil.</p>
<p>19193700 - Multa por Ato Atentatório ao Exercício da Jurisdição</p> <p>Portaria: Portaria SOF nº 35, de 10.08.2007, incluiu.</p> <p>Amparo Legal: Fundamento Legal: Lei no 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil; Lei no 5.925, de 1º de outubro de 1973; Lei no 8.953, de 13 de dezembro de 1994; Lei no 10.358, de 27 de dezembro de 2001, art. 14, inciso V, parágrafo único; e Lei no 11.382, de 6 de dezembro de 2006.</p>	<p>19195200 - Multas Previstas na Legislação Minerária</p> <p>Portaria: Portaria SOF nº 21, de 28.07.2006, incluiu.</p> <p>Amparo Legal: Decreto-Lei no 227, de 28 de fevereiro de 1967 (Art. 22, inciso V; art. 25, inciso III; art. 31, inciso I; art. 31, inciso II); Decreto-Lei nº. 62.934, de 2 de julho de 1968 (Art. 54, inciso I; inciso II; inciso III; inciso IV; inciso V; inciso VI; inciso VII; inciso VIII; inciso IX; inciso X; inciso XI; inciso XII; inciso XIII; inciso XIV; inciso XV; art. 56. art. 66); Lei nº. 7.805, de 1989. Decreto nº. 69.885, de 31 de dezembro, de 1971.</p>
<p>19193800 - Multas e Juros das Operações Oficiais de Crédito</p> <p>Portaria: Portaria SOF nº 43, de 04.09.2008, incluiu.</p> <p>Amparo Legal: Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.</p>	<p>19195300 - Multas Decorrentes de Serviços de Migração</p> <p>Portaria: Portaria SOF nº 96, de 28 de setembro de 2011.</p> <p>Amparo Legal: Art. 3o da Lei Complementar no 89, de 18 de fevereiro de 1997; e Art. 125 da Lei no 6.815, de 19 de agosto de 1980.</p>
<p>19194100 - Multas por Infrações à Legislação Cinematográfica</p> <p>Portaria: Portaria SOF nº 19, de 26.12.2001</p> <p>Amparo Legal: Medida Provisória no 2.228, de 6 de setembro de 2001.</p>	<p>19196000 - Multa por Infração à Legislação de Licitação</p> <p>Portaria: Portaria SOF nº 13, de 19.05.2008, incluiu.</p> <p>Amparo Legal: Art. 86, da Lei nº 8.666/93, combinado com as Leis nº 5.172, 6.830 e 4.320, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, instituindo normas gerais para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.</p>
<p>19194800 - Multas Aplicadas pelos Tribunais de Contas</p> <p>Portaria: Portaria SOF nº 08, de 27.06.2001</p> <p>Amparo Legal: Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992.</p>	<p>19197001 - Multas e Indenizações pela Exploração do Patrimônio Genético em Áreas de Domínio da União</p> <p>Portaria: Portaria SOF nº 132, de 08.10.2010, incluiu.</p> <p>Amparo Legal: Constituição Federal de 1988, art. 225, § 1o, II e § 4o; Medida Provisória no 2.186-16, de 23 de agosto de 2001, art. 33; e Decreto no 6.915, de 29 de julho de 2009.</p>
<p>19194900 - Multas Previstas na Legislação sobre Regime de Previdência Privada Complementar</p> <p>Portaria: Portaria SOF nº 15, de 17.08.2001</p> <p>Amparo Legal: Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001; Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999; e Decreto nº 4.942, de 30 de dezembro de 2003, Arts. 22 a 26.</p>	<p>19197002 - Multas e Indenizações pela Exploração do Patrimônio Genético no Mar Territorial, Zona Econômica Exclusiva ou Plataforma Continental</p> <p>Portaria: Portaria SOF nº 132, de 08.10.2010, incluiu.</p> <p>Amparo Legal: Constituição Federal de 1988, art. 225, § 1o, II e § 4o; Medida Provisória no 2.186-16, de 23 de agosto de 2001, art. 33; e Decreto no 6.915, de 29 de julho de 2009.</p>
<p>19195000 - Multas por Auto de Infração</p> <p>Portaria: Portaria SOF nº 03, de 06.06.2002</p> <p>Amparo Legal: Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991; Lei no 8.213, de 24 de julho de 1991; Lei no 6.385, de 7 de dezembro de 1976; e Lei no 9.656, de 3 de junho de 1998.</p>	<p>19197002 - Multas e Indenizações pela Exploração do Patrimônio Genético no Mar Territorial, Zona Econômica Exclusiva ou Plataforma Continental</p> <p>Portaria: Portaria SOF nº 132, de 08.10.2010, incluiu.</p> <p>Amparo Legal: Constituição Federal de 1988, art. 225, § 1o, II e § 4o; Medida Provisória no 2.186-16, de 23 de agosto de 2001, art. 33; e Decreto no 6.915, de 29 de julho de 2009.</p>
<p>19195100 - Multa pelo Descumprimento de Obrigação Acessória Previdenciária</p> <p>Portaria: Portaria SOF nº 08, de 27.06.2001 Portaria SOF nº 09, de 28.04.2005, excluiu. Portaria SOF nº 09, de 26.02.2010, incluiu. Portaria SOF nº 113, de 17.10.2011, alterou.</p> <p>Amparo Legal: Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991; Lei nº. 11.941, de 10 de dezembro de 1997, que alterou o art. 32, inciso IV, na Lei nº. 8.212/91; Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990; Decreto nº 3.048 de 06 de maio de 1999;</p>	<p>19199900 - Outras Multas</p> <p>Amparo Legal: Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 4º.</p>
<p>19195110 - Multas por Atraso de Informações da Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social</p> <p>Portaria: Portaria nº 75, de 12 de julho de 2013</p> <p>Amparo Legal: - Lei no 9.528, de 10 de dezembro de 1997- Arts. 23 e 24, da Lei no 8.036, de 11 de maio de 1990- Art. 92, da Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991;- Art. 125-A, da Lei no 8.213, de 24 de julho de 1991;- Art. 283 do Decreto no 3048, de 1999.</p>	<p>19210500 - Indenizações previstas na Legislação sobre Defesa de Direitos Difusos</p> <p>Portaria: Portaria nº 62, de 27 de junho de 2013 (incluiu a fonte 186)</p> <p>Amparo Legal: Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989; e Lei no 8.078, 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor.</p>
<p>19195120 - Multa a Titulares de Cartórios por Descumprimento das Obrigações Previstas na Legislação Previdenciária</p> <p>Portaria: Portaria nº 75, de 12 de julho de 2013</p> <p>Amparo Legal: - Arts. 68 e 92 da Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991;- Art. 125-A, da Lei no 8.213, de 24 de julho de 1991;- Art. 283 do Decreto no 3048, de 1999.</p>	<p>19210600 - Indenizações por Danos Causados ao Patrimônio Público</p> <p>Amparo Legal: Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002; e Lei no 5.869, de 11 de janeiro de 1973.</p>
<p>19195130 - Multas Aplicadas a Empresa por Não Emissão ou Emissão em Atraso da Comunicação por Acidente de Trabalho</p> <p>Portaria: Portaria nº 75, de 12 de julho de 2013</p> <p>Amparo Legal: - Art. 22 da Lei no 8.213, de 24 de julho de 1991;- Art. 125-A, da Lei no 8.213, de 24 de julho de 1991;- Art. 283 do Decreto no 3048, de 1999.</p>	<p>19210700 - Indenização por Posse ou Ocupação Ilícita de Bens da União</p> <p>Portaria: Portaria SOF nº 18, de 13.04.2010, incluiu.</p> <p>Amparo Legal: Art. 10 § único da Lei nº 9.636/98.</p>
<p>19195140 - Multas Aplicadas por Ausência de Desconto em Folha de Pagamento Proveniente de Benefícios Pagos Indevidamente</p> <p>Portaria: Portaria nº 75, de 12 de julho de 2013</p>	<p>19219900 - Outras Indenizações</p> <p>Portaria: Portaria SOF nº 03, de 26.04.2006, incluiu.</p> <p>Amparo Legal: §§ 1º e 4º do art. 11, da Lei 4.320, de 17 de março de 1964.</p>
	<p>19220100 - Restituições de Convênios</p> <p>Portaria: Portaria nº 57 de 25 de Junho de 2012</p> <p>Amparo Legal: Lei no 4.320, de 17 de março de 1964;- Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966;- Parágrafo único do art. 8o da Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF.- Parágrafo único do art. 12, do Decreto no 6.170, de 25 de julho de 2007.</p>
	<p>19220200 - Restituições de Benefícios não Desembolsados</p> <p>Portaria:</p>

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

PLDO - 2015, Art. 9º, inciso IV

XX Amparo Legal: - Arts. 154, 244 e 365 do Decreto nº 3048, de 06 de maio de 1999;- Lei nº 7998, de 11 de janeiro de 1990;- Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.	Lei no 7.913, de 7 de dezembro de 1989.
19220210 - Restituições de Benefícios Não Desembolsados - Fundo de Amparo ao Trabalhador Portaria: xx Amparo Legal: Parágrafo único do art. 15 da Lei no 7998, de 11 de janeiro de 1990 .	19220500 - Ressarcimento por Operadoras de Seguros Privados de Assistência à Saúde Amparo Legal: Lei no 9656, de 3 de junho de 1998;Medida Provisória no 2.177, de 24 de agosto de 2001, e alterações; eResolução - RDC no 18, de 30 de março de2000.
19220220 - Restituições de Benefícios Não Desembolsados - Recursos Próprios Não-Financeiros Portaria: xx Amparo Legal: Art. 38 da Lei no 4.320, de 17 de março de 1964	19220600 - Ressarcimento do Custo de Disponibilização de Medicamentos Portaria: Portaria SOF nº 15, de 17.08.2001 Portaria SOF nº 08, de 15.08.2003, excluiu. Amparo Legal: Lei no 10.858, de 13 de abril de 2004, e Decreto no 5.090, de 20 de maio de 2004.
19220230 - Restituição de Benefícios Previdenciários Oriundos de Fraude Portaria: xx Amparo Legal: Arts. 154, 244 e 365 do Decreto no 3048, de 6 de maio de 1999.	19220700 - Recuperação de Despesas de Exercícios Anteriores Portaria: Portaria SOF nº 09, de 28.04.2005, incluiu. Amparo Legal: Arts. 38 e 39 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.
19220240 - Restituição de Benefícios Previdenciários Oriundos de Erro Portaria: xx Amparo Legal: Arts. 154, 244 e 365 do Decreto no 3.048, de 6 de maio de 1999.	19220800 - Ressarcimento de Pagamentos de Honorários Técnico-Periciais Portaria: Portaria SOF nº 28, de 13.09.2006, incluiu. Portaria SOF nº 17, de 20.04.2007, excluiu. Portaria SOF nº 30, de 02.07.2007, incluiu. Amparo Legal: Art. 12 da Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2001.
19220250 - Restituição de Benefícios Pagos Indevidamente pelo Banco Depositário Portaria: xx Amparo Legal: Arts. 154, 244 e 365 do Decreto no 3048, de 6 de maio de 1999.	19220900 - Ressarcimento de Despesas do Porte de Remessa e Retorno dos Autos Portaria: Portaria SOF nº 49, de 15.12.2006, incluiu. Portaria SOF nº 17, de 20.04.2007, excluiu. Portaria SOF nº 30, de 02.07.2007, incluiu. Amparo Legal: Lei nº 8.038, de 28 de maio de 1999, art. 41-B.A CRESCIDO PELO ART. 3º DA Lei nº 9.756, de 17 de dezembro de 1998. STF E STJ (tabelas).
19220260 - Restituição de Benefícios Previdenciários Mediante Consignação em Folha de Pagamento Portaria: xx Amparo Legal: Arts. 154, 244 e 365 do Decreto no 3048, de 6 de maio de 1999.	19221001 - Compensações Financeiras entre o Regime Geral e os Regimes Próprios de Previdência dos Servidores - Principal Portaria: Portaria SOF nº 39, de 15.06.2009, incluiu. Amparo Legal: Art. 40, da Constituição Federal;Lei no 9.796, de 5 de maio de 1999; Lei no 9.783, de 28 de janeiro de 1999;Decreto no 3.112, de 6 de julho de 1999; eDecreto no 3.217 de 22 de outubro de 1999.
19220270 - Restituição de Benefícios Previdenciários Oriundos de Parcelamento de Débito Portaria: xx Amparo Legal: Arts. 154, 244 e 365 do Decreto no 3048, de 6 de maio de 1999.	19221002 - Compensações Financeiras entre o Regime Geral e os Regimes Próprios de Previdência dos Servidores - Parcelamentos Portaria: Portaria SOF nº 39, de 15.06.2009, incluiu. Amparo Legal: Lei nº9.964, de 11 de abril de 2000; MP nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; e Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.
19220280 - Outras Restituições de Benefícios Não Desembolsados - Demais Fontes Portaria: Portaria nº 75, de 06 de agosto de 2013 Amparo Legal: - Lei no 4.320, de 17 de março de 1964; e- Parágrafo único do art. 8o da Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF.	19221100 - Restituição de Parcelas do Seguro Desemprego Recebidas Indevidamente Portaria: Portaria SOF nº 82, de 18.12.2009, incluiu. Amparo Legal: Art. 7º, da Constituição da República Federativa do Brasil.Artigos 3º, 7º e 8º, da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990. Lei nº. 6.830, de 22 de setembro de 1980.Código Processo Civil.
19220291 - Restituição de Benefícios Oriundos de Encargos Previdenciários da União Portaria: xx Amparo Legal: Arts. 195 e 197 do Decreto no 3048, de 06 de maio de 1999.	19222000 - Recuperação de Sinistros Portaria: Portaria SOF nº 59, de 14.11.2008, incluiu. Amparo Legal: Decreto nº 3.937, de 15 de setembro de 1997 e Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999.
19220292 - Restituições de Benefícios de Prestação Continuada e de Renda Mensal Vitalícia Portaria: xx Amparo Legal: - § 2º, do art. 21, da Lei nº 8472, de 7 de dezembro de 1993;- Arts. 48, 48-A e 49, do Decreto nº 6214, de 26 de setembro de 2007	19222100 - Ressarcimento de Pagamentos de Despesas pela Deportação Portaria: Portaria SOF nº 45, de 26.05.2010, incluiu. Amparo Legal: Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980
19220293 - Outras Restituições de Benefícios Previdenciários Portaria: xx Amparo Legal: Arts. 154, 244 e 365 do Decreto no 3048, de 6 de maio de 1999.	19222200 - Ressarcimento Decorrente de Ações Regressivas Oriundas da Relação de Trabalho Portaria: Portaria SOF nº 193, de 16.12.2010, incluiu. Amparo Legal: Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, arts. 120 e 121; e Constituição Federal de 1988, art. 114, VI.
19220300 - Restituição de Contribuições Previdenciárias Complementares Portaria: Portaria SOF nº 03, de 18.05.2000. Amparo Legal: Lei no 9.650, de 27 de maio de 1998; eLei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990.	19222300 - Restituição de Recursos de Fomento Portaria: Criada pela Portaria SOF no 179, de 13 de dezembro de 2011; alterada pela Portaria SOF no 17, de 8 de março de 2012. Amparo Legal: Art. 8o, parágrafo único, da Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000; Art. 2o, inciso VI, última parte, da Lei no 11.437, de 28 de dezembro de 2006; Art. 61 da Medida Provisória no 2.228-1, de 6 de setembro de 2001; Art. 6o da Medida Provisória no 2.183-56, de 24 de agosto de 2001; Art. 12 do Decreto no 6.672, de 2 de dezembro de 2008.
19220400 - Restituições não Reclamadas das Condenações Judiciais Amparo Legal:	

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

PLDO - 2015, Art. 9º, inciso IV

19223000 - Devoluções de Recursos decorrentes de Restituições Indevidas do Imposto de Renda

Portaria:

Portaria SOF nº 48, de 10.09.2009, incluiu. Portaria SOF nº 78, de 08.12.2009, alterou.

Amparo Legal:

Art. 892 do Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999.

19229900 - Outras Restituições

Portaria:

Portaria SOF nº 111, de 15.09.2010, altera.

Amparo Legal:

Decreto nº 3.964, de 10 de outubro de 2001, art. 2º e Lei nº 8.080, de 1990, § 4º, art. 33, em decorrências de auditorias.

19230100 - Retorno de Investimentos Mediante Participação em Empresas e Projetos

Portaria:

Portaria SOF nº 179, de 13 de dezembro de 2011.

Amparo Legal:

Por exemplo, os arts. 2º a 4º da Lei nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006, no caso do Fundo Setorial do Audiovisual.

19310101 - Receita da Dívida Ativa do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas

Amparo Legal:

Decreto no 3.000, de 26 de março de 1999; Lei no 8.981, de 20 de janeiro de 1995; Lei no 11.119, de 25 de maio de 2005 (tabelas progressivas); e Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), art. 201.

19310102 - Receita da Dívida Ativa do Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas

Amparo Legal:

Decreto no 3.000, de 26 de março de 1999; e Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), art. 201.

19310103 - Receita da Dívida Ativa do Imposto sobre a Renda Retido nas Fontes

Amparo Legal:

Decreto no 3.000, de 26 de março de 1999; Lei no 8.981, de 20 de janeiro de 1995; Lei no 11.119, de 25 de maio de 2005 (tabelas progressivas); e Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), art. 201.

19310104 - Receita de Parcelamentos - Dívida Ativa do Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas

Portaria:

Portaria SOF nº 17, de 31.12.2003, incluiu. Portaria SOF nº 35, de 10.08.2007, modificar a especificação.

Amparo Legal:

Lei nº 9.964, de 11 de abril de 2000; MP nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; e Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

19310105 - Receita de Parcelamentos - Dívida Ativa do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte

Portaria:

Portaria SOF nº 17, de 31.12.2003, incluiu. Portaria SOF nº 35, de 10.08.2007, modificar a especificação.

Amparo Legal:

Lei nº 9.964, de 11 de abril de 2000; MP nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; e Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

19310106 - Receita de Parcelamentos - Dívida Ativa do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas

Portaria:

Portaria SOF nº 01, de 03.01.2006, incluiu. Portaria SOF nº 35, de 10.08.2007, modificar a especificação.

Amparo Legal:

Lei nº 9.964, de 11 de abril de 2000; MP nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; e Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

19310107 - Receita da Dívida Ativa do Imposto de Renda Pessoa Jurídica – Simples Nacional

Portaria:

* Natureza de Receita criada pela Portaria SOF nº 38, de 27 de abril de 2012.

Amparo Legal:

Constituição Federal – CF, art. 159, incisos I e II;

CF, art. 153, inciso IV;

CF, art. 212, c/c ADCT art. 76; e

Art. 6º da Lei no 7.827, de 22 de setembro de 1989.

19310201 - Receita do Principal da Dívida Ativa do Imposto sobre Produtos Industrializados

Portaria:

Portaria SOF nº 17, de 31.12.2003, incluiu.

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 153, IV e § 3º; Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), arts. 46 a 51; art. 201; e Decreto no 4.542, de 26 de dezembro de 2002.

19310202 - Receita de Parcelamentos - Dívida Ativa do Imposto sobre Produtos Industrializados

Portaria:

Portaria SOF nº 17, de 31.12.2003, incluiu. Portaria SOF nº 35, de 10.08.2007, modificar a especificação.

Amparo Legal:

Lei nº 9.964, de 11 de abril de 2000; MP nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; e Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

19310203 - Receita da Dívida Ativa do Imposto sobre Produtos Industrializados – Simples Nacional

Portaria:

Natureza de Receita criada pela Portaria SOF nº 38, de 27 de abril de 2012

Amparo Legal:

Constituição Federal – CF, art. 159, incisos I e II;

CF, art. 153, inciso IV;

CF, art. 212, c/c ADCT art. 76; e

Art. 6º da Lei no 7.827, de 22 de setembro de 1989.

19310301 - Receita do Principal da Dívida Ativa do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários

Portaria:

Portaria SOF nº 17, de 31.12.2003, incluiu.

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 153, inciso V e § 1º; e Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), arts. 63 a 66 e 201.

19310302 - Receita de Parcelamentos - Dívida Ativa do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários

Portaria:

Portaria SOF nº 17, de 31.12.2003, incluiu. Portaria SOF nº 35, de 10.08.2007, modificar a especificação.

Amparo Legal:

Lei nº 9.964, de 11 de abril de 2000; MP nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; e Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

19310401 - Receita da Dívida Ativa do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Conveniados

Portaria:

Alterada pela Portaria SOF nº 135, de 4 de novembro de 2011.

Amparo Legal:

Constituição Federal, arts. 153, inciso VI, § 4º, inciso III, e 158, inciso II; e

Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966, arts. 29 a 31 e 201;

Lei no 9.430, de 27 de dezembro de 1996;

Lei no 9.393, de 19 de dezembro de 1996; e

Decreto no 4.382, de 19 de dezembro de 2002.

19310402 - Receita da Dívida Ativa do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Não-Conveniados

Portaria:

Natureza de Receita alterada pela Portaria SOF no 135, de 4 de novembro de 2011.

Amparo Legal:

Constituição Federal, arts. 153, inciso VI, § 4º, inciso III, e 158, inciso II; e

Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966, arts. 29 a 31 e 201;

Lei no 9.430, de 27 de dezembro de 1996;

Lei no 9.393, de 19 de dezembro de 1996; e

Decreto no 4.382, de 19 de dezembro de 2002.

19310501 - Receita do Principal da Dívida Ativa do Imposto sobre a Importação

Portaria:

Portaria SOF nº 17, de 31.12.2003, incluiu.

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 153, inciso I; e Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), arts. 19 a 22 e art. 201.

19310502 - Receita de Parcelamentos - Dívida Ativa do Imposto sobre a Importação

Portaria:

Portaria SOF nº 17, de 31.12.2003, incluiu. Portaria SOF nº 35, de 10.08.2007, modificar a especificação.

Amparo Legal:

Lei nº 9.964, de 11 de abril de 2000; MP nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; e Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

19310601 - Receita do Principal da Dívida Ativa do Imposto sobre a Exportação

Portaria:

Portaria SOF nº 17, de 31.12.2003, incluiu.

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 153, inciso II; Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), art. 201.

19310602 - Receita de Parcelamentos - Dívida Ativa do Imposto sobre a Exportação

Portaria:

Portaria SOF nº 17, de 31.12.2003, incluiu. Portaria SOF nº 35, de 10.08.2007, modificar a especificação.

Amparo Legal:

Lei nº 9.964, de 11 de abril de 2000; MP nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; e Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

19310700 - Receita da Dívida Ativa de Custas Judiciais

Portaria:

Portaria SOF nº 08, de 27.06.2001

Amparo Legal:

Lei no 9.289, de 4 de julho de 1996; e Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), art. 201.

19310801 - Receita da Dívida Ativa da Taxa de Fiscalização de Instalação

Portaria:

Portaria nº 176, de 2012

Amparo Legal:

Lei no 5.070, de 7 de julho de 1966; e

Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), art. 201.

19310802 - Receita da Dívida Ativa da Taxa de Fiscalização de Funcionamento

Portaria:

Portaria nº 176, de 2012

Amparo Legal:

Lei no 5.070, de 7 de julho de 1966; e

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

PLDO - 2015, Art. 9º, inciso IV

Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), art. 201.	art. 201.
19310900 - Receita da Dívida Ativa decorrente da Taxa de Fiscalização - TAFIC Portaria: Portaria SOF nº 39, de 07.05.2010, incluiu. Amparo Legal: Lei nº 11.457/2007 e 10.683/2003; e Lei nº 5.172/66 (CTN).	19320110 - Receita da Dívida Ativa da Contribuição Previdenciária do Segurado em Regime de Parcelamento de Débitos dos Municípios Portaria: Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002. Amparo Legal: Lei no 9.639, de 25 de maio de 1998; Medida Provisória no 2.187, de 24 de outubro de 2001; e Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), art. 201.
19313600 - Receita da Dívida Ativa da Taxa de Saúde Suplementar Portaria: Portaria SOF nº 08, de 15.08.2003. Amparo Legal: Lei no 9.961, de 28 de janeiro de 2000, art. 18 a 25; e Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), art. 201.	19320111 - Receita da Dívida Ativa da Contribuição Previdenciária do Segurado Obrigatório - Empresário Portaria: Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002. Amparo Legal: Lei no 9.876, de 26 de novembro de 1999; e Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), art. 201.
19319901 - Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos - Principal Portaria: Portaria SOF nº 01, de 03.01.2006, incluiu. Amparo Legal: Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), art. 201.	19320112 - Receita da Dívida Ativa da Contribuição Previdenciária do Segurado Facultativo Portaria: Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002. Amparo Legal: Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991, art. 43; Lei no 9.876, de 26 de novembro de 1999; e Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), art. 201.
19319902 - Parc - Receita Dívida Ativa Outros Tributos Portaria: Natureza de Receita criada pela Portaria SOF nº 1, de 3 de janeiro de 2006 Amparo Legal: Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966, art. 201.	19320113 - Receita da Dívida Ativa da Contribuição Previdenciária do Segurado Especial Portaria: Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002. Amparo Legal: Lei no 8.398, 7 de janeiro de 1992; Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991, art. 43; e Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), art. 201.
19320101 - Receita da Dívida Ativa da Contribuição Previdenciária do Segurado Obrigatório - Contribuinte Individual Portaria: Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002. Amparo Legal: Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991; e Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), art. 201.	19320114 - Receita da Dívida Ativa da Contribuição Previdenciária do Segurado Obrigatório - Empregado Doméstico Portaria: Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002. Amparo Legal: Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991, art. 43; e Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), art. 201.
19320102 - Receita da Dívida Ativa da Contribuição Previdenciária do Segurado Assalariado Portaria: Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002. Amparo Legal: Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991; e Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), art. 201.	19320115 - Receita da Dívida Ativa da Contribuição Previdenciária dos Órgãos do Poder Público Portaria: Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002. Amparo Legal: Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991, art. 42; e Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), art. 201.
19320103 - Receita da Dívida Ativa da Contribuição Previdenciária da Empresa sobre o Segurado Assalariado Portaria: Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002. Amparo Legal: Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991; e Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), art. 201.	19320116 - Receita da Dívida Ativa da Contribuição Previdenciária das Entidades Filantrópicas Portaria: Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002. Amparo Legal: Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991, art. 55; Constituição Federal, art. 195, § 7º; e Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), art. 201.
19320104 - Receita da Dívida Ativa da Contribuição Previdenciária da Empresa Optante pelo SIMPLES Portaria: Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002. Amparo Legal: Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991; e Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), art. 201.	19320117 - Receita da Dívida Ativa da Contribuição Previdenciária - Retenção sobre Nota Fiscal - Sub-rogação Portaria: Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002. Amparo Legal: Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991, art. 42; e Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), art. 201.
19320105 - Receita da Dívida Ativa da Contribuição Previdenciária sobre Espetáculo Desportivo Portaria: Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002. Amparo Legal: Decreto no 3.048, de 6 de maio de 1999, art. 205; e Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), art. 201.	19320118 - Receita da Dívida Ativa da Arrecadação FIES - Certificados Financeiros do Tesouro Nacional Portaria: Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002. Amparo Legal: Lei no 10.260, de 12 de julho de 2001; e Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), art. 201.
19320106 - Receita da Dívida Ativa da Contribuição Previdenciária sobre Produção Rural Portaria: Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002. Amparo Legal: Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991, art. 25; Lei no 10.256, de 09 de julho de 2001; e Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), art. 201.	19320119 - Receita da Dívida Ativa da Arrecadação FNS - Certificados Financeiros do Tesouro Nacional Portaria: Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002. Amparo Legal: Lei nº 9.639, de 25 de maio de 1998, art. 6º, § 2º; e Instrução Normativa INSS/DC nº 071, de 10 de maio de 2002.
19320107 - Receita da Dívida Ativa da Contribuição Previdenciária em Regime de Parcelamento de Débitos Portaria: Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002. Amparo Legal: Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991, art. 35, § 1º e art. 38, § 6º; e Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), art. 201.	19320120 - Receita da Dívida Ativa de Certificados da Dívida Pública - CDP Portaria: Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002. Amparo Legal: Lei nº 9.711, de 20 de novembro de 1998.
19320108 - Receita da Dívida Ativa da Contribuição Previdenciária para o Seguro de Acidente do Trabalho Portaria: Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002. Amparo Legal: Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991, art. 22, inciso II; e Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), art. 201.	19320121 - Receita da Dívida Ativa da Contribuição Previdenciária na Forma de Depósito Judicial, Recursal e Custas Judiciais Portaria: Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002. Amparo Legal: Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), art. 201.
19320109 - Receita de Mora da Dívida Ativa da Contribuição Previdenciária sobre Reclamatória Trabalhista Portaria: Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002. Amparo Legal: Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991, art. 43; e Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN),	19320122 - Receita da Dívida Ativa da Contribuição Previdenciária - Parcelamentos Portaria: Portaria SOF nº 81, de 18.12.2008, incluiu.

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

PLDO - 2015, Art. 9º, inciso IV

<p>Amparo Legal: Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), art. 201.</p>	<p>Amparo Legal: Lei no 9.964, de 11 de abril de 2000; MP Nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; e Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.</p>
<p>19320124 - Receita da Dívida Ativa da Contribuição Previdenciária da Empresa Incidente sobre a Receita Bruta</p> <p>Portaria: Portaria nº 57 de 25 de Junho de 2012</p> <p>Amparo Legal: Arts. 7º e 8º da Lei no 12.546, de 14 de dezembro de 2011; - Incisos I e III do art. 22 da Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991; e - Art. 201 da Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966, Código Tributário Nacional.</p>	<p>19320701 - Receita da Dívida Ativa da Contribuição sobre a Receita da Loteria Federal</p> <p>Portaria: Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002.</p> <p>Amparo Legal: Art. 201 da Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN).</p>
<p>19320199 - Receita da Dívida Ativa de Outras Contribuições Previdenciárias</p> <p>Portaria: Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002.</p> <p>Amparo Legal: Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), art. 201.</p>	<p>19320702 - Receita da Dívida Ativa da Contribuição sobre a Receita de Loterias Esportivas</p> <p>Portaria: Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002.</p> <p>Amparo Legal: Art. 201 da Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN).</p>
<p>19320201 - Receita do Principal da Dívida Ativa da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social</p> <p>Portaria: Portaria SOF nº 17, de 31.12.2003, incluiu.</p> <p>Amparo Legal: Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), art. 201.</p>	<p>19320703 - Receita da Dívida Ativa da Contribuição sobre a Receita de Concursos Especiais de Loterias Esportivas</p> <p>Portaria: Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002.</p> <p>Amparo Legal: Art. 201 da Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN).</p>
<p>19320202 - Receita de Parcelamentos - Dívida Ativa da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social</p> <p>Portaria: Portaria SOF nº 17, de 31.12.2003, incluiu. Portaria SOF nº 35, de 10.08.2007, modificar a especificação.</p> <p>Amparo Legal: Lei no 9.964, de 11 de abril de 2000; MP Nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; e Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.</p>	<p>19320704 - Receita da Dívida Ativa da Contribuição sobre a Receita das Loterias de Números</p> <p>Portaria: Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002.</p> <p>Amparo Legal: Art. 201 da Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN).</p>
<p>19320300 - Receita da Dívida Ativa da Contribuição do Salário-Educação</p> <p>Portaria: Portaria SOF nº 08, de 27.06.2001</p> <p>Amparo Legal: Constituição Federal, art. 212, § 5º; Lei no 9.424, de 24 de dezembro de 1996, art. 15; Lei no 9.766, de 18 de dezembro de 1998; e Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), art. 201.</p>	<p>19320705 - Receita da Dívida Ativa da Contribuição sobre a Receita da Loteria Instantânea</p> <p>Portaria: Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002.</p> <p>Amparo Legal: Art. 201 da Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN).</p>
<p>19320401 - Receita do Principal da Dívida Ativa da Contribuição sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira</p> <p>Portaria: Portaria SOF nº 17, de 31.12.2003, incluiu.</p> <p>Amparo Legal: ADCT, arts. 74, 75, 80, inciso I, 84 e 85; Lei no 9.311, de 24 de outubro de 1996; e Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), art. 201.</p>	<p>19320706 - Receita da Dívida Ativa de Prêmios Prescritos de Loterias Federais</p> <p>Portaria: Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002.</p> <p>Amparo Legal: Art. 201 da Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN).</p>
<p>19320402 - Receita de Parcelamentos - Dívida Ativa da Contribuição sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira</p> <p>Portaria: Portaria SOF nº 17, de 31.12.2003, incluiu. Portaria SOF nº 35, de 10.08.2007, modificar a especificação.</p> <p>Amparo Legal: Lei no 9.964, de 11 de abril de 2000; MP Nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; e Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.</p>	<p>19320800 - Receita da Dívida Ativa das Multas do Código Eleitoral e Leis Conexas</p> <p>Portaria: Portaria SOF nº 08, de 27.06.2001</p> <p>Amparo Legal: Art. 201 da Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN).</p>
<p>19320501 - Receita do Principal da Dívida Ativa da Contribuição para o PIS/PASEP</p> <p>Portaria: Portaria SOF nº 17, de 31.12.2003, incluiu.</p> <p>Amparo Legal: Lei Complementar no 7, de 7 de setembro de 1970; Lei Complementar no 8, de 3 de dezembro de 1970; Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, art. 11, I; Lei no 9.715, de 25 de novembro de 1998; Lei no 10.637, de 30 de dezembro de 2002; Lei no 10.865, de 30 de abril de 2004; Lei no 10.925, de 23 de julho de 2004; Lei no 11.196, de 21 de novembro de 2005; Decreto no 5.530, de 22 de dezembro de 2005; Decreto no 5.881, de 31 de agosto de 2006; Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006; e Decreto no 6.127, de 18 de junho de 2007.</p>	<p>19320900 - Receita da Dívida Ativa da Cota-Parte do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante</p> <p>Portaria: Portaria SOF nº 08, de 27.06.2001</p> <p>Amparo Legal: Art. 201 da Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN).</p>
<p>19320502 - Receita de Parcelamentos - Dívida Ativa da Contribuição para o PIS/PASEP</p> <p>Portaria: Portaria SOF nº 17, de 31.12.2003, incluiu. Portaria SOF nº 35, de 10.08.2007, modificar a especificação.</p> <p>Amparo Legal: Lei no 9.964, de 11 de abril de 2000; MP Nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; e Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.</p>	<p>19321000 - Receita da Dívida Ativa da Contribuição sobre Aposta em Competições Hípicas</p> <p>Portaria: Portaria SOF nº 08, de 27.06.2001</p> <p>Amparo Legal: Art. 201 da Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN).</p>
<p>19320601 - Receita do Principal da Dívida Ativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Pessoas Jurídicas</p> <p>Portaria: Portaria SOF nº 17, de 31.12.2003, incluiu.</p> <p>Amparo Legal: Lei no 7.689, de 15 de dezembro de 1988; Lei no 9.249, de 26 de dezembro de 1995; e Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), art. 201.</p>	<p>19321100 - Receita da Dívida Ativa de Aluguéis</p> <p>Portaria: Portaria SOF nº 08, de 27.06.2001</p> <p>Amparo Legal: Art. 201 da Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN).</p>
<p>19320602 - Receita de Parcelamentos - Dívida Ativa da Contribuição Social sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas</p> <p>Portaria: Portaria SOF nº 17, de 31.12.2003, incluiu. Portaria SOF nº 35, de 10.08.2007, modificar a especificação.</p>	<p>19321200 - Receita da Dívida Ativa de Foros</p> <p>Portaria: Portaria SOF nº 08, de 27.06.2001</p> <p>Amparo Legal: Art. 39, § 2º da Lei no 4.320, de 17 de março de 1964.</p>
	<p>19321300 - Receita da Dívida Ativa de Taxa de Ocupação</p> <p>Portaria: Portaria SOF nº 08, de 27.06.2001</p> <p>Amparo Legal: Art. 39, § 2º da Lei no 4.320, de 17 de março de 1964.</p>
	<p>19321400 - Receita da Dívida Ativa de Arrendamento</p> <p>Portaria: Portaria SOF nº 08, de 27.06.2001</p> <p>Amparo Legal: Art. 39, § 2º da Lei no 4.320, de 17 de março de 1964.</p>

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

PLDO - 2015, Art. 9º, inciso IV

19321500 - Receita da Dívida Ativa de Laudêmios Portaria: Portaria SOF nº 08, de 27.06.2001 Amparo Legal: Art. 39, § 2º da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.	8.001/90.	19322105 - Receita da Dívida Ativa dos Serviços de Inspeção e Fiscalização da Atividade Mineral Portaria: Portaria SOF nº 49, de 15.12.2006, incluiu. Amparo Legal: Art.39, § 2º da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 e Lei nº 7.990/89; Lei nº 9.993/2000 e Lei nº 8.001/90.
19321601 - Receita da Dívida Ativa de Outras Contribuições - Principal Portaria: Portaria SOF nº 01, de 03.01.2006, incluiu. Amparo Legal: Art. 39, § 2º da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.	19322200 - Receita da Dívida Ativa da Multa de Poluição de Águas Portaria: Portaria SOF nº 39, de 15.06.2009, incluiu. Amparo Legal: Art. 39, §§ 1º e 2º da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.	19322300 - Receita da Dívida Ativa da Outorga de Direitos de Uso de Recursos Hídricos Portaria: Portaria SOF nº 39, de 15.06.2009, incluiu. Amparo Legal: Art. 39, §§ 1º e 2º da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.
19321602 - Rec Parc - Dívida Ativa Outras Contribuições Portaria: Portaria SOF nº 1, de 3 de janeiro de 2006 Amparo Legal: Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, art. 201.	19322400 - Receita da Dívida Ativa da Multa Prevista no Código Brasileiro de Aeronáutica Portaria: Portaria SOF nº 39, de 15.06.2009, incluiu. Amparo Legal: Art. 39, §§ 1º e 2º da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.	19322500 - Receita da Dívida Ativa dos Serviços de Inspeção e Fiscalização Portaria: Portaria SOF nº 39, de 15.06.2009, incluiu. Amparo Legal: Art. 39, §§ 1º e 2º da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.
19321603 - Receita da Dívida Ativa da Contribuição sobre a Receita Operacional Bruta Decorrente de Prestação de Serviços de Telecomunicações Portaria: Portaria nº 176, de 2012 Amparo Legal: Art. 39, § 2º da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.	19322600 - Receita da Dívida Ativa das Multas Previstas na Lei Geral das Telecomunicações Portaria: Portaria SOF nº 39, de 15.06.2009, incluiu. Amparo Legal: Art. 39, §§ 1º e 2º da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.	19322701 - Receita da Dívida Ativa da Outorga dos Serviços de Telecomunicações Portaria: Portaria nº 176, de 2012 Amparo Legal: O mesmo da natureza principal
19321604 - Receita da Dívida Ativa da Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública Portaria: Portaria nº 176, de 2012 Amparo Legal: Art. 39, § 2º da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.	19322702 - Receita da Dívida Ativa da Outorga dos Serviços de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagens Portaria: Portaria nº 176, de 2012 Amparo Legal: Conforme a natureza principal	19322703 - Receita da Dívida Ativa da Outorga do Direito de Uso de Radiofrequência Portaria: Portaria nº 176, de 2012 Amparo Legal: Conforme a natureza principal
19321700 - Receita da Dívida Ativa das Multas por Infração à Legislação Trabalhista Portaria: Portaria SOF nº 15, de 17.08.2001 Portaria SOF nº 19, de 26.12.2001, modificou a especificação. Amparo Legal: Art. 39, § 2º da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964; eDecreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	19322704 - Receita da Dívida Ativa da Transferência de Concessão, de Permissão ou de Autorização de Telecomunicações ou de Uso de Radiofrequência Portaria: Portaria nº 176, de 2012 Amparo Legal: A mesma da natureza principal	19322706 - Receita da Dívida Ativa da Outorga para a Utilização de Posições Orbitais Portaria: Portaria nº 176, de 2012 Amparo Legal: A mesma da natureza principal
19321800 - Receita da Dívida Ativa da Contribuição Relativa à Despedida de Empregado sem Justa Causa Portaria: Portaria SOF nº 15, de 17.08.2001 Amparo Legal: Art. 39, § 2º da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.	19322800 - Receita da Dívida Ativa da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional Portaria: Portaria SOF nº 39, de 15.06.2009, incluiu. Amparo Legal: Art. 39, §§ 1º e 2º da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.	19322900 - Receita da Dívida Ativa da Receita decorrente da Não-Aplicação de Incentivos Fiscais em Projetos Culturais e Indústria Cinematográfica
19321900 - Receita da Dívida Ativa da Contribuição sobre a Remuneração Devida ao Trabalhador Portaria: Portaria SOF nº 15, de 17.08.2001 Amparo Legal: Art. 39, §2º da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.		
19322001 - Receita da DA da Contribuição Relativa as Atividades de Comercialização de Petróleo e seus Derivados, Gás Natural e Alcool Carburante - Principal Portaria: Portaria SOF nº 01, de 03.01.2006, incluiu. Amparo Legal: Emenda Constitucional nº 33, de 11 de dezembro de 2001;Emenda constitucional nº 44, de 30 de junho de 2004;Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001;Lei nº 10.636, de 30 de dezembro de 2002; eLei nº 10.866, de 4 de maio de 2004.		
19322002 - Receita de Parc - DA da Contribuição Relativa as Atividades de Comercialização de Petróleo e seus Derivados, Gás Natural e Alcool Carburante Portaria: Portaria SOF nº 01, de 03.01.2006, incluiu. Portaria SOF nº 35, de 10.08.2007, modificar a especificação. Amparo Legal: Lei nº 9.964, de 11 de abril de 2000; MP Nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; e Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.		
19322101 - Receita da Dívida Ativa da Exploração de Recursos Minerais Portaria: Portaria SOF nº 49, de 15.12.2006, incluiu. Amparo Legal: Art.39, § 2º da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 e Lei nº 7.990/89; Lei nº 9.993/2000 e Lei nº 8.001/90.		
19322102 - Receita da Dívida Ativa da Outorga de Direitos de Exploração e Pesquisa Mineral Portaria: Portaria SOF nº 49, de 15.12.2006, incluiu. Amparo Legal: Art.39, § 2º da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 e Lei nº 7.990/89; Lei nº 9.993/2000 e Lei nº 8.001/90.		
19322104 - Receita da Dívida Ativa das Multas Previstas na Legislação Minerária Portaria: Portaria SOF nº 49, de 15.12.2006, incluiu. Amparo Legal: Art.39, § 2º da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 e Lei nº 7.990/89; Lei nº 9.993/2000 e Lei nº		

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

PLDO - 2015, Art. 9º, inciso IV

<p>Portaria: Portaria SOF nº 39, de 15.06.2009, incluiu. Amparo Legal: Art. 39, §§ 1º e 2º da Lei no 4.320, de 17 de março de 1964.</p>	<p>19324200 - Receita da Dívida Ativa por Multa de Trânsito Portaria: Portaria SOF nº 18, de 13.04.2010, incluiu. Amparo Legal: Arts. 161 e seguintes, da Lei nº 9.506/97, que institui o Código de Trânsito Brasileiro</p>
<p>19323000 - Dívida Ativa das Multas por Infrações à Legislação Cinematográfica Portaria: Portaria SOF nº 39, de 15.06.2009, incluiu. Amparo Legal: Art. 39, §§ 1º e 2º da Lei no 4.320, de 17 de março de 1964.</p>	<p>19324300 - Receita da Dívida Ativa de Multas por Infração à Lei Complementar nº 109/2001 - Previdência Privada Portaria: Portaria SOF nº 18, de 13.04.2010, incluiu. Amparo Legal: Arts. 65 e 66 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001.</p>
<p>19323100 - Receita da Dívida Ativa da Utilização de Recursos Hídricos - Demais Empresas Portaria: Portaria SOF nº 39, de 15.06.2009, incluiu. Amparo Legal: Art. 39, §§ 1º e 2º da Lei no 4.320, de 17 de março de 1964.</p>	<p>19324400 - Receita da Dívida Ativa por Infração Administrativa Portaria: Portaria SOF nº 18, de 13.04.2010, incluiu. Amparo Legal: ANATEL-Lei nº 9.472/97, arts 173, caput e II c/c arts. 176, 177, 178, 179; Lei nº 5.070/66:ANTAQ - Lei nº 10.233/2001, art. 78-A, II, ANTT - Lei nº 6.437/77, art. 10 c/c art. 2º, § 1º-A, § 1º-B, § 1º-C, § 1º-D, art. 4º, arts. 6º a 9º c/c art. 7º da Lei n. 9782/99; Lei nº 10.233/2001, art. 78-A, II; Leis nºs. 9.504/97, 10.209/01, 10.561/02:ANP - Lei nº 9.847/99, art 2º, caput, I, c/c art 3º, I a XIX c/c art. 4º:CVM - Lei nº 6.385/76, arts. 11 e 32:DNPM - DL nº 227/67, arts. 22, § 1º, 63, II e 64:EMBRATUR - Lei n. 11.771/08, art. 36, II, art. 44; Lei nº 6.513/77, art. 24, I e Lei 8.181/97:IBAMA - Lei nº 9.605/98, art. 72, inc. II e III e § 3º, 4º e 5º e arts. 74 e 75; Lei nº 6.938/81, art. 17- I, c/redação da Lei nº 10.615/00 Lei 10.165/2000 INMETRO - Lei nº 9.933/99, arts. 7º, 8º e 9º c/c Lei nº 5.966/73, art 9º:SUSEP - Lei nº 10.190/01; Lei nº 6.194/74; Lei nº 302:ANEEL - Lei nº 9.427/96, art. 3º; X:ANS - Lei nº 9.656/98, art. 19, § 6º e arts. 25, II, 26, 27 e 29, § 2º; II:ANVISA - Lei nº 6.437/77, art. 10 c/c art. 2º, § 1º-A, § 1º-B, § 1º-C, § 1º-D, art. 4º, arts. 6º a 9º c/c art. 7º da Lei n. 9782/99:CONDECINE Cinematográfica Audio - Lei nº 11.437/2006, art. 13. / MP nº 2.228-1/01, arts. 7º, IV, 17, 19, 21, 24 a 26, 28, 29, 31, 55, 56, 59 e 60:PHAN - Decreto-Lei n. 25, de 1937;Lei n. 6.189/74, art. 9º; Lei nº 9.961/00, art. 4º, § 1º; Lei nº 9.433/97,</p>
<p>19323200 - Receita da Dívida Ativa das Multas Previstas em Lei por Infrações no Setor de Energia Elétrica Portaria: Portaria SOF nº 39, de 15.06.2009, incluiu. Amparo Legal: Art. 39, §§ 1º e 2º da Lei no 4.320, de 17 de março de 1964.</p>	<p>19324500 - Receita da Dívida Ativa de Outros Serviços Portaria: Portaria SOF nº 18, de 13.04.2010, incluiu. Amparo Legal: Prestação de serviços a terceiros - Lei nº 9.984/00, art. 20, VI, VII:Prestação de serviços de natureza contratual - Lei nº 11.182/05, art. 31, V; Lei nº 6.009/73, art. 5º, I.Taxa de Serviços Lei nº 9.781/99, art. 7º, I.Taxa Processual - Lei nº 9.781/99 Arts. 1º a 6º - Portaria Conjunta nº 26/2004:Taxa de Serviços Metrológicos - Lei nº 9.933/99, arts. 5º e 11;Preço Público - Lei 5.966/73, art. 7º, b.Taxa de Serviços Administrativos - Lei nº 9.960/00, arts. 1º a 7º; Portaria Suframa nº 529.</p>
<p>19323300 - Receita da Dívida Ativa da Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica Portaria: Portaria SOF nº 39, de 15.06.2009, incluiu. Amparo Legal: Art. 39, §§ 1º e 2º da Lei no 4.320, de 17 de março de 1964.</p>	<p>19324600 - Receita da Dívida Ativa das Multas Previstas na Legislação sobre Regime de Previdência Privada Complementar Portaria: Portaria SOF nº 39, de 07.05.2010, incluiu. Portaria SOF nº 66, de 24.06.2010, alterou. Amparo Legal: Lei complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, art. 65, IV; e Decreto nº 4.942, de 30 de dezembro de 2003, art. 26, III.</p>
<p>19323400 - Receita da Dívida Ativa das Multas Previstas na Legislação sobre Lubrificantes e Combustíveis Portaria: Portaria SOF nº 39, de 15.06.2009, incluiu. Amparo Legal: Art. 39, §§ 1º e 2º da Lei no 4.320, de 17 de março de 1964.</p>	<p>19324710 - Receita da Dívida Ativa de Multas Decorrentes de Sentenças Penais Condenatórias Portaria: Criada pela Portaria SOF nº 10, de 03 de março de 2011; alterada pela Portaria SOF nº 9, de 9 de fevereiro de 2012. Amparo Legal: Inciso V do art. 2º da Lei Complementar no 79, de 7 de janeiro de 1994; Arts. 14, § único, 18 a 35, 161 e 196, e outros da Lei no 5.869, de 11 de janeiro de 1973, Código do Processo Civil; Art. 265 e outros do Decreto-Lei no 3.689, de 3 de outubro de 1941, Código de Processo Penal; Art. 51 do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal; Art. 39, § 2º da Lei no 4.320, de 17 de março de 1964.</p>
<p>19323500 - Receita da Dívida Ativa das Compensações Financeiras entre o Regime Geral e os Regimes Próprios de Previdência dos Servidores Portaria: Portaria SOF nº 39, de 15.06.2009, incluiu. Amparo Legal: Art. 39, §§ 1º e 2º da Lei no 4.320, de 17 de março de 1964.</p>	<p>19324720 - Receita da Dívida Ativa de Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais Portaria: Criada pela Portaria SOF nº 10, de 03 de março de 2011; alterada pela Portaria SOF nº 9, de 9 de fevereiro de 2012. Amparo Legal: Art. 83 da Lei no 11.697, de 13 de junho de 2008; Arts. 14, § único, 18 a 35, 161 e 196, e outros da Lei no 5.869, de 11 de janeiro de 1973, Código do Processo Civil; Art. 265 e outros do Decreto-Lei no 3.689, de 3 de outubro de 1941, Código de Processo Penal; Art. 51 do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal; Art. 39, § 2º da Lei no 4.320, de 17 de março de 1964.</p>
<p>19323600 - Receita da Dívida Ativa de Multas por Infração - Contrato Administrativo Portaria: Portaria SOF nº 18, de 13.04.2010, incluiu. Portaria SOF nº 96, de 28.09.2011, alterou. Amparo Legal: Art. 86, da Lei nº 8.666/93, combinado com as Leis nº 5.172, 6.830 e 4.320, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, instituindo normas gerais para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.</p>	<p>19329901 - Receita da Dívida Ativa Não-Tributária de Outras Receitas - Principal Portaria: Portaria SOF nº 01, de 03.01.2006, incluiu. Portaria SOF nº 59, de 15.07.2011, alterou. Amparo Legal: Art. 39, § 2º da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.</p>
<p>19323700 - Receita da Dívida Ativa de Reposição ou Indenização de Servidor Portaria: Portaria SOF nº 18, de 13.04.2010, incluiu. Amparo Legal: Arts. 46, 47, 122 e seguintes da Lei nº 8.112/90, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores civis das autarquias e das fundações públicas federais.</p>	<p>19329902 - Parcelamentos - Receita da Dívida Ativa Não-Tributária de Outras Receitas Portaria: Portaria SOF nº 01, de 03.01.2006, incluiu. Portaria SOF nº 35, de 10.08.2007, modificar a especificação. Amparo Legal: Lei nº 9.964, de 11 de abril de 2000 (REFIS); Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003 (PAES); e Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, que altera as anteriores.</p>
<p>19323800 - Receita da Dívida Ativa de Ressarcimento ao Erário Portaria: Portaria SOF nº 18, de 13.04.2010, incluiu. Portaria SOF nº 66, de 24.06.2010, alterou. Amparo Legal: Arts. 37, § 4º da Constituição Federal, lei nº 8.429/92, lei nº 7.347/85, que dispõem sobre a Administração Pública e sanções aplicáveis em caso de enriquecimento ilícito e dano a terceiros.</p>	<p>19400000 - Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS Portaria: Portaria Conjunta STN/SOF nº 2, de 19.08.2010, incluiu. Amparo Legal: Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e suas alterações;Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998;Emenda Constitucional no 41, de 19 de dezembro de 2003;Lei no 10.887, de 18 de junho de 2004.</p>
<p>19323900 - Receita da Dívida Ativa do Ressarcimento ao Erário Decorrente de Decisão do Tribunal de Contas da União Portaria: Portaria SOF nº 18, de 13.04.2010, incluiu. Amparo Legal: Art. 71, da Constituição Federal, art. 25 e seguintes da Lei nº 8.443/92,</p>	
<p>19324000 - Receita da Dívida Ativa de Ressarcimento ao Sistema Único de Saúde Portaria: Portaria SOF nº 18, de 13.04.2010, incluiu. Amparo Legal: Amparo legal: Art. 32, da lei nº 9.656/98, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde.</p>	
<p>19324100 - Receita da Dívida Ativa de Multas por Infração da Ordem Econômica Portaria: Portaria SOF nº 18, de 13.04.2010, incluiu. Amparo Legal: Arts. 23 e seguintes, da lei nº 8.894/94, que transforma o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cadê) em Autarquia e dispõe sobre a prevenção e pressão às infrações contra a ordem econômica e dá outras providências e art. 1, VI, da Lei nº 7.347/85, que disciplina a ação pública de responsabilidade por danos causados ao meio-ambiente, ao consumidor, a bens e direito de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico (VETADO) e dá outras providências. OLHAR LEI Nº 9.781/1999, art. 6º inciso II.</p>	

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

PLDO - 2015, Art. 9º, inciso IV

19500000 - Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Compensações ao RGPS

Portaria:

Portaria nº xx, de x de agosto de 2012

Amparo Legal:

Lei nº 12.546, de 2011, Inciso IV

19900100 - Receita de Parcelamentos - Outras Receitas

Portaria:

Portaria SOF nº 08, de 15.08.2003. Portaria SOF nº 17, de 31.12.2003, modificou a especificação. Portaria SOF nº 35, de 10.08.2007, modificar a especificação.

Amparo Legal:

Lei nº 9.964, de 11 de abril de 2000; MP nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; e Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

19900201 - Receita de Honorários de Advogados

Portaria:

Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002.

Amparo Legal:

Arts. 20 e 27 da Lei no 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil); art. 3º, parágrafo único, da Lei no 7.711, de 22 de dezembro de 1988; Art. 17 da Lei Complementar no 73, de 10 de fevereiro de 1993 (Lei Orgânica da Advocacia Geral da União); e Art. 10 da Lei no 10.480, de 2 de julho de 2002.

19900202 - Receita de Ônus de Sucumbência

Portaria:

Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002.

Amparo Legal:

Arts. 20 e 27 da Lei no 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil); art. 3º, parágrafo único, da Lei no 7.711, de 22 de dezembro de 1988; Art. 17 da Lei Complementar no 73, de 10 de fevereiro de 1993 (Lei Orgânica da Advocacia Geral da União); Lei no 9.289, de 4 de julho de 1996; e Art. 10 da Lei no 10.480, de 2 de julho de 2002.

19900301 - Receita de Leilões de Mercadorias Apreendidas

Portaria:

Portaria SOF nº 08, de 27.06.2001

Amparo Legal:

Arts. 23 a 32 do Decreto-Lei no 1.455, de 7 de abril de 1976; art. 59 da Lei no 10.637, de 30 de dezembro de 2002; arts. 104 e 105 do Decreto-Lei no 37, de 18 de novembro de 1966; art. 1º do Decreto-Lei no 2.411, de 21 de janeiro de 1988; art. 83, inciso II da Lei no 7.450 de 23 de dezembro de 1985; e art. 27 da Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991.

19900302 - Receita de Alienação de Bens Apreendidos

Portaria:

Portaria SOF nº 08, de 27.06.2001

Amparo Legal:

Lei no 7.805, de 20 de julho de 1989; Decreto no 98.830, de 15 de janeiro de 1990; e Lei no 8.212, de 1991, art. 27, inciso VII.

19900303 - Receita de Alienação de Bens Caucionados

Portaria:

Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002.

Amparo Legal:

Art. 588, inciso II, da Lei no 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código Civil); Lei no 10.409, de 11 de janeiro de 2002; e Lei no 11.343, de 23 de agosto de 2006, § 9º do art. 62.

19900304 - Receita de Alienação de Bens Apreendidos Associados ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Drogas Afins

Portaria:

Portaria SOF nº 28, de 13.09.2006, incluiu.

Amparo Legal:

Constituição Federal, Art. 243, Parágrafo Único; Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991; Lei no 9.613, de 03 de março de 1998 (Art 7º); Lei no 10.357, de 27 de dezembro de 2001; Lei no 11.343, de 23 de agosto de 2006. Natureza de Receita criada pela Portaria SOF nº 28, de 13 de setembro de 2006.

19900305 - Receita de Valores Apreendidos Associados ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Drogas Afins

Portaria:

Portaria SOF nº 90, de 30.07.2010, incluiu.

Amparo Legal:

Lei nº 7.560/1986, art 2º, inciso VI; Lei nº 9.613/1998, art. 1º, inciso I, art. 7º, caput e inciso I; Lei nº 11.343/2006, art. 60, caput, art. 62, § 3º e 4º, art. 63 e § 1º; Lei nº 9.212/1991, art. 27, inciso VI; e Constituição Federal art. 243.

19900400 - Produtos de Depósitos Abandonados (Dinheiro ou Objetos de Valor)

Amparo Legal:

Lei no 2.313, de 3 de setembro de 1954; e Decreto no 40.395, de 21 de novembro de 1956.

19900500 - Receita de Bens e Valores Perdidos em Favor da União

Portaria:

Alterada pela Portaria SOF nº 9, de 9 de fevereiro de 2012.

Amparo Legal:

§ 3º do art. 45, da Lei no 9.714, de 25 de novembro de 1998; Art. 56, da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993; Arts. 1º e 7º do Decreto-Lei no 1.737, de dezembro de 1979.

19900510 - Receita de Bens e Valores Alienados em Favor da União

Portaria:

Alterada pela Portaria SOF nº 9, de 9 de fevereiro de 2012.

Amparo Legal:

§ 3º do art. 45, da Lei no 9.714, de 25 de novembro de 1998.

19900520 - Receita de Reversão de Garantias em Favor da União

Portaria:

Alterada pela Portaria SOF nº 9, de 9 de fevereiro de 2012.

Amparo Legal:

Art. 56, da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993; Arts. 1º e 7º do Decreto-Lei no 1.737, de dezembro de 1979.

19900600 - Receita Decorrente da Não Aplicação de Incentivos Fiscais em Projetos Culturais e pela Indústria Cinematográfica

Portaria:

Portaria SOF nº 01, de 03.01.2006, modificar a especificação.

Amparo Legal:

Lei no 10.454, de 13 de maio de 2002; Lei no 8.685, de 20 de julho de 1993; Lei no 8.313, de 23 de dezembro de 1991; e Lei no 7.505, de 2 de julho de 1986.

19900700 - Receita de Direitos "Antidumping" e dos Direitos Compensatórios

Portaria:

Portaria SOF nº 13, de 19.05.2008, excluiu. Portaria SOF nº 59, de 14.11.2008, incluiu.

Amparo Legal:

Lei no 9.019, de 30 de março de 1995, e suas alterações. Medida Provisória no 2.158, de 24 de agosto de 2001; e Lei no 10.833, de 29 de dezembro de 2003.

19900800 - Demais Receitas para o Desenvolvimento do Desporto

Amparo Legal:

Art. 57 da Lei no 9.615, de 24 de março de 1998, alterado pela Lei no 9.981, de 14 de julho de 2000. MP nº 2.049/2000

19901000 - Receita Decorrente de Medidas de Suspensão de Concessões dos Direitos de Propriedade Intelectual

Portaria:

Portaria SOF nº 193, de 16.12.2010, incluiu.

Amparo Legal:

Lei nº 12.270, de 24 de junho de 2010, art. 7º, § 11; e Decreto-Lei nº 1.355, de 30 de dezembro de 1994.

19901600 - Receita de Participação do Seguro - DPVAT - Sistema Nacional de Trânsito

Portaria:

Portaria nº 57 de 25 de Junho de 2012

Amparo Legal:

Parágrafo único do art. 78 da Lei no 9.503, de 23 de setembro de 1997; e parágrafo único do art. 27 da Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991.

19901800 - Receita de Reserva Global de Reversão

Amparo Legal:

Art. 4º da Lei no 5.655, de 20 de maio de 1971; art. 9º da Lei no 8.631, de 4 de março de 1993; e Decreto no 774, de 18 de março de 1993.

19901900 - Recolhimento do Beneficiário ao Fundo de Saúde Militar

Portaria:

Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002. Portaria SOF s/nº, de 09.10.2002.

Amparo Legal:

Art. 13 do Decreto no 92.512, de 2 de abril de 1986, que estabelece normas, condições de atendimento e indenizações para a assistência médico-hospitalar ao militar e seus dependentes.

19902000 - Contribuição Voluntária - Montepio Civil

Portaria:

Portaria SOF nº 09, de 28.04.2005, incluiu. Portaria SOF nº 66, de 24.06.2010, alterou.

Amparo Legal:

Decreto no 5.137, de 5 de janeiro de 1927; Lei no 3.058, de 22 de dezembro de 1956; Lei no 4.477, de 12 de novembro de 1964; e Lei no 6.554, de 21 de agosto de 1978; e alterações.

19902100 - Receita de Seguros decorrente da Indenização por Sinistro

Portaria:

Portaria SOF nº 13, de 19.05.2008, incluiu. Portaria SOF nº 78, de 08.12.2009, alterou.

Amparo Legal:

Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil (Arts. 757 a 802).

19902400 - Receita de Leilão de Cotas de Importação

Portaria:

Portaria SOF nº 48, de 10.09.2009, incluiu.

Amparo Legal:

Decreto no 1.488, de 11 de maio de 1995 (Art. 8º, Inciso II); com as alterações do Decreto nº 1.936, de 20 de junho de 1996.

19902500 - Recolhimento e Transferência de Depósitos Judiciais e Extrajudiciais

Portaria:

Portaria SOF nº 68, de 13.11.2009, incluiu.

Amparo Legal:

Medida Provisória nº 468, de 31 de agosto de 2009, incluído pela Lei nº 9.703, de 17 de novembro de 1998; e Decreto-lei nº 3.057

19902601 - Recursos Decorrentes da Prestação de Contas de Campanha Eleitoral - Fontes Vedadas

Portaria:

Portaria SOF nº 90, de 30.07.2010, incluiu.

Amparo Legal:

Lei nº 9.504/2007, art. 24 e 105 e Resolução TSE nº 23.217/2010: art., 15

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

PLDO - 2015, Art. 9º, inciso IV

19902602 - Recursos Decorrentes da Prestação de Contas de Campanha Eleitoral - Fontes não identificadas

Portaria:

Portaria SOF nº 90, de 30.07.2010, incluiu.

Amparo Legal:

Lei nº 9.504/2007, art, 24 e 105 e Resolução TSE nº 23.217/2010: art., 24 .

19902603 - Recursos Decorrentes da Prestação de Contas de Campanha Eleitoral - Sobras de Campanha Plebiscitária

Portaria:

Criada pela Portaria SOF nº 2, de 19 de janeiro de 2012.

Amparo Legal:

Resolução TSE no 23.348, de 18 de agosto de 2011, art. 13, caput, §§ 1º e 2º; Lei no 9.096, de 19 de setembro de 1995, art. 38.

19902700 - Disponibilidades de Recursos do Fundo Social

Portaria:

Natureza criada pela Portaria SOF no 77, de 24 de agosto de 2011

Amparo Legal:

- Arts. 47 a 60 da Lei no 12.351, de 22 de dezembro de 2010 .

19909600 - Receita de Variação Cambial

Portaria:

Portaria SOF nº 09, de 28.04.2005, incluiu. Portaria SOF nº 111, de 15.09.2010, altera.

Amparo Legal:

Inciso II, do art. 9º da Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998.

19909800 - Outras Receitas Eventuais

Portaria:

Portaria SOF nº 13, de 19.05.2008, incluiu.

Amparo Legal:

Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

19909900 - Outras Receitas

Portaria:

-

Amparo Legal:

Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

19909902 - Outras Receitas - Financeiras

Portaria:

A Publicar

Amparo Legal:

- Art. 11, §§ 1º e 4º, da Lei no 4.320, de 17 de março de 1964;
- Parágrafo único do art. 8º da Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF.

21110100 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro - Refinanciamento da Dívida Pública

Portaria:

Portaria SOF nº 9, de 27/06/2001

Amparo Legal:

Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000 (LRF); Lei no 10.179, de 6 de fevereiro de 2001; e Decreto no 3.859, de 4 de julho de 2001.

21110200 - Títulos da Dívida Agrária - TDA

Amparo Legal:

Constituição Federal – Art. 184; Lei no 4.504, de 30 de novembro de 1964, e suas alterações; Decreto no 95.714, de 10 de fevereiro de 1988; e Decreto no 578, de 24 de junho de

21110300 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro - Outras Aplicações

Portaria:

Portaria SOF nº 9, de 27/06/2001

Amparo Legal:

Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000; Lei no 10.179, de 6 de fevereiro de 2001; e Decreto no 3.859, de 4 de julho de 2001.

21120000 - Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento - FND

Amparo Legal:

Decreto-Lei no 2.288, de 23 de julho de 1986; Decreto no 2.383, de 17 de dezembro de 1987; Decreto no 193, de 21 de agosto de 1991; Decreto no 3.211, de 18 de outubro de 1999; e Resolução do Senado Federal no 50, de 9 de outubro de 1995.

21130000 - Empréstimos Compulsórios

Amparo Legal:

Art. 148 da Constituição Federal.

21140000 - Operações de Crédito Internas - Contratuais

Portaria:

Portaria SOF nº 03, de 06.06.2002

Amparo Legal:

Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000.

21190000 - Outras Operações de Crédito Internas

Amparo Legal:

Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000.

21220100 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro - Refinanciamento da Dívida Pública

Amparo Legal:

Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000 e Resolução nº 74, de 2000 do Senado Federal.

21220200 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro - Outras Aplicações

Amparo Legal:

Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000 e Resolução nº 74, de 2000 do Senado Federal.

21230000 - Operações de Crédito Externas - Contratuais

Portaria:

Portaria SOF nº 03, de 06.06.2002

Amparo Legal:

Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000.

21290000 - Outras Operações de Crédito Externas

Portaria:

-

Amparo Legal:

Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000.

22100000 - Alienação de Títulos Mobiliários

Portaria:

-

Amparo Legal:

DECRETO No 99.658, DE 30 DE OUTUBRO DE 1990 e Lei 8.987 de 13 de fevereiro de 1995

22120101 - Alienação de Estoques Reguladores - PGPM

Portaria:

Portaria SOF nº 03, de 26.04.2006, incluir. Portaria SOF nº 21, de 28.07.2006, modificou a especificação.

Amparo Legal:

Lei Agrícola no 8.171, de 17 de janeiro de 1991; e Portaria Interministerial MF/MAPA no 38, de 9 de março de 2004.

22120102 - Alienação de Estoques Estratégicos - PGPM

Portaria:

Portaria SOF nº 03, de 26.04.2006, incluir. Portaria SOF nº 21, de 28.07.2006, modificou a especificação.

Amparo Legal:

Lei Agrícola no 8.171, de 17 de janeiro de 1991; Decreto nº. 4.514, de 13 de dezembro de 2002. Portaria Interministerial MF/MAPA no 38, de 9 de março de 2004.

22120103 - Alienação de Estoques Destinados a Vendas em Balcão - PGPM

Portaria:

Portaria SOF nº 21, de 28.07.2006, incluiu.

Amparo Legal:

Lei Agrícola no 8.171, de 17 de janeiro de 1991; Decreto nº. 4.514, de 13 de dezembro de 2002. Portaria Interministerial MF/MAPA no 38, de 9 de março de 2004.

22120301 - Alienação de Estoques Destinados a Programas Sociais e Institucionais - Comercialização

Portaria:

Portaria SOF nº 03, de 26.04.2006, incluir. Portaria SOF nº 21, de 28.07.2006, modificou a especificação.

Amparo Legal:

Decreto no 4.514, de 13 de dezembro de 2002.

22120302 - Alienação de Estoques por Atacado - Comercialização

Portaria:

Portaria SOF nº 03, de 26.04.2006, incluir. Portaria SOF nº 21, de 28.07.2006, modificou a especificação.

Amparo Legal:

Decreto no 4.514, de 13 de dezembro de 2002.

22120303 - Alienação de Estoques Adquiridos em Consignação - Comercialização

Portaria:

Portaria SOF nº 21, de 28.07.2006, incluiu.

Amparo Legal:

Decreto no 4.514, de 13 de dezembro de 2002.

22120701 - Alienação de Estoques Adquiridos para Combate à Fome e Segurança Alimentar

Portaria:

Portaria SOF nº 03, de 26.04.2006, incluir. Portaria SOF nº 21, de 28.07.2006, modificou a especificação.

Amparo Legal:

Lei no 10.696, de 2 de julho de 2003 (Art. 19); e Decreto no 6.477, de 7 de maio de 2008.

22120702 - Alienação de Estoques Adquiridos da Agricultura Familiar

Portaria:

Portaria SOF nº 03, de 26.04.2006, incluir. Portaria SOF nº 21, de 28.07.2006, modificou a especificação.

Amparo Legal:

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

PLDO - 2015, Art. 9º, inciso IV

Lei no 10.696, de 2 de julho de 2003 (Art. 19); e Decreto no 6.477, de 7 de maio de 2008.	Amparo Legal: Lei nº 4.320/1964, art. 11, § 2º; e Decreto Nº 1.939, de 20 de maio de 1982.
22120901 - Alienação de Estoques do Tesouro Afetos ao FUNCAFÉ Portaria: Portaria SOF nº 03, de 26.04.2006, incluir. Portaria SOF nº 21, de 28.07.2006, modificou a especificação. Amparo Legal: Decreto nº 94.874, de 15 de setembro de 1987; Lei Agrícola no 8.171, de 17 de janeiro de 1991; e Portaria Interministerial MF/MAPA no 38, de 9 de março de 2004.	22250000 - Alienação de Imóveis Urbanos Portaria: Portaria SOF nº 19, de 26.12.2001 Amparo Legal: Lei nº 4.320/1964, art. 11, § 2º; e Decreto Nº 1.939, de 20 de maio de 1982.
22120902 - Alienação de Estoques Próprios do FUNCAFÉ Portaria: Portaria SOF nº 03, de 26.04.2006, incluir. Portaria SOF nº 21, de 28.07.2006, modificou a especificação. Amparo Legal: Decreto nº 94.874, de 15 de setembro de 1987; Lei Agrícola no 8.171, de 17 de janeiro de 1991; e Portaria Interministerial MF/MAPA no 38, de 9 de março de 2004.	22290000 - Alienação de Outros Bens Imóveis Amparo Legal: Lei nº 4.320/1964, art. 11, § 2º; e Decreto Nº 1.939, de 20 de maio de 1982.
22140000 - Alienação de Animais Reprodutores e Matrizes Portaria: - Amparo Legal: DECRETO No 99.658, DE 30 DE OUTUBRO DE 1990 e Lei 8.987 de 13 de fevereiro de 1995	23001000 - Amortização de Empréstimos - BEA/BIB Amparo Legal: Resolução do Senado Federal no 20, de 1991; Portarias MF nos 211, de 1995 e 167, de 1997 BEA; e Resolução do Senado Federal no 96, de 1993; Portarias MF nos 208, de 1995 e 166, de 1997 - BIB.
22150000 - Alienação de Veículos Portaria: Portaria SOF nº 39, de 11.08.2008, incluiu. Amparo Legal: DECRETO No 99.658, DE 30 DE OUTUBRO DE 1990 e Lei 8.987 de 13 de fevereiro de 1995	23002001 - Amortização Proveniente da Execução de Garantia - Operações de Crédito Internas Portaria: Portaria SOF nº 07, de 28.05.2004, incluir. Amparo Legal: Decreto-Lei no 1.928, de 18 de fevereiro de 1982; Decreto-Lei no 2.169, de 29 de outubro de 1984; Lei Complementar no 101, de 5 maio de 2000; e Contratos específicos.
22160000 - Alienação de Móveis e Utensílios Portaria: Portaria SOF nº 39, de 11.08.2008, incluiu. Amparo Legal: DECRETO No 99.658, DE 30 DE OUTUBRO DE 1990 e Lei 8.987 de 13 de fevereiro de 1995	23002002 - Amortização Proveniente da Execução de Garantia - Operações de Crédito Externas Portaria: Portaria SOF nº 07, de 28.05.2004, incluir. Amparo Legal: Decreto-Lei no 1.928, de 18 de fevereiro de 1982; Decreto-Lei no 2.169, de 29 de outubro de 1984; Lei Complementar no 101, de 5 maio de 2000; e Contratos específicos.
22170000 - Alienação de Equipamentos Portaria: Portaria SOF nº 39, de 11.08.2008, incluiu. Amparo Legal: DECRETO No 99.658, DE 30 DE OUTUBRO DE 1990 e Lei 8.987 de 13 de fevereiro de 1995	23003000 - Amortização de Empréstimos - Estados e Municípios Amparo Legal: Lei no 7.976, de 27 de dezembro de 1989; Lei no 8.727, de 5 de novembro de 1993; e Lei no 9.496, de 11 de setembro de 1997.
22190000 - Alienação de Outros Bens Móveis Portaria: - Amparo Legal: DECRETO No 99.658, DE 30 DE OUTUBRO DE 1990 e Lei 8.987 de 13 de fevereiro de 1995	23004000 - Amortização de Empréstimos - Refinanciamento de Dívida de Médio e Longo Prazo Amparo Legal: Resolução do Senado Federal no 98, de 1992, alterada pelas Resoluções nos 90 e 132, ambas de 1993.
22210000 - Alienação de Imóveis Rurais para Colonização e Reforma Agrária Portaria: - Amparo Legal: LEI Nº 8.629, DE 25 DE FEVEREIRO DE 1993;	23005000 - Amortizações de Empréstimos - POOC Amparo Legal: Decreto nº 94.442, de 12 de junho de 1987.
22220100 - Alienação de Bens Imóveis de Domínio da União - Domínio Pleno Portaria: Portaria SOF nº 18, de 13.04.2010, incluiu. Amparo Legal: Art. 27, Inciso 2 da Lei nº 9.636/98.	23007002 - Amortização de Empréstimos - Em Contratos Portaria: x Amparo Legal: Título V da Lei nº 10.406 - Código Civil/2002.
22220200 - Alienação de Bens Imóveis de Domínio da União - Domínio Útil Portaria: Portaria SOF nº 18, de 13.04.2010, incluiu. Amparo Legal: Arts. 13 e 14, da Lei nº 9.636/98, e Decreto nº 3.725, de 10 de janeiro de 2001.	23008001 - Amortização de Financiamentos de Bens Amparo Legal: Lei nº 8.388, de 30 de dezembro de 1991.
22220300 - Alienação de Bens Imóveis da União - Domínio Direto (17%) Portaria: Portaria SOF nº 18, de 13 de abril de 2010. Amparo Legal: Art. 103, Inciso III, do Decreto-lei nº 9.760/46, com as alterações do art. 32, d a Lei nº 11.781/07.	23008002 - Amortização de Financiamentos de Projetos Amparo Legal: Lei nº 8.388, de 30 de dezembro de 1991.
22220400 - Receita da Alienação de Bens Imóveis Residenciais de Propriedade da União, e dos Vinculados ou Incorporados ao FRHB, situados no Distrito Federal Portaria: Portaria SOF nº 39, de 07.05.2010, incluiu. Amparo Legal: Lei nº 8.025/1990 e 9.636/98.	23008003 - Amortização de Financiamento do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES Portaria: Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002. Amparo Legal: Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001.
22230000 - Alienação de Embarcações Amparo Legal: Lei nº 4.320/1964, art. 11, § 2º; e Decreto Nº 1.939, de 20 de maio de 1982.	23008004 - Amortização de Financiamentos à Estocagem de Álcool Etílico Combustível Portaria: Portaria SOF nº 08, de 15.08.2003. Amparo Legal: Leis no 10.336, de 19 de dezembro de 2001; Lei no 10.453, de 13 de maio de 2002; Lei no 10.636, de 30 de dezembro de 2002; e Resolução do Banco Central no 3.096, de 25 de junho de 2003.
22240000 - Alienação de Imóveis Rurais	23009900 - Amortização de Empréstimos Diversos Amparo Legal: Art. 11, § 2º da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.
	24229900 - Outras Transferências dos Estados Portaria: Portaria SOF nº 09, de 28.04.2005, incluiu. Portaria SOF nº 66, de 24.06.2010, alterou. Amparo Legal:

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

PLDO - 2015, Art. 9º, inciso IV

Portaria no 447, de 13 de setembro de 2002, da Secretaria do Tesouro Nacional, que dispõe sobre as normas gerais de registro de transferências de recursos intergovernamentais.	25302000 - Resultado do Banco Central - Demais Operações
24239900 - Outras Transferências dos Municípios	Portaria: Portaria SOF nº 39, de 15.06.2009, incluiu.
Portaria: Portaria SOF nº 09, de 28.04.2005, incluiu. Portaria SOF nº 66, de 24.06.2010, alterou.	Amparo Legal: Medida Provisória no 2.179, de 24 de agosto de 2001; e Lei no 11.803, de 5 de novembro de 2008.
Amparo Legal: Portaria no 447, de 13 de setembro de 2002, da Secretaria do Tesouro Nacional, que dispõe sobre as normas gerais de registro de transferências de recursos intergovernamentais.	25400000 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional
24300000 - Transferências de Instituições Privadas	Amparo Legal: Lei no 9.027, de 12 de abril de 1995; Instrução Normativa STN nº 4, de 31 de julho de 1998; Medida Provisória no 2.179, de 24 de agosto de 2001; e Lei no 11.803, de 5 de novembro de 2008.
Amparo Legal: Art. 11, § 2º da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.	25500000 - Receita da Dívida Ativa Proveniente de Amortização de Empréstimos e Financiamentos
24400000 - Transferências do Exterior	Portaria: Portaria SOF nº 09, de 28.04.2005, incluiu.
Amparo Legal: Art. 11, § 2º da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.	Amparo Legal: Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 39, § 1º.
24500000 - Transferências de Pessoas	25600000 - Receita da Dívida Ativa da Alienação de Estoques de Café - FUNCAFÉ
Amparo Legal: Art. 11, § 2º da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.	Portaria: Portaria SOF nº 2, de 19.02.2008, incluiu.
24600000 - Transferência de Outras Instituições Públicas	Amparo Legal: Decreto nº 94.874, de 15 de setembro de 1987 (Art. 2º); Lei Agrícola nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991; Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38, de 9 de março de 2004.
Amparo Legal: Art. 11, § 2º da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.	25700000 - Receita Auferida por Detentores de Títulos do Tesouro Nacional Resgatados
24710000 - Transferência de Convênios da União e de suas Entidades	Portaria: * Natureza de Receita criada pela Portaria SOF no 113, de 17 de outubro de 2011.
Amparo Legal: Instrução Normativa STN no 1, de 15 de janeiro de 1997.	Amparo Legal: Lei no 9.491, de 9 de setembro de 1997; Lei no 10.179, de 6 de fevereiro de 2001; Decreto no 1.019, de 23 de dezembro de 1993; Decreto no 1.068, de 2 de março de 1994; e Decreto no 3.859, de 4 de julho de 2001.
24720000 - Transferências de Convênios dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	25900000 - Outras Receitas
Amparo Legal: Instrução Normativa STN no 1, de 15 de janeiro de 1997.	Portaria: Portaria SOF nº 43, de 04.09.2008, alterou resultado primário.
24730000 - Transferências de Convênios dos Municípios e de suas Entidades	Amparo Legal: Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.
Amparo Legal: Instrução Normativa STN no 1, de 15 de janeiro de 1997.	71110101 - Imposto sobre a Importação - Operações Intraorçamentárias
24740000 - Transferências de Convênios de Instituições Privadas	Portaria: -
Amparo Legal: Instrução Normativa STN no 1, de 15 de janeiro de 1997.	Amparo Legal: Imposto sobre a Importação - Operações Intraorçamentárias
24810000 - Provenientes do Exterior	71110103 - Imposto sobre a Importação - Operações Intraorçamentárias
Portaria: Portaria SOF nº 03, de 26.04.2006, incluir.	Portaria: Imposto sobre a Importação - Operações Intraorçamentárias
Amparo Legal: Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003.	Amparo Legal: Imposto sobre a Importação - Operações Intraorçamentárias
24820000 - Provenientes de Pessoas Jurídicas	71120421 - Imposto de Renda Pessoa Jurídica-Líquida de Incentivos - OI
Portaria: Portaria SOF nº 03, de 26.04.2006, incluir.	Portaria: * Natureza de Receita re-criada pela Portaria SOF nº 09, de 19 de fevereiro de 2009.
Amparo Legal: Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003.	Amparo Legal: Decreto no 3.000, de 26 de março de 1999; Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006.
24830000 - Provenientes de Pessoas Físicas	71120423 - Imposto de Renda Pessoa Jurídica - Operações Intraorçamentárias
Portaria: Portaria SOF nº 03, de 26.04.2006, incluir.	Portaria: Sem Informações.
Amparo Legal: Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003.	Amparo Legal: Sem Informações.
24840000 - Provenientes de Depósitos não Identificados	71120433 - Imposto de Renda Retido nas Fontes-Remessa ao Exterior - OI
Portaria: Portaria SOF nº 03, de 26.04.2006, incluir.	Portaria: -
Amparo Legal: Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003.	Amparo Legal: Decreto no 3.000, de 26 de março de 1999; Decreto nº 5.533, 06 de setembro de 2005.
25210000 - Integralização com Recursos do Tesouro	71120434 - Imposto de Renda Retido nas Fontes-Outros Rendimentos - OI
Amparo Legal: Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976.	Portaria: -
25220000 - Integralização com Recursos de Outras Fontes	Amparo Legal: Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999.
Amparo Legal: Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976.	71130102 - Imposto sobre Produtos Industrializados-Bebidas - OI
25301000 - Resultado do Banco Central - Operações com Reservas e Derivativos Cambiais	Portaria: -
Portaria: Portaria SOF nº 39, de 15.06.2009, incluiu.	
Amparo Legal: Medida Provisória no 2.179, de 24 de agosto de 2001; e Lei no 11.803, de 5 de novembro de 2008.	

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

PLDO - 2015, Art. 9º, inciso IV

<p>Amparo Legal: Constituição Federal, art. 153, IV e § 3º; Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), art. 46 a 51; Lei no 8.248, de 23 de outubro de 1991; Lei no 10.176, de 11 de janeiro de 2001; Lei no 11.077, de 30 de dezembro de 2004; Emenda Constitucional no 42, de 19 de dezembro de 2003; e Decreto no 4.542, de 26 de dezembro de 2002; Decreto no 5.618, de 13 de dezembro de 2005; Decreto no 5.697, de 07 de fevereiro de 2006; Decreto no 5.906, de 26 de setembro de 2006; Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006; Decreto no 6.006, de 28 de dezembro de 2006; Decreto no 6.072, de 03 de abril de 2007; e Emenda Constitucional no 55, de 20 de setembro de 2007.</p>	<p>Portaria: -</p> <p>Amparo Legal: Lei no 9.782, de 26 de janeiro de 1999, art. 23 a 26.</p>
<p>71130104 - IPI - Vinculado a Importação - OI</p> <p>Portaria: -</p> <p>Amparo Legal: Constituição Federal, art. 153, IV e § 3º; Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), art. 46 a 51; Lei no 8.248, de 23 de outubro de 1991; Lei no 10.176, de 11 de janeiro de 2001; Lei no 11.077, de 30 de dezembro de 2004; Emenda Constitucional no 42, de 19 de dezembro de 2003; e Decreto no 4.542, de 26 de dezembro de 2002; Decreto no 5.618, de 13 de dezembro de 2005; Decreto no 5.697, de 07 de fevereiro de 2006; Decreto no 5.906, de 26 de setembro de 2006; Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006; Decreto no 6.006, de 28 de dezembro de 2006; Decreto no 6.072, de 03 de abril de 2007; e Emenda Constitucional no 55, de 20 de setembro de 2007.</p>	<p>71212001 - Taxa por Plano de Assistência à Saúde</p> <p>Portaria: Natureza de Receita criada pela Portaria SOF nº 11, de 22 de agosto de 2002.</p> <p>Amparo Legal: Lei no 9.961, de 28 de janeiro de 2000, art. 18 a 25.</p>
<p>71130109 - IPI - Outros Produtos</p> <p>Portaria: -</p> <p>Amparo Legal: Constituição Federal, art. 153, IV e § 3º; Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), art. 46 a 51; Lei no 8.248, de 23 de outubro de 1991; Lei no 10.176, de 11 de janeiro de 2001; Lei no 11.077, de 30 de dezembro de 2004; Emenda Constitucional no 42, de 19 de dezembro de 2003; e Decreto no 4.542, de 26 de dezembro de 2002; Decreto no 5.618, de 13 de dezembro de 2005; Decreto no 5.697, de 07 de fevereiro de 2006; Decreto no 5.906, de 26 de setembro de 2006; Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006; Decreto no 6.006, de 28 de dezembro de 2006; Decreto no 6.072, de 03 de abril de 2007; e Emenda Constitucional no 55, de 20 de setembro de 2007.</p>	<p>71220200 - Taxa de Pedido de Visto em Contrato de Trabalho de Estrangeiro</p> <p>Portaria: Natureza de Receita criada pela Portaria SOF nº 17, de 20 de abril de 2007.</p> <p>Amparo Legal: Lei no 6.815, de 19 de agosto de 1980, arts. 15 e 131 e Anexo.</p>
<p>71130111 - Imposto sobre Produtos Industrializados de Bebidas - Operações Intraorçamentárias</p> <p>Portaria: -</p> <p>Amparo Legal: Constituição Federal, art. 153, IV e § 3º; Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), art. 46 a 51; Lei no 8.248, de 23 de outubro de 1991; Lei no 10.176, de 11 de janeiro de 2001; Lei no 11.077, de 30 de dezembro de 2004; Emenda Constitucional no 42, de 19 de dezembro de 2003; e Decreto no 4.542, de 26 de dezembro de 2002; Decreto no 5.618, de 13 de dezembro de 2005; Decreto no 5.697, de 07 de fevereiro de 2006; Decreto no 5.906, de 26 de setembro de 2006; Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006; Decreto no 6.006, de 28 de dezembro de 2006; Decreto no 6.072, de 03 de abril de 2007; e Emenda Constitucional no 55, de 20 de setembro de 2007.</p>	<p>71220800 - Emolumentos e Custas Judiciais - Operações Intraorçamentárias</p> <p>Portaria: -</p> <p>Amparo Legal: Lei nº 9.289, de 4 de julho de 1996; e Emenda Constitucional nº 45, de 30 de dezembro de 2004.</p>
<p>71210201 - Taxa de Fiscalização de Telecomunicação - Instalação</p> <p>Portaria: * Natureza de Receita criada pela Portaria SOF nº 43, de 04 de setembro de 2008.</p> <p>Amparo Legal: Lei no 5.070, de 7 de julho de 1966; e Lei no 11.652, de 7 de abril de 2008, Art. 33.</p>	<p>72102901 - Contribuição Patronal para o Regime Próprio de Previdência - CPSS - Operações Intraorçamentária</p> <p>Portaria: * Natureza de Receita criada pela Portaria SOF nº 11, de 22 de agosto de 2002.</p> <p>Amparo Legal: Constituição Federal, art. 40; Emenda Constitucional no 41, de 19 de dezembro de 2003; Lei no 10.833, de 29 de dezembro de 2003, Art. 39; e Lei no 10.887, de 18 de junho de 2004.</p>
<p>71210202 - Taxa de Fiscalização de Telecomunicações - Funcionamento</p> <p>Portaria: Natureza de Receita criada pela Portaria SOF nº 43, de 04 de setembro de 2008.</p> <p>Amparo Legal: Lei no 5.070, de 7 de julho de 1966; e Lei no 11.652, de 7 de abril de 2008, Art. 33.</p>	<p>72102916 - Contribuição Patronal Oriunda de Sentenças Judiciais</p> <p>Portaria: * Natureza de Receita criada pela Portaria SOF nº 48, de 10 de setembro de 2009.</p> <p>Amparo Legal: Lei no 10.887, de 18 de junho de 2004 (Art. 16-A e Parágrafo Único); Lei no 11.941, de 27 de maio de 2009.</p>
<p>71210401 - Taxa do Departamento de Polícia Federal - Segurança Privada - OI</p> <p>Portaria: Portaria SOF nº 45, de 27 de maio de 2010</p> <p>Amparo Legal: Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983; Lei no 9.017, de 30 de março de 1995, art. 17 e Anexo; Lei Complementar no 89, de 18 de fevereiro de 1997; Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003.</p>	<p>72103701 - Receitas dos Principais Contribuições Programas de Integração Social e Formação Patrimônio Serv Públ - OI</p> <p>Portaria: -</p> <p>Amparo Legal: Lei Complementar no 7, de 7 de setembro de 1970; Lei Complementar no 8, de 3 de dezembro de 1970; Lei no 9.715, de 25 de novembro de 1998; Lei no 10.637, de 30 de dezembro de 2002; Lei no 10.865, de 30 de abril de 2004; Lei no 10.925, de 23 de julho de 2004; Lei no 11.196, de 21 de novembro de 2005; Decreto no 5.530, de 22 de dezembro de 2005; Decreto no 5.881, de 31 de agosto de 2006; Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006; e Decreto no 6.127, de 18 de junho de 2007.</p>
<p>71210402 - Taxa do Departamento de Polícia Federal Sistema Nacional de Armas - OI</p> <p>Portaria: Portaria SOF nº 45, de 27 de maio de 2010.</p> <p>Amparo Legal: Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003. Lei nº 11.706, de 19 de junho de 2008.</p>	<p>72103801 - Receita do Principal da Contribuição Social sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas - OI</p> <p>Portaria: -</p> <p>Amparo Legal: Lei no 7.689, de 15 de dezembro de 1988; Lei no 9.249, de 26 de dezembro de 1995; Medida Provisória no 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; Lei no 10.637, de 30 de dezembro de 2002; Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006; e Medida Provisória nº 413, de 3 de janeiro de 2008 (Art. 17).</p>
<p>71211000 - Taxa de Licenciamento, Controle e Fiscalização de Materiais Nucleares e Radioativos e suas Instalações - TLC - Operações Intraorçamentárias</p> <p>Portaria: Sem Informações</p> <p>Amparo Legal: Lei nº 9.765, de 17 de dezembro de 1998.</p>	<p>72200603 - Receita de Distribuição de Conteúdo Audiovisual por Prestadores de Acesso Condicionado - Operações Intra-orçamentárias</p> <p>Portaria: Criada pela Portaria SOF nº 179, de 13 de dezembro de 2011.</p> <p>Amparo Legal: Inciso II do art. 32 da MP no 2.228-1, de 2001, além dos arts. 33, 35, 36, 38, 47 e 48, e do Anexo I da referida MP; Arts. 2º a 4º, da Lei no 11.437, de 28 de dezembro de 2006; Arts. 27 e 40 da Lei no 12.485 de 12 de setembro de 2011; e Art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.</p>
<p>71211300 - Taxa de Fiscalização dos Produtos Controlados pelo Ministério do Exército</p> <p>Portaria: -</p> <p>Amparo Legal: Lei no 10.834, de 29 de dezembro de 2003.</p>	<p>72203000 - CONTRIBUIÇÃO PARA O FOMENTO DA RADIODIFUSÃO - INTRA</p> <p>Portaria: -</p> <p>Amparo Legal: Lei no 11.652, de 7 de abril de 2008; Medida Provisória nº 460, de 30 de março de 2009, Art. 6º.</p>
<p>71211700 - Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária</p>	<p>73110000 - Aluguéis - Operações Intraorçamentárias</p> <p>Portaria: -</p> <p>Amparo Legal: Decreto-Lei no 9.760, de 5 de setembro de 1946; Decreto-Lei no 2.398, de 21 de dezembro de 1987; Lei no 9.636, de 15 de maio de 1998; Decreto no 3.725, de 10 de janeiro de 2001; e Lei no 11.481, de 31 de maio de 2007.</p>
	<p>73120000 - Arrendamentos - Operações Intra-Orçamentárias</p>

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

PLDO - 2015, Art. 9º, inciso IV

Portaria: -	Portaria: -
Amparo Legal: Decreto-Lei no 9.760, de 5 de setembro de 1946; Decreto-Lei no 2.398, de 21 de dezembro de 1987; Lei no 9.636, de 15 de maio de 1998; Decreto no 3.725, de 10 de janeiro de 2001; e Lei no 11.481, de 31 de maio de 2007.	Amparo Legal: Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 1º; e Decreto Lei no 1.939, de 20 de maio de 1982.
73151000 - Taxa de Ocupação de Terrenos da União	75202000 - Receita da Indústria Química - Operações Intra-Orçamentárias
Portaria: -	Portaria: -
Amparo Legal: Decreto-Lei no 9.760, de 5 de setembro de 1946;Decreto-Lei no 2.398, de 21 de dezembro de 1987;Decreto no 980, de 11 de novembro de 1993, e alterações posteriores;Lei no 9.636, de 15 de maio de 1998;Decreto no 3.725, de 10 de janeiro de 2001; e Lei no 11.481, de 31 de maio de 2007.	Amparo Legal: Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 1º; e Decreto Lei no 1.939, de 20 de maio de 1982.
73152000 - Taxa de Ocupação de Imóveis Funcionais e Próprios Nacionais	75202101 - Receita da Indústria de Produtos Farmacêuticos - Operações Intra-Orçamentárias
Portaria: -	Portaria: -
Amparo Legal: Decreto-Lei no 9.760, de 5 de setembro de 1946;Decreto-Lei no 2.398, de 21 de dezembro de 1987;Decreto no 980, de 11 de novembro de 1993, e alterações posteriores;Lei no 9.636, de 15 de maio de 1998;Decreto no 3.725, de 10 de janeiro de 2001; e Lei no 11.481, de 31 de maio de 2007.	Amparo Legal: Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 1º; e Decreto Lei no 1.939, de 20 de maio de 1982.
73153000 - Taxa de Ocupação de Outros Imóveis	75202200 - Receita da Indústria de Produtos Farmoquímicos - Operações Intra-orçamentárias
Portaria: -	Portaria: Portaria SOF nº 28, de 13.09.2006, incluiu. Portaria SOF nº 17, de 20.04.2007, excluiu. Portaria SOF nº 81, de 18.12.2008, incluiu.
Amparo Legal: Decreto-Lei no 9.760, de 5 de setembro de 1946;Decreto-Lei no 2.398, de 21 de dezembro de 1987;Decreto no 980, de 11 de novembro de 1993, e alterações posteriores;Lei no 9.636, de 15 de maio de 1998;Decreto no 3.725, de 10 de janeiro de 2001; e Lei no 11.481, de 31 de maio de 2007.	Amparo Legal: Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 1º; e Decreto Lei no 1.939, de 20 de maio de 1982.
73220000 - Dividendos - Operações Intra-Orçamentárias	75202600 - Receita da Indústria de Produtos Alimentares_OI
Portaria: -	Portaria: -
Amparo Legal: Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e alterações posteriores; e Lei no 9.530, de 10 de dezembro de 1997.	Amparo Legal: Receita da Indústria de Bebidas e Destilado
73310201 - Receita de Outorga dos Serviços de Telecomunicações - Operações Intra-Orçamentárias	75202700 - Receita da Indústria de Bebidas e Destilados_OI
Portaria: -	Portaria: -
Amparo Legal: Lei no 5.070, de 7 de julho de 1966;Lei no 9.998, de 17 de agosto de 2000; eLei 11.437, de 28 de dezembro de 2006.	Amparo Legal: Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 1º; e Decreto Lei no 1.939, de 20 de maio de 1982.
73310202 - Receita de Outorga dos Serviços de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagens_OI	75202900 - Receita da Indústria Editorial e Gráfica - Operações Intraorçamentárias
Portaria: -	Portaria: -
Amparo Legal: Lei no 5.070, de 7 de julho de 1966;Lei no 9.472, de 16 de julho de 1997;Lei no 9.998, de 17 de agosto de 2000; eLei 11.437, de 28 de dezembro de 2006.	Amparo Legal: Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 1º; e Decreto Lei no 1.939, de 20 de maio de 1982.
73310203 - Receita de Outorga do Direito de Uso de Radiofrequência - Operações Intra-Orçamentárias	75209900 - Outras Receitas da Indústria de Transformação - Operações Intraorçamentárias
Portaria: -	Portaria: -
Amparo Legal: LEI Nº 9.472, DE 16 DE JULHO DE 1997 - Lei Geral de Telecomunicações.	Amparo Legal: Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 1º; e Decreto Lei no 1.939, de 20 de maio de 1982.
73310204 - Receita de Transferência de Concessão, de Permissão ou de Autorização de Telecomunicações ou de Uso de Radiofrequência - Operações Intragovernamentais	76000101 - Serviços de Comercialização de Medicamentos - Operações Intraorçamentárias
Portaria: Portaria SOF nº 03, de 26.04.2006, incluir.	Portaria: -
Amparo Legal: Lei no 5.070, de 7 de julho de 1966;Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997;Lei no 9.998, de 17 de agosto de 2000; eLei 11.437, de 28 de dezembro de 2006.	Amparo Legal: Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 4º; e Decreto Lei no 1.939, de 20 de maio de 1982.
73310299 - Outras Receitas de Concessões e Permissões - Serviços de Comunicação	76000102 - Serviço de Com. de Livros, Periódicos, Materiais Escolares e Publicidade - Operações Intraorçamentárias
Portaria: Natureza de Receita criada pela Portaria SOF nº 3 de 26 de abril de 2006.	Portaria: -
Amparo Legal: Receitas decorrentes da outorga pelo Poder Público do direito de exploração de serviços públicos de telecomunicações não abrangidos pelas naturezas de receita anteriores, tais como o "Preço pelo direito de exploração de serviços de telecomunicação e pelo Direito de Exploração de Satélite" (PPDES) e o "Preço Público pela Administração de Recursos de Numeração" (PPNUM), sob gestão da Agência Nacional de Telecomunicações.	Amparo Legal: Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 4º; e Decreto Lei no 1.939, de 20 de maio de 1982.
73330100 - Receita de Concessão de Direito Real de Uso de Área Pública - Operações Intra-orçamentárias	76000304 - Serviços de Transporte Aéreo - Operações Intra-Orçamentárias
Portaria: * Natureza de Receita criada pela Portaria SOF nº 3 de 26 de abril de 2006.	Portaria: -
Amparo Legal: Código Civil, art. 1370; Decreto-Lei no 271, de 28 de fevereiro de 1967; e Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993.	Amparo Legal: Decreto-Lei no 37, de 18 de novembro de 1966; Lei no 5.908, de 20 de agosto de 1973; Decreto-Lei no 2.434, de 19 de maio de 1988; Lei no 10.233, de 5 de junho de 2001.
75201200 - Receita da Indústria Mecânica - Operações Intra-Orçamentárias	76000401 - Receita decorrente das atividades de agenciamento de publicidade.
	Portaria: Natureza de Receita criada pela Portaria SOF nº 81, de 18 de dezembro de 2008.

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

PLDO - 2015, Art. 9º, inciso IV

<p>Amparo Legal: Lei no 9.295, de 19 de julho de 1996; Lei no 9.472, de 16 de julho de 1997; Lei no 9.691, de 22 de julho de 1998; Decreto no 2.338, de 7 de outubro de 1997; e Decreto no 3.873, de 18 de julho de 2001.</p>	<p>Amparo Legal: Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 4º; e Decreto Lei no 1.939, de 20 de maio de 1982.</p>
<p>76000402 - Serviços de Radiodifusão - Operações Intraorçamentárias</p> <p>Portaria: Natureza de Receita Intraorçamentária correspondente à 16000402, criada pela Portaria SOF nº 81, de 18 de dezembro de 2008.</p> <p>Amparo Legal: Lei nº 4.320, de 1964.</p>	<p>76001400 - Serviços de Inspeção e Fiscalização - Intra-orçamentária</p> <p>Portaria: -</p> <p>Amparo Legal: Art. 78, da Lei nº. 5.172., de 25 de outubro de 1966. Lei nº. 7.886, de 20 de novembro de 1989.</p>
<p>76000501 - Serviços Hospitalares - Operações Intraorçamentárias</p> <p>Portaria: -</p> <p>Amparo Legal: Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990; e Lei no 8.142, de 28 de dezembro de 1990.</p>	<p>76001600 - Serviços Educacionais - Operações intraorçamentárias</p> <p>Portaria: -</p> <p>Amparo Legal: Lei no 9.424, de 24 de dezembro de 1996; Portaria no 859, de 25 de junho de 1997; Portaria no 2.188, de 28 de dezembro de 2000; Lei no 11.494, de 20 de junho de 2007.</p>
<p>76000504 - Serviços de Assistência à Saúde Suplementar do Servidor Civil - OI</p> <p>Portaria: Sem Informação.</p> <p>Amparo Legal: Sem Informação.</p>	<p>76001700 - Serviços Agropecuários - Operações Intra-orçamentárias</p> <p>Portaria: -</p> <p>Amparo Legal: Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 4º; e Decreto Lei no 1.939, de 20 de maio de 1982.</p>
<p>76000700 - Serviços de Armazenagem - Operações intraorçamentárias</p> <p>Portaria: -</p> <p>Amparo Legal: Lei no 8.603, de 25 de fevereiro de 1993; Lei no 4.860, de 26 de novembro de 1995; Lei no 8.171, de 1991; Lei no 9.973, de 2000; Decreto no 3.855, de 2001; Decreto-Lei no 1.102, de 1993; Lei no 9.972, de 2000; e Decreto no 3.664, de 2000.</p>	<p>76001800 - Serviços de Reparação, Manutenção e Instalação - Operações Intra-orçamentárias</p> <p>Portaria: -</p> <p>Amparo Legal: Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 4º; e Decreto Lei no 1.939, de 20 de maio de 1982.</p>
<p>76000800 - Serviço de Processamento de Dados - Operações Intraorçamentárias</p> <p>Portaria: -</p> <p>Amparo Legal: Lei no 4.516, de 1º de dezembro de 1964.</p>	<p>76002001 - Serviços de Consultoria, Assistência Técnica e Análise de Projetos – Aplicações Livres</p> <p>Portaria: * Natureza de Receita criada pela Portaria SOF nº 48, de 10 de setembro de 2009, e alterada pela Portaria SOF no 75, de 16 de agosto de 2012.</p> <p>Amparo Legal: Art. 11, §§ 1º e 4º, da Lei no 4.320, de 17 de março de 1964; Arts. 6º, inciso II, e 16 da Lei Complementar no 124, de 3 de janeiro de 2007, que institui a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM; Arts. 6º, inciso II, e 19 da Lei Complementar no 125, de 3 de janeiro de 2007, que institui a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE; Art. 7º da Lei Complementar no 129, de 8 de janeiro de 2009, que institui a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste – SUDECO; Anexo ao Decreto no 4.254, de 31 de maio de 2002; e Anexo ao Decreto no 6.952, de 2 de setembro de 2009.</p>
<p>76001101 - Metrologia legal e Certificatória Delegada - Operações Intraorçamentárias</p> <p>Portaria: -</p> <p>Amparo Legal: Lei no 5.966, de 11 de dezembro de 1973; e Lei no 9.933, de 20 de dezembro de 1999;</p>	<p>76002002 - Serviços de Consultoria, Assistência Técnica e Análise de Projetos – Aplicações Vinculadas</p> <p>Portaria: * Natureza de Receita criada pela Portaria SOF nº 48, de 10 de setembro de 2009, e alterada pela Portaria SOF no 75, de 16 de agosto de 2012.</p> <p>Amparo Legal: Art. 11, §§ 1º e 4º da Lei no 4.320, de 17 de março de 1964; Arts. 6º, inciso II, e 16 da Lei Complementar no 124, de 3 de janeiro de 2007, que institui a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM; Arts. 6º, inciso II, e 19 da Lei Complementar no 125, de 3 de janeiro de 2007, que institui a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE; Anexo ao Decreto no 4.254, de 31 de maio de 2002; Anexo ao Decreto no 6.952, de 2 de setembro de 2009; e Arts. 5º e 6º da Medida Provisória no 564, de 3 de abril de 2012.</p>
<p>76001102 - Metrologia Científica e Industrial - Operações Intraorçamentárias</p> <p>Portaria: -</p> <p>Amparo Legal: Lei no 5.966, de 11 de dezembro de 1973; e Lei no 9.933, de 20 de dezembro de 1999;</p>	<p>76002100 - Serviços de Hospedagem e Alimentação - Operações Intraorçamentárias</p> <p>Portaria: -</p> <p>Amparo Legal: Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 4º; e Decreto Lei no 1.939, de 20 de maio de 1982.</p>
<p>76001104 - Certificação de Produtos e Serviços - Operações intraorçamentárias</p> <p>Portaria: -</p> <p>Amparo Legal: Lei no 5.966, de 11 de dezembro de 1973; e Lei no 9.933, de 20 de dezembro de 1999;</p>	<p>76002200 - Serviços de Estudos e Pesquisas - Operações Intra-Orçamentárias</p> <p>Portaria: -</p> <p>Amparo Legal: Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 4º; e Decreto Lei no 1.939, de 20 de maio de 1982.</p>
<p>76001105 - Serviços de Informação Tecnológica - Operações Intraorçamentárias</p> <p>Portaria: -</p> <p>Amparo Legal: Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 4º; e Decreto Lei no 1.939, de 20 de maio de 1982.</p>	<p>76002301 - Serviços de Patentes - Operações Intra-orçamentárias</p> <p>Portaria: -</p> <p>Amparo Legal: Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 4º; e Decreto Lei no 1.939, de 20 de maio de 1982.</p>
<p>76001200 - Serviços Tecnológicos - Operações intraorçamentárias</p> <p>Portaria: -</p> <p>Amparo Legal: Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 4º; e Decreto Lei no 1.939, de 20 de maio de 1982.</p>	<p>76002302 - Serviços de Registro de Marcas - Operações Intraorçamentárias</p> <p>Portaria: -</p> <p>Amparo Legal: Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 4º; e Decreto Lei no 1.939, de 20 de maio de 1982.</p>
<p>76001300 - Serviços Administrativos - Operações Intraorçamentárias</p> <p>Portaria: -</p>	<p>Amparo Legal: Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 4º; e Decreto Lei no 1.939, de 20 de maio de 1982.</p>

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

PLDO - 2015, Art. 9º, inciso IV

1982.	Amparo Legal: Lei no 9.430, de 27 de dezembro de 1996;Decreto no 2637, de 1998;Decreto no 4.544 ,de 2002;Lei no 8.383, de 30 de dezembro de 1991, art. 69;Lei no 9.069, de 29 de junho de 1995; e Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966, art. 161.
76002303 - Serviços de Transferência de Tecnologia - Operações Intra-orçamentárias Portaria: - Amparo Legal: Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 4o; e Decreto Lei no 1.939, de 20 de maio de 1982.	79113100 - Multas e Juros de Mora da Taxa de Fiscalização das Telecomunicações - Operações Intra-Orçamentárias Portaria: - Amparo Legal: Lei no 5.070, de 7 de julho de 1966; e Lei no 9.472, de 1997.
76002304 - Serviços de Registro de Indicações Geográficas - Operações Intra-orçamentárias Portaria: - Amparo Legal: Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 4o; e Decreto Lei no 1.939, de 20 de maio de 1982.	79121000 - Multas e Juros de Mora das Contribuições sobre a Prestação dos Serviços de Telecomunicações - OI Portaria: Sem Informação. Amparo Legal: Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, art. 6º, incisos IV e art.VI e art. 14, Decreto nº 3.624 de 05 de outubro de 2000,art 8º e Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, art. 44.
76002305 - Serviços de Registro de Programas de Computador - Operações Intra-orçamentárias Portaria: - Amparo Legal: Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 4o; e Decreto Lei no 1.939, de 20 de maio de 1982.	79122901 - Multas e Juros de Mora da Contribuição Patronal para o Regime Próprio de Previdência Portaria: Natureza de Receita criada pela Portaria SOF nº 49, de 15 de dezembro de 2006. Amparo Legal: Lei no 9.430, de 1996.
76002306 - Serviços de Registro de Desenho Industrial Portaria: - Amparo Legal: Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 4o; e Decreto Lei no 1.939, de 20 de maio de 1982.	79122902 - Multas e Juros de Mora da Contribuição do Servidor para o Regime Próprio de Previdência Portaria: Natureza de Receita criada pela Portaria SOF nº 49, de 15 de dezembro de 2006. Amparo Legal: Lei no 9.430, de 1996.
76002500 - Serviços de Informações Científicas e Tecnológicas - Operações Intra-Orçamentárias Portaria: - Amparo Legal: Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 4o; e Decreto Lei no 1.939, de 20 de maio de 1982.	79123101 - Rec. Multas e Juros da Contr p/ o Progr Integ. Social e Form. do Patr. Servidor Públ. - Op. Intra-Orçamentária Portaria: Sem Informação Amparo Legal: Rec. Multas e Juros da Contr p/ o Progr Integ. Social e Form. do Patr. Servidor Públ. - Op. Intra-Orçamentária
76005000 - Tarifas de Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Operações Intra-orçamentárias Portaria: * Natureza de Receita criada pela Portaria SOF nº 48, de 10 de setembro de 2009. Amparo Legal: Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 4o; e Decreto Lei no 1.939, de 20 de maio de 1982.	79123201 - Receita de Multa e Juros de Mora da Contribuição Social sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas Portaria: Natureza de Receita criada pela Portaria SOF nº 17, de 31 de dezembro de 2003. Amparo Legal: Lei no 9.964, de 11 de abril de 2000; Medida Provisória no 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; e Lei no 10.684, de 30 de maio de 2003.
76009900 - Outros Serviços - Operações Intra-orçamentárias Portaria: - Amparo Legal: Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 4o; e Decreto Lei no 1.939, de 20 de maio de 1982.	79125505 - Juros de Mora do FUNDAF - Receita das Contribuições para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - Operações Intra-orçamentárias Portaria: Portaria SOF nº 03, de 26.04.2006, incluir. Amparo Legal: Decreto- Lei nº 1.437, de 1975;Lei nº 5.172, de 1966 (CTN, Art. 161);Lei nº 8.383, de 1991; e Lei nº 9.069, de 1995.
79110101 - Receita de Multa e Juros de Mora do Imposto sobre a Importação - Operações Intra-orçamentárias Portaria: - Amparo Legal: Lei no 9.430, de 27 de dezembro de 1996;Decreto no 4.543, de 2002;Lei no 8.383, de 30, de dezembro de 1991, art. 69;Lei no 9.069, de 29 de junho de 1995; e Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966, art. 161.	79125507 - Juros de Mora do FUNDAF - Receita da Contribuição Social sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas Portaria: Natureza de Receita criada pela Portaria SOF nº 3 de 26 de abril de 2006. Amparo Legal: Juros de Mora do FUNDAF - Receita da Contribuição Social sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas
79110102 - Receita de Parcelamentos - Multa e Juros de Mora do Imposto sobre a Importação - Op. Intra-orçamentárias Portaria: - Amparo Legal: Lei no 9.430, de 27 de dezembro de 1996;Decreto no 4.543, de 2002;Lei no 8.383, de 30, de dezembro de 1991, art. 69;Lei no 9.069, de 29 de junho de 1995; e Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966, art. 161.	79189900 - Multas e Juros de Mora de Outras Receitas - Operações Intra-Orçamentárias Portaria: Natureza de Receita criada pela Portaria SOF nº 9, de 28 de abril de 2005. Amparo Legal: §§ 1º e 4º do art. 11, da Lei 4.320, de 17 de março de 1964.
79110202 - Multa e Juros de Mora - IRPJ Portaria: - Amparo Legal: Lei no 9.430, de 27 de dezembro de 1996;Decreto no 3000, de 1999;Lei no 8.383, de 30 de dezembro de 1991, art. 69;Lei no 9.069, de 29 de junho de 1995; e Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966, art. 161.	79190900 - Multas Previstas na Lei Geral das Telecomunicações - Operações Intra-Orçamentárias Portaria: - Amparo Legal: Lei no 9.472, de 16 de julho de 1997;Decreto no 2.338, de 7 de outubro de 1997;Lei no 5.070, de 7 de julho de 1966;Lei no 9.998, de 17 de agosto de 2000;Medida Provisória no 2.228, de 6 de setembro de 2001; eLei no 11.437, de 28 de dezembro de 2006.
79110203 - Multa e Juros de Mora do Imposto sobre a Renda Retido nas Fontes Portaria: - Amparo Legal: Lei no 9.430, de 27 de dezembro de 1996; Decreto no 3000, de 1999; Lei no 8.383, de 30 de dezembro de 1991, art. 69; Lei no 9.069, de 29 de junho de 1995; e Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966, art. 161.	79191000 - Multas Previstas na Legislação Sanitária Portaria: - Amparo Legal: Lei no 9.782, de 26 de janeiro de 1999.
79110301 - Rec. Multa e Juros Mora Imp Prod. Ind - IPI Portaria: -	79191400 - Multas por Infração à Legislação Trabalhista Portaria: - Amparo Legal: Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943 (CLT); Lei no 7.998, de 11 de janeiro de 1990, Art. 11.

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

PLDO - 2015, Art. 9º, inciso IV

79199900 - Outras Multas - Operações Intra-Orçamentárias

Portaria:

-

Amparo Legal:

Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 4º.

85210000 - Integralização com Recursos do Tesouro Nacional - Operações Intraorçamentárias

Portaria:

-

Amparo Legal:

Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

79219900 - Outras Indenizações

Portaria:

-

Amparo Legal:

§§ 1º e 4º do art. 11, da Lei 4.320, de 17 de março de 1964.

79220100 - Restituições de Convênios - Operações Intra-Orçamentárias

Portaria:

-

Amparo Legal:

Constituição Federal; e
Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966.

79220700 - Recuperação de Despesas de Exercícios Anteriores - Operações Intra-Orçamentárias

Portaria:

Natureza de Receita criada pela Portaria SOF nº 9, de 28 de abril de 2005.

Amparo Legal:

Arts. 38 e 39 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

79220800 - Receita de Pagamento Honorários Técnico-Periciais Op. Intra-orçamentárias

Portaria:

Natureza de Receita criada pela Portaria SOF nº 30, de 02 de julho de 2007

Amparo Legal:

Receita decorrente do ressarcimento, aos tribunais, das despesas de exames técnico-periciais necessários à conciliação ou ao julgamento da causa, por pessoa habilitada, nomeada pelo juiz, quando vencida na causa a entidade pública. (art.12 da Lei no 10.259, de 12 de julho de 2001, § 1o).

79229900 - Outras Restituições - Operações Intra-Orçamentárias

Portaria:

Natureza de receita alterada pela Portaria SOF nº 111,15/09/2010 - DOU de 16/09/2010.

Amparo Legal:

Decreto nº 3.964, de 10 de outubro de 2001, art. 2º e Lei nº 8.080, de 1990, § 4º, art. 33, em decorrências de auditorias.

79500000 - Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Compensações ao RGPS_OI

Portaria:

Natureza de Receita criada pela Portaria SOF no 71, de 30 de julho de 2012

Amparo Legal:

Arts. 7o a 9o da Lei no 12.546, de 2011.

79900201 - Receita de Honorários de Advogados

Portaria:

* Natureza de Receita criada pela Portaria SOF nº 11, de 22 de agosto de 2002.

Amparo Legal:

Artigos 20 e 27 da Lei no 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil); art. 3o, parágrafo único, da Lei no 7.7.11, de 22 de dezembro de 1988; Art 17 da Lei Complementar no 73, de 10 de fevereiro de 1993 (Lei Orgânica da Advocacia Geral da União); Art.10 da Lei no 10.480, de 2 de julho de 2002; e art. 4o, XXI da Lei Complementar no 80, de 12 de janeiro de 1994 (incluído pela Lei Complementar nº 132, de 7 de outubro de 2009).

79909900 - Outras Receitas - Operações Intra-Orçamentárias

Portaria:

-

Amparo Legal:

Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

81110100 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida Pública Federal:

Portaria:

-

Amparo Legal:

Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000 (LRF);
Lei no 10.179, de 6 de fevereiro de 2001; e
Decreto no 3.859, de 4 de julho de 2001.

82110000 - Alienação Títulos Mobiliários Intra-Orçamentário

Portaria:

-

Amparo Legal:

DECRETO No 99.658, DE 30 DE OUTUBRO DE 1990 e Lei 8.987 de 13 de fevereiro de 1995

82120902 - Alienação de Estoques Próprios do FUNCAFÉ - Operações Intra-orçamentárias

Portaria:

-

Amparo Legal:

Decreto nº 94.874, de 15 de setembro de 1987; Lei Agrícola no 8.171, de 17 de janeiro de 1991;
e Portaria Interministerial MF/MAPA no 38, de 9 de março de 2004.

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2015, Art. 9º, inciso IV

LEGISLAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - NORMAS GERAIS

Decreto	8.184	17/01/2014	Estabelece a aplicação de margem de preferência em licitações realizadas no âmbito da administração pública federal para aquisição de equipamentos de tecnologia da informação e comunicação.
Decreto	8.186	17/01/2014	Estabelece a aplicação de margem de preferência em licitações realizadas no âmbito da administração pública federal para aquisição de licenciamento de programas de computador e serviços correlatos.
Decreto	8.157	18/12/2013	Altera o Decreto 2.346, de 10 de outubro de 1997, para incluir a previsão de pedido de extensão administrativa dos efeitos de decisões judiciais.
Decreto	8.162	18/12/2013	Aprova a Estrutura Regimental da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e dá outras providências.
Decreto	8.161	18/12/2013	Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Integração Nacional e remaneja cargos em comissão.
Decreto		03/12/2013	Autoriza o aumento de capital social da Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP.
Lei	12.865	09/10/2013	Autoriza o pagamento de subvenção econômica aos produtores da safra 2011/2012 de cana-de-açúcar e de etanol.
Decreto	8.102	06/09/2013	Aprova a Estrutura Regimental do Ministério do Turismo.
Decreto	8.100	04/09/2013	Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e Funções de Confiança do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.
Decreto	8.088	02/09/2013	Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão da Secretaria de Portos da Presidência da República e remaneja cargos em comissão.
Lei	12.857	02/09/2013	Cria cargos nas áreas de infraestrutura, meio ambiente, comércio exterior, nos quadros da Suframa, da Anvisa, da Polícia Rodoviária Federal e do Departamento Nacional de Auditoria do SUS.
Lei	12.855	02/09/2013	Institui a indenização devida a ocupante de cargo efetivo das Carreiras e Planos Especiais de Cargos.
Lei	12.856	02/09/2013	Transforma cargos vagos da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, estruturada pela Lei 11.355, de 2006, e dá outras providências.
Lei	12.815	05/06/2013	Dispõe sobre a exploração direta e indireta pela União de portos e instalações portuárias e sobre as atividades desempenhadas pelos operadores portuários.
Decreto	7.974	01/04/2013	Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Defesa.
Decreto	7.976	01/04/2013	Cria a Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. - ABGF e especifica o seu capital social inicial.
Decreto	7.973	28/03/2013	Aprova o Estatuto da Caixa Econômica Federal - CEF e dá outras providências.
Decreto	7.937	19/02/2013	Extingue cargos efetivos vagos e que vierem a vagar de Auxiliar Administrativo, da carreira de Especialista em Meio Ambiente.
Lei	12.780	09/01/2013	Dispõe sobre medidas tributárias referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016.
Decreto	7.862	08/12/2012	Delega competência aos Ministros do Planejamento e da Defesa para disciplinar o cadastramento dos aposentados e dos pensionistas da União.
Decreto	7.845	14/11/2012	Regulamenta procedimentos para credenciamento de segurança e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo, e dispõe sobre o Núcleo de Segurança e Credenciamento.
Decreto	7.798	12/09/2012	Aprova a Estrutura Regimental do Ministério de Minas e Energia.
Decreto	8.197	20/02/2014	Dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2014 e dá outras providências.
Decreto	8.196	19/02/2014	Dispõe sobre o saldo remanescente das autorizações para provimento de cargos, empregos e funções constantes do Anexo V à Lei 12.798, de 4 de abril de 2013 - Lei Orçamentária Anual de 2013.
Lei	12.952	20/01/2014	Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2014.
Lei	12.919	24/12/2013	Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2014 e dá outras providências.
Decreto	7.689	02/03/2012	Estabelece, no âmbito do Poder Executivo federal, limites e instâncias de governança para a contratação de bens e serviços e para a realização de gastos com diárias e passagens.
Lei	12.593	18/01/2012	Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2012 a 2015.
Portaria Secretaria de Orçamento Federal do Ministerio do Planejamento, Orçamento e Gestão	9	27/06/2001	Dispõe sobre a classificação orçamentária por natureza de receita.
Portaria Interministerial Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda e Secretaria do Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	163	04/05/2001	Dispõe sobre normas gerais de consolidação das Contas Públicas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios e dá outras providências.
Portaria Secretaria de Orçamento Federal do Ministerio do Planejamento, Orçamento e Gestão	1	19/02/2001	Dispõe sobre a classificação orçamentária por fontes de recursos.
Lei	10.180	06/02/2001	Organiza e disciplina os Sistemas de Planejamento e de Orçamento Federal, de Administração Financeira Federal, de Contabilidade Federal e de Controle Interno do Poder Executivo.
Lei Complementar	101	04/05/2000	Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências - LRF.
Portaria Ministério de Orçamento e Gestão	42	14/04/1999	Atualiza a discriminação da despesa por funções de que tratam o inciso I, do § 1º, do art. 2º, e § 2º, do art. 8º, ambos da Lei 4.320, de 17 de março de 1964, e dá outras providências.
Decreto	93.872	23/12/1986	Dispõe sobre a unificação dos recursos de caixa do Tesouro Nacional.
Decreto-Lei	200	25/02/1967	Dispõe sobre a organização da Administração Federal.
Lei	4.320	17/03/1964	Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

ADMINISTRAÇÃO

Decreto	8.277	27/06/2014	Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO.
Decreto	8.275	27/06/2014	Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM.
Lei	12.986	02/06/2014	Transforma o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana em Conselho Nacional dos Direitos Humanos - CNDH.
Lei	12.980	28/05/2014	Altera a Lei 12.462, de 4 de agosto de 2011, que institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas - RDC e dá outras providências.
Decreto	8.194	12/02/2014	Estabelece a aplicação de margem de preferência em licitações realizadas no âmbito da administração pública federal para aquisição de equipamentos de tecnologia da informação e comunicação.
Decreto	8.189	21/01/2014	Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e dá outras providências.

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2015, Art. 9º, inciso IV

Decreto	7.799	12/09/2012	Decreto	7.469	04/05/2011
Dispõe sobre o remanejamento de cargos em Comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS que menciona e dá outras providências.			Cria a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - RIDE e institui o Programa Especial de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal.		
Lei	12.682	09/07/2012	Decreto	7.470	04/05/2011
Dispõe sobre a elaboração e o arquivamento de documentos em meios eletromagnéticos.			Dispõe sobre a Estrutura Regimental do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.		
Decreto	7.743	31/05/2012	Lei	12.402	02/05/2011
Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Cultura.			Regula o cumprimento de obrigações tributárias por consórcios que realizarem contratações de pessoas jurídicas e físicas.		
Decreto	7.724	16/05/2012	Decreto Presidência da República	7.465	25/04/2011
Regulamenta a Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações.			Dispõe sobre a Estrutura Regimental da Secretaria de Relações Institucionais e da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.		
Decreto	7.688	02/03/2012	Decreto	7.434	21/01/2011
Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão da Secretaria-Geral da Presidência da República			Aprova a Estrutura Regimental do Ministério da Justiça.		
Decreto	7.691	02/03/2012	Decreto	7.430	17/01/2011
Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão, das Funções Gratificadas e das Funções Comissionadas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE.			Dispõe sobre a transferência do Arquivo Nacional e do Conselho Nacional de Arquivos - CONARQ da Casa Civil da Presidência da República para o Ministério da Justiça.		
Decreto	7.681	17/02/2012	Decreto	7.427	13/01/2011
Dispõe sobre o saldo remanescente das autorizações para provimento de cargos, empregos e funções.			Trata da transferência da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas - CONAD e da gestão do Fundo Nacional Antidrogas - FUNAD.		
Decreto	7.674	20/01/2012	Lei	12.380	10/01/2011
Dispõe sobre o Subsistema de Relações de Trabalho no Serviço Público Federal.			Autoriza a União e as entidades da administração pública federal indireta a contratar, reciprocamente ou com fundo privado do qual seja o Tesouro Nacional cotista único e dá outras providências.		
Decreto	7.659	23/12/2011	Decreto	7.417	30/12/2010
Prorroga o prazo de remanejamento de cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, remaneja cargos em comissão para o Ministério da Defesa e dá outras providências.			Dispõe sobre o Programa de Dispêndios Globais - PDG das empresas estatais federais para 2010.		
Lei	12.546	14/12/2011	Decreto	7.407	28/12/2010
Institui o Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (Reintegra) e dá outras providências.			Aumenta o capital social do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e altera o seu Estatuto Social, aprovado pelo Decreto 4.418, de 11 de outubro de 2002.		
Lei	12.529	30/11/2011	Emenda Constitucional	67	22/12/2010
Estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica e dá outras providências.			Prorroga, por tempo indeterminado, o prazo de vigência do Fundo de Combate e Erradicação da pobreza.		
Decreto	7.579	11/10/2011	Decreto	7.392	13/12/2010
Dispõe sobre o Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISF e do Poder Executivo Federa.			Aprova a Estrutura Regimental da Advocacia-Geral da União.		
Decreto		15/09/2011	Decreto	7.321	30/09/2010
Institui o Plano de Ação Nacional sobre Governo Aberto.			Dispõe sobre a programação orçamentária e financeira de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2010.		
Decreto		26/07/2011	Decreto		10/09/2010
Aprova e supervisiona as ações previstas no Plano Estratégico das Ações do Governo Brasileiro para a realização da Copa do Mundo FIFA 2014.			Autoriza o aumento do capital social da Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS.		
Lei	12.431	24/06/2011	Decreto	7.280	31/08/2010
Dispõe sobre a incidência do imposto sobre a renda nas operações que especifica.			Aprova a Estrutura Regimental do Ministério do Desenvolvimento Agrário.		
Decreto	7.504	24/06/2011	Decreto	7.261	12/08/2010
Dispõe sobre o remanejamento de cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS.			Aprova a Estrutura Regimental da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República.		
Lei	12.424	16/06/2011	Decreto	7.255	04/08/2010
Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas e dá outras providências.			Aprova a Estrutura Regimental do Ministério do Desenvolvimento Agrário.		
Decreto Legislativo	137	02/06/2011	Lei	12.277	30/06/2010
Dispõe sobre a realização de plebiscito para a criação do Estado de Tapajós.			Dispõe sobre a remuneração de diversos cargos da Administração Pública Federal.		
Decreto Legislativo Congresso Nacional	136	26/05/2011	Decreto	7.221	29/06/2010
Dispõe sobre a realização de plebiscito para a criação do Estado do Carajás.			Dispõe sobre a atuação dos órgãos e entidades da administração pública federal durante o processo de transição governamental.		
Decreto	7.482	16/05/2011	Decreto	7.220	25/06/2010
Aprova a Estrutura Regimental do Ministério da Fazenda.			Aumenta o valor de saque de conta vinculada do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, para os atingidos por desastres naturais em Pernambuco e Alagoas.		
Decreto	7.478	12/05/2011	Lei	12.263	21/06/2010
Cria a Câmara de Políticas de Gestão, Desempenho e Competitividade - CGDC, do Conselho de Governo.			Dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região.		
Decreto	7.476	10/05/2011	Lei	12.262	21/06/2010
Aprova a Estrutura Regimental da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República,			Dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região e dá outras providências.		
Decreto	7.474	10/05/2011	Lei	12.269	21/06/2010
Aprova a Estrutura Regimental do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.			Dispõe sobre o Plano de Carreiras e Cargos de Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública e sobre redistribuição de servidores para a SUFRAMA e para a EMBRATUR.		

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2015, Art. 9º, inciso IV

Decreto		18/06/2010	Decreto	7.055	28/12/2009
Autoriza o aumento do capital social da VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.			Regulamenta o Fundo Soberano do Brasil - FSB, e dá outras providências.		
Decreto	7.213	15/06/2010	Decreto	7.028	09/12/2009
Regulamenta a administração das atividades aduaneiras, e a fiscalização, o controle e a tributação das operações de comércio exterior.			Dispõe sobre a concessão de diárias no âmbito da Administração Federal.		
Decreto	7.212	15/06/2010	Decreto	7.025	07/12/2009
Regulamenta a cobrança, fiscalização, arrecadação e administração do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI.			Discrimina ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC a serem executadas por meio de transferência obrigatória.		
Decreto	7.211	11/06/2010	Lei	12.099	27/11/2009
Discrimina ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC a serem executadas por meio de transferência obrigatória.			Dispõe sobre a transferência de depósitos judiciais e extrajudiciais de tributos e contribuições federais para a Caixa Econômica Federal.		
Decreto	7.191	31/05/2010	Lei	12.094	19/11/2009
Dispõe sobre a lotação de 2.400 cargos de Analista Técnico de Políticas Sociais da Carreira de Desenvolvimento de Políticas Sociais.			Dispõe sobre a criação da Carreira de Desenvolvimento de Políticas Sociais.		
Decreto	7.187	27/05/2010	Decreto	6.997	04/11/2009
Aprova a Estrutura Regimental da Casa Civil da Presidência da República, no tocante às competências da Imprensa Nacional.			Aprova o Programa de Dispêndios Globais - PDG para 2010 das empresas estatais federais.		
Decreto	7.186	27/05/2010	Decreto	6.967	29/09/2009
Dispõe sobre o Adicional por Plantão Hospitalar - APH.			Dispõe sobre o processamento das consignações em folha de pagamento no âmbito do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos - SIAPE.		
Decreto	7.185	27/05/2010	Decreto	6.958	14/09/2009
Dispõe sobre o padrão de qualidade do sistema integrado de administração financeira e controle, no âmbito de cada ente da Federação.			Discrimina ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC a serem executadas por meio de transferência obrigatória.		
Decreto	7.180	20/05/2010	Decreto	6.944	21/08/2009
Dispõe sobre o Programa de Dispêndios Globais - PDG de empresas estatais federais para 2010.			Dispõe sobre normas gerais relativas a concursos públicos.		
Decreto	7.174	12/05/2010	Decreto	6.907	21/07/2009
Regulamenta a contratação de bens e serviços de informática e automação pela Administração Pública Federal.			Dispõe sobre diárias de servidores e de militares.		
Decreto	7.166	05/05/2010	Lei	11.958	26/06/2009
Cria o Sistema Nacional de Registro de Identificação Civil e institui seu Comitê Gestor.			Transforma a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República em Ministério da Pesca e Aquicultura.		
Decreto	7.161	29/04/2010	Lei	11.941	27/05/2009
Autoriza a permuta de ações entre a União e entidades da Administração Federal.			Altera a Legislação Tributária Federal relativa ao parcelamento ordinário de débitos tributários.		
Lei	12.232	29/04/2010	Decreto	6.812	03/04/2009
Dispõe sobre as normas gerais para licitação e contratação pela administração pública de serviços de publicidade prestados por agências de propaganda.			Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, e dá outras providências.		
Decreto	7.157	09/04/2010	Lei Complementar	129	08/01/2009
Discrimina ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC a serem executadas por meio de transferência obrigatória.			Institui a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO, estabelece sua natureza jurídica, objetivos e área de atuação.		
Decreto	7.137	29/03/2010	Decreto	6.712	24/12/2008
Concede desconto para liquidação de operações de crédito rural contratadas com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento), (do Norte - FNO.			Dispõe sobre a distribuição do quantitativo de Gratificações Temporárias das Unidades dos Sistemas Estruturadores da Administração Pública Federal.		
Decreto	7.133	19/03/2010	Decreto	6.697	17/12/2008
Regulamenta os critérios e procedimentos gerais a serem observados para a realização das avaliações de desempenho individual, institucional e pagamento das mesmas.			Extingue cargos vagos do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo.		
Decreto	7.128	11/03/2010	Decreto	6.686	10/12/2008
Dispõe sobre o Sistema de Correição do Poder Executivo Federal.			Altera e acresce dispositivos ao Decreto 6514, que dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente.		
Decreto	7.125	03/03/2010	Decreto	6.657	20/11/2008
Discrimina ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC a serem executadas por meio de transferência obrigatória.			Dispõe sobre a remuneração dos empregados anistiados.		
Decreto	7.119	25/02/2010	Decreto	6.641	10/11/2008
Dispõe sobre o remanejamento de Funções Comissionadas Técnicas - FCT do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para o Ministério da Fazenda.			Regulamenta as atribuições da Carreira de Auditoria da Receita Federal do Brasil.		
Decreto	7.113	19/02/2010	Lei	11.805	06/11/2008
Institui o Conselho Deliberativo do Fundo Soberano do Brasil - CDFSB.			Constitui fonte de recursos adicional para ampliação de limites operacionais do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.		
Decreto	7.096	04/02/2010	Decreto	6.603	14/10/2008
Aprova a Estrutura Regimental do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.			Dispõe sobre o remanejamento de Funções Comissionadas Técnicas - FCT do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM		
Emenda Constitucional	63	04/02/2010	Lei	11.784	22/09/2008
Dispõe sobre diretrizes para os Planos das Carreiras dos agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias.			Dispõe sobre a reestruturação do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - PGPE e institui sistemática para avaliação de desempenho dos servidores da Administração Pública Federal.		
Decreto	7.069	20/01/2010	Decreto	6.563	11/09/2008
Dispõe sobre a Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica do Ministério da Defesa.			Aprova o estatuto da Fundação Escola Nacional da Administração Pública - ENAP.		
			Lei	11.692	10/06/2008
			Dispõe sobre o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem.		

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2015, Art. 9º, inciso IV

Lei	11.665	29/04/2008	Decreto	5.480	30/06/2005
Modifica a data de pagamento dos benefícios da previdência social.			Dispõe sobre o Sistema de Correição do Poder Executivo Federal.		
Decreto	6.386	29/02/2008	Lei	11.119	25/05/2005
Regulamenta o art. 45 da Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e dá outras providências.			Altera a Legislação Tributária Federal.		
Decreto	6.306	14/12/2007	Decreto	5.355	25/01/2005
Regulamenta o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários - IOF.			Dispõe sobre a utilização do CPGF, pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.		
Lei	11.526	04/10/2007	Lei	11.094	13/01/2005
Fixa a remuneração dos cargos e funções comissionadas da Administração Pública Federal.			Dispõe sobre a criação de carreiras e organização de cargos efetivos das autarquias especiais denominadas Agências Reguladoras.		
Emenda Constitucional	55	20/09/2007	Lei	11.077	30/12/2004
Altera o art. 159 da Constituição Federal, aumentando a entrega de recursos pela União ao Fundo de Participação dos Municípios.			Altera Leis, dispondo sobre a capacitação e competitividade do setor de informática e automação.		
Decreto	6.204	05/09/2007	Lei	11.064	30/12/2004
Regulamenta o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte nas contratações públicas de bens, serviços e obras.			Altera o Programa Defesa da Ordem Jurídica constante do Plano Plurianual para o período 2004-2007.		
Decreto	6.188	17/08/2007	Lei	11.075	30/12/2004
Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão do Gabinete Pessoal do Presidente da República, e dá outras providências.			Dispõe sobre a criação de cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, no âmbito do Poder Executivo Federal.		
Decreto	6.179	02/08/2007	Lei	11.079	30/12/2004
Dispõe sobre a remuneração aos agentes arrecadadores de receitas federais.			Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da Administração Pública.		
Decreto	6.129	20/06/2007	Lei	10.907	15/07/2004
Dispõe sobre a vinculação das entidades integrantes da administração pública federal indireta.			Institui a Gratificação Específica de Apoio Técnico-Administrativo da Advocacia-Geral da União - GEATA.		
Decreto Legislativo Senado Federal	113	04/06/2007	Emenda Constitucional	44	30/06/2004
Fixa o subsídio do Presidente e do Vice-Presidente da República e dos Ministros de Estado.			Altera o Sistema Tributário Nacional.		
Lei	11.482	31/05/2007	Lei	10.888	24/06/2004
Efetua alterações na tabela do imposto de renda da pessoa física e dispõe sobre a redução a 0 (zero) da alíquota da CPMF nas hipóteses que menciona.			Dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de maio de 2004, e dá outras providências.		
Lei	11.457	16/03/2007	Decreto	5.108	17/06/2004
Dispõe sobre a Administração Tributária Federal.			Dispõe sobre a compensação de faltas ao serviço em decorrência de paralisação de servidores públicos.		
Decreto	6.062	16/03/2007	Lei	10.871	20/05/2004
Institui o Programa de Fortalecimento da Capacidade Institucional para Gestão em Regulação - PRO-REG.			Dispõe sobre a criação de carreiras e organização de cargos efetivos das autarquias especiais denominadas Agências Reguladoras.		
Decreto	6.061	15/03/2007	Lei	10.866	04/05/2004
Aprova a Estrutura Regimental do Ministério da Justiça, e dá outras providências.			Acréscime alguns artigos à lei 10.336 com o objetivo de regulamentar a partilha com os Estados, DF e municípios da arrecadação no domínio econômico incidente sobre as fontes de energia.		
Decreto	6.025	22/01/2007	Lei	10.833	29/12/2003
Institui o Programa de Aceleração do Crescimento - PAC e seu Comitê Gestor.			Altera a Legislação Tributária Federal.		
Lei Complementar	124	03/01/2007	Decreto	4.939	29/12/2003
Institui a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, estabelece sua composição, natureza jurídica, objetivos e área de competência.			Dispõe sobre a execução de atividades de administração de pessoal, material, patrimônio e serviços gerais relativas à manutenção dos órgãos.		
Lei Complementar	125	03/01/2007	Emenda Constitucional	42	19/12/2003
Institui a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE e estabelece sua composição, natureza jurídica, objetivos e áreas de atuação.			Altera o Sistema Tributário Nacional.		
Decreto	5.992	19/12/2006	Decreto	4.915	12/12/2003
Dispõe sobre a concessão de diárias no âmbito da Administração Federal.			Dispõe sobre o Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo - SIGA.		
Lei	11.357	19/10/2006	Lei	10.769	19/11/2003
Dispõe sobre a criação do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - PGPE e do Plano Especial de Cargos do Ministério do Meio Ambiente e do IBAMA			Dispõe sobre a criação, reestruturação e organização de carreiras no âmbito da Administração Pública Federal.		
Lei	11.356	19/10/2006	Lei	10.698	02/07/2003
Dispõe sobre cargos e carreiras na Administração Pública Federal e sobre a criação dos Planos Especiais de Cargos da SUFRAMA e da EMBRATUR.			Dispõe sobre a instituição de vantagem pecuniária individual devida aos servidores públicos civis da Administração Federal.		
Lei	11.311	13/06/2006	Decreto	4.734	11/06/2003
Altera a legislação tributária federal, modificando algumas Leis.			Delega competência ao Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, para praticar atos de provimento no âmbito da Administração Pública Federal.		
Lei	11.196	21/11/2005	Decreto	4.718	04/06/2003
Institui o Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação - REPES, e outros.			Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas da Agência Espacial Brasileira - AEB.		
Decreto	5.497	21/07/2005	Lei	10.684	30/05/2003
Dispõe sobre o provimento de cargos em comissão.			Altera a legislação tributária e dispõe sobre parcelamento de débitos.		
			Emenda Constitucional	40	29/05/2003
			Altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal, e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.		

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2015, Art. 9º, inciso IV

Lei	10.683	28/05/2003	Lei	10.177	12/01/2001
Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios.			Dispõe sobre as operações de que trata a Lei 7.827, de 27/09/1989, que instituiu e regulamentou os Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste.		
Lei	10.676	22/05/2003	Decreto	3.725	10/01/2001
Dispõe sobre a contribuição para o Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP, e dá outras providências.			Regulamenta a Lei 9.636, que dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União.		
Decreto	4.662	02/04/2003	Lei	10.149	21/12/2000
Cria cargos em comissão.			Altera e acrescenta dispositivos à Lei 8.884, de 11/06/1994, que transforma o CADE em autarquia, e dá outras providências.		
Emenda Constitucional	33	11/12/2002	Lei	10.150	21/12/2000
Altera artigos da Constituição Federal 1988.			Dispõe sobre a novação de dívidas e responsabilidades do Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS.		
Lei	10.559	13/11/2002	Decreto	3.635	18/10/2000
Regulamenta o art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências.			Dispõe sobre o pagamento de tarifas bancárias pelo Instituto Nacional do Seguro Social.		
Lei	10.522	19/07/2002	Decreto	3.590	06/09/2000
Dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais - CADIN e dá outras providências.			Dispõe sobre o Sistema de Administração Financeira Federal.		
Lei	10.486	04/07/2002	Decreto	3.525	26/06/2000
Dispõe sobre a remuneração dos militares do Distrito Federal.			Regulamenta a implementação do Vale-Pedágio obrigatório sobre o transporte rodoviário de carga.		
Emenda Constitucional	38	12/06/2002	Decreto	3.503	12/06/2000
Altera os arts. 100 e 156 da Constituição Federal e acrescenta os arts. 84, 85, 86, 87 e 88 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.			Dispõe, no âmbito do Poder Executivo da União, sobre o Programa de Desligamento Voluntário - PDV, para o ano de 2000.		
Decreto	4.166	13/03/2002	Lei	9.964	10/04/2000
Regulamenta a tributação, fiscalização, arrecadação e administração do imposto sobre a Renda e Proventos.			Institui o Programa de Recuperação Fiscal - Refis.		
Decreto	4.122	13/02/2002	Lei	9.962	22/02/2000
Aprova o regulamento e o quadro demonstrativo dos cargos comissionados e dos comissionados técnicos da Agência Nacional de Transporte Aquaviários.			Disciplina o regime de emprego público do pessoal da Administração Federal.		
Lei	10.357	27/12/2001	Lei	9.960	28/01/2000
Estabelece normas de controle e fiscalização sobre produtos químicos que possam ser destinados à elaboração ilícita de substâncias entorpecentes.			Institui a Taxa de Serviços Administrativos, em favor da Superintendência da Zona Franca de Manaus - Suframa, estabelece preços a serem cobrados pelo Ibama, cria a Taxa de Fiscalização Ambiental.		
Emenda Constitucional	34	13/12/2001	Lei	9.933	20/12/1999
Dá nova redação à alínea c do inciso XVI do art. 37 da Constituição Federal.			Dispõe sobre as competências do Conmetro e do Inmetro e institui a Taxa de Serviços Metrológicos.		
Decreto	4.050	12/12/2001	Lei	9.850	26/10/1999
Dispõe sobre a cessão de servidores de órgãos e entidades da Administração Pública Federal.			Dispõe sobre o número de cargos de Natureza Especial.		
Decreto	4.010	12/11/2001	Lei	9.818	23/08/1999
Dispõe sobre a liberação de recursos para pagamento dos servidores públicos federais.			Cria o Fundo de Garantia à Exportação - FGE.		
Medida Provisória	2.215	31/08/2001	Decreto	3.151	23/08/1999
Dispõe sobre a reestruturação da remuneração dos militares das Forças Armadas, altera as Leis 3.765, de 4 de maio de 1960, e 6.880, de 9 de dezembro de 1980, e dá outras providências.			Disciplina a prática dos atos de extinção e de declaração de desnecessidade de cargos públicos.		
Medida Provisória	2.179	24/08/2001	Decreto	2.978	02/03/1999
Dispõe sobre as relações financeiras entre a União e o Banco Central do Brasil.			Regulamenta a arrecadação da Taxa Processual e da Taxa de Serviços do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, instituídas pela Lei 9.781, de 19 de janeiro de 1999.		
Medida Provisória	2.181	24/08/2001	Lei	9.784	29/01/1999
Dispõe sobre operações financeiras entre o Tesouro Nacional e as entidades que menciona.			Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.		
Medida Provisória	2.168	24/08/2001	Lei	9.765	17/12/1998
Dispõe sobre o Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária - RECOOP e autoriza a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo - SESCOOP.			Institui taxa de licenciamento, controle e fiscalização de materiais nucleares e radioativos e suas instalações.		
Medida Provisória	2.187	24/08/2001	Decreto	2.850	27/11/1998
Dispõe sobre o reajuste dos benefícios mantidos pela Previdência Social.			Disciplina os procedimentos pertinentes aos depósitos judiciais e extrajudiciais, de valores de tributos e contribuições federais.		
Medida Provisória	2.192	24/08/2001	Emenda Constitucional	19	04/06/1998
Estabelece mecanismos objetivando incentivar a redução da presença do setor público estadual na atividade financeira bancária e dispõe sobre a privatização de instituições financeiras.			Modifica o regime e dispõe sobre princípios e normas da Administração pública, servidores e agentes políticos, controle de despesas e finanças públicas e custeio de atividades a cargo do Distrito Federal.		
Medida Provisória	2.200	24/08/2001	Lei	9.649	27/05/1998
Institui a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil e transforma o Instituto Nacional de Tecnologia da Informação em autarquia.			Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios.		
Decreto	3.887	16/08/2001	Lei	9.650	27/05/1998
Dispõe sobre o Auxílio-Alimentação destinado aos servidores civis ativos da Administração Pública Federal.			Dispõe sobre o plano de carreira dos servidores do Banco Central do Brasil.		
Lei	10.179	06/02/2001	Lei	9.636	15/05/1998
Dispõe sobre títulos da dívida pública de responsabilidade do Tesouro Nacional, consolidando a legislação em vigor sobre a matéria.			Dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União.		
			Lei	9.613	03/03/1998
			Dispõe sobre os crimes de "lavagem" ou ocultação de bens e cria o Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF.		

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2015, Art. 9º, inciso IV

Decreto	2.444	30/12/1997	Lei	8.880	27/05/1994
Dispõe sobre a inclusão, no Programa Nacional de Desestatização - PND, das rodovias federais que menciona, e dá outras providências.			Dispõe sobre o Programa de Estabilização Econômica e o Sistema Monetário Nacional, institui a Unidade Real do Valor - URV e dá outras providências.		
Lei	9.530	10/12/1997	Lei	8.876	02/05/1994
Dispõe sobre a utilização dos dividendos e dos superávit financeiro de fundos e de entidades da Administração Pública Federal Indireta.			Autoriza o poder executivo a instituir como autarquia o Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM.		
Decreto	2.346	10/10/1997	Decreto	1.094	23/03/1994
Consolida normas de procedimentos a serem observados pela Administração Pública Federal em razão de decisões judiciais.			Dispõe sobre o Sistema de Serviços Gerais - SISG.		
Lei	9.469	10/07/1997	Decreto	1.091	21/03/1994
Dispõe sobre a intervenção da União nas causas em que figurarem, como autores ou réus, antes da administração indireta e dá outras providências.			Dispõe sobre procedimentos a serem observados por empresas controladas direta ou indiretamente pela União.		
Decreto	2.272	09/07/1997	Lei	8.852	04/02/1994
Dispõe sobre a instituição do Programa do Acompanhamento Gerencial de Custos e Avaliação Institucional no âmbito da Administração Pública Federal.			Dispõe sobre a aplicação dos arts. 37, incisos XI e XII, e 39, § 1º, da Constituição Federal, e dá outras providências.		
Decreto	2.258	20/06/1997	Lei	8.745	09/12/1993
Institui o Programa de Racionalização das Unidades Descentralizadas do Governo Federal, e dá outras providências.			Dispõe sobre a contratação de pessoal por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal.		
Emenda Constitucional	16	04/06/1997	Decreto	980	11/11/1993
Dá nova redação ao § 5º do art. 14, ao caput do art. 28, ao inciso II do art. 29, ao caput do art. 77 e ao art. 82 da Constituição Federal.			Dispõe sobre a cessão de uso e a administração de imóveis residenciais de propriedade da União a agentes políticos e servidores públicos federais, e dá outras providências.		
Lei	9.365	17/12/1996	Decreto	977	10/11/1993
Institui a Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, dispõe sobre a remuneração dos recursos do Fundo de Participação PIS-PASEP, e dá outras providências.			Dispõe sobre a assistência Pré-Escolar destinada aos dependentes dos servidores públicos.		
Decreto	2.076	20/11/1996	Emenda Constitucional	4	14/09/1993
Regulamenta o Programa de Desligamento Voluntário dos servidores civis da Administração Federal direta, autárquica e fundacional.			Dá nova redação ao art. 16 da Constituição Federal.		
Emenda Constitucional	13	21/08/1996	Lei	8.676	13/07/1993
Dá nova redação ao inciso II do art. 192 da Constituição Federal.			Dispõe sobre a política de remuneração dos servidores públicos civis e militares da Administração Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.		
Lei	9.292	12/07/1996	Lei	8.666	21/06/1993
Dispõe sobre a remuneração dos membros dos conselhos de administração e fiscal.			Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública.		
Decreto	1.957	12/07/1996	Lei	8.659	27/05/1993
Regulamenta a Lei nº 9.292, de 12 de julho de 1996, que dispõe sobre a remuneração dos membros dos conselhos de administração e fiscal das entidades que menciona.			Concede antecipação de reajuste de vencimentos e soldos aos servidores civis e militares do Poder Executivo.		
Decreto	1.819	16/02/1996	Lei	8.645	02/04/1993
Disciplina as transferências de recursos da União por intermédio de instituições e agências financeiras oficiais federais e dá outras providências.			Dispõe sobre a antecipação de reajuste de vencimentos e de soldos dos servidores civis e militares do Poder Executivo.		
Lei	9.249	26/12/1995	Lei	8.490	19/11/1992
Altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como da contribuição social sobre o lucro líquido.			Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios e dá outras providências.		
Lei	9.238	22/12/1995	Lei	8.460	17/09/1992
Ratifica a recriação do Fundo de Administração do Hospital das Forças Armadas.			Concede antecipação de reajuste de vencimentos e de soldos dos servidores civis e militares do Poder Executivo e dá outras providências.		
Decreto	1.738	08/12/1995	Emenda Constitucional	2	25/08/1992
Institui, no âmbito do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, o Conselho de Reforma do Estado.			Dispõe sobre o plebiscito previsto no art. 2º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.		
Lei	9.074	07/07/1995	Decreto	578	24/06/1992
Estabelece regras para outorga e prorrogações das Concessões e Permissões de Serviços Públicos.			Dá nova regulamentação ao lançamento dos títulos da Dívida Agrária.		
Lei	9.069	29/06/1995	Lei	8.429	02/06/1992
Cria o Fundo de Amortização da Dívida Pública Mobiliária Federal - FAD.			Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito.		
Lei	9.027	12/04/1995	Lei	8.417	24/04/1992
Dispõe sobre a remuneração das disponibilidades do tesouro nacional.			Dispõe sobre antecipação de reajuste de remuneração dos servidores públicos federais.		
Lei	9.028	12/04/1995	Decreto	322	01/11/1991
Dispõe sobre o exercício das atribuições institucionais da Advocacia-Geral da União em caráter emergencial e provisório.			Dispõe sobre a realização de despesa de pessoal.		
Medida Provisória	878	30/01/1995	Decreto	20	01/02/1991
Dispõe sobre os quadros de cargos do grupo-direção e assessoramento superiores - DAS da AGU, do ministério da fazenda e da outras providências.			Estabelece critérios e condições para transferências de recursos financeiros do Tesouro Nacional.		
Lei	8.953	13/12/1994	Lei	8.159	08/01/1991
Altera dispositivos do Código de Processo Civil relativos ao processo de execução.			Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências.		
Lei	8.884	11/07/1994	Lei	8.112	11/12/1990
Transforma o Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE em Autarquia.			Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União.		
			Decreto	99.658	30/10/1990
			Regulamenta, no âmbito da Administração Pública Federal, o reaproveitamento, a movimentação, a alienação e outras formas de desfazimento de material.		

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2015, Art. 9º, inciso IV

Decreto	99.463	16/08/1990	Decreto-Lei	2.258	05/03/1985
Regulamenta a Lei 8.031, de 12 de abril de 1990, que cria o Programa Nacional de Desestatização e dá outras providências.			Cria a Carreira Auditoria do Tesouro do Distrito Federal e seus cargos, fixa os valores de seus vencimentos e dá outras providências.		
Decreto	99.244	10/05/1990	Decreto	86.864	21/01/1982
Dispõe sobre a reorganização e o funcionamento dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios e da outras providências.			Regulamenta o Decreto-lei 1.896, de 17 de dezembro de 1981, que dispõe sobre a utilização de instalação e serviços destinados a apoiar e tornar segura a navegação aérea.		
Lei	8.029	12/04/1990	Decreto-Lei	1.896	17/12/1981
Dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da Administração Pública Federal.			Dispõe sobre a utilização de instalações e serviços a apoiar e tornar seguro a navegação aérea.		
Decreto	99.202	04/04/1990	Decreto-Lei	1.801	18/08/1980
Expede normas complementares relativas à extinção dos órgãos da Administração Pública Federal.			Consolida e altera a legislação relativa ao adicional ao frete para remuneração marinha mercante, bem como do fundo de marinha mercante.		
Decreto	99.188	17/03/1990	Lei	6.704	26/10/1979
Dispõe sobre contenção de despesas na administração pública federal.			Dispõe sobre o seguro de crédito a exportação.		
Decreto	99.167	13/03/1990	Decreto Legislativo	5	26/04/1979
Dispõe sobre o refinanciamento, pela União, da dívida externa de responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.			Aprova o texto do Decreto-lei 1.644, de 11 de dezembro de 1978, que prorroga o prazo de vigência de que trata o artigo 5º do Decreto-lei 1.106, de 16 de junho de 1970.		
Lei	7.995	09/01/1990	Lei	6.567	24/09/1978
Dispõe sobre a remuneração de servidores civis do Poder Executivo, na Administração Direta e nas autarquias, e dá outras providências.			Dispõe sobre regime especial para exploração e o aproveitamento das substâncias minerais que especifica.		
Decreto	98.812	09/01/1990	Lei	6.554	21/08/1978
Regulamenta a Lei 7.805, de 18 de julho de 1989, cria o regime de permissão de lavra garimpeira e extingue o regime de matrícula.			Dispõe sobre novas inscrições de magistrados federais no montepio civil da união.		
Lei	7.976	22/12/1989	Decreto-Lei	1.579	11/10/1977
Dispõe sobre o refinanciamento pela União da dívida externa.			Modifica o Decreto-Lei 1.510, de 27 de dezembro de 1976, que dispõe sobre a tributação de resultados obtidos na transferência de participações societárias e nas operações com imóveis.		
Lei	7.913	07/12/1989	Lei	6.404	15/12/1976
Dispõe sobre a ação civil pública de responsabilidade por danos causados aos investidores no mercado de valores mobiliários.			Dispõe sobre as Sociedades por Ações.		
Lei	7.886	20/11/1989	Lei	6.385	07/12/1976
Regulamenta o art. 43 do "ato das disposições constitucionais transitórias".			Dispõe sobre o Mercado de Valores Mobiliários e cria a Comissão de Valores Mobiliários.		
Lei	7.709	22/12/1988	Lei	6.125	04/11/1974
Dispõe sobre a contagem do tempo de serviço prestado à Administração Federal pelos servidores da Carreira de Orçamento.			Autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social - DATAPREV.		
Lei	7.711	22/12/1988	Lei Complementar	19	25/06/1974
Dispõe sobre formas de melhoria da Administração Tributária.			Dispõe sobre a aplicação dos recursos gerados pelo Programa de Integração Social (PIS) e pelo Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP).		
Lei	7.689	15/12/1988	Decreto	73.678	18/02/1974
Institui contribuição social sobre o lucro das pessoas jurídicas e da outras providências.			Promulga o Acordo Constitutivo do Fundo Africano de Desenvolvimento.		
Lei	7.675	04/10/1988	Lei	6.015	31/12/1973
Atribui ao Tribunal de Contas da União a fiscalização dos recursos federais.			Dispõe sobre os registros públicos.		
Decreto-Lei	2.465	31/08/1988	Decreto	73.115	08/11/1973
Dispõe sobre medidas para redução de despesas com pessoal nos órgãos da Administração Federal.			Transforma o Centro de Treinamento e Desenvolvimento do Pessoal do Ministério da Fazenda, CETREMFA - em Escola de Administração Fazendária - ESAF.		
Decreto-Lei	2.434	19/05/1988	Lei	5.908	20/08/1973
Dispõe sobre a isenção ou redução de impostos na importação de bens.			Autoriza o poder executivo a transformar o grupo de estudos para a integração da política de transportes em empresa pública, denominada (GEIPÓT)		
Decreto-Lei	2.406	05/01/1988	Decreto	70.235	06/03/1972
Transfere a gestão do fundo de compensação de variações salariais (FCVS).			Dispõe sobre o processo administrativo fiscal.		
Decreto	94.874	15/09/1987	Lei	5.768	20/12/1971
Dispõe sobre a estruturação do FUNCAFE.			altera a legislação sobre distribuição gratuita de prêmios e estabelece normas de proteção à poupança popular.		
Decreto	94.664	23/07/1987	Decreto-Lei	1.158	16/03/1971
Aprova o Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos de que trata a Lei 7.596, de 10 de abril de 1987.			Dispõe sobre estímulos à exportação de produtos manufaturados.		
Lei Complementar	55	10/07/1987	Decreto-Lei	1.146	31/12/1970
Declara não sujeitas à contribuição incidente sobre o produto rural para o custeio do ProRural, as indústrias pesqueiras.			Consolida os dispositivos sobre as contribuições criadas pela Lei 2613, que trata do Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito - FUNSET		
Decreto-Lei	2.313	23/12/1986	Lei Complementar	8	03/12/1970
Trata de isenção do imposto de renda dos juros, dividendos e rendimentos de cadernetas de poupança e de letras hipotecárias, pagos ou creditados a pessoa física.			Institui o programa de formação do patrimônio do servidor público.		
Lei	7.560	19/12/1986	Lei	5.615	13/10/1970
Cria fundo de combate a droga e dispõe sobre os bens apreendidos e adquiridos com produtos de tráfico ilícito de drogas.			Dispõe sobre o Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO) e dá outras providências.		
Emenda Constitucional	26	27/11/1985			
Convoca Assembléia Nacional Constituinte e dá outras providências.					
Decreto-Lei	2.268	13/03/1985			
Dispõe sobre a remuneração dos membros do Ministério Público Federal.					

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2015, Art. 9º, inciso IV

Decreto-Lei	1.106	16/06/1970	Decreto	7.794	20/08/2012
Cria o Programa de Integração Nacional e altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas na parte referente a incentivos fiscais.			Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica.		
Decreto-Lei	1.023	21/10/1969	Decreto	7.599	07/11/2011
Dispõe sobre a tarifa de utilização de faróis.			Promulga o Acordo Internacional do Cacau, assinado pelo Governo Brasileiro, no Rio de Janeiro, em 14 de setembro de 1964.		
Decreto-Lei	509	20/03/1969	Decreto	7.351	03/11/2010
Dispõe sobre a transformação do Departamento dos Correios e Telégrafos em empresa pública, denominada ECT			Dispõe sobre a concessão de rebates sobre os financiamentos de custeio e investimento, ao amparo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF.		
Lei	5.534	14/11/1968	Decreto	7.339	20/10/2010
Dispõe sobre a obrigatoriedade de prestação de informações estatísticas.			Dispõe sobre a remissão, rebate para liquidação e desconto adicional para liquidação de dívidas rurais.		
Decreto	62.934	02/07/1968	Lei Complementar	137	26/08/2010
Aprova o Regulamento do Código de Mineração.			Autoriza a participação da União em fundo destinado à cobertura suplementar dos riscos do seguro rural.		
Decreto-Lei	115	25/01/1967	Decreto		07/05/2010
Aprova o regimento de custas da justiça do distrito federal.			Institui, no âmbito do Conselho do Agronegócio, criado pelo Decreto de 2 de setembro de 1998, a Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Palma de Oleo.		
Decreto-Lei	57	21/11/1966	Decreto	7.127	04/03/2010
Altera dispositivos sobre lançamento e cobrança do Imposto sobre a Propriedade Rural.			Aprova a Estrutura Regimental do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.		
Decreto-Lei	34	18/11/1966	Decreto	7.077	26/01/2010
Dispõe sobre nova denominação do Imposto de Consumo, altera a Lei 4.502, de 30 de novembro de 1964 e extingue diversas taxas.			Concede subvenção econômica ao preço do óleo diesel consumido por embarcações pesqueiras nacionais.		
Lei	5.000	24/05/1966	Lei	12.188	11/01/2010
Dispõe sobre a concessão do aval do tesouro nacional em operação de crédito no exterior.			Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - PRONATER.		
Lei	4.737	15/07/1965	Decreto	6.981	13/10/2009
Institui o Código Eleitoral.			Dispõe sobre a atuação conjunta dos Ministérios da Pesca e Aquicultura e do Meio Ambiente nos aspectos relacionados ao uso sustentável dos recursos pesqueiros.		
Lei	4.595	31/12/1964	Decreto	6.977	07/10/2009
Dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias Bancárias e Creditícias e cria o Conselho Monetário Nacional.			Dispõe sobre a concessão de rebate sobre o saldo devedor dos financiamentos de custeio agropecuário.		
AGRICULTURA					
Decreto	8.252	26/05/2014	Decreto	6.961	17/09/2009
Institui o serviço social autônomo denominado Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - Anater.			Dispõe sobre o estabelecimento de normas para as operações de financiamento ao setor sucroalcooleiro, nos termos de zoneamento.		
Decreto	8.256	26/05/2014	Lei	11.959	29/06/2009
Regulamenta o inciso V do caput do art. 17 da Lei 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que dispõe sobre os créditos de instalação no programa de reforma agrária.			Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca.		
Lei	12.873	24/10/2013	Decreto	6.874	05/06/2009
Autoriza a Companhia Nacional de Abastecimento a utilizar o Regime Diferenciado de Contratações Públicas - RDC.			Institui, no âmbito dos Ministérios do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Agrário, o Programa Federal de Manejo Florestal Comunitário e Familiar - PMCF.		
Decreto	8.121	16/10/2013	Decreto	6.597	06/10/2008
Trata da regulamentação do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais.			Dispõe sobre a concessão de bônus e rebates sobre financiamentos contratados ao amparo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF.		
Decreto	8.079	20/08/2013	Lei	11.775	17/09/2008
Regulamenta o pagamento de subvenção econômica aos produtores fornecedores independentes de cana-de-açúcar e às unidades industriais produtoras de etanol combustível.			Institui medidas de estímulo à liquidação ou regularização de dívidas), (originárias de operações de crédito rural e de crédito fundiário).		
Lei	12.844	19/07/2013	Decreto	6.323	27/12/2007
Amplia o valor do Benefício Garantia-Safra e o Auxílio Emergencial Financeiro relativo aos desastres ocorridos em 2012 e dá outras providências.			Dispõe sobre a agricultura orgânica.		
Lei	12.844	19/07/2013	Decreto	6.268	22/11/2007
Amplia o valor do Benefício Garantia-Safra e o Auxílio Emergencial Financeiro relativo aos desastres ocorridos em 2012 e dá outras providências.			Institui a classificação de produtos vegetais, seus subprodutos e resíduos de valor econômico.		
Lei	12.806	07/05/2013	Decreto Presidência da República	6.010	03/01/2007
Autoriza para a safra 2011/2012 o pagamento de valor adicional ao Benefício Garantia-Safra, de que trata a Lei 10.420, de 10/04/2002 e dá outras providências.			Dispõe sobre o remanejamento de Funções Comissionadas Técnicas - FCT para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.		
Lei	12.805	29/04/2013	Decreto	5.996	20/12/2006
Institui a Política Nacional de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta e altera a Lei 8.171/1991, que dispõe sobre a política agrícola.			Dispõe sobre a criação do Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar - PGPAF.		
Decreto	7.978	02/04/2013	Lei	11.344	08/09/2006
Autoriza a concessão de bônus de adimplência para operações de crédito rural contratadas no âmbito do Pronaf.			Estende a Gratificação de Desempenho de Atividade Técnica de Fiscalização Agropecuária - GDATFA, aos Fiscais Agropecuários Federais.		
Decreto	7.977	02/04/2013	Lei	11.326	24/07/2006
Dispõe sobre o aporte de recursos da União de que trata a Medida Provisória sobre o valor adicional benefício Garantia-Safra			Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.		
Decreto	7.920	15/02/2013	Decreto	5.474	22/06/2005
Cria o Conselho Interministerial de Estoques Públicos de Alimentos - CIEP, com objetivo de definir as condições para aquisição e liberação de estoques públicos de alimentos.			Dispõe sobre o Programa de Financiamento da Ampliação e Modernização da Frota Pesqueira Nacional - Profrota Pesqueira.		

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2015, Art. 9º, inciso IV

Lei	11.090	07/01/2005	Decreto	599	09/07/1992
Trata do Plano de Carreira dos Cargos de Reforma e Desenvolvimento Agrário do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.			Altera a Estrutura Regimental do Ministério da Agricultura e Reforma Agrária.		
Lei	10.849	23/03/2004	Decreto	58.605	14/06/1991
Cria o Programa Nacional de Financiamento da Ampliação e Modernização da Frota Pesqueira Nacional - Profrota Pesqueira.			Dispõe sobre a atualização dos valores das multas previstas na legislação especial e econômica canavieira, na forma do art. 42, da Lei 4.870, de 01/12/1965.		
Decreto	4.962	22/01/2004	Lei	8.171	17/01/1991
Dispõe sobre o Comitê Gestor da Garantia-Safra.			Dispõe sobre a política agrícola.		
Lei	10.831	23/12/2003	Decreto	90.639	10/12/1984
Dispõe sobre a agricultura orgânica.			Mantém, sob nova denominação, o Conselho Consultivo dos Produtores de Cacaú.		
Lei	10.823	19/12/2003	Decreto	88.626	16/08/1983
Dispõe sobre a subvenção econômica ao prêmio do Seguro Rural e dá outras providências.			Estabelece normas para o escoamento, comercialização e estocagem de álcool para fins energéticos e dá outras providências.		
Lei	10.696	02/07/2003	Decreto Legislativo Senado Federal	45	02/06/1982
Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural e dá outras providências.			Aprova o texto do Decreto-lei 1.899, de 21/12/1981, que institui taxas relativas à atividades agropecuárias de competência do Ministério da Agricultura.		
Decreto	4.623	21/03/2003	Decreto-Lei	1.899	21/12/1981
Dispõe sobre os Conselhos Nacional de Política Agrícola - CNPA e Deliberativo da Política do Café - CDPC.			Institui taxas relativas a atividades agropecuárias de competência do Ministério da Agricultura e da outras providências.		
Decreto	4.514	13/12/2002	Decreto	83.700	05/07/1979
Aprova o estatuto social da companhia de abastecimento - CONAB.			Dispõe sobre a execução do Programa Nacional do Alcool, cria o Conselho Nacional do Alcool - CNAL, a Comissão Executiva Nacional do Alcool - CENAL, e dá outras Providências.		
Lei	10.420	10/04/2002	Lei	5.851	07/12/1973
Cria o Fundo Garantia-Safra e institui o Benefício Garantia-Safra, destinado a agricultores familiares vitimados pelo fenômeno da estiagem, nas regiões que especifica.			Autoriza o Poder Executivo a instituir empresa pública, sob a denominação de Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e dá outras providências.		
Decreto	4.157	12/03/2002	Decreto	55.286	24/12/1964
Institui mecanismo de financiamento para o Programa de Ciência e Tecnologia para o Agronegócio.			Estabelece as normas gerais para a regulamentação da Lei 4.504 de 30 de novembro de 1964 e dá outras providências.		
Decreto	3.993	30/10/2001	Lei	4.504	30/11/1964
Dispõe sobre o Programa de Arrendamento Rural para a Agricultura Familiar.			Dispõe sobre o Estatuto da Terra.		
Decreto	3.991	30/10/2001	ASSISTÊNCIA SOCIAL		
Dispõe sobre o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF.			Decreto	8.242	23/05/2014
Lei	10.186	12/02/2001	Dispõe sobre o processo de certificação das entidades beneficentes de assistência social e sobre procedimentos de isenção das contribuições para a seguridade social.		
Dispõe sobre a realização de contratos de financiamento do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF e de projetos de estruturação dos assentados e colonos.			Decreto	7.943	05/03/2013
Lei	9.973	29/05/2000	Institui a Política Nacional para os Trabalhadores Rurais Empregados.		
Dispõe sobre o sistema de armazenagem dos produtos agropecuários.			Lei	12.722	03/10/2012
Lei	9.972	25/05/2000	Dispõe sobre o apoio financeiro da União aos Municípios e ao Distrito Federal para ampliação da oferta da educação infantil e dá outras providências.		
Institui a classificação de produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômico.			Decreto	7.636	07/12/2011
Decreto	3.262	25/11/1999	Dispõe sobre o apoio financeiro da União a Estados, Distrito Federal e Municípios destinado ao aprimoramento dos serviços com base no Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social.		
Autoriza a concessão de subvenção econômica, sob a forma de equalização de preços, ao amparo da Lei 8.427, de 27 de maio de 1992.			Decreto	7.617	17/11/2011
Lei Complementar	93	04/02/1998	Altera o Regulamento do Benefício de Prestação Continuada, aprovado pelo Decreto 6.214, de 26 de setembro de 2007.		
Institui o Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra - e dá outras providências.			Lei	12.435	06/07/2011
Lei	9.445	14/03/1997	Dispõe sobre a organização da Assistência Social.		
Concede subvenção econômica ao preço do óleo diesel consumido por embarcações pesqueiras nacionais.			Decreto	7.493	02/06/2011
Lei	9.362	13/12/1996	Aprova a Estrutura Regimental do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.		
Dispõe sobre medidas reguladoras do abastecimento do mercado interno de produtos do setor sucroalcooleiro.			Decreto	7.492	02/06/2011
Lei	9.321	05/12/1996	Institui o Plano Brasil Sem Miséria.		
Dispensa a comprovação de regularidade do recolhimento do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR para fins de financiamento ao amparo do PRONAF.			Decreto	7.405	23/12/2010
Decreto	2.025	09/10/1996	Institui o Programa Pró-Catador.		
Dispensa o registro de que trata o artigo 39 do Decreto 58.380, de 10 de maio de 1966, no caso de financiamentos ao amparo do PRONAF.			Decreto		01/12/2010
Lei	8.874	29/04/1994	Convoca a IV Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.		
Dispõe sobre restabelecimento do prazo fixado pelo art. 59 da Lei 7.450 para instalação de empreendimentos nas áreas da SUDAM e SUDENE.			Decreto	7.342	26/10/2010
Decreto	949	05/10/1993	Cria o Comitê Interministerial de Cadastro Socioeconômico, no âmbito do Ministério de Minas e Energia.		
Dispõe sobre os incentivos fiscais para a capacitação tecnológica da indústria e da agropecuária.			Decreto	7.334	19/10/2010
Lei	8.629	25/02/1993	Institui o Censo do Sistema Único de Assistência Social - Censo SUAS.		
Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal.					

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2015, Art. 9º, inciso IV

Decreto	7.316	22/09/2010	Lei	8.742	07/12/1993
Dispõe sobre o percentual máximo do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza a ser destinado às despesas administrativas para o exercício de 2010.			Dispõe sobre a organização da Assistência Social.		
Decreto	7.300	14/09/2010	Lei	7.758	24/04/1989
Dispõe sobre o processo de certificação das entidades beneficentes de assistência social para obtenção da isenção das contribuições para a seguridade social.			Dispõe sobre a Gratificação Extraordinária dos servidores da Justiça do Trabalho e dá outras providências.		
Decreto		12/08/2010	Lei Complementar	11	25/05/1971
Convoca a 2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude.			Institui o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural.		
Decreto	7.237	20/07/2010	Lei Complementar	7	07/09/1970
Regulamenta a Lei 12.101, de 27/11/2009 que dispõe sobre certificação das entidades beneficentes de assistência social para obtenção da isenção das contribuições para a seguridade social.			Institui o programa de integração social.		
Lei	12.219	31/03/2010	CIÊNCIA E TECNOLOGIA		
Dispõe sobre a celebração de convênios da União com os Estados e o Distrito Federal visando à prevenção e repressão do tráfico ilícito e do uso indevido de drogas.			Lei	12.954	05/02/2014
Decreto		26/01/2010	Cria o Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal e o Instituto Nacional de Águas e altera a estrutura básica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.		
Institui Grupo de Trabalho Interministerial para elaborar proposta de sistematização de programas sociais e mecanismos de participação social.			Lei	12.715	17/09/2012
Lei	12.212	20/01/2010	Altera a alíquota das contribuições previdenciárias sobre a folha de salários devidas pelas empresas que especifica.		
Dispõe sobre a Tarifa Social de Energia Elétrica.			Decreto	7.642	13/12/2011
Decreto	7.053	23/12/2009	Institui o Programa Ciência sem Fronteiras.		
Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento.			Decreto	7.603	09/11/2011
Lei	12.101	27/11/2009	Regulamenta as condições para aprovação dos projetos de investimento considerados como prioritários na área de infraestrutura ou de produção econômica intensiva em pesquisa.		
Dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social.			Lei	12.507	11/10/2011
Lei	11.888	24/12/2008	Dispõe sobre Programa de Inclusão Digital Tablet PC produzido no País conforme processo produtivo básico.		
Assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social.			Decreto	7.544	02/08/2011
Decreto	6.214	26/09/2007	Dispõe sobre as relações entre as instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica e as fundações de apoio.		
Regulamenta o benefício de prestação continuada da assistência social devido à pessoa com deficiência e ao idoso.			Decreto	7.539	02/08/2011
Lei	11.053	29/12/2004	Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo.		
Dispõe sobre a tributação dos planos de benefícios de caráter previdenciário e dá outras providências.			Decreto		28/04/2011
Decreto	5.209	17/09/2004	Extingue a Comissão Nacional de Bioeletromagnetismo.		
Regulamenta a Lei 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, e dá outras providências.			Decreto	7.313	22/09/2010
Lei	10.845	05/03/2004	Dispõe sobre procedimentos orçamentários e financeiros relacionados à autonomia dos institutos federais de educação, ciência e tecnologia.		
Institui o Programa de Complementação ao Atendimento Educacional Especializado às Pessoas Portadoras de Deficiência.			Decreto	7.204	08/06/2010
Lei	10.836	09/01/2004	Dispõe sobre realização de investimentos em pesquisa e desenvolvimento e em eficiência energética.		
Cria o programa Bolsa Família e altera a lei 10.689, de 13 de junho de 2003 e dá outras providências.			Decreto	7.022	02/12/2009
Decreto	4.584	05/02/2003	Estabelece medidas organizacionais para dar suporte ao processo de implantação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.		
Institui o Serviço Social Autônomo Agência de Promoção de Exportações do Brasil - APEX-Brasil e dá outras providências.			Lei	12.096	24/11/2009
Lei	10.637	30/12/2002	Autoriza a concessão de subvenção econômica em operações de financiamento destinadas à aquisição e produção de bens de capital e à inovação tecnológica.		
Dispõe sobre a não-cumulatividade na cobrança da contribuição para os Programas de Integração Social (PIS) e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep).			Decreto	6.963	21/09/2009
Lei	10.310	22/11/2001	Promulga o Acordo de Cooperação na Área de Educação Superior, Pesquisa e Tecnologia entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Tunísia.		
Dispõe sobre a complementação pela União dos recursos necessários ao pagamento de bônus aos consumidores residenciais de energia elétrica.			Decreto	6.938	13/08/2009
Medida Provisória	2.225	04/09/2001	Regulamenta a Lei 11.540, de 12 de novembro de 2007, que dispõe sobre o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT e dá outras providências.		
Fica instituído o Sistema Nacional Antidrogas, constituído pelo conjunto de órgãos que exercem, nos âmbitos federal, estadual, distrital e municipal.			Decreto Legislativo	267	13/06/2008
Lei	10.219	11/04/2001	Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Centro Regional de Educação em Ciência e Tecnologia Espaciais para a América Latina e o Caribe.		
Cria o Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à educação - "Bolsa Escola".			Decreto	6.234	11/10/2007
Lei	10.170	29/12/2000	Estabelece critérios para a fruição dos incentivos decorrentes do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Equipamentos para a TV Digital - PATVD.		
Dispensa as instituições religiosas do recolhimento da contribuição previdenciária nos casos citados.			Decreto	6.090	24/04/2007
Lei	9.604	05/02/1998	Altera a composição e aprova o Regimento Interno do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia - CCT.		
Dispõe sobre a prestação de contas de aplicação de recursos do Fundo Nacional de Assistência Social.			Decreto	6.095	24/04/2007
Lei	9.528	10/12/1997	Estabelece diretrizes para o processo de constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IFET.		
Trata da Organização da Seguridade Social e institui Plano de Custeio e de Benefícios da Previdência Social.			Decreto	5.886	06/09/2006
			Aprova a Estrutura Regimental do Ministério da Ciência e Tecnologia.		

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2015, Art. 9º, inciso IV

Decreto	5.602	06/12/2005	Lei	8.248	23/10/1991
Regulamenta o Programa de Inclusão Digital instituído pela Lei 11.196, de 21 de novembro de 2005.			Dispõe sobre a capacitação e competitividade do setor de informática e automação.		
Decreto	5.563	11/10/2005	Lei	8.010	29/03/1990
Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo.			Dispõe sobre importações de bens destinados à pesquisa científica e tecnológica.		
Lei	11.105	24/03/2005	Decreto	77.877	22/06/1976
Estabelece normas de segurança e mecanismos de fiscalização de atividades que envolvam organismos geneticamente modificados - OGM.			Transfere o Observatório Nacional, do Ministério da Educação e Cultura, para a Fundação Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.		
Lei	10.973	02/12/2004	COMÉRCIO E SERVIÇOS		
Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo.			Lei	12.974	15/05/2014
Lei	10.964	28/10/2004	Dispõe sobre as atividades das Agências de Turismo.		
Estende aos cientistas e pesquisadores a isenção tributária relativa a bens destinados à pesquisa científica e tecnológica.			Decreto	8.188	17/01/2014
Decreto	5.253	25/10/2004	Dispõe sobre a composição e as competências do Conselho de Participação de Fundos Garantidores e Fundo Garantidor de Operações de Comércio Exterior.		
Dispõe sobre a extinção de cargos da Carreira Ciência e Tecnologia.			Decreto	8.187	17/01/2014
Lei	10.860	14/04/2004	Trata da administração das atividades aduaneiras, e a fiscalização, o controle e a tributação das operações de comércio exterior.		
Dispõe sobre a criação do Instituto Nacional do Semi-Árido - INSA do Ministério da Ciência e Tecnologia.			Decreto	8.052	11/07/2013
Decreto	4.195	11/04/2002	Trata do Seguro de Crédito à Exportação.		
Institui mecanismos de financiamento para programas de ciência e tecnologia.			Decreto	8.010	16/05/2013
Decreto	4.179	02/04/2002	Trata da administração das atividades aduaneiras, e a fiscalização, o controle e a tributação das operações de comércio exterior.		
Institui mecanismo de financiamento para o Programa de Ciência e Tecnologia para o Setor Aeronáutico.			Decreto	7.994	24/04/2013
Decreto	4.157	12/03/2002	Aprova o Plano Nacional de Turismo 2013-2016.		
Institui mecanismo de financiamento para o Programa de Ciência e Tecnologia para o Agronegócio.			Decreto	7.963	15/03/2013
Lei	10.332	19/12/2001	Institui o Plano Nacional de Consumo e Cidadania e cria a Câmara Nacional das Relações de Consumo.		
Institui mecanismo de financiamento para o Programa de Ciência e Tecnologia para a Biotecnologia e Recursos Genéticos, para o Agronegócio e para o Setor Aeronáutico.			Lei	12.789	21/02/2013
Lei	10.336	19/12/2001	Dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios com o objetivo de fomentar as exportações do País.		
Institui mecanismo de financiamento para o Programa de Ciência e Tecnologia para o Agronegócio, para o Programa de Fomento à Pesquisa e Saúde, para o Programa Biotecnologia e Recursos Genéticos - Genoma, para o Programa de Ciência e Tecnologia para o Setor Aeronáutico e para o Programa de Inovação para Competitividade			Lei	12.712	30/08/2012
Medida Provisória	2.186	23/08/2001	Concede crédito ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.		
Dispõe sobre os bens, os direitos e as obrigações relativos ao acesso a componente do patrimônio genético existente no território nacional, e dá outras providências.			Decreto	7.793	17/08/2012
Decreto	3.874	19/07/2001	Dispõe sobre a contratação de serviços de agentes financeiros pelos órgãos e entidades do Poder Executivo.		
Destina ao setor de ciência e tecnologia recursos da compensação financeira pela utilização de recursos hídricos para fins de geração de energia.			Decreto	7.714	03/04/2012
Decreto	3.866	16/07/2001	Trata da criação do Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações.		
Destina recursos da compensação financeira pela exploração de recursos minerais para o setor de ciência e tecnologia.			Lei	12.597	21/03/2012
Lei	10.176	11/01/2001	Dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios com o objetivo de fomentar as exportações do País.		
Dispõe sobre a capacitação e competitividade do setor de tecnologia da informação.			Lei	12.545	14/12/2011
Lei	9.993	24/07/2000	Dispõe sobre o Fundo de Financiamento à Exportação (FFEX).		
Destina recursos da compensação financeira pela utilização de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e para o setor de ciência e tecnologia.			Lei Complementar	139	10/11/2011
Lei	9.994	24/07/2000	Trata do Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.		
Institui o Programa de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Setor Espacial			Lei	12.490	16/09/2011
Decreto	2.370	10/11/1997	Dispõe sobre a política e a fiscalização das atividades relativas ao abastecimento nacional de combustíveis.		
Dispõe sobre a concessão de novas bolsas de estudo e de pesquisa no âmbito dos Ministérios da Educação, do Desporto e da Ciência e Tecnologia.			Decreto	7.540	02/08/2011
Decreto	1.791	15/01/1996	Institui o Plano Brasil Maior - PBM e cria o seu Sistema de Gestão.		
Institui, no âmbito do Ministério da Ciência e Tecnologia, o Comitê Nacional de Pesquisas Antárticas - CONAPA.			Lei	12.385	03/03/2011
Lei	8.691	28/07/1993	Dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, no exercício de 2010, com o objetivo de fomentar as exportações do País.		
Dispõe sobre o Plano de Carreira para a área de Ciência e Tecnologia.			Decreto	7.381	02/12/2010
Lei	8.405	09/01/1992	Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo.		
Institui como fundação pública a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES.			Decreto	7.373	26/11/2010
			Cria o Conselho Gestor do Plano de Desenvolvimento Sustentável da Região Turística do Meio-Norte - PDSRT.		
			Decreto	7.358	17/11/2010
			Institui o Sistema Nacional do Comércio Justo e Solidário - SCJS, cria sua Comissão Gestora Nacional.		
			Decreto	7.356	12/11/2010
			Aprova a Estrutura Regimental do Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI.		

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2015, Art. 9º, inciso IV

Decreto		24/11/2009	Lei	7.966	22/12/1989
Trata do Plano de Desenvolvimento Sustentável da Região Turística do Meio-Norte - PDSRT do Meio-Norte.			Autoriza a negociação ou troca de Certificados de Investimentos.		
Decreto	6.759	05/02/2009	Decreto	94.007	09/02/1987
Regulamenta a administração das atividades aduaneiras e a fiscalização, o controle e a tributação das operações de comércio exterior.			Dispõe sobre o pagamento de despesas no Exterior.		
Decreto	6.705	19/12/2008	Decreto-Lei	2.056	19/08/1983
Dispõe sobre o Conselho Nacional de Turismo.			Dispõe sobre a retribuição dos serviços de registro do comércio.		
Lei	11.771	17/09/2008	Lei	7.102	20/06/1983
Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo.			Estabelece Normas para constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e de transporte.		
Lei	11.727	23/06/2008	Decreto-Lei	1.118	10/08/1970
Dispõe sobre as medidas tributárias destinadas a estimular os investimentos e modernização do setor de turismo.			Dispõe sobre medidas fiscais de estímulo à exportação.		
Decreto	6.489	19/06/2008	COMUNICAÇÃO		
Dispõe sobre a restrição da comercialização de bebidas alcoólicas em rodovias federais.			Lei	12.965	23/04/2014
Lei	11.637	28/12/2007	Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil.		
Dispõe sobre o programa de qualificação dos serviços turísticos e do Selo de Qualidade Nacional de Turismo.			Decreto	8.135	04/11/2013
Lei Complementar	123	14/12/2006	Dispõe sobre as comunicações de dados da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre a dispensa de licitação nas contratações que possam comprometer a segurança nacional.		
Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.			Decreto	7.921	15/02/2013
Lei	11.281	20/02/2006	Regulamenta a aplicação do Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações - REPNBL		
Dispõe sobre o seguro de crédito à exportação e autoriza cobranças judiciais e extrajudiciais de créditos da União no exterior.			Lei	12.715	17/09/2012
Lei	11.097	13/01/2005	Altera a alíquota das contribuições previdenciárias sobre a folha de salários devidas pelas empresas que especifica.		
Dispõe sobre a introdução do biodiesel na matriz energética brasileira.			Decreto	7.791	17/08/2012
Decreto	4.993	18/02/2004	Regulamenta a compensação fiscal na apuração do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica pela divulgação gratuita da propaganda partidária e eleitoral, de plebiscitos e referendos.		
Cria o Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações - COFIG.			Lei	12.686	18/07/2012
Decreto	4.898	26/11/2003	Normaliza a divulgação de documentos institucionais produzidos em língua estrangeira, nos sites e portais da internet mantidos por órgãos e entidades públicos.		
Transfere competências do Instituto Brasileiro de Turismo - EMBRATUR para o Ministério do Turismo.			Lei	12.527	18/11/2011
Lei	10.755	03/11/2003	Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal e dá outras providências - Lei de Acesso à Informação.		
Estabelece multa em operações de importação.			Lei	12.490	16/09/2011
Lei	10.743	09/10/2003	Dispõe sobre a política e a fiscalização das atividades relativas ao abastecimento nacional de combustíveis.		
Institui no Brasil o Sistema de Certificação do Processo de Kimberley - SCPK, relativo à exportação e à importação de diamantes brutos.			Lei	12.485	12/09/2011
Lei	10.636	30/12/2002	Dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado, altera a Medida Provisória 2.228-1, de 6 de setembro de 2001 e dá outras providências.		
Dispõe sobre a aplicação dos recursos originários da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico e cria o Fundo Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - FNIT.			Decreto	7.512	30/06/2011
Lei	10.312	27/11/2001	Aprova o Plano Geral de Metas para a Universalização do Serviço Telefônico Fixo Comutado Prestado no Regime Público - PGMU.		
Dispõe sobre a incidência das Contribuições para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social.			Decreto	7.462	19/04/2011
Lei	10.276	10/09/2001	Aprova a Estrutura Regimental do Ministério das Comunicações.		
Dispõe sobre o ressarcimento das contribuições para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público e para a Seguridade Social.			Decreto	7.379	01/12/2010
Lei	10.202	20/02/2001	Dispõe sobre as ações de comunicação do Poder Executivo Federal.		
Trata da política energética nacional.			Decreto	7.175	12/05/2010
Lei	9.847	26/10/1999	Institui o Programa Nacional de Banda Larga - PNBL.		
Dispõe sobre a fiscalização das atividades relativas ao abastecimento nacional de combustíveis.			Decreto		23/12/2008
Lei	9.710	19/11/1998	Autoriza o aumento do capital social da Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRÁS.		
Dispõe sobre medidas de fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional e dá outras providências.			Decreto	6.654	20/11/2008
Lei	9.478	06/08/1997	Aprova o Plano Geral de Outorgas de Serviço de Telecomunicações prestado no regime público.		
Dispõe sobre a política energética nacional, monopólio do petróleo, Conselho Nacional de Política Energética e Agência Nacional do Petróleo.			Decreto	6.602	14/10/2008
Lei	8.934	18/11/1994	Dispõe sobre o remanejamento de Funções Comissionadas Técnicas - FCT, da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL para o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.		
Dispõe sobre o Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins.			Decreto	6.555	08/09/2008
Lei	8.906	04/07/1994	Dispõe sobre as ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências.		
Dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).			Decreto	6.505	04/07/2008
Decreto		10/05/1991	Aprova o Regulamento Simplificado para contratação de serviços e aquisição de bens pela Empresa Brasil de Comunicação S.A. - EBC.		
Ressalva os efeitos jurídicos dos atos declaratórios de interesse social ou de utilidade pública para fins de desapropriação e dá outras providências.					

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2015, Art. 9º, inciso IV

Lei	11.652	07/04/2008	Decreto-Lei	2.186	20/12/1984
Institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo e cria a Empresa Brasil de Comunicação - EBC.			Institui o imposto sobre serviços de comunicações e dá outras providências.		
Decreto Legislativo Atos do Congresso Nacional	208	04/06/2007	Decreto	88.066	26/01/1983
Fixa o subsídio dos membros do Congresso Nacional.			Dá nova regulamentação à Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e à renovação das concessões outorgadas para exploração de serviços de televisão.		
Decreto	5.820	29/06/2006	Decreto-Lei	1.995	29/12/1982
Dispõe sobre a implantação do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre (SBTVD-T) e dá outras providências.			Altera valores da taxa de fiscalização da instalação dos serviços de telecomunicações, constantes do Anexo I à Lei nº 5.070, de 7 julho de 1966.		
Decreto	5.102	11/06/2004	Lei	5.303	03/07/1967
Dispõe sobre o Sistema Brasileiro de Televisão Digital - SBTVD.			Dispõe sobre o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações.		
Decreto	4.901	26/11/2003	Lei	5.070	06/07/1966
Institui o Sistema Brasileiro de Televisão Digital - SBTVD.			cria o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações.		
Decreto	4.733	10/06/2003	CULTURA		
Dispõe sobre políticas públicas de telecomunicações.			Lei	12.933	26/12/2013
Decreto	4.517	13/12/2002	Dispõe sobre o benefício do pagamento de meia-entrada em espetáculos artístico-culturais e esportivos.		
Dispõe sobre o remanejamento de Funções Comissionadas Técnicas para a Agência Nacional de Telecomunicações.			Decreto	8.084	26/08/2013
Emenda Constitucional	36	28/05/2002	Regulamenta a Lei 12.761, de 27 de dezembro de 2012, que institui o Programa de Cultura do Trabalhador e cria o vale-cultura.		
Dá nova redação ao art. 222 da Constituição Federal para permitir a participação de pessoas jurídicas no capital social de empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagem.			Lei	12.853	14/08/2013
Decreto	4.149	01/03/2002	Dispõe sobre a gestão coletiva de direitos autorais, altera, revoga e acrescenta dispositivos à Lei 9.610, de 19 de fevereiro de 1998.		
Dispõe sobre a regulamentação do Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações - FUNTTEL.			Lei	12.834	20/06/2013
Decreto	4.037	29/11/2001	Autoriza a criação do Fundo de Apoio à Cultura do Caju (Funcaju), e dá outras providências.		
Dispõe sobre o Regulamento da Agência Nacional de Telecomunicações.			Lei	12.599	23/03/2012
Decreto	3.896	23/08/2001	Dispõe sobre o Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM e o Fundo da Marinha Mercante - FMM.		
Dispõe sobre a regência dos serviços de telecomunicações.			Decreto	7.414	30/12/2010
Decreto	3.753	19/02/2001	Dispõe sobre a obrigatoriedade de exibição de obras audiovisuais cinematográficas brasileiras, e dá outras providências.		
Aprova o Plano de Metas para a Universalização de Serviços de Telecomunicações nas escolas públicas de Ensino Profissionalizante.			Decreto	7.387	09/12/2010
Decreto	3.737	30/01/2001	Institui o Inventário Nacional da Diversidade Linguística.		
Dispõe sobre a regulamentação do Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das telecomunicações - FUNTTEL.			Lei	12.343	02/12/2010
Lei	10.052	28/11/2000	Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC, cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC.		
Institui o Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações - FUNTTEL.			Decreto	7.374	26/11/2010
Decreto	3.624	05/10/2000	cria o Comissariado Brasileiro para coordenar a participação do Brasil no Festival Internacional Europalia 2011.		
Dispõe sobre a regulamentação do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações - FUST.			Lei	12.323	15/09/2010
Lei	9.998	17/08/2000	cria cargos no Quadro de Pessoal Permanente da Agência Nacional de Cinema - ANCINE, de que trata a Lei 10.871, de 20 de maio de 2004.		
Institui o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações.			Lei Complementar	133	28/12/2009
Lei	9.691	22/07/1998	Modifica o enquadramento das atividades de produções artísticas no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições (SIMPLES NACIONAL).		
Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações.			Decreto	7.000	09/11/2009
Decreto	2.592	15/05/1998	Transfere da estrutura organizacional da Casa Civil da Presidência da República para o Ministério da Cultura o Conselho Superior do Cinema.		
Aprova o Plano Geral de Metas para a Universalização do Serviço Telefônico Fixo Comutado Prestado no Regime Público.			Lei	11.906	20/01/2009
Decreto	2.338	07/10/1997	cria o Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM.		
Aprova o Regulamento da Agência Nacional de Telecomunicações.			Decreto	6.630	04/11/2008
Lei	9.472	16/07/1997	Dispõe sobre o Programa Mais Cultura.		
Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações.			Lei	11.661	24/04/2008
Decreto Presidência da República	2.206	14/04/1997	Autoriza, em caráter excepcional, a prorrogação de contratos temporários no âmbito de projetos de cooperação com prazo determinado, e dá outras providências.		
Aprova o Regulamento do Serviço de TV a Cabo.			Lei	11.646	10/03/2008
Lei	9.295	19/07/1996	Estende aos Municípios com menos de 100.000 habitantes, benefício fiscal às doações e patrocínios destinados à construção de salas de cinema.		
Dispõe sobre os serviços de telecomunicações, sua organização, sobre o órgão regulador e dá outras providências.			Decreto	6.299	12/12/2007
Emenda Constitucional	8	15/08/1995	Destina recursos para o financiamento de programas e projetos voltados para o desenvolvimento das atividades audiovisuais.		
Altera o inciso XI e a alínea "a" do inciso XII do art. 21 da Constituição Federal.			Lei	11.329	25/07/2006
Lei	8.977	06/01/1995	Dispõe sobre a prorrogação de incentivos fiscais para aplicação em fundos destinados ao desenvolvimento da indústria cinematográfica.		
Dispõe sobre o Serviço de TV a Cabo e dá outras providências.					
Decreto Presidência da República		15/02/1991			
Mantém concessões, permissões e autorizações nos casos que menciona e dá outras providências.					
Lei	7.680	02/12/1988			
Altera valores da taxa de fiscalização da instalação dos Serviços de Telecomunicações.					

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2015, Art. 9º, inciso IV

Decreto	5.761	27/04/2006		
Regulamenta a Lei 8.313, de 23 de dezembro de 1991, estabelece sistemática de execução do Programa Nacional de Apoio à Cultura - PRONAC e dá outras providências.				
Lei	11.233	22/12/2005		
Institui o Plano Especial de Cargos da Cultura e a Gratificação Específica de Atividade Cultural - GEAC.				
Decreto	5.520	24/08/2005		
Institui o Sistema Federal de Cultura - SFC, e dispõe sobre a composição e o funcionamento do Conselho Nacional de Política Cultural - CNPC do Ministério da Cultura.				
Emenda Constitucional	48	10/08/2005		
Institui o Plano Nacional de Cultura.				
Lei	11.070	30/12/2004		
Altera os Programas Brasil Patrimônio Cultural e Transferência da Gestão dos Perímetros Públicos de Irrigação constantes do Plano Plurianual para o período 2004-2007.				
Lei	10.753	30/10/2003		
Institui a Política Nacional do Livro.				
Decreto	4.747	16/06/2003		
Fixa o valor absoluto do limite global das deduções do imposto sobre a renda devido, relativas a doações e a patrocínios em favor de projetos culturais e incentivos à atividade audiovisual.				
Decreto	4.456	04/11/2002		
Estabelece as competências do Ministério da Cultura e da Agência Nacional do Cinema - ANCINE, com relação aos projetos audiovisuais.				
Lei	10.454	13/05/2002		
Dispõe sobre remissão da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica - CONDECINE.				
Lei	10.413	12/03/2002		
Determina o tombamento dos bens culturais das empresas incluídas no Programa Nacional de Desestatização.				
Medida Provisória	2.228	06/09/2001		
Estabelece princípios gerais da Política Nacional do Cinema e dá outras providências.				
Decreto	3.891	17/08/2001		
Fixa o valor absoluto do limite global das deduções do imposto sobre a Renda devido, relativas a doações e a patrocínios em favor de projetos culturais e incentivos à atividade audiovisual.				
Lei	9.999	30/08/2000		
Restabelece princípios da Lei 7.505, de 2 de julho de 1986 e institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura - PRONAC.				
Decreto	3.551	04/08/2000		
Cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, e Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro.				
Lei	9.610	19/02/1998		
Regula os direitos autorais, entendendo-se sob esta denominação os direitos de autor e os que lhes são conexos.				
Decreto	1.095	23/03/1994		
Fixa os limites individuais máximos para dedução aplicáveis às pessoas físicas e jurídicas previstos na Lei nº 8.313.				
Lei	8.685	20/07/1993		
Cria mecanismos de fomento à atividade audiovisual				
Decreto	567	11/06/1992		
Regulamenta a lei 8.401, de 8 de janeiro de 1992, que dispõe sobre controle da autenticidade de cópias de obras audiovisuais em videograma postas em comércio.				
Lei	8.313	23/12/1991		
Institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura - PRONAC.				
Decreto	99.600	13/10/1990		
Aprova a Estrutura Regimental da Secretaria da Cultura da Presidência da República, e dá outras providências.				
Decreto	99.492	03/09/1990		
Constitui as Fundações Instituto Brasileiro de Arte e Cultura - IBAC, Biblioteca Nacional - BN e o Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural - IBPC.				
Decreto	96.993	17/10/1988		
Regulamenta a lei 7.291, de 19 de Dezembro de 1984, que dispõe sobre as atividades da equideocultura no país.				
Lei	7.505	02/07/1986		
Dispõe sobre benefícios fiscais na área do imposto de renda concedidos a operações de caráter cultural ou artístico.				
DEFESA NACIONAL				
Decreto	8.254	26/05/2014		
Regulamenta o art. 15, art. 16 e art. 17 da Lei 12.872, de 24 de outubro de 2013, que cria o Quadro Especial de Terceiros-Sargentos e Segundos-Sargentos do Exército.				
Decreto	8.209	21/03/2014		
Distribui o efetivo de Oficiais da Aeronáutica para 2014.				
Decreto	8.208	21/03/2014		
Distribui o efetivo de Oficiais da Marinha para 2014.				
Decreto	8.210	21/03/2014		
Distribui o efetivo de pessoal militar do Exército para 2014.				
Decreto	8.185	17/01/2014		
Estabelece a aplicação de margem de preferência em licitações realizadas no âmbito da administração pública federal para aquisição de aeronaves executivas.				
Decreto	8.135	04/11/2013		
Dispõe sobre as comunicações de dados da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre a dispensa de licitação nas contratações que possam comprometer a segurança nacional.				
Decreto	8.122	16/10/2013		
Regulamenta o Regime Especial Tributário para a Indústria de Defesa - Retid, instituído pela Lei 12.598, de 22 de março de 2012.				
Decreto	7.957	12/03/2013		
Institui o Gabinete Permanente de Gestão Integrada para a Proteção do Meio Ambiente e regulamenta a atuação das Forças Armadas na proteção ambiental.				
Lei	12.608	10/04/2012		
Dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil - CONPDEC.				
Lei	12.598	21/03/2012		
Estabelece normas especiais para as compras, as contratações e o desenvolvimento de produtos e de sistemas de defesa.				
Decreto	7.554	15/08/2011		
Dispõe sobre a coordenação das atividades públicas nos aeroportos, institui a Comissão Nacional de Autoridades Aeroportuárias - CONAERO e as Autoridades Aeroportuárias.				
Decreto	7.496	08/06/2011		
Institui o Plano Estratégico de Fronteiras.				
Decreto	7.473	05/05/2011		
Dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas - SINARM e define crimes.				
Decreto Legislativo	128	08/04/2011		
Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa na Área de Submarinos, celebrado no Rio de Janeiro, em 23 de dezembro de 2008.				
Decreto	7.438	11/02/2011		
Estabelece princípios e diretrizes para criação e elaboração do Livro Branco de Defesa Nacional.				
Decreto	7.436	03/02/2011		
Aprova a Estrutura Regimental do Ministério da Defesa.				
Lei	12.379	06/01/2011		
Dispõe sobre o Sistema Nacional de Viação - SNV.				
Decreto	7.424	05/01/2011		
Dispõe sobre a transferência do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia - CENSIPAM da Casa Civil da Presidência da República para o Ministério da Defesa.				
Lei	12.340	01/12/2010		
Dispõe sobre o Sistema Nacional de Defesa Civil - SINDEC e sobre o Fundo Especial para Calamidades Públicas.				
Lei	12.334	20/09/2010		
Estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens destinadas à acumulação de água para quaisquer usos, à disposição final ou temporária de rejeitos e à acumulação de resíduos industriais.				
Decreto	7.299	10/09/2010		
Aprova a Estrutura Regimental do Comando do Exército, do Ministério da Defesa.				
Lei Complementar	136	25/08/2010		
Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas, e dá outras providências.				

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2015, Art. 9º, inciso IV

Lei	12.271	24/06/2010	Decreto	4.244	22/05/2002
Autoriza o Poder Executivo a doar 3 aeronaves T-27 TUCANO à República do Paraguai.			Dispõe sobre o transporte aéreo no País, de autoridades em aeronave do Comando da Aeronáutica.		
Lei	12.259	21/06/2010	Decreto	4.179	02/04/2002
Dispõe sobre a criação de cargos efetivos, cargos em comissão e funções comissionadas nos Quadros de Pessoal da Justiça Militar da União.			Institui mecanismo de financiamento para o Programa de Ciência e Tecnologia para o Setor Aeronáutico.		
Lei	12.257	15/06/2010	Lei	10.332	19/12/2001
Concede auxílio especial e bolsa especial aos dependentes dos militares das Forças Armadas falecidos no terremoto de janeiro de 2010 na República do Haiti.			Institui mecanismo de financiamento para o Programa de Ciência e Tecnologia para a Biotecnologia e Recursos Genéticos, para o Agronegócio e para o Setor Aeronáutico.		
Decreto	7.168	05/05/2010	Decreto	3.947	01/10/2001
Dispõe sobre o Programa Nacional de Segurança da Aviação Civil.			Dispõe sobre a estrutura do Comando do Exército.		
Decreto	7.070	26/01/2010	Medida Provisória	2.215	31/08/2001
Dispõe Comitê de Participação no Fundo de Garantia para a Construção Naval e sobre a forma de integralização de cotas da União no Fundo de Garantia para a Construção Naval.			Dispõe sobre a reestruturação da remuneração dos militares das Forças Armadas.		
Decreto	6.883	25/06/2009	Decreto	3.665	20/11/2000
Dispõe sobre o ensino na Marinha.			Dá nova redação ao Regulamento para a Fiscalização de Produtos Controlados (R-105).		
Decreto	6.854	25/05/2009	Emenda Constitucional	23	02/09/1999
Dispõe sobre o Regulamento da Reserva da Aeronáutica.			Dispõe da criação do Ministério da defesa.		
Decreto	6.834	30/04/2009	Decreto	2.963	24/02/1999
Aprova a Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica e do Ministério da Defesa.			Regulamenta o Auxílio-Transporte dos militares federais.		
Lei	11.907	02/02/2009	Decreto	2.299	13/08/1997
Dispõe sobre a reestruturação dos cargos do Grupo Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo - Grupo DACTA, da Carreira de Tecnologia Militar e de várias carreiras na Administração Pública Federal.			Regulamenta, no âmbito do Ministério da Aeronáutica, o regime de contratação dos auxiliares locais, no exterior.		
Decreto	6.703	18/12/2008	Decreto	2.153	20/02/1997
Aprova a Estratégia Nacional de Defesa.			Dispõe sobre as áreas de jurisdição dos Comandos de Distritos Navais e dá outras providências.		
Decreto	6.511	17/07/2008	Decreto	1.786	11/01/1996
Dispõe sobre prevenção da poluição marinha causada pelo alijamento no mar de resíduos e outras matérias.			Delega competência ao Ministro da Aeronáutica para despachar pedidos de autorização formulados por empresas de transporte aéreo estrangeiras para continuar com suas atividades no Brasil.		
Lei	11.458	19/03/2007	Decreto	1.339	20/12/1994
Autoriza o Ministério da Defesa a efetuar contratação de pessoal, imprescindível ao controle do tráfego aéreo.			Regulamenta o regime jurídico dos auxiliares locais no âmbito do Ministério da Marinha, estendido às Forças Armadas.		
Decreto	5.990	19/12/2006	Lei	8.617	04/01/1993
Dispõe sobre o remanejamento de Funções Comissionadas Técnicas - FCT para o Ministério da Defesa.			Dispõe sobre o mar territorial, a zona contígua, a zona econômica exclusiva e a plataforma continental brasileiros.		
Decreto	5.751	12/04/2006	Lei	8.399	07/01/1992
Aprova a Estrutura Regimental do Comando do Exército do Ministério da Defesa.			Especifica a destinação de recursos, criado pela Lei 7.920, que cria o adicional de tarifa aeroportuária		
Lei	11.182	27/09/2005	Lei	8.183	11/04/1991
Cria a Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC			Dispõe sobre a organização e o funcionamento do Conselho de Defesa Nacional.		
Decreto	5.417	13/04/2005	Lei	7.565	19/12/1986
Aprova a Estrutura Regimental do Comando da Marinha, do Ministério da Defesa.			Dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica.		
Lei	10.893	13/07/2004	Lei	7.448	20/12/1985
Dispõe sobre o Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM e o Fundo da Marinha Mercante - FMM.			Cria o Fundo do Estado-Maior das Forças Armadas - EMFA e dá outras providências.		
Decreto	5.013	11/03/2004	Decreto	89.121	06/12/1983
Aprova o Regulamento da Representação do Brasil na Junta Interamericana de Defesa - RBJID.			Dispõe sobre a utilização e a exploração dos aeroportos e das facilidades a navegação aérea.		
Lei	10.834	29/12/2003	Lei	7.150	01/12/1983
Dispõe sobre instalação e fiscalização de fábricas e comércio de armas, munições, explosivos, produtos químicos agressivos e matérias correlatas.			Fixa os efetivos do Exército em tempo de paz e dá outras providências.		
Lei	10.744	09/10/2003	Lei	6.880	09/12/1980
Dispõe sobre a assunção, pela União, de responsabilidades civis perante terceiros no caso de atentados terroristas, atos de guerra ou eventos correlatos.			Dispõe sobre o Estatuto dos militares		
Decreto	4.853	06/10/2003	Lei	6.695	08/10/1979
Aprova o Regulamento de Promoções de Graduados do Exército (R-196) e dá outras providências .			Dispõe sobre receitas do fundo do Exército		
Decreto	4.801	06/08/2003	Decreto	75.691	05/05/1975
Cria a Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Conselho de Governo.			Dispõe sobre Tarifas Aeroportuárias e dá outras providências.		
Decreto	4.346	26/08/2002	Lei	6.009	26/12/1973
Aprova o Regulamento Disciplinar do Exército.			Dispõe sobre a utilização e a exploração dos aeroportos, das facilidades à navegação aérea e dá outras providências.		
Decreto	4.307	18/07/2002	Lei	5.989	17/12/1973
Dispõe sobre a reestruturação da remuneração dos militares das Forças Armadas.			Dispõe sobre o fundo aeroviário e dá outras providências.		
			Decreto	73.070	01/11/1973
			Aprova o Regulamento do "Fundo Aeronáutico" e dá outras providências.		

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2015, Art. 9º, inciso IV

Decreto	71.733	18/01/1973	Lei	12.852	05/08/2013
Dispõe sobre a retribuição e direitos do pessoal civil e militar em serviço da União no exterior.			Dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE.		
Decreto-Lei	1.252	22/12/1972	Lei	12.847	02/08/2013
Altera e consolida a legislação referente ao Fundo Aeronáutico.			Institui o Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura.		
Lei	5.809	10/10/1972	Lei	12.846	01/08/2013
Dispõe sobre a retribuição e direitos do pessoal civil e militar em serviço da União no exterior e dá outras providências.			Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira.		
Lei	5.651	11/12/1970	Lei	12.845	01/08/2013
Dispõe sobre a venda de bens pelo Ministério do Exército e aplicação do produto da operação em empreendimentos de assistência social e dá outras providências.			Dispõe sobre o atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual.		
Decreto	65.192	18/09/1969	Decreto	8.030	20/06/2013
Aprova o Regulamento do Fundo do Exército e dá outras providências.			Aprova a Estrutura Regimental da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República.		
Decreto-Lei	270	28/02/1967	Lei	12.817	05/06/2013
Cria o Fundo Aeroaviário e o Conselho Aeroaviário Nacional e dispõe sobre a constituição do Plano Aeroaviário Nacional e a utilização da Infraestrutura Aeroportuária Brasileira.			Dispõe sobre a ampliação da idade limite de crianças e adolescentes que compõem as unidades familiares beneficiárias do Programa Bolsa Família.		
Decreto	57.654	20/01/1966	Lei Complementar	142	08/05/2013
Regulamenta a Lei do Serviço Militar.			Trata da aposentadoria da pessoa com deficiência segurada do Regime Geral de Previdência Social - RGPS.		
Lei	4.617	15/04/1965	Decreto	7.988	17/04/2013
Cria o Fundo do Exército e dá outras providências.			Trata do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica e do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência.		
DIREITO DA CIDADANIA					
Emenda Constitucional Atos do Congresso Nacional	81	05/06/2014	Decreto		16/04/2013
Trata das culturas ilegais de plantas psicotrópicas e da exploração de trabalho escravo.			Convoca a III Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial.		
Decreto	8.264	05/06/2014	Decreto	7.986	15/04/2013
Trata das medidas de esclarecimento ao consumidor quanto à carga tributária incidente sobre mercadorias e serviços.			Trata do Plano Nacional de Consumo e Cidadania e cria a Câmara das Relações de Consumo.		
Medida Provisória	649	05/06/2014	Decreto	7.981	08/04/2013
Trata das medidas de esclarecimento ao consumidor quanto à carga tributária incidente sobre mercadorias e serviços.			Trata do Programa de Inclusão Digital.		
Decreto	8.243	23/05/2014	Decreto	7.963	15/03/2013
Institui a Política Nacional de Participação Social - PNPS e o Sistema Nacional de Participação Social - SNPS.			Institui o Plano Nacional de Consumo e Cidadania e cria a Câmara Nacional das Relações de Consumo.		
Lei	12.962	08/04/2014	Decreto	7.959	13/03/2013
Assegura a convivência da criança e do adolescente com os pais privados de liberdade.			Dispõe sobre o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.		
Lei	12.961	04/04/2014	Decreto	7.943	05/03/2013
Trata da destruição de drogas apreendidas.			Institui a Política Nacional para os Trabalhadores Rurais Empregados.		
Lei	12.960	27/03/2014	Lei	12.741	08/12/2012
Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para fazer constar a exigência de manifestação de órgão normativo do sistema de ensino.			Dispõe sobre as medidas de esclarecimento ao consumidor.		
Decreto	8.202	06/03/2014	Decreto		21/11/2012
Trata da composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - CNDM.			Declara, para fins de desapropriação, os imóveis abrangidos pelo território da comunidade remanescente do quilombo Território Quilombola Boa Vista dos Negros.		
Lei	12.955	05/02/2014	Lei	12.720	27/09/2012
Estabelece prioridade de tramitação aos processos de adoção em que o adotando for criança ou adolescente com deficiência ou com doença crônica.			Dispõe sobre o crime de extermínio de seres humanos.		
Lei	12.933	26/12/2013	Lei	12.715	17/09/2012
Dispõe sobre o benefício do pagamento de meia-entrada em espetáculos artístico-culturais e esportivos.			Altera a alíquota das contribuições previdenciárias sobre a folha de salários devidas pelas empresas que especifica.		
Decreto	8.166	23/12/2013	Lei	12.696	25/07/2012
Trata sobre o valor do salário mínimo e a sua política de valorização de longo prazo.			Dispõe sobre os Conselhos Tutelares.		
Lei	12.899	18/12/2013	Lei	12.687	18/07/2012
Dispõe sobre a prioridade e a segurança do idoso nos procedimentos de embarque e desembarque nos veículos de transporte coletivo.			Trata da gratuidade da emissão de carteira de identidade no caso que menciona.		
Lei	12.896	18/12/2013	Decreto	7.775	04/07/2012
Trata da exigência de comparecimento do idoso enfermo aos órgãos públicos, assegurando-lhe o atendimento domiciliar para obtenção de laudo de saúde.			Regulamenta o art. 19 da Lei 10.696, de 2 de julho de 2003, que institui o Programa de Aquisição de Alimentos e o Capítulo III da Lei 12.512, de 14 de outubro de 2011 e dá outras providências.		
Lei	12.895	18/12/2013	Decreto	7.747	05/06/2012
Trata da obrigação dos hospitais de todo o País em manter aviso informando sobre o direito da parturiente a acompanhante.			Institui a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas - PNGATI.		
Decreto	8.136	05/11/2013	Decreto		05/06/2012
Aprova o regulamento do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial - Sinapir.			Institui o Comitê de Gestão Integrada das Ações de Atenção à Saúde e de Segurança Alimentar para a População Indígena.		
			Lei	12.608	10/04/2012
			Dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil - CONPDEC.		

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2015, Art. 9º, inciso IV

Lei	12.594	18/01/2012	Lei	12.219	31/03/2010
Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo e regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional.			Dispõe sobre a celebração de convênios da União com os Estados e o Distrito Federal visando à prevenção e repressão do tráfico ilícito e do uso indevido de drogas.		
Decreto	7.626	24/11/2011	Decreto		08/03/2010
Institui o Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional.			Institui o Grupo de Trabalho Interministerial para elaborar proposta de (, criação do Memorial da Mulher Brasileira.		
Lei	12.528	18/11/2011	Lei	12.213	20/01/2010
Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República.			Institui o Fundo Nacional do Idoso.		
Decreto	7.612	17/11/2011	Decreto	7.062	13/01/2010
Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Plano Viver sem Limite.			Dispõe sobre o remanejamento de cargo em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS.		
Decreto	7.613	17/11/2011	Decreto	7.053	23/12/2009
Trata da concessão de diárias no âmbito da administração federal direta, autárquica e fundacional.			Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento.		
Lei	12.483	08/09/2011	Decreto	7.037	21/12/2009
Trata das normas para a organização e a manutenção de programas especiais de proteção a vítimas e a testemunhas ameaçadas.			Aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH-3 e dá outras providências.		
Decreto		12/08/2011	Lei	12.127	17/12/2009
Trata da III Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres.			Cria o Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos.		
Lei	12.461	26/07/2011	Decreto	6.998	05/11/2009
Trata da notificação compulsória dos atos de violência praticados contra o idoso atendido em serviço de saúde.			Aprova a Estrutura Regimental da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República.		
Decreto		08/07/2011	Decreto		27/10/2009
Convoca a I Conferência Nacional sobre Transparência e Controle Social - CONSOCIAL.			Convoca a I Conferência Nacional de Defesa Civil e Assistência Humanitária.		
Lei	12.416	09/06/2011	Lei	12.007	29/07/2009
Altera a Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a oferta de educação superior para os povos indígenas.			Dispõe sobre a emissão de declaração de quitação anual de débitos pelas pessoas jurídicas prestadoras de serviços públicos ou privados.		
Lei	12.414	09/06/2011	Lei	12.008	29/07/2009
Disciplina a formação e consulta a bancos de dados com informações de adimplimento para formação de histórico de crédito.			Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.		
Lei	12.418	09/06/2011	Decreto	6.861	27/05/2009
Trata da reserva aos idosos de pelo menos 3% das unidades residenciais em programas habitacionais públicos ou subsidiados com recursos públicos.			Dispõe sobre a Educação Escolar Indígena e define sua organização em territórios etnoeducacionais.		
Lei	12.415	09/06/2011	Decreto	6.609	22/10/2008
Trata do Estatuto da Criança e do Adolescente.			Dispõe sobre o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI.		
Decreto		01/06/2011	Decreto		19/06/2008
Convoca a III Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa.			Homologa a demarcação da Terra Indígena Baú, localizada no Município de Altamira, Estado do Pará.		
Decreto		18/05/2011	Lei	11.693	11/06/2008
Convoca a II Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - LGBT.			Transforma o cargo de Secretário Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, em Ministro de Estado Chefe da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.		
Decreto		15/03/2011	Emenda Constitucional	54	20/09/2007
Convoca a III Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres.			Assegura o registro nos consulados de brasileiros nascidos no estrangeiro.		
Lei	12.393	04/03/2011	Lei	11.515	28/08/2007
Institui a Semana de Mobilização Nacional para Busca e Defesa da Criança Desaparecida.			Trata sobre medidas de defesa sanitária animal.		
Decreto	7.395	22/12/2010	Lei	11.343	23/08/2006
Estabelece a remuneração para as contratações temporárias voltadas a atividades de assistência à saúde para comunidades indígenas.			Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad.		
Decreto	7.393	15/12/2010	Decreto	5.167	03/08/2004
Dispõe sobre a Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180.			Institui Grupo de Trabalho Interministerial para elaboração de propostas e outros instrumentos para coibir a violência doméstica contra a mulher.		
Decreto	7.388	09/12/2010	Lei	10.887	18/06/2004
Dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho Nacional de Combate à Discriminação - CNCD.			Dispõe sobre regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, Estados e Municípios.		
Lei	12.288	20/07/2010	Lei	10.858	13/04/2004
Institui o Estatuto da Igualdade Racial.			Autoriza a Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz a disponibilizar medicamentos, mediante ressarcimento.		
Decreto	7.179	20/05/2010	Decreto	5.030	31/03/2004
Institui o Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas.			Institui Grupo de Trabalho Interministerial para elaboração de propostas e outros instrumentos para coibir a violência doméstica contra a mulher.		
Decreto	7.177	12/05/2010	Lei	10.741	01/10/2003
Dispõe sobre o Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH.			Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.		
Lei	12.227	12/04/2010	Decreto	4.564	01/01/2003
Cria o Relatório Anual Socioeconômico da Mulher.			Dispõe sobre doações, define o órgão gestor do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza e o funcionamento do seu Conselho Consultivo.		
			Decreto	4.228	13/05/2002
			Institui o Programa Nacional de Ações Afirmativas.		

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2015, Art. 9º, inciso IV

Lei	10.288	20/09/2001	Lei	12.722	03/10/2012
Altera a Consolidação das Leis do Trabalho, dispondo sobre o jus postulandi, a assistência judiciária e a representação dos menores no foro trabalhista.			Dispõe sobre o apoio financeiro da União aos Municípios e ao Distrito Federal para ampliação da oferta da educação infantil e dá outras providências.		
Emenda Constitucional	26	14/02/2000	Lei	12.715	17/09/2012
Dispõe sobre os direitos sociais na forma da Constituição.			Altera a alíquota das contribuições previdenciárias sobre a folha de salários devidas pelas empresas que especifica.		
Lei	9.836	23/09/1999	Decreto	7.806	17/09/2012
Institui o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, componente do Sistema Único de Saúde - SUS.			Regulamenta os critérios e procedimentos para a progressão dos servidores da carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico.		
Decreto	3.156	27/08/1999	Lei	12.695	25/07/2012
Dispõe sobre as condições para a prestação de assistência à saúde dos povos indígenas.			Dispõe sobre o apoio técnico ou financeiro da União no âmbito do Plano de Ações Articuladas.		
Lei	9.240	22/12/1995	Lei	12.688	18/07/2012
Ratifica o Fundo de Imprensa Nacional, o Fundo de Prevenção, Recuperação e de Combate às Drogas de Abuso e o Fundo de Defesa dos Direitos Difusos.			Autoriza a Eletrobras a adquirir o controle acionário da Celg Distribuição S.A. e dá outras providências.		
Decreto	1.196	14/07/1994	Decreto	7.750	08/06/2012
Dispõe sobre a gestão e administração do Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente - FNCA.			Regulamenta o Programa Um Computador por Aluno - PROUCA e o Regime Especial de Incentivo a Computadores para Uso Educacional - REICOMP.		
Decreto	99.519	11/09/1990	Decreto	7.690	02/03/2012
Institui a Comissão do Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania.			Aprova a Estrutura Regimental do Ministério da Educação.		
Lei	7.853	24/01/1989	Decreto	7.626	24/11/2011
Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência e disciplina a atuação do Ministério Público.			Institui o Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional.		
EDUCAÇÃO					
Lei	13.005	25/06/2014	Decreto	7.611	17/11/2011
Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE.			Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências.		
Lei	12.989	06/06/2014	Decreto	7.589	26/10/2011
Reabre o prazo para requerimento da moratória e do parcelamento previstos no Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior (Proies).			Institui, no âmbito do Ministério da Educação, a Rede e-Tec Brasil.		
Decreto	8.259	29/05/2014	Lei	12.513	26/10/2011
Dispõe sobre a constituição de banco de professor-equivalente das universidades federais vinculadas ao Ministério da Educação.			Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Pronatec.		
Decreto	8.260	29/05/2014	Lei	12.499	29/09/2011
Dispõe sobre o banco de professor-equivalente do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e sobre o quadro de lotação dos cargos dos níveis de classificação "C", "D" e "E".			Autoriza a União a transferir recursos financeiros aos Municípios e ao Distrito Federal.		
Lei	12.982	28/05/2014	Lei	12.487	15/09/2011
Determina o provimento de alimentação escolar adequada aos alunos portadores de estado ou de condição de saúde específica.			Institui o plano especial de recuperação da rede física escolar pública, do Distrito Federal e municipais afetadas por desastres.		
Decreto	8.241	21/05/2014	Decreto	7.559	01/09/2011
Dispõe sobre a aquisição de bens e a contratação de obras e serviços pelas fundações de apoio.			Dispõe sobre o Plano Nacional do Livro e Leitura - PNLL e dá outras providências.		
Decreto	8.240	21/05/2014	Decreto	7.544	02/08/2011
Regulamenta os convênios e os critérios de habilitação de empresas referidos no art. 1ºB da Lei 8.958, de 20 de dezembro de 1994.			Dispõe sobre as relações entre as instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica e as fundações de apoio.		
Lei	12.960	27/03/2014	Lei	12.443	15/07/2011
Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para fazer constar a exigência de manifestação de órgão normativo do sistema de ensino.			Dispõe sobre a criação das Funções Comissionadas do FNDE - FCFNDE, do Ministério da Educação e dá outras providências.		
Decreto	8.204	07/03/2014	Lei	12.416	09/06/2011
Regulamenta o disposto na Lei 11.096, de 13 de janeiro de 2005, que institui o Programa Universidade para Todos - ProUni.			Altera a Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a oferta de educação superior para os povos indígenas.		
Lei	12.881	12/11/2013	Decreto	7.485	18/05/2011
Dispõe sobre a definição, qualificação, prerrogativas e finalidades das Instituições Comunitárias de Educação Superior - ICES, disciplina o Termo de Parceria e dá outras providências.			Dispõe sobre a constituição de banco de professor-equivalente das universidades federais vinculadas ao Ministério da Educação e dá outras providências.		
Lei	12.858	09/09/2013	Decreto	7.416	30/12/2010
Dispõe sobre a destinação para as áreas de educação e saúde de parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural.			Dispõe sobre a concessão de bolsas para desenvolvimento de atividades de ensino e extensão universitária.		
Lei	12.801	24/04/2013	Decreto	7.415	30/12/2010
Dispõe sobre o apoio técnico e financeiro da União aos entes federados no âmbito do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa.			Institui a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica.		
Lei	12.799	10/04/2013	Decreto	7.397	22/12/2010
Dispõe sobre a isenção de pagamento de taxas para inscrição em processos seletivos de ingresso nos cursos das instituições federais de educação superior.			Institui a Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF, dispõe sobre a sua gestão.		
Decreto	7.948	12/03/2013	Decreto	7.352	04/11/2010
Dispõe sobre o Programa de Estudantes Convênio de Graduação - PEC-G.			Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA.		
			Decreto	7.338	20/10/2010
			Dispõe sobre a integralização de cotas no Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo - FGEDUC.		
			Decreto	7.313	22/09/2010
			Dispõe sobre procedimentos orçamentários e financeiros relacionados à autonomia dos institutos federais de educação, ciência e tecnologia.		

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2015, Art. 9º, inciso IV

Decreto	7.243	26/07/2010	Decreto	6.861	27/05/2009
Regulamenta o Programa Um Computador por Aluno - PROUCA e o Regime Especial de Aquisição de Computadores para uso Educacional - RECOMPE.			Dispõe sobre a Educação Escolar Indígena e define sua organização em territórios etnoeducacionais.		
Decreto	7.234	19/07/2010	Decreto	6.755	20/01/2009
Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES.			Institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica e disciplina a atuação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES.		
Decreto	7.233	19/07/2010	Lei	11.892	29/12/2008
Dispõe sobre procedimentos orçamentários e financeiros relacionados à autonomia universitária.			Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.		
Decreto	7.219	24/06/2010	Decreto	6.629	04/11/2008
Dispõe sobre o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - PIBID.			Regulamenta o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem.		
Lei	12.260	21/06/2010	Lei	11.739	16/07/2008
Reconhece a responsabilidade do Estado brasileiro pela destruição, no ano de 1964, da sede da União Nacional dos Estudantes - UNE.			Cria cargos efetivos, cargos comissionados e funções gratificadas no âmbito do Ministério da Educação.		
Lei	12.257	15/06/2010	Lei	11.740	16/07/2008
Concede auxílio especial e bolsa especial aos dependentes dos militares das Forças Armadas falecidos no terremoto de janeiro de 2010 na República do Haiti.			Cria cargos efetivos, no âmbito do Ministério da Educação, destinados a instituições federais de educação profissional e tecnológica e de ensino superior.		
Lei	12.249	11/06/2010	Lei	11.738	16/07/2008
Institui o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura da Indústria Petrolífera nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e dá outras providências.			Institui o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica.		
Lei	12.244	24/05/2010	Decreto	6.494	30/06/2008
Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País.			Dispõe sobre o Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil - Pro-Infância.		
Decreto	7.176	12/05/2010	Decreto Legislativo	267	13/06/2008
Promulga o acordo entre o governo do Brasil e dos Estados Unidos para programas educacionais e de intercâmbio.			Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Centro Regional de Educação em Ciência e Tecnologia Espaciais para a América Latina e o Caribe.		
Decreto	7.114	19/02/2010	Decreto	6.253	13/11/2007
Dá nova redação a dispositivos do Decreto 6.092, de 24 de abril de 2007, que regulamenta o Auxílio de Avaliação Educacional - AAE.			Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB.		
Decreto	7.083	27/01/2010	Lei	11.507	20/07/2007
Dispõe sobre o Programa Mais Educação.			Institui o Auxílio de Avaliação Educacional - AAE para os servidores que participarem de processos de avaliação realizados por diversos institutos ligados ao ME.		
Decreto	7.084	27/01/2010	Lei	11.494	20/06/2007
Dispõe sobre os programas de material didático.			Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB.		
Decreto	7.082	27/01/2010	Decreto	6.094	24/04/2007
Institui o Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais - REHUF.			Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação.		
Lei	12.189	12/01/2010	Decreto	6.092	24/04/2007
Dispõe sobre a criação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA.			Regulamenta o Auxílio de Avaliação Educacional - AAE.		
Decreto	7.022	02/12/2009	Emenda Constitucional	53	19/12/2006
Estabelece medidas organizacionais para dar suporte ao processo de implantação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.			Trata da Contribuição Salário Educação.		
Lei	12.089	11/11/2009	Lei	11.352	11/10/2006
Proíbe que uma mesma pessoa ocupe duas vagas simultaneamente em instituições públicas de ensino superior.			Dispõe sobre a criação de cargos no âmbito do Ministério da Educação.		
Emenda Constitucional	59	11/11/2009	Decreto	5.840	13/07/2006
Reduz o percentual da Desvinculação das Receitas da União incidente sobre os recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino.			Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA.		
Lei	12.061	27/10/2009	Decreto	5.773	09/05/2006
Altera o inciso II do art.4º e o inciso VI do art.10 da Lei 9394, de 20 de dezembro de 1996, para assegurar o acesso de todos os interessados ao ensino médio público.			Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior.		
Decreto	6.986	20/10/2009	Decreto	6.003	28/02/2006
Dispõe sobre a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.			Regulamenta a arrecadação, a fiscalização e a cobrança da contribuição social do salário-educação.		
Decreto	6.963	21/09/2009	Lei	11.273	06/02/2006
Promulga o Acordo de Cooperação na Área de Educação Superior, Pesquisa e Tecnologia entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Tunísia.			Autoriza a concessão de bolsas de estudo e de pesquisa a participantes de programas de formação inicial e continuada de professores para a educação básica.		
Lei	12.029	15/09/2009	Decreto	5.622	19/12/2005
Dispõe sobre a criação da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS.			Dispõe sobre as diretrizes e bases da Educação Nacional.		
Lei	12.014	06/08/2009	Lei	11.180	23/09/2005
Dispõe sobre as categorias de trabalhadores que se devem considerar profissionais da educação.			Autoriza a concessão de bolsas de permanência a estudantes beneficiários do Programa Universidade para Todos - PROUNI e institui o Programa de Educação Tutorial - PET.		
Lei	11.947	16/06/2009	Lei	11.129	30/06/2005
Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e sobre o Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica.			Institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem, cria o Conselho Nacional da Juventude - CNJ e a Secretaria Nacional de Juventude.		

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2015, Art. 9º, inciso IV

Lei	11.096	13/01/2005	Emenda Constitucional	11	30/04/1996
Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI e regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior.			Permite a admissão de professores, técnicos e cientistas estrangeiros pelas universidades brasileiras e concede autonomia às instituições de pesquisa científica e tecnológica.		
Lei	11.091	12/01/2005	Lei	8.948	08/12/1994
Dispõe sobre a estruturação do plano de carreira dos cargos técnico-administrativos em educação.			Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica.		
Decreto	5.154	23/07/2004	Decreto	734	27/01/1993
Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei 9.394 (educação profissional) de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e dá outras providências.			Transfere e cria, por transformação, cargos em comissão e funções de confiança no âmbito do Ministério da Educação e do Desporto.		
Lei	10.880	09/06/2004	Lei	8.479	10/11/1992
Trata da instituição de programas de transporte escolar, do apoio a sistemas de ensino para educação de jovens e adultos e do repasse de recursos financeiros do Programa Brasil Alfabetizado.			Cria a Secretaria Nacional de Projetos Educacionais Especiais e dá outras providências.		
Lei	10.870	19/05/2004	Lei	8.436	25/06/1992
Institui a Taxa de Avaliação in loco das instituições de educação superior e dos cursos de graduação.			Institucionaliza o Programa de Crédito Educativo para Estudantes Carentes.		
Lei	10.861	14/04/2004	Lei	8.405	09/01/1992
Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES.			Institui como fundação pública a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES.		
Decreto	4.875	11/11/2003	Decreto	323	01/11/1991
Institui o "Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior" no âmbito do Ministério da Educação.			Dispõe sobre as transferências de recursos financeiros para as áreas de educação e saúde do Governo do Distrito Federal.		
Decreto	4.313	24/07/2002	Decreto	77.877	22/06/1976
Regulamenta o Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à educação - "Bolsa Escola".			Transfere o Observatório Nacional, do Ministério da Educação e Cultura, para a Fundação Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.		
Decreto	4.310	23/07/2002	Decreto	70.025	24/01/1972
Consolida o quantitativo dos Cargos de Direção - CD e das Funções Gratificadas - FG no âmbito das instituições federais de ensino vinculadas ao Ministério da Educação.			Classifica os órgãos de deliberação coletiva existentes na área do Ministério da Educação e Ministério da Cultura.		
Decreto	4.281	25/06/2002	ENERGIA		
Dispõe sobre a Política Nacional de Educação Ambiental.			Decreto	8.221	01/04/2014
Lei	10.429	24/04/2002	Dispõe sobre a criação da Conta no Ambiente de Contratação Regulada - CONTA-ACR para cobrir despesas de distribuição de energia elétrica.		
Institui o auxílio Aluno no âmbito do Projeto de profissionalização dos trabalhadores de enfermagem - PROFAE.			Decreto	8.203	07/03/2014
Decreto	4.123	13/02/2002	Dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais e sobre a modicidade tarifária.		
Regulamenta a Medida Provisória nº 21, de 8 de janeiro de 2002, que institui o Auxílio-Aluno no âmbito do Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da Área de Enfermagem - PROFAE.			Decreto	8.079	20/08/2013
Lei	10.302	31/10/2001	Regulamenta o pagamento de subvenção econômica aos produtores fornecedores independentes de cana-de-açúcar e às unidades industriais produtoras de etanol combustível.		
Dispõe sobre os vencimentos dos servidores que mencionam das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação.			Decreto	8.063	01/08/2013
Lei	10.260	12/07/2001	Cria a empresa pública denominada Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. - Pré-Sal Petróleo S.A. - PPSA, aprova o seu Estatuto Social e dá outras providências.		
Institui o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências.			Lei	12.783	11/01/2013
Lei	10.219	11/04/2001	Dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais e sobre a modicidade tarifária.		
Cria o Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à educação - "Bolsa Escola".			Lei	12.688	18/07/2012
Lei	10.172	09/01/2001	Autoriza a Eletrobras a adquirir o controle acionário da Celg Distribuição S.A. e dá outras providências.		
Aprova o Plano Nacional de Educação.			Decreto	7.656	23/12/2011
Lei	10.168	29/12/2000	Institui o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica - "LUZ PARA TODOS", para o período de 2011 a 2014.		
Institui contribuição de intervenção de domínio econômico destinada a financiar o Programa de Estimulo à Interação Universidade-Empresa para o Apoio à Inovação.			Decreto	7.583	13/10/2011
Decreto	3.276	06/12/1999	Regulamenta a aplicação da Tarifa Social de Energia Elétrica e dá outras providências.		
Dispõe sobre a formação em nível superior de professores para atuar na educação básica.			Lei	12.490	16/09/2011
Lei	9.795	27/04/1999	Dispõe sobre a política e a fiscalização das atividades relativas ao abastecimento nacional de combustíveis.		
Dispõe sobre a educação ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental.			Decreto	7.520	08/07/2011
Lei	9.766	19/12/1998	Institui o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica - "LUZ PARA TODOS", para o período de 2011 a 2014.		
Altera a legislação que rege o salário-educação.			Decreto	7.521	08/07/2011
Decreto	2.406	27/11/1997	Regulamenta a comercialização de energia elétrica, o processo de outorga de concessões e de autorizações de geração de energia elétrica e dá outras providências.		
Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica.			Decreto	7.506	27/06/2011
Decreto	2.370	10/11/1997	Promulga o Acordo por Notas Reversais entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai, firmado em 1º de setembro de 2009.		
Dispõe sobre a concessão de novas bolsas de estudo e de pesquisa no âmbito dos Ministérios da Educação, do Desporto e da Ciência e Tecnologia.			Decreto Legislativo	129	12/05/2011
Lei	9.394	20/12/1996	Aprova o Texto das Notas Reversais entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai, firmado em 1º de setembro de 2009.		
Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional - Lei Darcy Ribeiro.					

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2015, Art. 9º, inciso IV

Decreto	7.464	25/04/2011	Decreto	6.536	11/08/2008
Dispõe sobre a prorrogação dos mandatos dos atuais membros do Conselho de Administração da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.			Dispõe sobre a inclusão, no Programa Nacional de Desestatização - PND, de empreendimentos de transmissão de energia elétrica integrantes da Rede Básica do Sistema Interligado Nacional - SIN.		
Decreto	7.403	23/12/2010	Decreto	6.535	11/08/2008
Estabelece regra de transição para destinação das parcelas de royalties e trata da produção de petróleo, gás natural, e outros hidrocarbonetos fluidos em áreas do Pré-Sal.			Dispõe sobre a inclusão, no Programa Nacional de Desestatização - PND, de empreendimentos de transmissão de energia elétrica integrantes da Rede Básica do Sistema Interligado Nacional - SIN.		
Lei	12.351	22/12/2010	Decreto	6.415	28/03/2008
Dispõe sobre a exploração e a produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos em áreas do pré-sal e cria o Fundo Social - FS.			Dispõe sobre a inclusão, no Programa Nacional de Desestatização - PND, de empreendimentos de transmissão de energia elétrica integrantes da Rede Básica do Sistema Interligado Nacional - SIN.		
Decreto	7.402	22/12/2010	Decreto	5.667	10/01/2006
Dispõe sobre a parcela paga por titular de concessão ou autorização para exploração de potencial hidráulico.			Aprova a Estrutura Regimental da Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN.		
Decreto	7.355	05/11/2010	Decreto	5.177	12/08/2004
Dispõe sobre o serviço de energia elétrica dos Sistemas Isolados e as instalações de transmissão de interligações internacionais no Sistema Interligado Nacional - SIN.			Dispõe sobre a organização, as atribuições e o funcionamento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.		
Decreto	7.342	26/10/2010	Decreto	5.163	30/07/2004
Cria o Comitê Interministerial de Cadastro Socioeconômico, no âmbito do Ministério de Minas e Energia.			Regulamenta a comercialização de energia elétrica e o processo de outorga de concessões e de autorizações de geração de energia elétrica.		
Decreto	7.324	05/10/2010	Decreto	5.070	06/05/2004
Dispõe sobre o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica - "LUZ PARA TODOS".			Determina à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL a promoção e o acompanhamento dos processos de licitação.		
Decreto	7.317	28/09/2010	Lei	10.848	15/03/2004
Regulamenta a comercialização de energia elétrica, o processo de outorga de concessões e de autorizações de geração de energia elétrica e dá outra providência.			Dispõe sobre a comercialização de energia elétrica.		
Decreto	7.320	28/09/2010	Decreto	4.932	23/12/2003
Regulamenta a forma de habilitação e co-habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura da Indústria Petrolífera.			Dispõe sobre a delegação de competências à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.		
Lei	12.304	02/08/2010	Lei	10.762	11/11/2003
Dispõe sobre a criação da empresa pública denominada Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. - Pré-Sal Petróleo S.A.			Dispõe sobre a criação do Programa Emergencial e Excepcional de Apoio às Concessionárias de Serviços Públicos de Distribuição de Energia Elétrica.		
Decreto	7.246	28/07/2010	Decreto	4.873	11/11/2003
Dispõe sobre o serviço de energia elétrica dos Sistemas Isolados, as instalações de transmissão de interligações internacionais no Sistema Interligado Nacional - SIN e dá outras providências.			Institui o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica - "LUZ PARA TODOS" e dá outras providências.		
Lei	12.276	30/06/2010	Lei	10.636	30/12/2002
Autoriza a União a ceder onerosamente à Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS o exercício das atividades de pesquisa e lavra de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos.			Dispõe sobre a aplicação dos recursos originários da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico e cria o Fundo Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - FNIT.		
Decreto	7.204	08/06/2010	Lei	10.453	13/05/2002
Dispõe sobre realização de investimentos em pesquisa e desenvolvimento e em eficiência energética.			Dispõe sobre subvenções ao preço e ao transporte do álcool combustível e subsídios ao preço do gás liquefeito de petróleo - GLP.		
Decreto	7.183	24/05/2010	Lei	10.438	26/04/2002
Dispõe sobre o acordo entre o Brasil e a Alemanha do "Programa de Construção de Pequenas Centrais Hidrelétricas/Eletróbras".			Dispõe sobre a expansão da oferta de energia elétrica emergencial.		
Decreto	7.154	09/04/2010	Decreto	4.131	14/02/2002
Autoriza a instalação de sistemas de transmissão e distribuição de energia elétrica em unidades de conservação de uso sustentável.			Dispõe sobre medidas emergenciais de redução do consumo de energia elétrica no âmbito da Administração Pública Federal.		
Decreto	7.129	11/03/2010	Lei	10.312	27/11/2001
Regulamenta a comercialização de energia elétrica e o processo de outorga de concessões e de autorizações de geração de energia elétrica.			Dispõe sobre a incidência das Contribuições para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social.		
Lei	12.212	20/01/2010	Lei	10.310	22/11/2001
Dispõe sobre a Tarifa Social de Energia Elétrica.			Dispõe sobre a complementação pela União dos recursos necessários ao pagamento de bônus aos consumidores residenciais de energia elétrica.		
Lei	12.111	09/12/2009	Lei	10.295	17/10/2001
Dispõe sobre os serviços de energia elétrica nos Sistemas Isolados.			Dispõe sobre a Política Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia.		
Decreto	6.902	20/07/2009	Medida Provisória	2.209	29/08/2001
Institui o Conselho Diretor do Fundo de Garantia a Empreendimentos de Energia Elétrica - CDFGEE.			Autoriza a União a criar a Comercialização Brasileira de Energia Emergencial - CBEE.		
Lei	11.943	28/05/2009	Medida Provisória	2.198	24/08/2001
Autoriza a União a participar de Fundo de Garantia a Empreendimentos de Energia Elétrica - FGEE.			Cria e instala a Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica.		
Decreto	6.781	18/02/2009	Decreto	3.874	19/07/2001
Determina à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL a promoção e o acompanhamento do processo de licitação de concessões.			Destina ao setor de ciência e tecnologia recursos da compensação financeira pela utilização de recursos hídricos para fins de geração de energia.		
Decreto	6.675	03/12/2008	Decreto	3.867	16/07/2001
Promulga o Acordo sobre Cooperação Financeira entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha, firmado em Brasília, em 27/11/2003.			Regulamenta a Lei 9.991, que dispõe sobre realização de investimentos em pesquisa e desenvolvimento e em eficiência energética.		
			Lei	10.202	20/02/2001
			Trata da política energética nacional.		

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2015, Art. 9º, inciso IV

Decreto	3.739	31/01/2001	Lei	12.722	03/10/2012
Dispõe sobre o cálculo da tarifa atualizada de referência para compensação financeira pela utilização de recursos hídricos.			Dispõe sobre o apoio financeiro da União aos Municípios e ao Distrito Federal para ampliação da oferta da educação infantil e dá outras providências.		
Lei	9.993	24/07/2000	Decreto	7.784	07/08/2012
Destina recursos da compensação financeira pela utilização de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e para o setor de ciência e tecnologia.			Aprova a Estrutura Regimental do Ministério do Esporte.		
Lei	9.991	24/07/2000	Decreto	7.615	17/11/2011
Dispõe sobre realização de investimentos em pesquisa e desenvolvimento e em eficiência energética.			Dispõe sobre os procedimentos a serem observados pelos órgãos da Administração Pública federal quanto às ações do Poder Executivo federal no âmbito da Autoridade Pública Olímpica - APO.		
Lei	9.847	26/10/1999	Decreto	7.578	11/10/2011
Dispõe sobre a fiscalização das atividades relativas ao abastecimento nacional de combustíveis.			Regulamenta as medidas tributárias referentes à realização, no Brasil, da Copa das Confederações FIFA 2013 e da Copa do Mundo FIFA 2014.		
Decreto	2.705	03/08/1998	Decreto	7.560	08/09/2011
Define critérios para cálculo e cobrança das participações governamentais da Lei 9.478, aplicáveis às atividades com petróleo e gás natural.			Dispõe sobre os procedimentos a serem observados pelos órgãos da Administração Pública federal quanto às ações do Poder Executivo federal no âmbito da Autoridade Pública Olímpica.		
Lei	9.648	27/05/1998	Lei	12.462	04/08/2011
Autoriza o Poder Executivo a promover a reestruturação das Centrais Elétricas Brasileiras - ELETROBRÁS.			Institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC).		
Decreto	2.335	06/10/1997	Decreto	7.525	15/07/2011
Constitui a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e aprova sua Estrutura Regimental.			Altera para RECOPA a sigla do Regime Especial de Tributação para Construção, Ampliação, Reforma ou Modernização de Estádios de Futebol.		
Lei	9.478	06/08/1997	Lei	12.396	21/03/2011
Dispõe sobre a política energética nacional, monopólio do petróleo, Conselho Nacional de Política Energética e Agência Nacional do Petróleo.			Dispõe sobre a constituição do consórcio público, denominado Autoridade Pública Olímpica - APO.		
Lei	9.427	26/12/1996	Lei	12.395	16/03/2011
Institui a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e disciplina o regime das concessões de serviços públicos de Energia Elétrica.			Trata das normas gerais sobre desporto e da Bolsa-Atleta e cria os programas Atleta Pódio e Cidade Esportiva.		
Emenda Constitucional	9	09/11/1995	Lei	12.348	15/12/2010
Dá nova redação ao art. 177 da Constituição Federal, que trata da pesquisa e da lavra das jazidas de petróleo e gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos.			Dispõe sobre o limite de endividamento de Municípios para a realização da Copa do Mundo FIFA 2014 e dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016.		
Emenda Constitucional	6	15/08/1995	Decreto	7.319	28/09/2010
Altera o inciso IX do art. 170, o art. 171 e o § 1º do art. 176 da Constituição Federal, que trata da pesquisa e da lavra de recursos minerais			Trata da aplicação do Regime Especial de Tributação para Construção, Ampliação, Reforma ou Modernização de Estádios de Futebol - RECOPA.		
Decreto	774	18/03/1993	Decreto		06/09/2010
Regulamenta a Lei 8.631, que dispõe sobre a fixação dos níveis das tarifas para o Serviço Público de Energia Elétrica.			Institui o Comitê Gestor para definir, aprovar e supervisionar as ações previstas no Plano Estratégico das Ações do Governo Brasileiro para a realização da Copa do Mundo FIFA 2014.		
Lei	8.631	04/03/1993	Decreto		06/09/2010
Dispõe sobre a fixação dos níveis das tarifas para o serviço público de energia elétrica e extingue o regime de remuneração garantida.			Institui o Comitê Gestor para definir, aprovar e supervisionar as ações previstas no Plano Estratégico das Ações do Governo Brasileiro para a realização da Copa do Mundo FIFA 2014.		
Decreto	1	11/01/1991	Decreto	7.258	05/08/2010
Regulamenta o pagamento da compensação financeira pelo resultado da exploração de petróleo ou gás natural para fins de geração de energia elétrica.			Cria a Empresa Brasileira de Legado Esportivo S.A. - BRASIL 2016.		
Lei	7.990	28/12/1989	Lei	12.299	27/07/2010
Institui, para os Estados, Distrito Federal e Municípios, compensação financeira pelo resultado da exploração de petróleo ou gás natural para fins de geração de energia elétrica.			Dispõe sobre medidas de prevenção e repressão aos fenômenos de violência por ocasião de competições esportivas.		
Decreto-Lei	2.432	17/05/1988	Decreto		14/01/2010
Institui a Reserva Nacional de Compensação de Remuneração das concessionárias de serviços públicos de energia elétrica - RENCOR.			Institui o Comitê Gestor para definir, aprovar e supervisionar as ações previstas no Plano Estratégico das Ações do Governo Brasileiro para a realização da Copa do Mundo FIFA 2014.		
Decreto	88.626	16/08/1983	Decreto	7.034	15/12/2009
Estabelece normas para o escoamento, comercialização e estocagem de álcool para fins energéticos e dá outras providências.			Dispõe sobre a divulgação por meio do Portal da Transparência, dados e informações relativos à Copa do Mundo de Futebol de 2014.		
Decreto	83.700	05/07/1979	Decreto	7.033	15/12/2009
Dispõe sobre a execução do Programa Nacional do Alcool, cria o Conselho Nacional do Alcool - CNAL, a Comissão Executiva Nacional do Alcool - CENAL, e dá outras Providências.			Divulga dados e informações relativos aos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016.		
Emenda Constitucional	5	28/06/1975	Lei	12.035	01/10/2009
Dá nova redação ao caput do art. 25 da Constituição.			Institui o Ato Olímpico, com a finalidade de assegurar garantias à candidatura da cidade do Rio de Janeiro a sede dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016.		
ESPORTE					
Decreto	8.251	23/05/2014	Decreto	6.180	03/08/2007
Altera o Decreto 7.581, de 11 de outubro de 2011, que regulamenta o Regime Diferenciado de Contratações Públicas - RDC, de que trata a Lei 12.462, de 4 de agosto de 2011.			Trata dos incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivo.		
Decreto	7.984	08/04/2013	Lei	11.438	29/12/2006
Institui normas gerais sobre desporto.			Dispõe sobre incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivo.		
Decreto	7.823	09/10/2012	Lei	11.345	14/09/2006
Regulamenta a Lei 10.048, de 8 de novembro de 2000, e a Lei 10.098, de 19 de dezembro de 2000, quanto às instalações relacionadas aos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016.			Dispõe sobre a instituição do concurso de prognóstico específico sobre sorteio de números ou símbolos.		
			Lei	9.981	14/07/2000
			Institui normas gerais sobre desporto.		

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2015, Art. 9º, inciso IV

ESSENCIAL À JUSTIÇA

Lei	12.420	15/06/2011	Lei	12.273	24/06/2010
Dispõe sobre a criação de Varas do Trabalho na jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região.			Dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região e dá outras providências.		
Lei	12.245	24/05/2010	Lei	12.250	11/06/2010
Altera dispositivos da Lei de Execução Penal para autorizar a instalação de salas de aulas nos presídios.			Dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região e dá outras providências.		
Lei	11.967	06/07/2009	Lei	12.251	11/06/2010
Dispõe sobre a estrutura organizacional e funcional do Conselho Nacional do Ministério Público.			Dispõe sobre a criação de cargos no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região.		
Lei Poder Judiciário	11.415	15/12/2006	Lei	12.252	11/06/2010
Dispõe sobre as Carreiras dos Servidores do Ministério Público da União.			Dispõe sobre a criação de cargos no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região.		
Lei Complementar	80	12/01/2004	Lei	12.153	22/12/2009
Organiza a Defensoria Pública da União, do Distrito Federal e dos Territórios e prescreve normas gerais para sua organização nos Estados e dá outras providências.			Dispõe sobre os Juizados Especiais da Fazenda Pública no âmbito dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios.		
Lei	10.771	21/11/2003	Lei	12.106	07/12/2009
Dispõe sobre a criação de Cargos Efetivos de Membros do Ministério Público da União.			Cria o Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas.		
Lei	10.480	02/07/2002	Emenda Constitucional	61	11/11/2009
Dispõe sobre o Quadro de Pessoal da Advocacia-Geral da União e cria a Procuradoria-Geral Federal.			Altera o art. 103-B da Constituição Federal, para modificar a composição do Conselho Nacional de Justiça - CNJ.		
Medida Provisória	2.180	24/08/2001	Lei	11.877	19/12/2008
Trata do exercício das atribuições institucionais da Advocacia-Geral da União.			Dispõe sobre a criação de cargos efetivos e em comissão e funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região.		
Lei	9.651	27/05/1998	Lei	11.697	13/06/2008
Institui as Gratificações de Desempenho de Função Essencial à Justiça - GFJ, de Atividade de Informações Estratégicas - GDI, de Atividade Fundiária - GAF e Provisória - GP e dá outras providências.			Dispõe sobre a organização judiciária do Distrito Federal e dos Territórios.		
Lei	9.506	30/10/1997	Lei	11.416	15/12/2006
Extingue o Instituto de Previdência dos Congressistas - IPC e dá outras providências.			Dispõe sobre as Carreiras dos Servidores do Poder Judiciário da União.		
Lei	9.504	30/09/1997	Lei	10.697	02/07/2003
Estabelece normas para as eleições.			Dispõe sobre a revisão geral e anual das remunerações e subsídios dos servidores públicos federais.		
Lei	9.366	16/12/1996	Lei	10.288	20/09/2001
Dispõe sobre os quadros de cargos do Grupo - Direção e Assessoramento Superiores - DAS da Advocacia-Geral da União.			Altera a Consolidação das Leis do Trabalho, dispondo sobre o jus postulandi, a assistência judiciária e a representação dos menores no foro trabalhista.		
Lei Complementar	75	20/05/1993	Decreto	3.917	13/09/2001
Dispõe sobre a organização, as atribuições e o estatuto do Ministério Público da União.			Dispõe sobre limites para despesa com pessoal para o Ministério Público e o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e ex-Territórios.		
Lei	8.443	16/07/1992	Lei	10.259	12/07/2001
Dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União.			Dispõe sobre a instituição dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal.		
Decreto		05/09/1991	Emenda Constitucional	24	09/12/1999
Ressalva os efeitos jurídicos de declarações de interesse social ou de utilidade pública.			Altera dispositivos da Constituição Federal pertinentes à representação classistas na Justiça do Trabalho.		
Lei Complementar	64	18/05/1990	Lei	9.756	17/12/1998
Estabelece, de acordo com o art. 14, § 9º da Constituição Federal, casos de inelegibilidade, prazos de cessação e determina outras providências.			Dispõe sobre o processamento de recursos no âmbito dos tribunais.		
FUNÇÃO JUDICIÁRIA			Decreto	2.839	06/11/1998
Lei	12.900	18/12/2013	Dispõe sobre o cadastramento controle e acompanhamento integrado das ações judiciais e o cumprimento das respectivas decisões pelos órgãos da Advocacia-Geral da União.		
Dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região.			Lei	9.651	27/05/1998
Lei	12.811	16/05/2013	Institui as Gratificações de Desempenho de Função Essencial à Justiça - GFJ, de Atividade de Informações Estratégicas - GDI, de Atividade Fundiária - GAF e Provisória - GP e dá outras providências.		
Acrescenta dois cargos em comissão no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Contas da União e dá outras providências.			Lei	9.289	04/07/1996
Lei	12.762	27/12/2012	Dispõe sobre as custas devidas à União, na Justiça Federal de primeiro e segundo graus e dá outras providências.		
Dispõe sobre a criação de três varas federais no Amapá e dá outras providências.			Lei	9.017	30/03/1995
Lei	12.474	02/09/2011	Estabelece normas de controle e fiscalização sobre químicos que possam ser destinados à elaboração da cocaína e derivados, também altera a Lei 7.102, de 20/07/1983.		
Dispõe sobre a criação de Varas do Trabalho na jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região e dá outras providências.			Decreto Legislativo	166	03/07/1991
Lei	12.434	30/06/2011	Disciplina as relações jurídicas decorrentes da rejeição da Medida Provisória 296, de 29 de maio de 1991.		
Altera a Organização Judiciária do Distrito Federal e dos Territórios, estabelecida pela Lei 11.697, de 13 de junho de 2008.			Lei	8.078	11/09/1990
Decreto	7.426	07/01/2011	Dispõe sobre a Proteção do Consumidor.		
Dispõe sobre a transferência da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, do CONAD e da gestão do FUNAD para o Ministério da Justiça.			Decreto-Lei	2.251	26/02/1985
Decreto	7.413	30/12/2010	Dispõe sobre a criação da Carreira Policial Federal e seus cargos, fixa os valores de seus vencimentos e dá outras providências.		
Dispõe sobre a estrutura, composição, competências e funcionamento do Conselho Nacional de Segurança Pública - CONASP.					

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2015, Art. 9º, inciso IV

Lei	6.811	08/07/1980	Decreto	8.039	04/07/2013
Dispõe sobre a destinação da taxa judiciária.			Trata do Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Água - ÁGUA PARA TODOS.		
FUNÇÃO LEGISLATIVA					
Decreto Legislativo	128	08/04/2011	Lei	12.805	29/04/2013
Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa na Área de Submarinos, celebrado no Rio de Janeiro, em 23 de dezembro de 2008.			Institui a Política Nacional de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta e altera a Lei 8.171/1991, que dispõe sobre a política agrícola.		
Lei	12.256	15/06/2010	Decreto	7.957	12/03/2013
Reestrutura a remuneração dos cargos de natureza especial e altera a tabela de fatores da Gratificação de Atividade Legislativa devida aos servidores efetivos da Câmara dos Deputados.			Institui o Gabinete Permanente de Gestão Integrada para a Proteção do Meio Ambiente e regulamenta a atuação das Forças Armadas na proteção ambiental.		
Emenda Constitucional	58	23/09/2009	Decreto	7.830	17/10/2012
Trata das disposições relativas à recomposição das Câmaras Municipais.			Dispõe sobre o Sistema de Cadastro Ambiental Rural, o Cadastro Ambiental Rural e estabelece normas de caráter geral aos Programas de Regularização Ambiental.		
Decreto Legislativo	112	04/06/2007	Lei	12.678	25/06/2012
Fixa o subsídio dos membros do Congresso Nacional.			Dispõe sobre alterações nos limites dos Parques Nacionais da Amazônia.		
Decreto	5.001	02/03/2004	Lei	12.651	25/05/2012
Dispõe sobre o Sistema de Acompanhamento Legislativo - SIAL.			Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa.		
Lei	10.697	02/07/2003	Decreto	7.640	09/12/2011
Dispõe sobre a revisão geral e anual das remunerações e subsídios dos servidores públicos federais.			Trata das infrações e sanções administrativas ao meio ambiente e estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações.		
Decreto Legislativo	270	13/11/2002	Lei Complementar	140	08/12/2011
Fica aprovado o texto da Convenção 171, da Organização Internacional do Trabalho, relativa ao Trabalho Noturno.			Trata da proteção das paisagens naturais notáveis, proteção do meio ambiente, combate à poluição e preservação das florestas, da fauna e da flora.		
Lei	10.477	27/06/2002	Lei	12.512	14/10/2011
Dispõe sobre a remuneração dos membros do Ministério Público da União.			Institui o Programa de Apoio à Conservação Ambiental e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais.		
Emenda Constitucional	25	14/02/2000	Lei	12.501	07/10/2011
Dispõe sobre limites de despesas com o Poder Legislativo Municipal.			Autoriza a prorrogação de contratos por tempo determinado para atender a necessidade temporária do Sistema de Proteção da Amazônia - CENSIPAM.		
Lei	9.096	19/09/1995	Decreto	7.572	28/09/2011
Dispõe sobre partidos políticos, regulamenta os arts. 17 e 14, § 3º, inciso V, da Constituição Federal.			Trata do Programa de Apoio à Conservação Ambiental - Programa Bolsa Verde.		
Decreto Legislativo	7	19/01/1995	Lei	12.490	16/09/2011
Dispõe sobre a remuneração dos membros do Congresso Nacional durante a 50ª Legislatura.			Dispõe sobre a política e a fiscalização das atividades relativas ao abastecimento nacional de combustíveis.		
Decreto Legislativo	33	16/12/1994	Decreto	7.535	26/07/2011
Disciplina as relações jurídicas que menciona..			Institui o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Água - "ÁGUA PARA TODOS".		
Decreto Legislativo	166	03/07/1991	Decreto	7.515	08/07/2011
Disciplina as relações jurídicas decorrentes da rejeição da Medida Provisória 296, de 29 de maio de 1991.			Aprova a Estrutura Regimental do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes.		
Decreto Legislativo	9	21/05/1990	Decreto	7.495	07/06/2011
Ratifica o Fundo Rotativo da Câmara dos Deputados.			Dispõe sobre a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável.		
GESTÃO AMBIENTAL					
Decreto	8.235	05/05/2014	Decreto	7.490	02/06/2011
Estabelece normas gerais complementares aos Programas de Regularização Ambiental dos Estados e do Distrito Federal e institui o Programa Mais Ambiente Brasil.			Altera a Estrutura Regimental do Ministério do Meio Ambiente.		
Decreto	8.219	28/03/2014	Decreto	7.404	23/12/2010
Trata do Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Água - ÁGUA PARA TODOS, para dispor sobre a criação de Conselhos Consultivos.			Trata da Política Nacional de Resíduos Sólidos.		
Decreto	8.207	13/03/2014	Decreto	7.402	22/12/2010
Trata do Sistema de Gestão do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional.			Dispõe sobre a parcela paga por titular de concessão ou autorização para exploração de potencial hidráulico.		
Lei	12.954	05/02/2014	Decreto	7.390	09/12/2010
Cria o Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal e o Instituto Nacional de Águas e altera a estrutura básica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.			Dispõe sobre a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC.		
Lei	12.873	24/10/2013	Decreto	7.378	01/12/2010
Autoriza a Companhia Nacional de Abastecimento a utilizar o Regime Diferenciado de Contratações Públicas - RDC.			Aprova o Macrozoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia Legal - Macro-ZEE da Amazônia Legal.		
Decreto	8.127	22/10/2013	Decreto	7.343	26/10/2010
Institui o Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional.			Dispõe sobre a criação do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima - FNMC.		
Decreto	8.099	04/09/2013	Decreto	7.341	22/10/2010
Dispõe sobre a transferência de centros especializados do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA.			Trata da regularização fundiária das áreas urbanas situadas em terras da União no âmbito da Amazônia Legal.		
Lei	12.854	26/08/2013	Decreto	7.340	21/10/2010
Fomenta e incentiva ações que promovam a recuperação florestal e a implantação de sistemas agro florestais em áreas rurais desapropriadas e em áreas degradadas.			Institui o Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável - PDRS do Xingu.		
			Decreto	7.309	22/09/2010
			Trata do o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal - FNDF.		

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2015, Art. 9º, inciso IV

Decreto		15/09/2010	Decreto	5.746	05/04/2006
Institui o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Bioma Cerrado - PPCerrado e institui Grupo Permanente de Trabalho Interministerial.			Trata do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza.		
Decreto	7.302	15/09/2010	Lei	11.284	02/03/2006
Trata do Programa Nacional de Conservação e Uso Sustentável do Bioma Cerrado - Programa Cerrado Sustentável.			Institui, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, o Serviço Florestal Brasileiro - SFB e cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal - FNDF.		
Lei	12.305	02/08/2010	Decreto	5.577	08/11/2005
Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.			Institui, no âmbito do Ministério do Meio Ambiente, o Programa Nacional de Conservação e Uso Sustentável do Bioma Cerrado - Programa Cerrado Sustentável.		
Decreto	7.167	05/05/2010	Lei	11.105	24/03/2005
Regulamenta o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal - FNDF.			Estabelece normas de segurança e mecanismos de fiscalização de atividades que envolvam organismos geneticamente modificados - OGM.		
Decreto	7.154	09/04/2010	Decreto	4.340	22/08/2002
Autoriza a instalação de sistemas de transmissão e distribuição de energia elétrica em unidades de conservação de uso sustentável.			Trata do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC.		
Lei	12.187	29/12/2009	Decreto	4.326	08/08/2002
Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC.			Institui, no âmbito do Ministério do Meio Ambiente, o Programa Áreas Protegidas da Amazônia - ARPA.		
Lei	12.114	09/12/2009	Decreto	4.293	02/07/2002
Cria o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima.			Disciplina a Carreira de Especialista em Meio Ambiente.		
Decreto Legislativo	899	01/12/2009	Lei	10.410	11/01/2002
Aprova a Proposta de Participação do Brasil na Quarta Recomposição dos Recursos do Fundo para o Meio Ambiente Global.			Cria e disciplina a carreira de Especialista em Meio Ambiente.		
Decreto		24/11/2009	Decreto	3.939	26/09/2001
Trata do Plano de Desenvolvimento Sustentável da Região Turística do Meio-Norte - PDSRT do Meio-Norte.			Dispõe sobre a Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM) e dá outras providências.		
Decreto	7.008	12/11/2009	Lei	10.165	27/12/2000
Institui a Operação Arco Verde, no âmbito do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal.			Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação.		
Decreto	6.985	20/10/2009	Lei	9.985	18/07/2000
Dispõe sobre o Fundo Nacional do Meio Ambiente.			Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza.		
Decreto	6.981	13/10/2009	Lei	9.984	17/07/2000
Dispõe sobre a atuação conjunta dos Ministérios da Pesca e Aquicultura e do Meio Ambiente nos aspectos relacionados ao uso sustentável dos recursos pesqueiros.			Dispõe sobre a criação da Agência Nacional de Águas.		
Lei	11.959	29/06/2009	Decreto	3.524	26/06/2000
Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca.			Dispõe sobre o Fundo Nacional do Meio Ambiente.		
Decreto	6.874	05/06/2009	Lei	9.966	28/04/2000
Institui, no âmbito dos Ministérios do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Agrário, o Programa Federal de Manejo Florestal Comunitário e Familiar - PMCF.			Dispõe sobre a prevenção, o controle e a fiscalização da poluição causada por lançamento de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas em águas.		
Decreto	6.838	04/05/2009	Lei	9.795	27/04/1999
Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.			Dispõe sobre a educação ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental.		
Decreto	6.792	10/03/2009	Lei	9.605	12/02/1998
Dispõe sobre a composição e funcionamento do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA.			Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.		
Decreto	6.565	15/09/2008	Decreto	2.119	13/01/1997
Dispõe sobre as doações recebidas por instituições financeiras controladas pela União e destinadas a ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento.			Dispõe sobre o Programa Piloto, para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil e sobre a sua Comissão de Coordenação.		
Decreto	6.514	22/07/2008	Lei	9.433	08/01/1997
Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente.			Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos e cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.		
Decreto	6.515	22/07/2008	Decreto Legislativo	2	03/02/1994
Institui, no âmbito dos Ministérios do Meio Ambiente e da Justiça, os Programas de Segurança Ambiental.			Aprova o texto da Convenção sobre Diversidade Biológica, realizada no Rio de Janeiro em junho de 1992.		
Decreto	6.469	30/05/2008	Lei	8.746	09/12/1993
Autoriza a redução da área de reserva legal para até 50% no Estado do Acre.			Cria, mediante transformação, o Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal.		
Decreto		30/05/2008	Decreto	99.274	06/06/1990
Institui a Comissão Gestora do Plano Amazônia Sustentável - CGPAS.			Dispõe sobre a criação de Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental e sobre a Política Nacional do Meio Ambiente.		
Lei	11.516	28/08/2007	Lei	7.797	10/07/1989
Dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes.			Cria o Fundo Nacional de Meio Ambiente.		
Decreto	6.099	26/04/2007	Lei	7.735	22/02/1989
Aprova a Estrutura Regimental do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA.			Cria o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.		
Decreto	6.101	26/04/2007	Lei	7.347	24/07/1985
Aprova a Estrutura Regimental do Ministério do Meio Ambiente.			Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio-ambiente.		
Decreto	5.995	19/12/2006	Lei	6.938	31/08/1981
Institui o Sistema de Gestão do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional.			Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação.		

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2015, Art. 9º, inciso IV

Lei	6.803	02/07/1980		
Dispõe sobre as diretrizes básicas para o zoneamento industrial nas áreas críticas de poluição.				
HABITAÇÃO				
Decreto	7.499	16/06/2011		
Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida.				
Lei	12.418	09/06/2011		
Trata da reserva aos idosos de pelo menos 3% das unidades residenciais em programas habitacionais públicos ou subsidiados com recursos públicos.				
Lei	12.409	25/05/2011		
Autoriza o Fundo de Compensação de Variações Salariais, autoriza o DNIT a utilizar recursos federais em apoio à transferência do domínio da malha rodoviária federal para os Estados e dá outras providências.				
Decreto	7.366	25/11/2010		
Autoriza a integralização de cotas do Fundo Garantidor da Habitação Popular - FGHab.				
Lei	12.112	09/12/2009		
Dispõe sobre as regras e procedimentos sobre locação de imóvel urbano.				
Lei	12.024	27/08/2009		
Dispõe sobre os contratos de construção de moradias firmados dentro do Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV.				
Lei	11.977	07/07/2009		
Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas.				
Decreto	6.820	13/04/2009		
Dispõe sobre a composição e as competências do Comitê de Participação no Fundo Garantidor da Habitação Popular - CPFHAB.				
Lei	11.888	24/12/2008		
Assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social.				
Lei	11.578	26/11/2007		
Dispõe sobre a forma de operacionalização do Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social - PSH.				
Lei	11.124	16/06/2005		
Dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social - SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS e institui o Conselho Gestor do FNHIS.				
Decreto	5.345	18/01/2005		
Dispõe sobre contratos do Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social - PSH.				
Lei	10.998	15/12/2004		
Altera o Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social.				
Lei	10.931	02/08/2004		
Dispõe sobre o patrimônio de afetação de incorporações imobiliárias, Letra de Crédito Imobiliário, Cédula de Crédito Imobiliário, Cédula de Crédito Bancário.				
Lei	10.840	11/02/2004		
Cria o Programa Especial de Habitação Popular - PEHP.				
Lei	10.188	12/02/2001		
Cria o Programa de Arrendamento Residencial, institui o arrendamento residencial com opção de compra e dá outras providências.				
Lei	8.709	23/09/1993		
Dispõe sobre operações de crédito externo contratadas pelo extinto Banco Nacional da Habitação.				
Decreto	640	26/08/1992		
Autoriza a Caixa Econômica Federal a utilizar o Fundo de Desenvolvimento Social - FDS, para saldar compromissos de contratos de financiamento.				
Decreto	97.548	01/03/1989		
Dispõe sobre a atualização monetária dos saldos devedores de contratos no âmbito dos Sistemas Financeiros da Habitação e do Saneamento - SFH e SFS.				
Decreto-Lei	2.291	21/11/1986		
Extingue o Banco Nacional da Habitação - BNH.				
Lei	6.748	10/12/1979		
Reduz a exigência de documentação aos pretendentes a aquisição das unidades habitacionais pelo Sistema Financeiro de Habitação.				
Decreto-Lei	1.188	21/09/1971		
Dispõe sobre estímulos fiscais ao Plano Nacional de Habitação e altera as legislações do imposto sobre a renda.				
INDÚSTRIA				
Lei	12.996	18/06/2014		
Institui o Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores - INOVAR-AUTO.				
Decreto	8.247	23/05/2014		
Estabelece critérios para efeito de habilitação ao Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores - PADIS.				
Decreto	7.969	28/03/2013		
Prorroga a validade de habilitação ao Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores - INOVAR-AUTO.				
Lei	12.788	14/01/2013		
Permite a depreciação acelerada dos veículos automotores para transportes de mercadorias e dos vagões, locomotivas, locotratores e tenderes.				
Lei	12.715	17/09/2012		
Altera a alíquota das contribuições previdenciárias sobre a folha de salários devidas pelas empresas que especifica.				
Decreto	7.711	03/04/2012		
Institui Comissão Tripartite de Acompanhamento e Avaliação da Desoneração da Folha de Pagamentos.				
Decreto	7.705	26/03/2012		
Altera a Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI, aprovada pelo Decreto 7.660, de 23 de dezembro de 2011.				
Decreto	7.660	23/12/2011		
Aprova a Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI.				
Lei	12.507	11/10/2011		
Dispõe sobre Programa de Inclusão Digital Tablet PC produzido no País conforme processo produtivo básico.				
Lei	12.490	16/09/2011		
Dispõe sobre a política e a fiscalização das atividades relativas ao abastecimento nacional de combustíveis.				
Decreto	7.567	15/09/2011		
Dispõe sobre a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI em favor da indústria automotiva.				
Decreto	7.539	02/08/2011		
Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo.				
Decreto	7.451	11/03/2011		
Regulamenta o Regime Especial para a Indústria Aeronáutica Brasileira - RETAERO, instituído pelos arts. 29 a 33 da Lei 12.249 de 11 de junho de 2010.				
Lei	12.249	11/06/2010		
Institui o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura da Indústria Petrolífera nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e dá outras providências.				
Lei	11.529	22/10/2007		
Dispõe sobre o desconto de créditos da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins.				
Decreto	6.234	11/10/2007		
Estabelece critérios para a fruição dos incentivos decorrentes do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Equipamentos para a TV Digital - PATVD.				
Decreto	6.233	11/10/2007		
Estabelece critérios para efeito de habilitação ao Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores - PADIS.				
Lei	11.484	31/05/2007		
Dispõe sobre os incentivos às indústrias de equipamentos para TV Digital.				
Lei	11.437	28/12/2006		
Altera a destinação de receitas decorrentes da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional - CONDECINE.				
Lei	11.329	25/07/2006		
Dispõe sobre a prorrogação de incentivos fiscais para aplicação em fundos destinados ao desenvolvimento da indústria cinematográfica.				
Lei	11.080	30/12/2004		
Autoriza o Poder Executivo a instituir Serviço Social Autônomo denominado Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial - ABDI.				
Lei	10.454	13/05/2002		
Dispõe sobre remissão da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica - CONDECINE.				

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2015, Art. 9º, inciso IV

Medida Provisória	2.228	06/09/2001	Lei	11.090	07/01/2005
Estabelece princípios gerais da Política Nacional do Cinema e dá outras providências.			Trata do Plano de Carreira dos Cargos de Reforma e Desenvolvimento Agrário do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.		
Lei	10.256	09/07/2001	Lei	11.076	30/12/2004
Dispõe sobre a contribuição devida pela agroindústria como sendo produtor rural pessoa jurídica.			Trata do sistema de armazenagem dos produtos agropecuários.		
Lei	8.874	29/04/1994	Decreto	3.993	30/10/2001
Dispõe sobre restabelecimento do prazo fixado pelo art. 59 da Lei 7.450 para instalação de empreendimentos nas áreas da SUDAM e SUDENE.			Dispõe sobre o Programa de Arrendamento Rural para a Agricultura Familiar.		
Decreto	949	05/10/1993	Decreto	3.991	30/10/2001
Dispõe sobre os incentivos fiscais para a capacitação tecnológica da indústria e da agropecuária.			Dispõe sobre o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF.		
Lei	9.279	14/05/1993	Lei	10.186	12/02/2001
Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial.			Dispõe sobre a realização de contratos de financiamento do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF e de projetos de estruturação dos assentados e colonos.		
Decreto-Lei	104	13/01/1967	Lei	9.973	29/05/2000
Altera a legislação do Imposto sobre Produtos Industrializados e dá outras Providências.			Dispõe sobre o sistema de armazenagem dos produtos agropecuários.		
Decreto	56.798	27/08/1965	Decreto-Lei	1.989	28/12/1982
Regulamenta o Fundo Agro-industrial de Reconversão - FUNAR - criado pelo art. 120 do Estatuto da Terra.			Dispõe sobre contribuição devida ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA e cálculo referente à taxa prevista no Decreto-lei 57/1966.		
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA					
Lei	13.001	20/06/2014	Lei	5.868	12/12/1972
Dispõe sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária.			Cria o Sistema Nacional de Cadastro Rural.		
Decreto	8.179	27/12/2013	Decreto-Lei	1.179	06/07/1971
Trata da liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária.			Institui o Programa PROTERRA e altera a legislação do imposto de renda relativa a incentivos fiscais.		
Lei	12.897	18/12/2013	Decreto	55.891	31/03/1965
Autoriza o Poder Executivo Federal a instituir serviço social autônomo denominado Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - ANATER.			Regulamenta o Estatuto da Terra.		
Decreto	8.121	16/10/2013	Decreto	55.286	24/12/1964
Trata da regulamentação do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais.			Estabelece as normas gerais para a regulamentação da Lei 4.504 de 30 de novembro de 1964 e dá outras providências.		
Decreto	7.644	16/12/2011	Lei	4.504	30/11/1964
Regulamenta o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais.			Dispõe sobre o Estatuto da Terra.		
Lei	12.512	14/10/2011	PREVIDÊNCIA SOCIAL		
Institui o Programa de Apoio à Conservação Ambiental e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais.			Lei	12.873	24/10/2013
Decreto	7.352	04/11/2010	Autoriza a Companhia Nacional de Abastecimento a utilizar o Regime Diferenciado de Contratações Públicas - RDC.		
Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA.			Decreto	8.064	02/08/2013
Decreto	7.341	22/10/2010	Dispõe sobre a antecipação do abono anual devido aos segurados e dependentes da Previdência Social, no ano de 2013.		
Trata da regularização fundiária das áreas urbanas situadas em terras da União no âmbito da Amazônia Legal.			Lei	12.810	15/05/2013
Lei Complementar	137	26/08/2010	Dispõe sobre o parcelamento de débitos com a Fazenda Nacional relativos às contribuições previdenciárias de responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e dá outras providências.		
Autoriza a participação da União em fundo destinado à cobertura suplementar dos riscos do seguro rural.			Lei Complementar	142	08/05/2013
Decreto	7.215	15/06/2010	Trata da aposentadoria da pessoa com deficiência segurada do Regime Geral de Previdência Social - RGPS.		
Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER.			Lei	12.715	17/09/2012
Lei	12.188	11/01/2010	Altera a alíquota das contribuições previdenciárias sobre a folha de salários devidas pelas empresas que especifica.		
Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - PRONATER.			Lei	12.618	30/04/2012
Decreto	6.992	28/10/2009	Institui o regime de previdência complementar para os servidores públicos federais titulares de cargo efetivo e dá outras providências.		
Dispõe sobre a regularização fundiária das áreas rurais situadas em terras da União.			Decreto	7.533	21/07/2011
Decreto	6.830	27/04/2009	Dispõe sobre a antecipação do abono anual devido aos segurados e dependentes da Previdência Social no ano de 2011.		
Regulamenta a Medida Provisória 458, para dispor sobre a regularização fundiária das áreas rurais, no âmbito da Amazônia Legal.			Decreto	7.331	19/10/2010
Decreto	6.672	02/12/2008	Dispõe sobre o Regulamento da Previdência Social.		
Trata do Subprograma de Combate à Pobreza Rural, instituído no âmbito do Programa Nacional de Reforma Agrária.			Decreto	7.237	20/07/2010
Lei	11.481	31/05/2007	Regulamenta a Lei 12.101, de 27/11/2009 que dispõe sobre certificação das entidades beneficentes de assistência social para obtenção da isenção das contribuições para a seguridade social.		
Dá nova redação a dispositivos de leis e decretos que preveem medidas voltadas à regularização fundiária de interesse social em imóveis da União.			Lei	12.254	15/06/2010
Lei	11.446	05/01/2007	Dispõe sobre o reajuste dos benefícios mantidos pela Previdência Social.		
Dispõe sobre parcelamentos de imóveis rurais, destinados à agricultura familiar.			Decreto		24/05/2010
			Convoca a I Conferência Mundial sobre Desenvolvimento de Sistemas Universais de Seguridade Social e dá outras providências.		
			Decreto	7.078	26/01/2010
			Aprova a Estrutura Regimental do Ministério da Previdência Social.		

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2015, Art. 9º, inciso IV

Decreto	7.075	26/01/2010	Decreto	3.048	06/05/1999
Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas da Superintendência Nacional de Previdência Complementar e dá outras providências.			Aprova o Regulamento da Previdência Social.		
Lei	12.154	23/12/2009	Lei	9.796	05/05/1999
Dispõe sobre a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC e dispõe sobre o seu pessoal.			Dispõe sobre a compensação financeira entre o Regime Geral de Previdência Social e os regimes de previdência dos servidores da União.		
Decreto	6.765	10/02/2009	Medida Provisória	1.807	22/04/1999
Dispõe sobre o reajuste dos benefícios mantidos pela Previdência Social.			Altera a legislação das Contribuições para a Seguridade Social - COFINS e dá outras providências.		
Lei	11.720	20/06/2008	Medida Provisória	1.807	25/03/1999
Trata sobre o bloqueio do pagamento de benefício da previdência social.			Altera a legislação das Contribuições para a Seguridade Social - COFINS e dá outras providências.		
Lei	11.543	13/11/2007	Emenda Constitucional	20	15/12/1998
Cria cargos na área da Previdência, Saúde e Trabalho e extingue cargos no Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC.			Dispõe sobre a modificação da Previdência Social e estabelece normas de transição.		
Lei	11.488	15/06/2007	Lei	9.717	27/11/1998
Cria o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura - REIDI e dá outras providências.			Dispõe sobre regras gerais para a organização e o funcionamento de regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União e dá outras providências.		
Decreto	6.019	22/01/2007	Decreto	2.173	05/03/1997
Institui o Fórum Nacional da Previdência Social.			Aprova o Regulamento da Organização e do Custeio da Seguridade Social.		
Lei	11.302	10/05/2006	Decreto	894	16/08/1993
Dispõe sobre a estruturação da Carreira Previdenciária no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.			Dispõe sobre a dedução de recursos do Fundo de Participação dos Municípios - FPM para amortização de dívidas junto à Previdência Social.		
Emenda Constitucional	47	05/07/2005	Lei	8.689	27/07/1993
Dispõe sobre a reforma da Previdência Social.			Trata da extinção do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social - INAMPS.		
Lei	11.053	29/12/2004	Lei	8.647	13/04/1993
Dispõe sobre a tributação dos planos de benefícios de caráter previdenciário e dá outras providências.			Dispõe sobre a vinculação do servidor público civil, ocupante de cargo em comissão, ao regime de Previdência Social.		
Lei	11.051	29/12/2004	Lei	8.540	22/12/1992
Dispõe sobre o desconto de crédito na apuração da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL e da Contribuição para o PIS/Pasep e Cofins não cumulativas e dá outras providências.			Dispõe sobre a contribuição do empregador rural para a seguridade social e dá outras providências.		
Lei	10.865	30/04/2004	Lei	8.212	24/07/1991
Dispõe sobre a Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público.			Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio e dá outras providências.		
Lei	10.855	01/04/2004	Lei	6.887	10/12/1980
Dispõe sobre a reestruturação da Carreira Previdenciária.			Altera a legislação da Previdência Social Urbana.		
Decreto	4.942	30/12/2003	Lei	6.439	01/09/1977
Regulamenta o processo administrativo para apuração de responsabilidade por infração à legislação no âmbito do regime da previdência complementar.			Institui o Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social.		
Lei	10.483	03/07/2002	Lei	4.589	11/12/1964
Dispõe sobre a estruturação da Carreira da Seguridade Social e do Trabalho.			Extingue a comissão de imposto sindical, a comissão técnica de orientação sindical e cria órgãos no Ministério do Trabalho e Emprego.		
Lei	10.355	26/12/2001	RELAÇÕES EXTERIORES		
Dispõe sobre a estruturação da Carreira Previdenciária no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.			Decreto	8.095	04/09/2013
Decreto	3.914	11/09/2001	Promulga o Acordo sobre a Isonomia de Vistos para seus Respetivos Nacionais entre a República Federativa do Brasil e República da Sérvia, firmado em Belgrado, em 20 de junho de 2010.		
Dispõe sobre a regulamentação das contribuições sociais.			Decreto	8.003	15/05/2013
Lei Complementar	108	29/05/2001	Promulga o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América para o Intercâmbio de Informações Relativas a Tributos, de 20/03/2007.		
Dispõe sobre a relação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios e dá outras providências.			Decreto	7.676	06/02/2012
Lei Complementar	109	29/05/2001	Dispõe sobre a execução no Território Nacional de decisão do Comitê de Sanções do Conselho de Segurança das Nações Unidas estabelecido pela Resolução no 1970 (2011).		
Dispõe sobre o regime de previdência complementar.			Decreto	7.668	11/01/2012
Decreto	3.788	11/04/2001	Promulga o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador sobre Cooperação no Domínio da Defesa, firmado em Brasília, em 4 de abril de 2007.		
Institui o Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP.			Decreto Legislativo	354	28/11/2011
Lei	10.099	19/12/2000	Aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Burundi, assinado em Brasília, em 25 de agosto de 2009.		
Altera a Lei 8.213, de 24 de julho de 1991 regulamentando o disposto no § 3º do art. 100 da Constituição Federal, definindo obrigações de pequeno valor para a Previdência Social.			Decreto Legislativo	355	28/11/2011
Lei	9.876	26/11/1999	Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique, em 4 de setembro de 2008.		
Dispõe sobre a contribuição previdenciária do contribuinte individual, o cálculo do benefício e altera dispositivos das Leis 8.212 e 8.213.			Decreto	7.608	17/11/2011
Decreto	3.112	06/07/1999	Dispõe sobre a execução no Território Nacional da Resolução 1988, de 17 de junho de 2011, adotada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas.		
Dispõe sobre a regulamentação da Lei 9.796, sobre compensação financeira entre o Regime Geral de Previdência Social e os regimes da previdência dos servidores da União.					
Medida Provisória	1.807	17/06/1999			
Altera a legislação das Contribuições para a Seguridade Social - COFINS e dá outras providências.					

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2015, Art. 9º, inciso IV

Decreto	7.606	17/11/2011	Decreto Legislativo	75	25/01/2010
Dispõe sobre a execução no Território Nacional da Resolução 1989, de 17 de junho de 2011, do Conselho de Segurança das Nações Unidas.			Autoriza o aumento do efetivo do contingente brasileiro para a Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti - MINUSTAH.		
Decreto	7.610	17/11/2011	Decreto	7.064	14/01/2010
Dispõe sobre a execução no Território Nacional da Resolução 2002, de 29 de julho de 2011, adotada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas.			Dispõe sobre a execução do Protocolo sobre o Comércio de Serviços entre o MERCOSUL e o Chile.		
Decreto	7.607	17/11/2011	Decreto		22/12/2009
Dispõe sobre a execução no Território Nacional da Resolução 2009, de 16 de setembro de 2011, do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que altera o regime de sanções aplicadas à Líbia.			Cria o Grupo de Trabalho Interministerial encarregado de preparar o XXXIII Período de Sessões da Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina.		
Decreto	7.597	01/11/2011	Decreto	7.030	14/12/2009
Promulga o Acordo de Coprodução Audiovisual entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia, firmado em Nova Délhi, em 4 de junho de 2007.			Promulga a Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados.		
Decreto	7.545	02/08/2011	Lei	12.117	14/12/2009
Promulga a Convenção Relativa à Admissão Temporária, conhecida como Convenção de Istambul, celebrada em 26 de junho de 1990.			Trata da autorização à União para doar recursos à República de Moçambique para a primeira fase de instalação de fábrica de antirretrovirais e outros medicamentos.		
Decreto	7.527	18/07/2011	Decreto Legislativo	899	01/12/2009
Dispõe sobre a execução no Território Nacional da Resolução 1973 (2011), adotada em 17 de março de 2011 pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas.			Aprova a Proposta de Participação do Brasil na Quarta Recomposição dos Recursos do Fundo para o Meio Ambiente Global.		
Decreto	7.506	27/06/2011	Decreto		24/11/2009
Promulga o Acordo por Notas Reversais entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai, firmado em 1º de setembro de 2009.			Institui o Grupo de Trabalho Interministerial encarregado de preparar a Conferência Internacional sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial.		
Lei	12.429	20/06/2011	Decreto	6.963	21/09/2009
Autoriza o Poder Executivo a doar estoques públicos de alimentos, para assistência humanitária internacional.			Promulga o Acordo de Cooperação na Área de Educação Superior, Pesquisa e Tecnologia entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Tunísia.		
Decreto	7.495	07/06/2011	Decreto	6.675	03/12/2008
Dispõe sobre a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável.			Promulga o Acordo sobre Cooperação Financeira entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha, firmado em Brasília, em 27/11/2003.		
Decreto	7.484	18/05/2011	Decreto Legislativo	267	13/06/2008
Promulga a Decisão do Conselho do Mercado Comum - CMC 33/04, que cria o Fundo de Financiamento do Setor Educacional do Mercosul - FEM, aprovada em Belo Horizonte, em 16 de dezembro de 2004.			Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Centro Regional de Educação em Ciência e Tecnologia Espaciais para a América Latina e o Caribe.		
Decreto Legislativo	129	12/05/2011	Lei	11.440	29/12/2006
Aprova o Texto das Notas Reversais entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai, firmado em 1º de setembro de 2009.			Institui o Regime Jurídico dos Servidores do Serviço Exterior Brasileiro, altera a Lei 8.829, de 22 de dezembro de 1993, e dá outras providências.		
Decreto	7.460	14/04/2011	Lei	11.029	21/12/2004
Dispõe sobre a execução no Território Nacional da Resolução 1970, de 26 de fevereiro de 2011 e da outras providências.			Autoriza a União a fornecer equipamentos e auxílio técnico aos países africanos, no combate à praga de gafanhotos.		
Decreto Legislativo	128	08/04/2011	Decreto	5.151	22/07/2004
Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa na Área de Submarinos, celebrado no Rio de Janeiro, em 23 de dezembro de 2008.			Dispõe sobre procedimentos para fins de celebração de atos de cooperação técnica a serem observados por órgãos públicos e entidades da Administração Pública Federal.		
Decreto	7.374	26/11/2010	Decreto	1.983	14/08/1996
Cria o Comissariado Brasileiro para coordenar a participação do Brasil no Festival Internacional Europalia 2011.			Institui o Programa de Modernização, Agilização, Aprimoramento e Segurança da Fiscalização do Tráfego Internacional e do Passaporte Brasileiro - PROMASP.		
Decreto	7.362	22/11/2010	Lei	8.829	22/12/1993
Dispõe sobre a execução da Decisão CMC 01/10 "Regulamento do Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL", de 2 de agosto de 2010.			Cria no Serviço Exterior as Carreiras de Oficial de Chancelaria e de Assistente de Chancelaria.		
Decreto	7.304	22/09/2010	Decreto	86.715	10/12/1981
Aprova a Estrutura Regimental do Ministério das Relações Exteriores.			Regulamenta a Lei 6.815, que define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil e cria o Conselho Nacional de Imigração.		
Decreto	7.259	10/08/2010	Lei	6.815	19/08/1980
Dispõe sobre a execução no Território Nacional da Resolução 1.929, de 9 de junho de 2010, do Conselho de Segurança das Nações Unidas.			Define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil e cria o Conselho Nacional de Imigração.		
Lei	12.292	20/07/2010	Decreto	65.476	21/10/1969
Autoriza o Poder Executivo a realizar doação para a reconstrução de Gaza.			Dispõe sobre as atividades de cooperação técnica internacional e dá outras providências.		
Lei	12.270	24/06/2010	SANEAMENTO		
Dispõe sobre medidas de suspensão de concessões ou outras obrigações do País relativas aos direitos de propriedade intelectual e outros.			Decreto	8.039	04/07/2013
Decreto	7.176	12/05/2010	Trata do Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Água - ÁGUA PARA TODOS.		
Promulga o acordo entre o governo do Brasil e dos Estados Unidos para programas educacionais e de intercâmbio.			Lei	12.305	02/08/2010
Decreto	7.159	27/04/2010	Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.		
Promulga o Acordo de Livre Comércio entre o Mercosul e o Estado de Israel, assinado em Montevidéu, em 18 de dezembro de 2007.			Decreto	7.217	21/06/2010
Decreto	7.108	11/02/2010	Dispõe sobre diretrizes nacionais para o saneamento básico e dá outras providências.		
Promulga o texto da Medida 1 (2003) - Secretariado do Tratado da Antártida, realizada em Madri, em 2003.			Decreto	6.942	18/08/2009
			Institui o Biênio Brasileiro do Saneamento - 2009-2010.		

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2015, Art. 9º, inciso IV

Lei	11.445	05/01/2007	Decreto	7.616	17/11/2011
Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico.			Dispõe sobre a declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional - ESPIN e institui a Força Nacional do Sistema Único de Saúde - FN-SUS.		
Decreto	1.675	13/10/1995	Lei	12.466	24/08/2011
Dispõe sobre o Programa de Ação Social em Saneamento - PROSEGE.			Estabelece as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.		
Decreto	640	26/08/1992	Decreto	7.508	28/06/2011
Autoriza a Caixa Econômica Federal a utilizar o Fundo de Desenvolvimento Social - FDS, para saldar compromissos de contratos de financiamento.			Dispõe sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências.		
Decreto	481	26/03/1992	Lei	12.401	28/04/2011
Institui o Programa de Ação Social em Saneamento (PROSEGE).			Dispõe sobre a assistência terapêutica e a incorporação de tecnologia em saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.		
SAÚDE					
Lei	12.961	04/04/2014	Decreto		03/03/2011
Trata da destruição de drogas apreendidas.			Convoca a XIV Conferência Nacional de Saúde.		
Lei	12.896	18/12/2013	Decreto	7.395	22/12/2010
Trata da exigência de comparecimento do idoso enfermo aos órgãos públicos, assegurando-lhe o atendimento domiciliar para obtenção de laudo de saúde.			Estabelece a remuneração para as contratações temporárias voltadas a atividades de assistência à saúde para comunidades indígenas.		
Lei	12.895	18/12/2013	Decreto	7.385	08/12/2010
Trata da obrigação dos hospitais de todo o País em manter aviso informando sobre o direito da parturiente a acompanhante.			Institui o Sistema Universidade Aberta do Sistema Único de Saúde - UNA-SUS.		
Lei	12.880	12/11/2013	Decreto		06/12/2010
Dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para incluir tratamentos entre as coberturas obrigatórias.			Institui o Grupo Executivo Interministerial de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional e Internacional (GEIESPII).		
Lei	12.873	24/10/2013	Decreto		01/12/2010
Autoriza a Companhia Nacional de Abastecimento a utilizar o Regime Diferenciado de Contratações Públicas - RDC.			Convoca a IV Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.		
Decreto	8.126	22/10/2013	Decreto	7.335	19/10/2010
Dispõe sobre a emissão do registro único e da carteira de identificação para os médicos intercambistas participantes do Projeto Mais Médicos para o Brasil, de que trata a Lei 12.871, de 22 de outubro de 2013.			Aprova o Estatuto da Fundação Nacional de Saúde - FUNASA.		
Lei	12.871	22/10/2013	Decreto	7.272	25/08/2010
Institui o Programa Mais Médicos, altera as Leis 8.745, de 09 de dezembro de 1993, 6.932, de 07 de julho de 1981, e dá outras providências.			Institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PNSAN e estabelece os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.		
Lei	12.858	09/09/2013	Decreto	7.235	19/07/2010
Dispõe sobre a destinação para as áreas de educação e saúde de parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural.			Regulamenta a concessão de indenização por dano moral às pessoas), (com deficiência física decorrente do uso da talidomida.		
Decreto	8.081	23/08/2013	Decreto		29/04/2010
Institui o Comitê Gestor e o Grupo Executivo do Programa Mais Médicos, para dispor sobre o pedido de inscrição do registro provisório de médico intercambista e dá outras providências.			Convoca a IV Conferência Nacional de Saúde Mental - Intersetorial.		
Decreto	8.065	07/08/2013	Decreto	7.121	03/03/2010
Aprova a Estrutura Regimental do Ministério da Saúde.			Inclui o Ministério da Justiça na composição do Comitê Gestor de), (Atenção à Saúde do Servidor.		
Lei	12.842	10/07/2013	Decreto	7.082	27/01/2010
Dispõe sobre o exercício da Medicina.			Institui o Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais - REHUF.		
Decreto	8.040	08/07/2013	Lei	12.190	13/01/2010
Institui o Comitê Gestor e o Grupo Executivo do Programa Mais Médicos e dá outras providências.			Concede indenização por dano moral às pessoas com deficiência física decorrente do uso da talidomida.		
Lei	12.715	17/09/2012	Lei	12.117	14/12/2009
Altera a alíquota das contribuições previdenciárias sobre a folha de salários devidas pelas empresas que especifica.			Trata da autorização à União para doar recursos à República de Moçambique para a primeira fase de instalação de fábrica de antirretrovirais e outros medicamentos.		
Decreto		16/03/2012	Lei	12.116	10/12/2009
Cria a Comissão Nacional para Implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco e de seus Protocolos.			Institui o Dia Nacional de Luta contra o Câncer de Mama.		
Decreto	7.695	06/03/2012	Decreto	7.003	09/11/2009
Revoga o Decreto 5.564, de 19 de outubro de 2005, que institui o Comitê Nacional de Controle Higiênico-Sanitário de Moluscos Bivalves - CNCMB.			Regulamenta a concessão de licença para tratamento de saúde.		
Lei Complementar	141	13/01/2012	Decreto	6.860	27/05/2009
Regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde.			Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Saúde.		
Decreto	7.646	21/12/2011	Decreto	6.833	29/04/2009
Dispõe sobre a Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS e sobre o processo administrativo para incorporação, exclusão e alteração de tecnologias em saúde pelo SUS.			Institui o Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor Público Federal - SIASS e o Comitê Gestor de Atenção à Saúde do Servidor.		
Decreto	7.562	15/12/2011	Lei	11.903	14/01/2009
Dispõe sobre a Comissão Nacional de Residência Médica e o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições que ofertam residência médica e de programas de residência médica.			Dispõe sobre o rastreamento da produção e do consumo de medicamentos por meio de tecnologia de captura, armazenamento e transmissão eletrônica de dados.		
			Decreto	6.286	05/12/2007
			Institui o Programa Saúde na Escola - PSE.		
			Lei	11.543	13/11/2007
			Cria cargos na área da Previdência, Saúde e Trabalho e extingue cargos no Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC.		

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2015, Art. 9º, inciso IV

Lei	11.387	14/12/2006	Lei	9.294	15/07/1996
Autoriza a União a efetuar contribuição à Organização Mundial da Saúde - OMS, destinada à Compra de Medicamentos contra a AIDS, malária e tuberculose.			Dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumíferos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal.		
Lei	11.355	19/10/2006	Decreto	1.651	28/09/1995
Dispõe sobre plano de carreiras em diversas áreas da Administração Pública Federal.			Regulamenta o Sistema Nacional de Auditoria no âmbito do Sistema Único de Saúde.		
Lei	11.343	23/08/2006	Lei	9.019	30/03/1995
Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad.			Dispõe sobre a aplicação dos direitos previstos no Acordo Antidumping e no Acordo de Subsídios e Direitos Compensatórios, e dá outras providências.		
Lei	11.123	07/06/2005	Decreto	1.232	30/08/1994
Cria, na Carreira da Seguridade Social e do Trabalho, para lotação no Ministério da Saúde, os cargos que menciona, institui a Gratificação de Incentivo à Prestação de Assistência Integral à Saúde - GIPAS.			Dispõe sobre as condições e a forma de repasse de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os fundos de saúde estaduais, municipais e do Distrito Federal.		
Decreto	5.090	20/05/2004	Lei	8.853	04/02/1994
Institui o programa "Farmácia Popular do Brasil".			Atribui competência ao Ministro de Estado da Saúde para praticar atos ad referendum da Junta Deliberativa do Fundo Nacional de Saúde.		
Lei	10.858	13/04/2004	Lei	8.142	28/12/1990
Autoriza a Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz a disponibilizar medicamentos, mediante ressarcimento.			Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde - SUS.		
Lei	10.850	25/03/2004	Lei	8.080	19/09/1990
Atribui competências à Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.			Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde e para a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes.		
Decreto	4.978	03/02/2004	Lei	6.437	20/08/1977
Dispõe sobre a assistência à saúde do servidor.			Configura infrações a Legislação Sanitária Federal e estabelece as sanções respectivas.		
Decreto		01/08/2003	Lei	5.026	14/06/1966
Cria a Comissão Nacional para Implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco e de seus Protocolos.			Estabelece normas gerais para a instituição e execução de Campanhas de Saúde Pública exercidas ou promovidas pelo Ministério da Saúde.		
Decreto	3.964	10/10/2001	SEGURANÇA PÚBLICA		
Dispõe sobre o Fundo Nacional de Saúde.			Lei	12.962	08/04/2014
Decreto	3.934	20/09/2001	Assegura a convivência da criança e do adolescente com os pais privados de liberdade.		
Aprova o Regulamento do Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à saúde: "Bolsa - Alimentação".			Lei	12.961	04/04/2014
Medida Provisória	2.206	06/09/2001	Trata da destruição de drogas apreendidas.		
Cria o Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à saúde: "Bolsa-Alimentação".			Lei	12.847	02/08/2013
Medida Provisória	2.177	24/08/2001	Institui o Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura.		
Trata dos planos privados de assistência à saúde.			Lei	12.608	10/04/2012
Lei	10.216	06/04/2001	Dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil - CONPDEC.		
Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais.			Decreto	7.443	23/02/2011
Lei	10.191	14/02/2001	Dispõe sobre o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI e sobre o projeto Bolsa-Formação.		
Dispõe sobre a aquisição de produtos para a implementação de ações de saúde no âmbito do Ministério da Saúde.			Lei	12.340	01/12/2010
Emenda Constitucional	29	13/09/2000	Dispõe sobre o Sistema Nacional de Defesa Civil - SINDEC e sobre o Fundo Especial para Calamidades Públicas.		
Assegura os recursos mínimos para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde.			Decreto	7.318	28/09/2010
Lei	9.961	28/01/2000	Regulamenta a participação de servidores civis nas atividades desenvolvidas no âmbito da cooperação federativa.		
Cria a Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.			Decreto	7.257	04/08/2010
Decreto	3.327	05/01/2000	Regulamenta o Sistema Nacional de Defesa Civil - SINDEC.		
Aprova o Regulamento da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.			Decreto	7.179	20/05/2010
Lei	9.836	23/09/1999	Institui o Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas.		
Institui o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, componente do Sistema Único de Saúde - SUS.			Decreto	7.081	26/01/2010
Decreto	3.156	27/08/1999	Trata do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI.		
Dispõe sobre as condições para a prestação de assistência à saúde dos povos indígenas.			Lei	12.106	07/12/2009
Decreto	3.029	16/04/1999	Cria o Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas.		
Aprova o Regulamento da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.			Decreto	6.490	19/06/2008
Lei	9.782	26/01/1999	Dispõe sobre o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI.		
Define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e dá outras providências.			Lei	11.530	24/10/2007
Lei	9.656	03/06/1998	Institui o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI.		
Dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde.			Lei	11.473	10/05/2007
Lei	9.434	04/02/1997	Dispõe sobre cooperação federativa no âmbito da segurança pública.		
Dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento.			Lei	11.343	23/08/2006
Decreto	2.018	01/10/1996	Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad.		
Dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumíferos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas.					

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2015, Art. 9º, inciso IV

Decreto	5.289	29/11/2004	Lei	10.483	03/07/2002
Disciplina a organização para desenvolvimento do programa de cooperação federativa denominado Força Nacional de Segurança Pública.			Dispõe sobre a estruturação da Carreira da Seguridade Social e do Trabalho.		
Lei	10.954	29/09/2004	Lei	10.288	20/09/2001
Institui, no âmbito do Programa de Resposta aos Desastres, o Auxílio Emergencial Financeiro para atendimento à população atingida por desastres.			Altera a Consolidação das Leis do Trabalho, dispondo sobre o jus postulandi, a assistência judiciária e a representação dos menores no foro trabalhista.		
Lei	10.826	22/12/2003	Decreto	3.745	05/02/2001
Dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição.			Institui o Programa de Interiorização do Trabalho em Saúde.		
Lei	10.201	14/02/2001	Lei	10.101	19/12/2000
Institui o Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP.			Dispõe sobre a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa.		
Decreto	3.505	13/06/2000	Lei	9.719	27/11/1998
Institui a Política de Segurança da Informação nos órgãos e entidades da Administração Pública Federal.			Dispõe sobre normas e condições gerais de proteção ao trabalho portuário e institui multas pela inobservância de seus preceitos.		
Decreto	1.093	23/03/1994	Lei	9.601	21/01/1998
Dispõe sobre o Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN.			Dispõe sobre contrato de trabalho por prazo determinado.		
Lei Complementar	79	07/01/1994	Lei	9.322	05/12/1996
Cria o Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN.			Dispõe sobre a alocação, em depósitos especiais, remunerados, de recursos das disponibilidades financeiras do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT.		
Lei	7.289	18/12/1984	Decreto	1.590	10/08/1995
Dispõe sobre o Estatuto dos Policiais-Militares da Polícia Militar do Distrito Federal.			Dispõe sobre a jornada de trabalho dos servidores da Administração Pública Federal.		
TRABALHO					
Decreto	8.166	23/12/2013	Decreto	689	27/11/1992
Trata sobre o valor do salário mínimo e a sua política de valorização de longo prazo.			Transforma cargos em comissão e funções de confiança do Ministério do Trabalho.		
Decreto	7.944	06/03/2013	Lei	8.036	11/05/1990
Promulga a Convenção 151 e a Recomendação 159 da Organização Internacional do Trabalho sobre as Relações de Trabalho na Administração Pública, firmadas em 1978.			Dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.		
Decreto	7.721	16/04/2012	Decreto	97.936	10/07/1989
Dispõe sobre o condicionamento do recebimento da assistência financeira do Programa de Seguro-Desemprego.			Institui o Cadastro Nacional do Trabalhador.		
Lei	12.587	03/01/2012	Lei Complementar	11	25/05/1971
Institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana e trata da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).			Institui o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural.		
Lei	12.513	26/10/2011	TRANSPORTE		
Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Pronatec.			Lei	12.898	18/12/2013
Lei	12.440	07/07/2011	Dispõe sobre a criação de Funções comissionadas do DNIT - FCDNIT, no Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.		
Institui a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.			Decreto	8.134	28/10/2013
Lei	12.382	25/02/2011	Estrutura a Valec - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. para a execução das atividades de desenvolvimento dos sistemas de transporte ferroviário e aprova o Estatuto Social da empresa.		
Dispõe sobre o valor do salário mínimo em 2011 e a sua política de valorização de longo prazo.			Decreto	8.129	23/10/2013
Decreto		24/11/2010	Institui a política de livre acesso ao Subsistema Ferroviário Federal e dá outras providências.		
Convoca a I Conferência Nacional de Emprego e Trabalho Decente - CNETD.			Decreto	8.055	16/07/2013
Decreto		24/11/2010	Inclui no Programa Nacional de Desestatização - PND o trecho de ferrovia federal EF-151, entre os Municípios de Açailândia, Estado do Maranhão, e Barcarena, Estado do Pará.		
Cria a Comissão Nacional de Diálogo e Avaliação do Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar.			Decreto	8.033	27/06/2013
Lei	11.543	13/11/2007	Regulamenta o disposto na Lei 12.815, de 5 de junho de 2013, e as demais disposições legais que regulam a exploração de portos organizados e de instalações portuárias.		
Cria cargos na área da Previdência, Saúde e Trabalho e extingue cargos no Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC.			Decreto	7.717	04/04/2012
Lei	11.355	19/10/2006	Aprova a Estrutura Regimental do Ministério dos Transportes.		
Dispõe sobre plano de carreiras em diversas áreas da Administração Pública Federal.			Lei	12.587	03/01/2012
Decreto	5.154	23/07/2004	Institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana e trata da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).		
Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei 9.394 (educação profissional) de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e dá outras providências.			Decreto	7.531	21/07/2011
Decreto		31/07/2003	Dispõe sobre a inclusão no Programa Nacional de Desestatização de alguns aeroportos, e dá outras providências.		
Cria a Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo - CONATRAE.			Lei	12.404	04/05/2011
Decreto	4.796	29/07/2003	Dispõe sobre a autorização para garantia do financiamento do Trem de Alta Velocidade - TAV, no trecho Rio de Janeiro/RJ e Campinas/SP.		
Institui o Fórum Nacional do Trabalho.			Lei	12.247	27/05/2010
Decreto	4.552	27/12/2002	Dispõe sobre o Plano Nacional de Viação e sobre a Relação Descritiva do Sistema Hidroviário Nacional.		
Aprova o Regulamento da Inspeção do Trabalho.			Decreto	7.132	19/03/2010
Decreto Legislativo	270	13/11/2002	Dispõe sobre a concessão de indenização de transporte aos servidores (públicos da Administração Pública Federal).		
Fica aprovado o texto da Convenção 171, da Organização Internacional do Trabalho, relativa ao Trabalho Noturno.					

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2015, Art. 9º, inciso IV

Decreto	6.550	27/08/2008	Emenda Constitucional	7	15/08/1995
Dispõe sobre a estrutura e o funcionamento do Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte - CONIT.			Dispõe sobre a ordenação dos transportes aéreo, aquático e terrestre e sobre a adoção de Medidas Provisórias.		
Decreto		18/06/2008	Lei	8.989	24/02/1995
Autoriza o aumento do capital social da Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. - TRENSURB.			Dispõe sobre isenção do IPI na aquisição de automóveis para utilização no transporte autônomo de passageiros, portadoras de deficiência física e aos destinados ao transporte escolar.		
Decreto	6.256	13/11/2007	Decreto	1.333	08/12/1994
Dispõe sobre a inclusão, no Programa Nacional de Desestatização - PND, do Trem de Alta Velocidade - TAV.			Dispõe sobre a descentralização da administração de portos, hidrovias e eclusas.		
Lei	11.314	03/07/2006	Decreto	1.007	13/12/1993
Dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre.			Dispõe sobre as contribuições compulsórias devidas ao Serviço Social do Transporte - SEST e ao Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte - SENAT.		
Decreto	5.765	27/04/2006	Lei	8.706	14/09/1993
Aprova a Estrutura Regimental do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT.			Dispõe sobre a criação do Serviço Social do Transporte - SEST e do Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte - SENAT.		
Lei	11.043	24/12/2004	Decreto	98.973	21/02/1990
Altera os Programas Descentralização dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros, Mobilidade Urbana e Trilhos Urbanos constantes do Plano Plurianual para o período 2004-2007.			Aprova o Regulamento do Transporte Ferroviário de Produtos Perigosos.		
Lei	10.744	09/10/2003	Lei	7.597	14/04/1987
Dispõe sobre a assunção, pela União, de responsabilidades civis perante terceiros no caso de atentados terroristas, atos de guerra ou eventos correlatos.			Trata do adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante, bem como sobre o Fundo da Marinha Mercante.		
Lei	10.636	30/12/2002	Lei	5.917	10/09/1973
Dispõe sobre a aplicação dos recursos originários da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico e cria o Fundo Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - FNIT.			Aprova o Plano Nacional de Viação.		
Lei	10.560	13/11/2002	Decreto-Lei	832	08/09/1969
Dispõe sobre o tratamento tributário dispensado às empresas de transporte aéreo e dá outras providências			Regula a Política Nacional de Viação Ferroviária e fixa atribuições para o Departamento Nacional de Estradas de Ferro (DNEF).		
Decreto	4.244	22/05/2002	Decreto-Lei	615	09/06/1969
Dispõe sobre o transporte aéreo no País, de autoridades em aeronave do Comando da Aeronáutica.			Institui o Fundo Federal de Desenvolvimento Ferroviário.		
Lei	10.453	13/05/2002	URBANISMO		
Dispõe sobre subvenções ao preço e ao transporte do álcool combustível e subsídios ao preço do gás liquefeito de petróleo - GLP.			Lei	12.587	03/01/2012
Medida Provisória	2.217	04/09/2001	Institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana e trata da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).		
Trata da reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre.			Lei	12.112	09/12/2009
Lei	10.233	05/06/2001	Dispõe sobre as regras e procedimentos sobre locação de imóvel urbano.		
Dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre.			Lei	11.977	07/07/2009
Lei	10.209	23/03/2001	Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas.		
Institui o Vale-Pedágio obrigatório sobre o transporte rodoviário de carga.			Lei	11.952	25/06/2009
Decreto	3.184	27/09/1999	Dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União.		
Dispõe sobre a concessão de indenização de transporte aos servidores públicos da Administração Pública Federal.			Decreto	4.665	03/04/2003
Decreto	2.880	15/12/1998	Aprova a Estrutura Regimental do Ministério das Cidades.		
Regulamenta o Auxílio-Transporte dos servidores e empregados públicos da Administração Federal.			Lei	10.257	10/07/2001
Decreto	2.809	22/10/1998	Estabelece diretrizes gerais da política urbana.		
Dispõe sobre a aquisição e utilização de passagens aéreas pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.			Lei	9.503	23/09/1997
Decreto	2.521	20/03/1998	Institui o Código de Trânsito Brasileiro.		
Dispõe sobre a exploração, mediante permissão e autorização, de serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros.			Lei	8.677	13/07/1993
Lei	9.611	19/02/1998	Dispõe sobre o Fundo de Desenvolvimento Social.		
Dispõe sobre o Transporte Multimodal de Cargas.			Decreto	640	26/08/1992
Lei	9.537	11/12/1997	Autoriza a Caixa Econômica Federal a utilizar o Fundo de Desenvolvimento Social - FDS, para saldar compromissos de contratos de financiamento.		
Dispõe sobre a segurança do tráfego aquaviário em águas sob jurisdição nacional.			Lei	8.245	18/10/1991
Lei	9.432	08/01/1997	Dispõe sobre as locações dos imóveis urbanos.		
Dispõe sobre a ordenação do transporte aquaviário.			Decreto Legislativo	44	14/06/1989
Lei Complementar	87	13/09/1996	Transfere a gestão do Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS, do Banco Central do Brasil para o Ministério da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente.		
Dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.			Lei	7.347	24/07/1985
Lei	9.277	10/05/1996	Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio-ambiente.		
Autoriza a união a delegar aos municípios, estados da Federação e ao Distrito Federal a administração e exploração de rodovias e portos federais.			Lei	6.766	19/12/1979
Decreto	1.832	04/03/1996	Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências.		
Aprova o Regulamento dos Transportes Ferroviários.			Lei	6.256	22/10/1975
			Cria o Fundo Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Urbano e dá outras providências.		

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2015, Art. 9º, inciso IV

Decreto-Lei 271 28/02/1967

Dispõe sobre loteamento urbano, responsabilidade do loteador, concessão de uso e espaço aéreo.

Lei 4.591 16/12/1964

Dispõe sobre o Condomínio em Edificações e as Incorporações Imobiliárias.